

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPC**

**ENTRE OS ROÇADOS DA COLÔNIA E OS ARROZAIIS DA CIDADE: O CULTIVO  
DO ARROZ E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE JOINVILLE, SC**

**ALANNA FERNANDES DUARTE**

**JOINVILLE**

**2017**

**ALANNA FERNANDES DUARTE**

**ENTRE OS ROÇADOS DA COLÔNIA E OS ARROZAIIS DA CIDADE: O CULTIVO  
DO ARROZ E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE JOINVILLE, SC**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade. Orientadora: Dra. Mariluci Neis Carelli.

**JOINVILLE**

**2017**

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Duarte, Alanna Fernandes

D812e Entre os roçados da Colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, SC/Alanna Fernandes Duarte; orientadora Dra. Mariluci Neis Carelli.– Joinville: UNIVILLE, 2017.

195f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade  
– Universidade da Região de Joinville)

1. Arroz – Cultivo – Joinville (SC). 2. Paisagens – Joinville (SC). 3. Imigrantes – Joinville (SC). I. Carelli, Mariluci Neis (orient.). II. Título.

CDD633.18

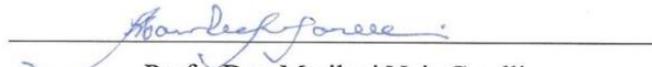
**Termo de Aprovação**

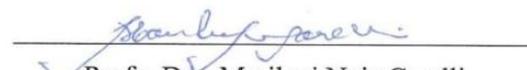
“ Entre os Roçados da Colônia e os Arrozais da Cidade: o Cultivo do Arroz e as Transformações na Paisagem de Joinville, SC”

por

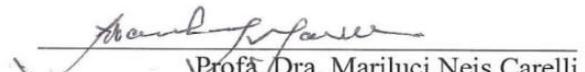
Alanna Fernandes Duarte

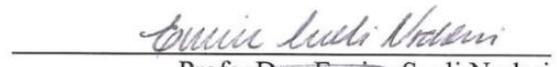
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Orientadora (UNIVILLE)

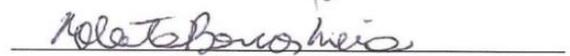
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Orientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari  
(UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira  
(UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Roberta Barros Meira  
(UNIVILLE)

Joinville, 08 de maio de 2017.

## RESUMO

O arroz e os arrozais fazem parte da história de imigrantes e migrantes na paisagem que atualmente configura a cidade de Joinville (SC) desde a sua criação como “Colônia Dona Francisca” no final do século XIX. Essa pesquisa tem como objetivo analisar e discutir saberes e práticas de cultivo do arroz e suas relações com as transformações no bairro Vila Nova, situado na paisagem oeste do município de Joinville (SC). Para alcançar tais objetivos, foram utilizadas diferentes tipos de fontes de pesquisa como relatos, cartas de (i)migrantes, relatórios oficiais, documentos visuais, jornais, periódicos e outras publicações, assim como a realização de entrevistas por meio da metodologia da história oral. A dissertação buscou realizar uma abordagem interdisciplinar, analisando o processo de disseminação e reconhecimento de práticas do cultivo do arroz na paisagem regional, discutindo as maneiras de reconhecimento sobre alguns dos usos e identificações sobre o arroz e os arrozais no bairro Vila Nova, em Joinville (SC). Por meio das fontes elencadas para a pesquisa foi possível comparar e desconstruir algumas das principais narrativas sobre o “pioneirismo de migrantes e os arrozais”, considerando as dinâmicas e os diferentes discursos associados aos lugares de cultivo do arroz na paisagem da cidade ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Arroz; Paisagem; Migrações; Saberes e Práticas de Cultivo.

## **ABSTRACT**

Rice and rice fields are part of the history of immigrants and migrants in the landscape that currently configures the city of Joinville (SC) since its inception as "Colônia Dona Francisca" in the late 19th century. This research aims at analyzing and discussing the knowledge and practices of rice cultivation and its relations with the transformations in the Vila Nova neighborhood, located in the western landscape of the municipality of Joinville (SC). To achieve these objectives, different types of research sources were used, such as reports, letters from (i)migrants, official reports, visual documents, newspapers, periodicals and other publications, as well as interviews using oral history methodology. The dissertation sought to carry out an interdisciplinary approach, analyzing the process of dissemination and recognition of practices of rice cultivation in the regional landscape, discussing ways of recognizing some of the uses and identifications about rice and rice fields in the Vila Nova neighborhood of Joinville (SC). Through the sources listed for the research it was possible to compare and deconstruct some of the main narratives about the "pioneerism of migrants and rice fields", considering the dynamics and the different discourses associated with rice growing places in the city landscape over time.

**Key words:** Rice; Landscape; Migrations; Knowledge and cultivation practices.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiou financeiramente essa pesquisa.

Agradeço à professora Mariluci Neis Carelli, minha orientadora. Obrigada professora por aceitar o desafio dessa pesquisa e seu apoio ao longo de todo o percurso. E agradeço as professoras Dione Bandeira, Eunice Sueli Nodari e Roberta Barros Meira por terem aceitado o convite de banca de dissertação, cujas contribuições foram importantes para essa pesquisa.

Também agradeço à todos os professore(a)s do Programa de Mestrado e ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Sustentabilidade. Especialmente à professora Maria Luiza Schwarz, que gentilmente disponibilizou fontes traduzidas pela pesquisadora do francês, e que pode contribuir ao trabalho. Igualmente, agradeço à egressa do Programa, Brigittie Brandenburg pela disponibilidade e generosidade em compartilhar algumas de suas pesquisas e fontes traduzidas em alemão sobre a Colônia Dona Francisca.

Aos entrevistados, pelo compartilhar de suas experiências para essa pesquisa. Ao Arquivo Histórico Municipal de Joinville, à Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J), à Fundação Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de Joinville e à equipe do Laboratório de História Oral (LHO) por todo atendimento e contribuição.

Minha gratidão especial aos familiares e amigos. Ao Gabriel Cruz de Souza, que dedico este trabalho e agradeço pela paciência e companheirismo em todos os momentos. Gratidão e boas lembranças da “Turma VIII” e os seus mestrandos “infinitos”! Agradeço pela cumplicidade e apoio deste grupo. E, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização dessa dissertação.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Localização de Joinville- SC .....	13
<b>Figura 2–</b> Mapa de Demarcação da Colônia Dona Francisca, por Jerônimo J. Coelho [1846] .....	25
<b>Figura 3 -</b> Casa de Rodowicz na Colônia Dona Francisca [1853].....	36
<b>Figura 4 -</b> Propriedade de Poschaan, por Rodowicz-Oswiecimsky [1853].....	51
<b>Figura 5 –</b> Engenho d’Arroz de Rodowicz-Oswiecimsky[1853].....	54
<b>Figura 6 -</b> Propriedade de Aubé,na Colônia Dona Francisca (Joinville-SC), por Rodowicz- Oswiecimsky [1853]. .....	55
<b>Figura 7 -</b> Mapeamento das colônias em Santa Catarina no final do século XIX.....	89
<b>Figura 8 -</b> Localização do bairro Vila Nova, Joinville-SC, 2015.....	94
<b>Figura 9 -</b> Localização do bairro Vila Nova no município de Joinville (SC) e da bacia hidrográfica do Rio Piraí, 2006.....	94
<b>Tabela 01 -</b> Cooperativas criadas entre o vale do Itajaí e Joinville [1959-1979].....	106
<b>Figura 10 -</b> Lugares de cultivo de arroz pelo mundo.....	112
<b>Figura 11 –</b> Cultivo do arroz na China do século XVIII .....	113
<b>Figura 12 -</b> Viveiros de arroz na China do século XIX .....	114
<b>Figura 13 -</b> Terraços de arroz nas Filipinas .....	117
<b>Figura 14 -</b> Terraços de arroz na China.....	117
<b>Figura 15 -</b> “Rizicultura” no Roteiro Nacionais de Imigração (Santa Catarina), 2011 .....	120
<b>Figura 16-</b> Arroz em Timbó (SC), 2011 .....	121
<b>Figura 17 -</b> Propriedade da família Carl, Joinville(SC), 2016 .....	136
<b>Figura 18 –</b> Croqui do cultivo do arroz na Bacia Hidrográfica do Piraí, Joinville-SC [2016]	146
<b>Figura 19 –</b> Valas da SODAJ, na Estrada Blumenau, bairro Vila Nova, 2016.....	147
<b>Figura 20 –</b> Valas da SODAJ, na Estrada dos Suíços, bairro Vila Nova, 2016. ....	147
<b>Figura 21-</b> Canais de irrigação da SODAJ em Joinville- SC [1960]. .....	149
<b>Figura 22-</b> Localização do Salão e da Capela Cristo Rei na Rodovia do Arroz, Joinville-SC, 2015 .....	161
<b>Figura 23-</b> Apresentação do GDMR na Festa do Arroz, Joinville – SC, 2015.....	161
<b>Figura 24 –</b> “Bucólico” e a paisagem da Rodovia do arroz, em Joinville-SC, 2007 .....	165
<b>Figura 25 -</b> Arrozaís e o Condomínio, bairro Vila Nova, em Joinville (SC), 2015 .....	167
<b>Figura 26-</b> Lateral esquerda do Condomínio entre a Estrada Blumenau e a Rodovia do Arroz, em Joinville(SC), 2015 .....	168
<b>Figura 27 -</b> Arrozaís e os pássaros, em Joinville-SC, 2016. ....	171
<b>Figura 28–</b> Festa do Arroz em Joinville-SC, 2015 .....	173
<b>Figura 29 -</b> Festa do Arroz em Joinville – SC, 2016 .....	173

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

AHJ - Arquivo Histórico de Joinville

COOPARROZ – Cooperativa Arroz de Joinville

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FMDR25 – Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho

FCJ – Fundação Cultural de Joinville

GDMR – Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPUJ – Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville

PROVÁRZEAS - Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

SODAJ – Sociedade Distribuidora de Água para Irrigação de Joinville

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>5</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 O CULTIVO DO ARROZ NA PAISAGEM DA COLÔNIA DONA FRANCISCA</b> ...	<b>17</b>
1.1 “Uma colônia em construção”: o arroz entre picadas e roçados .....	17
1.2 Paisagens de plantio do arroz na Colônia Dona Francisca .....	39
<b>2. PAISAGENS EFÊMERAS: O CULTIVO DO ARROZ NO SÉCULO XX</b> .....	<b>73</b>
2.1 Anseios e práticas do cultivo de arroz em Joinville: algumas considerações.....	73
2.2 Arroz e as migrações no bairro Vila Nova .....	92
<b>3 ARROZ AIS COMO PAISAGEM CULTURAL: O BAIRRO VILA NOVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ARROZ NA CIDADE DE JOINVILLE</b> .....	<b>111</b>
3.1 Lugares do cultivo de arroz como Paisagem Cultural .....	111
3.2 Agricultores e os arrozais: saberes e práticas de cultivo no bairro.....	125
3.3 Arrozais num palimpsesto: o bairro Vila Nova e suas transformações.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>181</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS</b> .....	<b>192</b>
<b>ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	<b>193</b>

## INTRODUÇÃO

O arroz é um dos alimentos mais conhecidos e cultivados na paisagem de diferentes lugares do mundo. Encontram-se “Paisagens do arroz”, “terraços de arroz”, “arrozeiras” ou “arrozais” no “campo/rural” e/ou na “cidade”. São diversas as maneiras que se pode intitular, compreender, constituir e/ou representar os lugares com o plantio desse cereal. Essa pesquisa de dissertação tem como principal objetivo problematizar narrativas acerca de saberes e práticas sobre o cultivo de arroz e as suas relações com as transformações da paisagem oeste da cidade de Joinville, em Santa Catarina.

Segundo Jean-Marc Besse (2013, p. 35) considera que “[...] paisagens são locais que nela estamos inseridos, antes mesmo de ser objeto de contemplação e de criação. Para nós que habitamos as paisagens, não nos satisfaz observá-las com um olhar distraído [...]”. O percurso dessa proposta de estudo sobre “paisagens do arroz e os arrozais na cidade” confunde-se com o processo de “habitar” da pesquisadora como migrante em Joinville. De um lado, mesmo que o arroz faça parte desde o início da minha vida, muitas vezes pensava-o apenas como “produto” do qual se abre a embalagem para cozinhar, sem maiores reflexões. Pode até esquecer os “pratos de ontem”, mas, antes de preparar um alimento e servir, aprendi que, no dia a dia, é preciso muito “arroz com feijão para sobreviver”. De outro, posso refletir sobre o que certa vez me disseram: “os problemas da pesquisa podem mudar nossas vidas”, e talvez, não tenho mais a capacidade de tratar como um “simples grão na panela”.

“Estar” e/ou “habitar” são as experiências norteadoras das nossas interpretações (ainda que limitadas) sobre os lugares e o que pode se constituir como “paisagens” (BESSE, 2013; COSGROVE, 2004). No meu “habitar” e desafio de escrever sobre “paisagens do arroz em Joinville”, parte da condição de ser uma migrante na cidade. Como Graduada em História, ao ingressar no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e com o incentivo de minha orientadora tive a oportunidade de pesquisar mais sobre a história local com o intuito de estudar as relações entre os produtores de arroz e as paisagens do arroz em Joinville (SC).

É importante destacar que essa pesquisa se tornou viável pela possibilidade de ser uma bolsista Capes vinculada ao grupo de pesquisa “Estudos Interdisciplinares em Cultura e Sustentabilidade”. O Grupo de Pesquisa reúne pesquisadores interessados na realização de pesquisas interdisciplinares sobre as relações entre cultura(s) e meio ambiente por meio de estudos sobre as dinâmicas sociais e políticas para a preservação e percepção do Patrimônio Cultural e Paisagem, bem como os discursos de sustentabilidade e poder.

Sobre o arroz, existem muitas orientações como num viés “técnico”, “agrônomo”, “econômico”, “gastronômico”, entre outros. Para realizar essa pesquisa buscou-se uma abordagem interdisciplinar, mediante a contribuição das áreas das Ciências Humanas e Sociais e as suas pesquisas sobre as relações entre história, meio ambiente e cultura. Primeiramente, os estudos das paisagens situavam-se entre a dicotomia da paisagem natural ou cultural, ou seja, entre espaços com evidenciada intervenção de humanos ou não. Embora grande parte tenham se concentrado nos campos da Geografia e da Arte, é considerando a dimensão “polissêmica da Paisagem”, que cada vez mais tem recebido atenção nos campos da História, da Arquitetura, da Sociologia entre outras áreas (RIBEIRO, 2007).

Paisagem é mais que uma “palavra comum” e recorrente em diversos trabalhos, mas que nem sempre foi entendida com uma categoria de análise, assim como, até hoje não o é para muitos que fazem uso desse termo em suas pesquisas (COSGROVE, 2004; MENESES, 2002; RIBEIRO, 2007). Na História, estudos mais voltados a Paisagem chegaram a adquirir notoriedade a partir da “História Cultural”; ao dialogar com campos e conhecimentos distintos, alguns historiadores tentaram aproximar categorias da Geografia a fim de contribuir em suas pesquisas sobre as “ações do homem no tempo e espaço”. Para José Assunção Barros alguns se atentaram para a necessidade de analisar “[...] certos objetos históricos a serem examinados — colocar em um mesmo nível as noções de tempo e espaço, logo começaram a dialogar com conceitos mais tradicionais da Geografia [...]” (BARROS, 2006, p. 465).

Denis Cosgrove (2004, p. 108) pondera que, “Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem [...]”. Muitas vezes, “é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – [...]. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não-humanizadas [...]” (COSGROVE, 2004, p. 108). Sobre

as Geografias das Paisagens, Cosgrove (2004, p. 103) demonstra a relevância de que “[...] os eventos culturais mais significativos são menos óbvios”. Assim, “dizer que um tomate é um produto cultural não significa que suas propriedades naturais estejam perdidas [...]. Mas foram acrescentados a estas propriedades atributos culturais que podemos identificar e discutir”. (COSGROVE, 2004, p. 103). Nessa perspectiva, o desafio de “identificar e discutir” o cultivo do arroz e dos “arrozais” como “produto cultural”, do qual pode se interrogar sobre alguns dos significados que repercutem-se como Paisagem. Mediante essas relações, a paisagem cada vez mais tem sido discutida como categoria de estudo para interrogar as relações das sociedades e suas “Paisagens Culturais” como “Patrimônio” (RIBEIRO, 2007).

No processo de pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Joinville e na Biblioteca Nacional Digital, constatei um conjunto de fontes que direcionaram essa pesquisa para o século XIX. “Joinville” a princípio, foi proposta como parte de um projeto de expansão da paisagem nordeste de Santa Catarina, consolidando-se entre as fronteiras com São Francisco do Sul, a Baía da Babitonga, entre outras localidades do litoral norte catarinense. E, com o decorrer do tempo, tornou-se a “maior cidade do Estado”, sendo que sua ascensão econômica atrai a participação de inúmeros migrantes que constituem como parte de uma cidade que é cada vez mais populosa e industrializada (FICKER, 2008; COELHO, 2010).

**Figura 1-** Localização de Joinville- SC



Fonte: Google Maps [2016], adaptado pela autora (sem escala).

A princípio, essa dissertação pretendia estudar o arroz e especialmente os “migrantes rizicultores descendentes de italianos” e os “arrozais do bairro Vila Nova”. Porém, tal como nosso “habitar”, já modificamos as paisagens, também as paisagens nos modificam (BESSE, 2013). Por isso, a escolha do título “Entre os roçados da colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, SC”, partem de alguns questionamentos acerca de “outras paisagens” sobre esse cultivo, por meio do diálogo com fontes que abordam a paisagem regional desde os intentos da agricultura nos “roçados” na então Colônia Dona Francisca. Pois, desde o início da pesquisa, pode-se identificar que há diferentes argumentações sobre uma “originalidade do cultivo do arroz” na cidade. Seja, associando-a aos imigrantes europeus no final do século XIX, ou como uma atividade de cultivo iniciada por descendentes de italianos no século XX. Contudo, ainda que a primeira abordagem seja menos recorrente em relação aos “arrozais no bairro Vila Nova”, essa problemática me provocou um estranhamento diante das fontes, pois, como lidar com apontamentos tão diversos sobre o arroz na paisagem da cidade? No entanto, o propósito não se restringe sobre: “é ou não é uma paisagem cultural?” Pois parte da premissa de que os “arrozais na cidade” são “paisagens culturais” e “socialmente construídas” nas relações entre as sociedades com a transformação da terra. É por meio dessa perspectiva que a pesquisa ganhou outros contornos, sendo pensada em três momentos (capítulos) com o propósito de diferir e (re)apresentar algumas das principais transformações das paisagens que envolvem as práticas do cultivo de arroz na cidade de Joinville.

O primeiro capítulo tem como proposta identificar algumas das narrativas que envolvem a presença do arroz e as suas relações com a paisagem da Baía da Babitonga e a “Colônia Dona Francisca”. Mediante o entendimento de que esse alimento pode ser interpretado entre as atividades da policultura praticadas no contexto de formação da então “Colônia Agrícola”. Para esse capítulo, foram elencadas diferenciadas fontes<sup>1</sup>, desde relatos de viajantes e imigrantes, cartas e jornais publicados nesse período, ou também publicações posteriores sobre a história local como os trabalhos de Carlos Ficker (2008), Böbel e S.Thiago (2001) e Elly Herkenhoff (1981, 1987). E a partir das contribuições de Keith Thomas (2000), Simon Schama (2000), Dora Correa (2008, 2011) e Donald Worster (2003) é

---

<sup>1</sup> Os documentos elencados para a pesquisa são apresentados conforme as linguagens das fontes, considerando como foram publicadas e/ou traduzidas para o português.

possível pensar as relações do cultivo de arroz e as transformações das paisagens. Assim como outros estudos sobre a paisagem regional, como o de Santos (2011) e Rossato (2005) que possibilitam discutir as relações da escrita de imigrantes sobre a paisagem da Província de Santa Catarina.

Reconhecendo a abrangência dessa pesquisa, foi necessária uma escolha metodológica para atingir os objetivos estipulados. Com esse intuito, a partir do segundo capítulo, a pesquisa será direcionada especialmente ao cultivo de arroz e aos “arrozais” da paisagem do bairro Vila Nova e/ou outras regiões que compreendem a Bacia Hidrográfica do Piraí, em Joinville - SC. A proposta do segundo capítulo é discutir por meio da pesquisa em jornais e outras fontes publicadas sobre a história local, os saberes e práticas do cultivo de arroz desde as primeiras décadas do século XX, reconhecendo as suas relações com as (i)migrações e transformações da paisagem local, especialmente no bairro Vila Nova. Entretanto, o interrogar as (i)migrações (principalmente de agricultores do Vale do Itajaí) e as práticas de cultivo do arroz no bairro implica em refletir também sobre seus diálogos com a modernização da cultura do arroz na cidade e no mundo, após a chamada “Revolução Verde”<sup>2</sup>. Trata-se de analisar algumas das “práticas efêmeras do arroz” na cidade e no bairro Vila Nova, que não podem estar dissociadas das discussões sobre o processo de modernização das técnicas de cultivo no mundo e as suas formas de intervenção na paisagem.

O terceiro capítulo pretende dar continuidade ao diálogo sobre o cultivo do arroz e os “arrozais” no bairro Vila Nova, contudo, em paralelo com outras paisagens “culturais”. Nesse capítulo busca-se reconhecer algumas das formas de valoração dos lugares de cultivo do arroz como “Paisagem Cultural” através de instituições culturais, como o caso da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Assim como, parte de “outros pontos de vista”, principalmente daqueles que produzem esse cereal e suas relações com os “arrozais” na paisagem do bairro Vila Nova, em Joinville (SC). A metodologia da História Oral foi imprescindível para essa pesquisa. Foram realizadas doze entrevistas com pessoas direta ou indiretamente ligada ao cultivo do arroz no bairro.

---

<sup>2</sup> A “Revolução Verde” é conhecida principalmente a partir de um ideário e processo de transformação das práticas e dos métodos agrícolas ao longo do século XX. Essas mudanças repercutiram na rizicultura, principalmente por meio do incentivo estadual e a tarefa de “convencimento” dos agricultores para a adoção de adubos químicos, sementes melhoradas, tecnologias consideradas mais “modernas”, entre outras.

Especialmente a partir do apoio da Fundação Municipal 25 de Julho é que fui direcionada a conhecer alguns dos entrevistados “rizicultores do bairro”, bem como participar de encontros relacionados à esta atividade como a “Festa do Arroz” e as reuniões da SODAJ - Sociedade Distribuidora de Água para Irrigação de Joinville. Por meio das narrativas de alguns dos entrevistados pode-se interrogar sobre as relações constituídas sobre o processo migratório e o cultivo do arroz na cidade.

Jean-Marc Besse (2013), Álvaro Domingues (2013) e Sandra Pesavento (2004), entre outros trabalhos, que ressaltam a importância do pesquisador atentar-se para as diferentes “coisas”, “vestígios” que envolvem o “habitar na cidade”. Suas discussões convidam a reconhecer que há também subjetividades diante das “coisas” relacionadas às práticas do cultivo do arroz, mas que “objetos” ou “elementos” participam na agência e representação dos discursos sobre a paisagem de Joinville. Assim como para refletir sobre o arroz na paisagem local, os trabalhos de Juliana Brocca Presa (2011) e Fernando Goulart Rocha (2011) possibilitam correlacionar práticas locais com o intento de “modernização” do arroz e o cultivo irrigado no Estado de Santa Catarina, especialmente a partir da década 1980. Atualmente, o arroz e os “arrozais do bairro Vila Nova” têm sido frequentemente associados ao turismo e aos discursos de valorização da paisagem rural em Joinville, tal como em publicações “A Rodovia do Arroz: um marco da nossa história”. Entre outros trabalhos como de Ilanil Coelho (2010) e Tales Vicenzi (2012) que se dedicaram em analisar a Festa do Arroz e outras “festas rurais” do bairro. Essas pesquisas provocam uma reflexão sobre as particularidades locais entre os usos e representações acerca do arroz irrigado na paisagem do bairro no tempo presente e as suas relações com transformações diante da urbanização e industrialização da cidade. A proposta é dialogar sobre algumas das relações dos “arrozais num palimpsesto”, investigando como estas se constituem a partir de diálogos e experiências de um passado de cultivo, de “perdas e ganhos, belezas e feiuras” do qual pode se (re)apresentar fragmentos, paisagens da cidade(COSGROVE, 2004; PESAVENTO, 2004). Nesse sentido, o último capítulo pretende analisar saberes e práticas de cultivo do arroz no bairro Vila Nova, considerando também as dinâmicas e as transformações sobre as maneiras de reconhecer os “arrozais” na paisagem da cidade ao longo do tempo.

## 1 O CULTIVO DO ARROZ NA PAISAGEM DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Plantações de arroz fazem parte da história de imigrantes<sup>3</sup> e seus descendentes na paisagem da Baía da Babitonga e no processo de criação da Colônia Dona Francisca. Entre as atividades da agricultura, o cultivo de arroz é referenciado em documentos de viajantes assim como de (i)migrantes, enquanto parte da economia, alimentação e cotidiano na paisagem da colônia. Nos intentos iniciais de formação de uma “colônia agrícola”, é possível reconhecer narrativas sobre uma paisagem que se encontrava em constante transformação, seja pelo acelerado processo de imigração europeia, e pela sua dimensão econômica, ambiental e cultural. O objetivo desse capítulo é analisar narrativas sobre o arroz na Colônia Dona Francisca com o intuito de reconhecer algumas das práticas de cultivo e as suas relações com as imigrações e as transformações da paisagem local.

### 1.1 “Uma colônia em construção”: o arroz entre picadas e roçados

O arroz, como um dos alimentos mais conhecidos mundialmente, atravessou continentes, fazendo parte da história e das transformações das paisagens de inúmeros lugares do planeta. Segundo Judith Carney e Rosa Marim (1999, p. 23), “os botânicos lideraram o interesse sobre a história do cultivo do arroz no Brasil [...]”, e um deles, foi o botânico Frederico Carlos Hoene<sup>4</sup>, destacando ao livro “Botânica e agricultura no Brasil no Século XVI” de 1937. Nesse livro, Hoene (1937) interrogou a presença do cultivo do arroz no Brasil, afirmando que esta planta antecede a intervenção dos europeus nessas paisagens, com base na sua interpretação de fontes escritas do século XVI [...] “sobre as oferendas de arroz por ameríndios aos

---

<sup>3</sup> Nesse primeiro momento consideram-se “imigrantes” todos aqueles que não eram “habitantes locais” e passaram por um processo de deslocamento. Assim, sejam incluídos distintos grupos étnicos, e não somente aos “europeus e seus descendentes”, embora sejam estes os que mais receberam notoriedade pelas relações que intencionalmente constituídas na paisagem e história regional ao longo do tempo.

<sup>4</sup> Hoene (1937) destaca-se pelas contribuições sobre a botânica no norte do Brasil, comentando acerca de algumas das práticas do “arroz vermelho” e/ou “selvagem” cultivado em solos alagadiços próximos a rios e pântanos por algumas sociedades indígenas. Vide em: Carney & Marim (1999).

portugueses é uma evidência da sua domesticação [...]”<sup>5</sup> (CARNEY; MARIM, 1999, p. 23).

Segundo Fredeiro Hoene (1937), na publicação “*Tropische und Subtropische Weltwirtschaftspflanzen*”, Andréas Sprecher Von Bernegg, tratou de algumas das plantas consideradas como “nativas”, especialmente o milho, enquanto alimento cultivado por diferentes sociedades indígenas na América. Contudo, ressalta que no Brasil também pode se considerar, “[...] incontestável que aqui possuíam e cultivavam também o arroz [...]” (HOENNE, 1937, p. 33). Com o intuito de justificar a presença e o consumo do arroz nessa paisagem, afirma: “[...] quando os navios de Cabral aqui aportaram, alguns dos homens, caminhando até uma povoação onde habitavam índios, foram pelos mesmos obsequiados com várias cousas entre as quais também o arroz [...]” (HOENNE, 1937, p. 33). Contudo, tais afirmações são contestadas por alguns pesquisadores, assim como acerca das espécies e sub-espécies do arroz que eram e/ou poderiam ser cultivadas naquele momento, as suas maneiras de plantio e/ou colheita. Para alguns, sobre a presença desse cereal no Brasil, poderia até mesmo se tratar do milho e não do arroz, enquanto para outros tratava-se de um tipo de “arroz selvagem” (classificado como sinônimo do tipo “*Oryza Sativa*”, a sub-espécie “*Oryza Caudata Trinius*”). Assim como,

[...] botânicos e viajantes mencionaram como nativo nos pantanais de Mato Grosso e Bolívia e que também nós encontramos nos ex-lagos de Xaraés, no sul do referido Estado; ou, mencionarão, talvez, a *Oryza subulata* Nees Ab Esenb, que vegeta espontaneamente no território sul-rio-grandense e no uruguaio. [...] Ou senão é mais provável que de fato os aborígenes americanos, aqui no Brasil, possuíam e cultivavam o arroz, isto é, o tipo [...] *Oryza sativa* (HOENNE, 1937, p. 33).

Esse alimento, “[...] existe em estado selvagem ou asselvajado, na Ásia, África e no Brasil, mas, onde fica a sua pátria ignoramos completamente [...]” (HOENNE, 1937, p. 39). Conforme Hoene (1937), Von Bernegg foi um dos pesquisadores que considerou como “primeira tentativa para cultivar o arroz” no ano de 1745 no Maranhão, e posteriormente, em Pernambuco no ano de 1750, entre outros exemplos de cultivo.

---

<sup>5</sup> Para as autoras, embora essa posição não seja ainda confirmada, pode se considerar que há poucas informações sobre as práticas ou sociedades indígenas que poderiam ter realizado o plantio desse tipo de “arroz vermelho”, considerando algumas das possibilidades de sua existência e cultivo no Brasil.

Frederico Hoenne (1937) apresenta considerações e situações duvidosas sobre o cultivo e até mesmo sobre a possibilidade de plantio do arroz (e não apenas da colheita) pelas populações indígenas como “aborígenes americanos”, tal como exemplificou acerca de sua presença nos “pantaneais do Mato Grosso”, ou na Bahia, Pará, Pernambuco, Maranhão, entre outros lugares. Contudo, é ao discutir sobre alguns dos argumentos acerca dessa planta, que o botânico apresentou importantes contribuições para que possamos reconhecer que existem diferentes possibilidades de cultivo desse cereal em diversas paisagens do norte ao sul do Brasil, seja ao afirmar sobre o arroz e os “aborígenes americanos” referindo aos grupos que já habitavam aqui, e/ou considerando sobre o processo de disseminação e expansão desse cultivo durante o período de colonização (HOENNE, 1937). Para o autor, é considerando o arroz, “*Oryza caudata Trinius*” como “sinônimo” da espécie “*Oryza Sativa*”, e por meio dessa constatação, “[...] parece-nos razoável que se aceite a existência do arroz cultivado em nosso país, antes de aqui virem os europeus (HOENNE, 1937, p. 39).

As autoras Carney & Marim (1999) analisam uma espécie de cultivo do arroz também desconhecido para muitos, o “arroz vermelho”, da espécie “*Oryza Glaberrina*” de origem africana, sugerindo que também havia o plantio desse tipo de arroz, mas este foi gradativamente substituído no contexto da colonização portuguesa no Brasil, que proibira a produção desse cultivo, privilegiando ao consumo e comercialização da espécie que ainda nos dias de hoje é a mais conhecida, a “*Oryza Sativa*”, de origem asiática, embora também ainda não sejam esclarecidos os motivos para essa preferência<sup>6</sup>. Para as autoras, talvez, essa “variedade vermelha” do arroz, poderia ser compreendida enquanto uma semente “fácil” de ser descascada, e quando misturada a uma “variedade melhor”, então se encontravam menos “grãos quebradiços” (CARNEY, MARIM, 1999). Entretanto, ao “arroz vermelho” e ou “selvagem”, mais que alimento, foi um produto comercializado e também combatido até a sua extinção, principalmente após a criação de um decreto no ano 1772, que Portugal ordenava que todos os “que plantassem o “arroz vermelho” poderiam ser condenados a um ano de prisão e multa para os “brancos” e de dois anos de prisão “para escravos e índios que fizessem o mesmo” (CARNEY, MARIM, 1999, p. 124).

---

<sup>6</sup> Vide em Carney & Marim (1999).

Para Henrique Carneiro (2005), o arroz pode ser entendido como um “alimento moderno” e que ao longo do tempo se “universalizou”, já que fez parte do processo de difusão e intensificação do comércio mercantil no mundo com as navegações transoceânicas, desde o século XVI. Pode se considerar que entre outros alimentos, o arroz prefigura entre os cereais que buscaram ser “aclimatadas” no Brasil, fazendo parte das espécies que buscaram ser cultivadas nos primeiros séculos de colonização e intervenção da Coroa portuguesa no país (CARNEIRO, 2005; CARNEY & MARIM, 1999; DEAN, 1996; HOENNE, 1937). Contudo, é importante notar, que a sua história difere em diferentes temporalidades e localidades do Brasil, sendo ainda pouco conhecidos os seus deslocamentos e transformações acerca de suas diferenças e semelhanças nas práticas de cultivo. Nesse capítulo, procura-se discutir narrativas sobre o cultivo de arroz que indicam algumas das suas relações com o processo de formação da “Colônia Dona Francisca”, na paisagem do litoral norte e o “nordeste” de Santa Catarina.

A proposta de formação de uma “colônia agrícola” fez parte de um projeto de colonização e comercialização das terras onde atualmente se configura a “cidade de Joinville”, no nordeste catarinense. A partir da segunda metade do século XIX, o projeto Imperial de apoio à formação de “colônias estrangeiras” no Brasil, intensificou as políticas de incentivo à imigração de europeus a fim de colonizar e ocupar a então “Província de Santa Catarina”. A contratação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo permitia à essa empresa a comercialização e organização da imigração de europeus para a “Colônia Dona Francisca” na região nordeste da Baía da Babitonga, propriedades que a princesa Francisca Carolina recebeu de seu irmão Imperador Dom Pedro II como dote na ocasião do casamento<sup>7</sup> com o nobre francês François Ferdinand Philipe, príncipe de Joinville (FICKER, 2008).

Alguns dos relatos que referem à paisagem da região, advêm de períodos anteriores à formação da Colônia, ou possuem maiores descrições de localidades vizinhas, especialmente São Francisco<sup>8</sup>, uma das primeiras cidades do litoral

---

<sup>7</sup> Segundo Ficker (2008) o casal não chegou a morar na região, mas com o apoio do Governo Imperial realizaram um contrato com a empresa “Sociedade Colonizadora de Hamburgo” que a partir de 1851 iniciaram atividades para a recepção de imigrantes de europeus a fim de desenvolver uma colônia agrícola nessas terras.

<sup>8</sup> Em 1656 a ilha de São Francisco do Sul foi elevada à categoria de Freguesia Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, como um dos principais núcleos da Província de Santa Catarina.

brasileiro. São relatos de viagens e viajantes que passaram pelo litoral central e norte catarinense anteriormente à criação da Colônia Dona Francisca. Como exemplo, o relato do capitão da expedição francesa Binot Palmier Gonneville (1504)<sup>9</sup>, entre outros viajantes, como o Dom Nuno Manoel e Cristóvão de Haro (1514), que descreveram a paisagem da Baía da Babitonga nos primeiros anos do século XVI (BANDEIRA, 2014). Nessa época, o império português buscava preparar o povoamento para a afirmação de sua conquista territorial, a partir da concessão de terras para a criação de sesmarias no litoral brasileiro (FINDLAY, 2011).

O processo de formação agrária ou fundiária da região da Baía da Babitonga e o seu entorno está intimamente relacionada com as diretrizes que objetivaram o projeto de ocupação e constituição do território nacional<sup>10</sup>. Entre os séculos XVIII e XIX, a região norte catarinense, passou a ser reconhecida e ocupada por milhares de pessoas que emigraram para o Brasil<sup>11</sup>, insatisfeitos com as condições em que viviam foram motivados a buscarem melhores condições de vida (FICKER, 2008; FINDLAY, 2011). Foram diversos os registros produzidos nesse contexto, por “naturalistas” e viajantes que realizaram expedições pelo Brasil com a realização de “pesquisas teóricas a partir de observações empíricas” sobre a paisagem nacional (RONCAGLIO, 2009). Entre os mais conhecidos, destaca-se a obra do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), viajante que recebeu grande notoriedade ao publicar diversos trabalhos relatando a paisagem e o cotidiano dos lugares que conheceu no Brasil<sup>12</sup>. Seus registros interessar aos estudos, “[...] botânicos quanto aos historiadores, geógrafos e antropólogos[...]”<sup>13</sup>, tanto pelos seus estudos da natureza, como, “[...]processos de ocupação e de exploração das terras, pela administração civil e eclesiástica, pelo léxico espacial e pelos topônimos, pelas

---

Sendo conhecida até meados do ano de 1851, como “Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco”, como um dos principais núcleos da Província de Santa Catarina.

<sup>9</sup> No caso da expedição do capitão francês Gonneville, existem controvérsias na historiografia acerca do local onde o viajante aportou, e sobre sua referência à Baía da Babitonga como um “rio”, e ao rio Orne na França (BANDEIRA, 2014).

<sup>10</sup> O estudo sobre a temática agrária na história local envolve desde a criação das primeiras sesmarias no Brasil, a doação e aquisição de terras para a ampliação da exploração econômica regional, assim como são de diversos atores sociais que participam de sua constituição (FINDLAY, 2011).

<sup>11</sup> Entre os destinos mais procurados por europeus para emigrarem nesse contexto destaca-se o Brasil, Argentina, Canadá, Estados Unidos da América e Austrália.

<sup>12</sup> Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire nasceu na França em 04 de outubro de 1779. Entre 1830 e 1851 publicou em Paris “Voyages dans l’intérieur du Brésil”.

<sup>13</sup> Texto disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil: <http://bndigital.bn.br/dossies/franca-no-brasil/?sub=matrizes-nacionais%2Ffiguras-de-viajantes%2Fas-viagens-de-auguste-de-saint-hilaire%2F>. Consultado em 27 de novembro de 2015.

produções agrícolas, pelo comércio, arquitetura, demografia e pelos costumes das diferentes populações [...]”.<sup>14</sup> Nesse sentido, o trabalho do botânico August Saint-Hilaire, assim como de outros viajantes que registraram a paisagem local, podem ser importantes fontes que propiciam aos historiadores, bem como a outros campos interdisciplinares de pesquisa, reconhecer e analisar nos pensamentos contidos nesses relatos sobre as relações de alteridade e experiências dos viajantes, com os indígenas, africanos e as populações regionais. Assim como, possibilitam ao pesquisador analisar algumas das representações desses imigrantes e viajantes, sobre a paisagem, produção e o cotidiano das colônias; pois, em alguns desses registros há, “[...] exposição e publicação de pinturas, gravuras e descrições [...] da natureza e da população existente no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX” (RONCAGLIO, 2009, p. 116).

August Saint Hilaire apresenta sobre a sua paisagem sua passagem pela Baía da Babitonga e a Ilha de São Francisco do Sul, que assim como outros relatos desse período no Brasil, possuem descrições sobre a paisagem regional a partir de suas experiências e lembranças com outras paisagens (COSGROVE, 2004). Ao ponderar sobre a paisagem e os moradores de São Francisco do Sul em 1840, Saint-Hilaire faz considerações acerca de algumas das atividades agrícolas que já eram praticadas nessa localidade da Baía da Babitonga. Considerando que além da mandioca, tinha “em segundo lugar” a produção de arroz que, “[...] eram as plantas que à época da minha viagem os habitantes de São Francisco cultivavam mais frequentemente, sendo os únicos produtos que eles exportavam<sup>15</sup> (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 149). Sem maiores descrições sobre as formas de plantio ou a dimensão econômica nas atividades praticadas pela população local, reconheceu durante sua viagem que o cultivo de arroz já fazia parte da paisagem regional, em que se destacava juntamente com outras atividades, como o plantio da mandioca e a exportação de madeira. Para o viajante esse Distrito está ao “leste da grande cordilheira marítima”, do qual faz é “[...] parte da região de florestas, e os seus habitantes mais pobres ganham a vida serrando as árvores para fazer tábuas, que são importante artigo da exportação [...] (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 149).

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Segundo o documento, plantavam também cana-de- açúcar, algodão, milho, café, banana, entre outros produtos, indiciando que o milho era destinado à alimentação dos escravos e dos animais. Vide em Saint-Hilaire (1978, p. 149).

Saint-Hilaire afirma com otimismo a introdução de mais imigrantes para a região, considerando que estes poderiam corroborar para o “progresso econômico” de São Francisco do Sul, em contraponto às atividades dos com as populações que aqui já habitavam<sup>16</sup> nessa paisagem. Os pensamentos contidos nos relatos de viagens de Saint-Hilaire, assim como de outros viajantes, iam ao encontro da postura de uma “elite moderna” nesse contexto (ARRUDA, 2009, p. 191). Em sua escrita, aborda questões sobre a economia e a população local a partir de alguns estereótipos, desqualificando enquanto “gente pobre” e, “preguiçosa”, considerando insuficientes as formas de trabalho e a exploração dos recursos naturais disponíveis na região. Desvalorizando aos conhecimentos “tradicionais” e as populações que já habitavam, demonstrava-se interesse em persuadir e modificar os hábitos e da cultura local para torná-los o mais próximo possível ao dos imigrantes europeus (ARRUDA, 2009; ZARTH, 2013).

A paisagem regional descrita pelos viajantes e/ ou imigrantes foram feitas a partir da visão de mundo desses sujeitos e as suas narrativas. Dora Shellard Correa (2008) problematiza as formas de representações das paisagens nacionais por meio das fontes escritas chamando a atenção para as formas de utilização dessas narrativas, onde o pesquisador não pode se limitar somente ao propósito de “aproveitar as informações” que essas narrativas possuem, mas questioná-lo enquanto documento, sendo necessário o exercício de reconhecê-los como discurso, buscando refletir sobre quem o produziu e o contexto social e econômico do qual foi produzido. As descrições de viajantes e imigrantes podem também expressar uma “decodificação na paisagem”, onde se reproduz deturpações históricas a partir da construção narrativa de que esses lugares eram paisagens “inóspitas e selvagens”, ou então de forma “naturalizada” como terras “esvaziadas de gente”, já que são descrições construídas a partir de noções próprias dos sujeitos, movidos pelo desejo presente de apossamento das terras (CÔRREA, 2008, p.149).

Para Gilmar Arruda (2009), as ponderações feitas nesses documentos não estavam dissociadas também das formas de representações da natureza no Brasil e/ ou para a Europa. Reconhecendo e associando como “paisagem nacional”, a natureza era compreendida como um elemento de distinção entre os Estados

---

<sup>16</sup> Vide em Silva (2004) e Borba (2014).

soberanos modernos; sendo também meio para a sua “identificação” territorial e cultural. Então, lugares entendidos como pouco explorados poderiam ser considerados,

[...] "barbárie vergonhosa" e a ação para reconhecê-los como parte de um conflito, uma luta entre a "civilização" e o "progresso" contra o "atraso" e a "barbárie" [...]. Esses novos moradores traziam uma identificação com um território que não era aquele, de florestas, era o da Europa (ARRUDA, 2009, p. 299).

A partir da segunda metade do século XIX com o incentivo à imigração europeia e à apropriação de “terras devolutas” e “despovoadas”<sup>17</sup> se ampliou o processo de ocupação e instalação de núcleos coloniais na Província de Santa Catarina (MACHADO, 2011). O período entre os anos de 1824 até meados de 1937 pode ser considerado como o auge imigratório no Brasil, estimando que foram mais de 4,5 milhões de imigrantes<sup>18</sup> (DUARTE, 2011). Acerca da formação de Joinville, destaca-se na história local que foi acordado a criação da “Colônia Dona Francisca” por meio de um contrato no dia 05 de maio de 1849, com a empresa “Sociedade Colonizadora de Hamburgo”, permitindo a venda e colonização de terras que pertenciam à princesa Francisca e o príncipe de Joinville, autorizadas a Leoncé Aubé como seu representante (FICKER, 2008; TERNES, 1981). Esse contrato foi, “firmado perante testemunhas e posteriormente homologado pelo Governo Imperial Brasileiro” (TERNES, 1981, p. 80).

No livro “História de Joinville” Apolinário Ternes (1981) enaltece a construção da história local se consolidou a partir da chegada das primeiras embarcações de imigrantes trazidos pela “empresa colonizadora”, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Segundo o autor, as primeiras levas de imigrantes europeus aportaram na Baía da Babitonga por meio do porto de São Francisco, e, adentrando à Lagoa do Saguçu<sup>19</sup>, reconheceram terras destinadas à “colônia” através das margens do

---

<sup>17</sup> É necessário ressaltar que embora fossem consideradas “despovoadas”, essas terras inicialmente já tinham ocupações indígenas e posteriormente de alguns imigrantes, como o caso de franceses que se deslocaram da antiga Colônia do Saí, assim como por descendentes de portugueses e africanos que moravam nas freguesias em torno de São Francisco do Sul (FICKER, 2008).

<sup>18</sup> Sendo mais 1.513.115 italianos; 1.462.117 portugueses; 598 802 espanhóis e 253.846 alemães, entre outros (DUARTE, 2011).

<sup>19</sup>A Lagoa do Saguçu está situada ao leste de Joinville, na Baía da Babitonga. Atualmente, a Baía da Babitonga é compreendida como umas das maiores áreas com formação de manguezal, sendo um importante estuário na paisagem da região norte de Santa Catarina. A Baía, faz divisão entre os

Rio Cachoeira. Com uma tradução e publicação do contrato firmado com a empresa colonizadora, Ternes (1981) ressalta que esse documento estabelecia critérios para a constituição e demarcação de “oito léguas quadradas de terra”, que foram, “perfeitamente demarcadas num mapa, para o estabelecimento da futura colônia” (TERNES, 1981, p. 83).

**Figura 2**– Mapa de Demarcação da Colônia Dona Francisca, por Jerônimo J. Coelho [1846]



Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart219183/cart219183.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart219183/cart219183.jpg). Acesso em novembro de 2015.

O mapeamento (Figura 2), mais que uma indicação da Colônia Dona Francisca, também é possível vislumbrar uma delimitação de suas “fronteiras” a partir do registro de áreas mais próximas, como são perceptíveis indicações geográficas com nomes de propriedades e de proprietários que já estavam estabelecidos na região, sesmarias, entre outras. Também pode se reconhecer nesse registro como se intentou delimitar no mapa a localização das principais bacias hidrográficas da região, indicando desde a região da Baía da Babitonga até as mediações da bacia do Rio Piraí em direção à Serra Geral. Conforme Paulo

---

municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Araquari, Itapoá, Garuva, e Balneário Barra do Sul. (IPPUJ, 2015).

Pinheiro Machado (2011) é interesse considerar que o processo de demarcação das “colônias” na Província de Santa Catarina entre,

[...] vales litorâneos que estavam no caminho de subida à serra<sup>20</sup>. Neste sentido foram criadas as colônias de São Pedro de Alcântara (no caminho entre Lages e São José, 1829), Nova Itália (no Alto do Rio Tijucas, 1836), Dona Francisca (com seu núcleo urbano de Joinville, como início de caminho entre São Francisco e Curitiba, 1848) e Blumenau (no médio vale do Itajaí, 1850). O caminho entre Lages e Desterro foi reforçado com a criação da Colônia de Santa Isabel (1847), da Colônia Militar de Santa Teresa (1853) e da Colônia Nacional de Angelina (1860) [...] (MACHADO, 2011, p, 06).

Segundo o economista Alcides Goularti Filho (2014), essa escolha foi estratégica, sendo que já eram considerados os conhecimentos sobre as proximidades que a Colônia poderia ter com Curitiba ao norte, e as possibilidades de se alcançar os Campos de Lages, em direção a oeste da Província. Assim, considerava-se também que,

As condições locacionais para a fundação da Colônia Dona Francisca estão relacionadas tanto a fatores geofísicos como econômicos. A presença do porto de São Francisco, do Rio Cachoeira – que era navegável até a Lagoa do Saguauçu, chegando à Baía da Babitonga – e a proximidade dos férteis campos de Curitiba e Lages foram fatores determinantes para a escolha do local para estabelecer a Colônia (FILHO, 2014, p. 176).

Na terceira cláusula do contrato firmado entre as partes, cabe destacar o título de direito dado à “alienação perpétua” de 1600 hectares por légua, que poderiam ser escolhidas por Schröder<sup>21</sup> no local designado e, na cláusula seguinte, “OBRIGA-SE SUA ALTEZA REAL, abandonar todas as benfeitorias, como casas ou derrubadas de matas feitas nesse local da escolhas das terras de concessão, mediante indenização pelo Sr. Schröder trabalhar”<sup>22</sup>. Segundo esse contrato, entre as condições de concessão, “O Sr. Schröder obriga-se a introduzir na futura colônia pelo menos 1.500 imigrantes de ambos os sexos [...]” (TERNES, 1981, p. 83).

<sup>20</sup> Entre as motivações do Governo impulsionar a colonização em direção às Serras pretendiam “[...] a expulsão de indígenas, a manutenção de estradas e a conseqüente conservação de caminhos de comércio entre o planalto e o litoral” (MACHADO, 2011, p, 06)

<sup>21</sup> Schröder era um dos empreendedores da Sociedade Colonizadora de Hamburgo que participou do processo de delimitações dos primeiros lotes da Colônia Dona Francisca (TERNES, 1981).

<sup>22</sup> No contrato era reservado o direito de requerer da “Sua Alteza Real” um lote de 5 hectares (50.000 metros quadrados) ou 500 hectares na área destinada à agricultura rural. Assim como, a “[...] Sua Alteza Real se reserva o direito das Minas no solo e subsolo e o direito de desapropriar a terra em questão contra indenização” (TERNES, 1981, p. 83).

A perspectiva era de que já nos primeiros anos de imigração e formação da “Colônia” fossem realizados consideráveis empreendimentos que visavam contribuir ao desenvolvimento da economia na Província de Santa Catarina. A criação da Colônia Dona Francisca fazia parte do intento imperial de concessão, venda e regulamentação de propriedades, especialmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850. O Governo Imperial incentivou a imigração com a fundação de “colônias estrangeiras” no sul do Brasil, a fim de se fomentar também meios para a substituição do trabalho escravo, privilegiando os grandes posseiros de terras, assim mão de obra assalariada e europeia (MACHADO, 2011). Os imigrantes europeus poderiam adquirir lotes de terra na Colônia, assim como de outras localidades que, “[...] vinham para trabalhar como empregados, engrossando a massa de assalariados brasileiros (COSTA 1996, p. 25).

O processo de instalação de colônias no sul do Brasil, tal como a Colônia Dona Francisca, foi amplamente discutido no Brasil e na Europa, assim como, aparece em alguns jornais e escritos traduzidos sobre as formas de estabelecimento da Colônia Dona Francisca na região, que podem ser consultados. Em “Joinville: os pioneiros, documento e história (1851-1866)”, Maria Thereza Böbel e Raquel S. Thiago, apresentam uma obra formada por meio de diversas cartas, relatórios, inventários bem como descrições que traduziram sobre o período de formação da Colônia Dona Francisca. As autoras ponderam sobre a distinção entre as paisagens dos viajantes e as experiências em relação à paisagem da Europa (BÖBEL & S. THIAGO, 2010). Ressaltando o papel de instalação da Colônia através dos imigrantes europeus e a empresa colonizadora, as autoras pontuam o papel desempenhado pelo engenheiro Hermann Güenter nos primeiros anos da Colônia Dona Francisca. Saindo do porto do Rio de Janeiro, teria desembarcado no porto de São Francisco no mês de maio de 1850, acompanhado do Vice-Cônsul da França e representante do Príncipe e Princesa de Joinville o senhor Leoncé Aubé, juntamente com um lavrador e duas famílias contratadas pelo engenheiro Güenter para os trabalhos na Colônia. Essas embarcações então atravessaram da Baía da Babitonga passando pelo Porto do Rio Bucarein, em direção ao oeste, por meio do Rio Cachoeira<sup>23</sup>; com o objetivo de “[...] formar um primeiro núcleo colonial e iniciar a

---

<sup>23</sup> Segundo Böbel & Thiago (2010) desde os primeiros dias após os desembarques dessas famílias para a “Colônia Dona Francisca”, os imigrantes conheceram algumas das fazendas da região como a do Coronel Vieira, que possuía muitos escravos, situada no riacho Itai-Guaçu (atualmente Bairro

derrubadas das matas virgens, abrir brechas e picadas para as primeiras plantações” (GÜENTER apud BÖBEL & S. THIAGO, 2010, p. 32).

A dissertação de mestrado de Izabela Liz Schlindwein (2011) analisa os discursos da jornalista Julie Engell, viajante que publicou diversas notícias para a Europa descrevendo aspectos do cotidiano dos imigrantes no processo de instalação da Colônia Dona Francisca. Nesse contexto, a Sociedade Hamburguesa de Colonização pressionava os imigrantes para que fossem retiradas grandes quantidades de madeiras da paisagem local desejando que também fossem exportadas e comercializadas na Europa, e Engell, observando essas atividades na Colônia, afirma que, na maioria das vezes, não possuíam ferramentas adequadas para esses trabalhos, como facões ou machados que esses imigrantes encontravam, “[...] floresta densa, matagal e terras pantanosas tornavam o cultivo do solo difícil e penoso e as grandes distâncias que as separavam de alguma localidade mais habitada trazia incontáveis perigos e transtornos[...].” (SCHLINDWEIN, 2011, p. 59). Considerando ser, “era através do fogo” que poder-se-ia “dominar e destruir esses gigantes”, como as árvores que deveriam ser derrubadas (SCHLINDWEIN, 2011, p. 49). Conforme a pesquisadora, essa exigência não considerava os altos custos que se exigia para a mão de obra local necessários para os preparos dos terrenos para a agricultura, assim como os custos dos produtos agrícolas para consumo “[...] que precisavam ser trazidos de muito longe sem que se pudesse contar com estradas e pontes adequadas” (SCHLINDWEIN, 2011, p. 59). As publicações de Julie Engell estudadas por Izabela Schlindwein (2011) evidenciam algumas das dificuldades nos primeiros anos de formação da Colônia já que demandavam aos “colonizadores” intervenções na paisagem local para a sua sobrevivência, mas também evidencia o desmatamento no cotidiano dos imigrantes associando o desenvolvimento às intencionalidades de exploração, especialmente à agricultura e à extração de madeiras.

Com o intuito de reconhecer algumas das identificações e transformações da paisagem no contexto de formação da Colônia Dona Francisca a partir de fontes escritas, especialmente a partir do cultivo de arroz, é necessário considerar que nesses documentos estão presentes complexas e diversificadas relações com o “novo lugar”, entrelaçadas à dimensão cultural da imigração, com as suas

---

Itaum, em Joinville), assim como nas margens do Rio Cachoeira reconheceram um egresso da extinta Colônia do Saí.

particularidades com noções de cultura, etnicidade e também de produção da diferença (SEYFERTH, 2011). Como o caso da publicação do doutor Koestlin no jornal “Hamburger Nachrichten”<sup>24</sup> em 1851 onde registra algumas de suas impressões sobre a “Colônia” e a paisagem local após adentrar a Lagoa do Saguçu e a partir da,

[...] confluência do Bucarein e do Cachoeira, onde se inicia a região da Colônia e onde se entra no Cachoeira, as margens se aproximam mais e mais, a floresta se curva por cima das águas e as colinas se achegam [...]. Justamente nessa confluência, [...] pretende-se erguer uma cidade que deverá ter o nome de Joinville! (KOESTLIN, 1851, apud BÖBEL & S.THIAGO, 2010, p. 33).

Na publicação identificada como de Dr. Koestlin há o destaque para a “estrondosa” paisagem da Cascata do Piraí, entre as referências de identificação sobre suas descrições do que percebia enquanto recursos naturais da região<sup>25</sup>. Ao transcreverem essa publicação, as autoras Böbel e S.Thiago (2010) demonstram que no relato há um desencantamento desses imigrantes sobre a paisagem e vivência local, na medida em que registraram alguns dos “obstáculos naturais” que constatavam para o seu desenvolvimento econômico e sobrevivência na Colônia, evidenciando dificuldades estruturais para se viver no novo lugar, como a carência de alimentos, as doenças, a necessidade de mais moradias, a abertura de picadas e construções de estradas. Assim como as,

[...] plantações existentes na clareira em nada correspondiam aos gastos excessivos de dinheiro da Sociedade, e a construção do caminho em direção à Serra Geral, que segundo o relatório já se iniciara, estava apenas no papel. Na verdade quase nada havia sido plantado, e não havia acomodações suficientes (KOESTLIN, 1851, apud BÖBEL & S.THIAGO, 2010, p. 33).

O artigo do “Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro” publicado pelo coronel Antônio João Vieira em 17 de fevereiro de 1852, apresenta uma crítica sobre o espaço idealizado para a construção central da Colônia, assim como descrições otimistas sobre as atividades de imigração e ocupação local empreendida pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo com:

<sup>24</sup> Parte da publicação no Jornal Hamburger Nachrichten de Hamburgo, foi traduzida e disponibilizada no trabalho de Böbel e S.Thiago (2010).

<sup>25</sup> A cascata do Piraí está situada no bairro que atualmente se configura como Vila Nova, Joinville.

[...] abertura de caminhos dentro da colônia e a construção das pontes; há já feitas 8.750 braças destes caminhos com 5 braças de largura, desmatados, e 2 limpos e apropriados ao trânsito; tem se construído sólidas estivas e aberto vallas [...]. Há já 62 casas e cabanas acabadas, e 26 em construção [...] (VIEIRA, 1852, apud FICKER, 2008, p. 112).

Para aqueles que esperavam na Colônia Dona Francisca,

[...] elegantes construções, jardins amenos, vastas plantações, primores enfim da indústria e arte, passará por uma triste decepção; mas quem tiver refletido que os primeiros colonos pisarão o terreno virgem [...], e observar em princípios de janeiro de 1852 extensos e excellentes caminhos, todas essas cabanas, tendo ao lado ou no fundo seus roçados, todos rodeados com plantações de canteiros plantados de milho, arroz, feijão e outros grãos, batatas, nabos, couve-flôr e outras, canas de assucar e princípios de plantações de bananeiras, cafeseis, laranjas, etc, ficará agradavelmente surprehendido, e não deixará de reconhecer que muito se tem feito no curto espaço de dez meses [...] (VIEIRA, 1852, apud FICKER, 2008, p. 112).

Nessa publicação<sup>26</sup> o coronel Vieira adverte sobre os lugares de escolha para a agricultura na formação da Colônia, realizando um balanço sobre as atividades agrícolas de seu primeiro ano. Segundo Vieira, o plantio do arroz fazia parte das sementes exógenas que foram introduzidas pelos imigrantes para o desenvolvimento da agricultura na paisagem local. Ao lado de outras plantas, como raízes e tubérculos, o cultivo do arroz estava presente no cotidiano e na alimentação dos colonos, que também tinham a intenção de comercializá-lo (FICKER, 2008). Alguns dos alimentos apresentados pelo Coronel Vieira são semelhantes às atividades agrícolas mencionadas por Saint-Hilaire sobre São Francisco do Sul e arredores da Baía da Babitonga<sup>27</sup>. Assim como em outros lugares do litoral brasileiro, essa região teve forte contribuição das formas de agricultura já praticadas pelas sociedades indígenas, como o caso do milho, mandioca e dos tubérculos; e que se mantiveram como artigos alimentícios a outros grupos migrantes posteriores, como os europeus e africanos escravizados (SILVA, 2004).

O arroz é apresentado por Vieira por ser cultivado nos roçados feitos próximos às casas da Colônia por meio de “canteiros”, em que também se tinham

<sup>26</sup> Parte dessa publicação foi transcrita por Carlos Ficker (2008).

<sup>27</sup> Sobre as práticas de agricultura na região da Babitonga algumas pesquisas têm buscado estudar a presença de grupos étnicos que foram marginalizados em discursos sobre a população local como o caso de africanos escravizados na historiografia regional, como os trabalhos de Souza (2004), Guedes (2007), Borba (2013), entre outros.

próximos o plantio de outras sementes, como parte das iniciativas de desenvolvimento dos colonos de uma policultura em suas propriedades. Na mesma publicação o coronel pondera:

Cumpram todavia confessar que os primeiros ensaios de cultura não tiveram feliz resultado. Os colonos, inexperientes ou teimosos, lançarão à terra as sementes que trazirão, ou poderão adquirir, sem prepararem a terra, sem a escolherem apropriada e sem atenderem à estação; e por isso pouco produzio a colheita de batatas e falhou a do arroz. É de esperar, que, amestrados por esta triste experiência, sejam mais felizes os colonos nas suas novas plantações (VIEIRA, 1852, apud FICKER, 2008, p. 112).

O autor não descreve maiores informações sobre as formas de plantio na região. Essas narrativas sobre “falha” ou “prosperidade” do arroz, são também representações associados ao tempo em que foram produzidas levando em conta os sujeitos, suas experiências, práticas e expectativas de cultivo na paisagem. Mas, a partir dessa narrativa de Vieira, pode se questionar a possibilidade de haver e o plantio de arroz nesse primeiro momento da Colônia, tal como o do feijão ou o milho, fosse realizado a partir cultivo de modos sequeiro, através de lugares “roçados” com “canteiros” construídos por alguns dos colonos nos arredores de suas casas. De maneira distinta, a maior parte das atividades do plantio de arroz em Joinville atualmente é o “cultivo irrigado” (TERNES, 2009; VICENZI, 2012), que será abordado no próximo capítulo desse trabalho.

Além da publicação de Vieira, Ficker (2008) apresenta em seu livro outros documentos transcritos sobre a Colônia Dona Francisca. Procurando construir uma história sobre a trajetória dos imigrantes desde a Europa, o autor também estende considerações acerca das intervenções que realizaram na paisagem regional. Contudo, sua narrativa em alguns momentos corrobora com o imaginário de “pioneiro imigrante, sobrevivente e trabalhador”, também presente em outras obras acerca da história local<sup>28</sup>, que enfatizam a noção de “desenvolvimento” a partir dos imigrantes europeus.

Uma das mais conhecidas publicações sobre a Colônia Dona Francisca, foi escrita após dois anos de formação desse núcleo colonial no livro “A Colônia Dona

---

<sup>28</sup> Vide em Ternes (1981, 2002) e Herkenhoff (1981,1987) entre outros trabalhos.

Francisca no Sul do Brasil” [Colonie Dona Francisca]<sup>29</sup>, pelo viajante e imigrante prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky que chegou na região após setes meses de fundação da Colônia. Na obra, Rodowicz-Oswiecimsky faz um registro crítico, denunciando dicotomias entre as propagandas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e dos viajantes que publicaram na Europa, e sobre a realidade que vivenciava e suas expectativas em relação o desenvolvimento econômico na paisagem local. Sobre a relevância desse relato, Ilanil Coelho e Gustavo Grein (2014, p. 97) apontam que, “[...] esse primeiro contato do viajante com o que seria Joinville é interessante na medida com que são abordados elementos que compunham o meio ambiente em que os imigrantes estavam inseridos, [...] trata-se de uma descrição que procura avaliar as condições de desenvolvimento da colônia, das possibilidades para a instalação de empreendimentos capazes de assegurar o progresso da colônia e a oferta de trabalho”. Nessa publicação, Rodowicz algumas das suas impressões sobre a diversidade ambiental da “mata virgem brasileira” e o que um imigrante ao chegar a “Colônia”. Considerando,

[...] o verde em todas as tonalidades, [...] variadas espécies de trepadeiras com suas flores, convidando-a a tomarem seus lugares os mais coloridos e belos pássaros que se possa imaginar [...]. O emaranhado dos juncos e taquaras, como que fecham este santuário virgem com uma parede impenetrável que somente à mão armada, o intruso consegue violar [...] (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 29).

O autor reflete sobre o ato de contemplar a diversidade da paisagem em que se deparava, sendo que mesmo “[...] sem querer o espectador sente seus pensamentos elevarem-se ao Criador desta majestosa beleza!” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1994, p. 29). Seu testemunho voltado à imigração continua com descrições de exaltação aos recursos naturais da “Colônia”, e ao mesmo tempo, que atenta às dificuldades dos imigrantes e as suas possibilidades de alteração da paisagem, tal como a impositiva abertura de caminhos que poderia ser realizado “somente à mão armada” dos colonos. Em alguns momentos, continua seu relato apontando que muitos dos imigrantes também se “desencantavam” com a paisagem local, assim, Rodowicz-Oswiecimsky apresenta algumas de suas perspectivas para atender a necessidade de maiores investimentos para a “Colônia”, como apresenta

---

<sup>29</sup> Publicado por Apolinário Ternes no ano de 1992 por meio do Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

algumas vantagens desse empreendimento da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, já que essas “terras”,

[...] reuniam todos os requisitos favoráveis: situadas nas zonas temperadas, entre os graus 26 e 27 Sul, onde o clima fazia desnecessária a estocagem de reservas para o inverno, garantia, em qualquer época do ano, mesa farta. [...] Além das terras da costa, ainda havia a tentação, além serras, do planalto até Curitiba e Lages, para milhões de pessoas que poderiam encontrar aí, um futuro promissor (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 13).

A partir da política de incentivo à imigração começa a se modificar estruturalmente a relação econômica e agrária na paisagem de toda região da Baía da Babitonga (FICKER, 2008; FINDLAY, 2015). Assim como, a proposta de colonização agrícola ao oeste da Baía suscitou diversas formas de alterações da paisagem, onde recursos naturais eram utilizados a partir da exploração intensiva das matas e dos solos para o desenvolvimento local. Carlos Ficker (2008) ressalta que a criação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo fomentava a realização de mais esforços para o reconhecimento e colonização da natureza, buscando investir na delimitação de “zonas rurais” para a produção de alimentos. No estabelecimento da Colônia foram privilegiados espaços para as pequenas propriedades, dedicados à agricultura de subsistência, mas também visando meios para a exportação de seus produtos, como o caso da venda de arroz e mandioca, e principalmente a extração de madeira que já eram praticados em outras localidades da região da Baía da Babitonga. Segundo Ficker (2008) destacou-se nesse contexto na Colônia, principalmente a criação das indústrias da cana de açúcar, farinha de mandioca, erva-mate e arroz. Assim como, começam a se fortalecer as atividades comerciais nas aglomerações urbanas da Colônia, como as serrarias, engenhos e moinhos, casas de comércio, entre outras.

Ainda nos primeiros anos de “Direção da Colônia”, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo retirou o cargo do “Engenheiro Güenter”, e na sua destituição como representante oficial da Colônia Dona Francisca, assumia Schröder o seu lugar (BÖBEL & S.THIAGO, 2010). Considerando que este intensificou os trabalhos de derrubada das matas, e a “[...] picada de Jurapé tornou-se um caminho transitável e importante, uma vez que ligava as margens do Cachoeira com os ranchos. [...] Foram vendidos os primeiros lotes de terras [...]” (BÖBEL & S.THIAGO, 2010, p. 33).

Nos anos seguintes buscaram-se estabelecer novos caminhos terrestres que, para além rotas marítimas que ligavam ao porto de São Francisco e outros portos, assim como em direção ao oeste, planalto e a Serra Geral (BÖBEL & S. THIAGO, 2010, FICKER, 2008). Segundo Carlos Ficker, desejava-se que as picadas fossem realizadas por meio da organização de diferentes grupos étnicos apesar das dificuldades de interações linguísticas entre os imigrantes; sendo orientado à abertura de três principais direções da Colônia, “[...] os suíços em direção ao Oeste, seguindo o traçado da picada de Jurapé (*Schweizer- Pikade* ou Rua do Meio), hoje Rua XV de novembro [...]”, um outro seria feito pelos “[...] noruegueses na direção norte (*Nordstrasse*), hoje Rua Dr. João Colin” e com “[...] os alemães na direção Sul-Oeste, acompanhando no início do percurso do Ribeirão Matias (*Deustsche Pikade* ou *Mathias- Strasse*), hoje rua Visconde de Taunay” (FICKER, 2008, p. 82). Pare esse autor, a derrubada das “matas virgens” tornava-se necessária ao desejo colonial de aberturas de caminhos na Colônia e ao estabelecimento de práticas agrícolas (FICKER, 2008). Com a proposta inicial de “organizar” a ocupação da “colônia” por meio de distinções étnicas entre os imigrantes evidenciavam os seus intentos de separações e delimitação de fronteiras coloniais, embora, fossem elas mesmas dinâmicas, como estratégias transitórias para a afirmação de identidades diante das relações de alteridade (SEYFERTH, 2011).

Os historiadores Manoel P. Teixeira dos Santos e João Klug (2002) pesquisaram acerca das impressões de imigrantes e viajantes<sup>30</sup> sobre as florestas durante a formação de colônias no norte catarinense, especialmente as Colônias de Blumenau, Itajaí, Joinville e Brusque. Segundo os autores, as colônias no sul do Brasil foram fundadas a partir da ocupação de grandes áreas com florestas densas, considerando que essa biodiversidade era completamente distinta daquilo com que estavam acostumados. Desde meados dos anos de 1700 não se encontravam “florestas virgens” na Europa, sendo totalmente desconhecidas para esses imigrantes do século XIX (SANTOS & KLUG, 2002).

Para Böbel e S. Thiago (2010) naquele contexto, Joinville era “[...] parte quase intacta da mata atlântica, cujos segredos eram familiares apenas aos índios e aos moradores das redondezas”, e assim como, “[...] tarefa da Sociedade Colonizadora era transformar uma paisagem de natureza quase virgem em um local onde pudesse

---

<sup>30</sup> Tais como Robert Avé-Lallemant (1858), Hermann Blumenau (1848), Arcângelo Ganarini (1880), Hugo Zoeller (1882), entre outros.

viver aquele povo proveniente do chamado “berço da civilização ocidental”, em nada semelhante à América do Sul (BÖBEL & S. THIAGO, 2010, p. 31). Das florestas que posteriormente foram ocupadas pelos “[...] emigrantes foram totalmente plantadas e apresentavam-se como áreas florestais domesticadas e controladas pelo homem [...]” (SANTOS & KLUG, 2002, p. 91). Assim como, eram destas florestas que utilizavam os recursos necessários para confeccionar suas ferramentas, como o facão ou o machado, para as atividades do cotidiano dos imigrantes.

Com o intuito de reconhecer as áreas já ocupadas na Colônia Dona Francisca e as possibilidades de cultivos na paisagem, Theodor Rodowicz-Oswiecimsky descreve sobre a região oeste da cidade; espaço delimitado como recorte espacial da pesquisa. O imigrante indica que nas proximidades do,

[...] Rio Piray-Piranga e a sua desembocadura na Lagoa Bonita, o terreno vai se tornando intransponível. Esta zona porém continua virgem [...] Para a cultura, poderá ser aproveitada alguma parte destas terras, principalmente para o arroz e em alguns trechos, depois que o capim tome de pé, para pastos [...] (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 65).

Rodowicz-Oswiecimsky ao vislumbrar atividades possíveis e as dificuldades para o desenvolvimento da Colônia destaca que os cultivos eram compostos principalmente por pequenas propriedades, por meio da policultura e o trabalho familiar. O autor aborda algumas das possibilidades de cultivo do arroz, que serão abordadas posteriormente na pesquisa. No entanto, o autor ressalta “fatores predominantes em uma colonização” a importância do imigrante, ter “inteligência”, mas também “capital em dinheiro” para investir, pois ainda assim, “[...] nem sempre resolvem os problemas numa Colônia. A maioria dessas pessoas não estava em condições de serem colonos” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1994, p. 20).

No final do século XIX as representações sobre paisagens e as pessoas na América eram temáticas comuns em inúmeras imagens, seja em desenhos, pinturas, xilogravura, etc; divulgadas na Europa, e por meio de alguns “artistas viajantes” que acompanhavam expedições produziram materiais e/ou pesquisas de cunho “científico-natural”. Nesse contexto, diversas imagens em publicações difundiam,

[...] o gosto pelos álbuns e pelos livros de viagens ilustrados, principalmente de paisagens. A natureza passou a ser valorizada por si mesma [...]. Mas essas paisagens exóticas eram retratadas a partir de lugares-comuns, o que fazia que a natureza de lugares distantes

fosse ajustada ao gosto europeu, tornando-se assimilável ao público a quem eram destinadas [...] (ROSSATO, 2005, p.01).

Luciana Rossato (2005) ao estudar imagens produzidas pelo viajante sobre a paisagem da Ilha de Santa Catarina pondera que nesse contexto há uma expansão de publicações científicas no continente europeu, e a arte gráfica passou a ser mais utilizada como “ilustração do conhecimento”, promovendo um estreitamento nas relações entre o “artista” e o “cientista”, ao buscarem realizar as imagens que fossem mais aproximadas do possível do objeto observado. Segundo a autora, muitas dessas publicações intentavam uma valorização do passado através do gosto pelo pitoresco, “[...] numa visão estetizada da natureza, no momento em que na Europa a paisagem estava sendo profundamente transformada por causa da Revolução Industrial (ROSSATO, 2005, p. 01).

**Figura 3** - Casa de Rodowicz na Colônia Dona Francisca [1853]



Fonte: RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 27.

Rodowicz-Oswiecimsky, assim como outros imigrantes conhecia alguns dos materiais publicados no continente europeu sobre o Brasil, e, discordando das formas de representação a partir do que constatava em suas viagens, publica em sua obra diversas ponderações acerca do cotidiano dos imigrantes e a paisagem da

Colônia Dona Francisca. Sua ligação com as Ciências Naturais são evidenciadas a partir dos conhecimentos publicados pelo viajante sobre as plantas e a vegetação descritas, assim como em seus desenhos produzidos para ilustrar o que observava sobre a Colônia Dona Francisca.

Entre as imagens produzidas por Rodowicz-Oswiecimsky, o autor desenha seu lugar na Colônia Dona Francisca, mostrando a sua casa e a vegetação em torno, como o caso das árvores e as palmeiras facilmente identificadas, mas também as áreas dedicadas à lavoura nas laterais da moradas e o plantio de plantas na entrada da residência (Figura 3). As ilustrações feitas pelo imigrante apresentam sinais do que ele compreendia sobre o “real” da paisagem que interpretava e registrava. Algumas delas tratam-se de variadas temáticas, desde casas que conheceu na Colônia, há registros de plantas, engenhos e pessoas no cotidiano local; mas destaca-se seu interesse nos registros “paisagem européia” por meio das edificações realizadas.

Outro documento que é imprescindível para se refletir sobre a paisagem e o cotidiano agrícola é o do viajante Avé-Lallemant, que conheceu a Baía da Babitonga após alguns anos de sua fundação, no ano de 1858. Segundo Santos (2002), Avé-Lallemant, foi um médico alemão que residiu no Rio de Janeiro aproximadamente 17 anos, e ao retornar após um tempo na Alemanha, quando retornou ao Brasil fez uma viagem para a região sul do país, escrevendo um livro sobre os lugares que conheceu intitulado “Viagens para Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”. Nessa obra, o viajante faz referências a diversos lugares e à economia e hábitos culturais locais, e sobre a Colônia Dona Francisca, diz que esta é, “[...] Uma grande planície conquistada à mata virgem, de um lado à margem do rio [...]” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 181). Para o viajante,

Há, entre eles, gente de formação erudita, de origem nobre; e o que é mais apreciável é que conservando sua boa educação, eles enfrentam os duros trabalhos coloniais vigorosamente, infatigavelmente, e manejam com vantagem a enxada e o machado [...] (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 183).

Descrevendo que poderia encontrar entre as casas de imigrantes, “[...] uns setenta terrenos, na melhor ordem e anseio, um ao lado do outro, não muito juntos, mas arejadamente espaçados [...]” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 181). O autor enaltece em vários momentos de seu discurso a “ordem existente da Colônia”,

constituída por “pessoas nobres e cultas”, em referência às suas representações sobre a predominância de um “germanismo”<sup>31</sup>. Nessa perspectiva destaca apenas o trabalho de alguns dos grupos sociais da Colônia, embora também aponte sobre a existência de outros grupos que contribuíam ao desenvolvimento local, pois sua narrativa ressalta o “enobrecimento” e o papel dos “alemães” ao ocuparem essas terras.

Ao conhecer as colônias do Vale do Itajaí e do norte catarinense, como Blumenau e Dona Francisca, Avé-Lallemant registrou em suas viagens diversas representações sobre a paisagem regional. E, ao escrever sobre a Colônia Dona Francisca também, “[...] suas impressões já incluíam interferências dos imigrantes nas transformações da floresta existente [...]” (SANTOS & KLUG, 2004, p. 95). Segundo Carlos Renato Carola (2010), Avé-Lallemant, procurando descrever a paisagem e os costumes dos povoados por onde passavam, tem uma narrativa próxima de outros discursos de imigrantes que percorreram o Brasil nos séculos XVIII e XIX. Percorrendo quase todas as localidades povoadas de Santa Catarina,

[...] Avé-Lallemant explicita suas observações pela lente do homem europeu civilizado. A cultura material é comparativamente representada como se estivesse num estágio inferior da escala evolutiva. A natureza brasileira, geralmente vista com admiração, é um indicativo de falta de civilização; ela precisa ser analiticamente decifrada, identificada e dominada (CAROLA, 2010, p. 01).

Santos e Klug (2003) analisam algumas das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, considerando que não se pode afirmar que esses viajantes e moradores da Colônia “adaptaram-se ao meio” investindo os seus modos de vidas na Europa para a paisagem local, visto que há muitas diferenças entre a natureza e os modos de vida com que se deparavam na Colônia, sendo mais adequado, segundo os autores, considerar como processo de “ajustamento” desses imigrantes com o novo ambiente. Para esses pesquisadores, o processo de interação com o “ambiente” representava importantes mudanças culturais para os imigrantes, pois a “dita adaptação”, “[...] ocorreu através de ajustes em suas ‘bagagens de significados’ aliadas às transformações ocorridas na floresta ao longo da ocupação dos colonos”

---

<sup>31</sup>Conforme Avé-Lallemant (1980) durante seus primeiros dias foi preso por Leoncé Aubé, como “representante real” da Colônia, que inicialmente prendeu o viajante ao suspeitar dos seus interesses ao visitar a Colônia. Apesar da situação, o autor conta que depois de solto foi bem recebido na casa de Aubé, e posteriormente tece elogios sobre a sua forma de direção colonial.

(SANTOS & KLUG, 2003, p. 92). A floresta enquanto paisagem que é “inimiga” que deveria ser “derrotada”, “[...] passa aos poucos a ser aliada dos colonos [...]” (SANTOS & KLUG, 2003, p. 102).

Entre as representações sobre a Colônia Dona Francisca, é possível reconhecer narrativas que mencionam a importância do cultivo agrícola para o cotidiano local; que era incentivado por meio do exercício de derrubada da floresta a fim de abrir espaços para as atividades de plantio e promover o desenvolvimento da Colônia. Nesse sentido, as terras cultivadas também representavam esforços e perspectivas dos imigrantes para a domesticação de uma “paisagem selvagem e inóspita” (ARRUDA, 2009; CÔRREA, 2008, RONCAGLIO, 2009). Essas diferentes narrativas expressam algumas das formas com que os viajantes e imigrantes racionalizaram seu entendimento de domínio frente à natureza é uma temática intrigante que tem fomentado o desenvolvimento de diversas pesquisas e metodologias. Considerando a grande dimensão que essa problemática pode suscitar para o estudo da história da agricultura e da paisagem regional, é necessário reconhecer a importância de novos estudos acerca das relações dos imigrantes com a floresta e as atividades agrícolas praticadas na Colônia Dona Francisca. Nesse viés, a pesquisa pretende reconhecer e analisar fontes que se referem ao cultivo do arroz e suas relações com as transformações da paisagem da cidade de Joinville. Através da constatação de sua relevância dentre as atividades agrícolas no cotidiano da Colônia Dona Francisca, buscarei dar continuidade no próximo subtítulo aos estudos acerca dessas narrativas, analisando e discorrendo sobre os registros das práticas de plantio de arroz empregadas na paisagem local.

## **1.2 Paisagens de plantio do arroz na Colônia Dona Francisca**

O arroz, assim como outras sementes exógenas cultivadas no Estado de Santa Catarina, fez parte do processo de colonização e intervenção agrícola empreendido na paisagem da região da Baía da Babitonga desde meados do século XVII. Em algumas fontes históricas locais é possível identificar relatos que remetem

às atividades de plantio do arroz praticadas por imigrantes<sup>32</sup>. A partir do século XIX, o arroz é referido como um dentre os alimentos e atividades agrícolas que eram cultivados em pequenas e médias propriedades na Colônia Dona Francisca. Com o intuito de discutir sobre o cultivo do arroz na paisagem local, buscarei reconhecer e analisar narrativas sobre suas práticas de cultivo por meio de viajantes e imigrantes, cartas e jornais publicados nesse período.

O historiador Donald Worster (2003) ao apresentar a noção de “sistema agroecológico” procura atentar a importância do estudo das relações humanas e às suas práticas nas transformações da terra para servir a propósitos agrícolas. Para o autor, num sistema agroecológico fomenta-se o desenvolvimento de um “ecossistema domesticado”, que envolve processos contínuos de fluxos para a reestruturação do local e a introdução de alimentos. Nesse sentido, na paisagem da Colônia Dona Francisca foi exercida pressões com relação à sua produção econômica, estimulando a construção de estratégias locais para extrair recursos do ecossistema e realizar atividades de plantio visando o seu desenvolvimento e sobrevivência, contribuindo a um conjunto de propósitos agrícolas elegidos.

Donald Worster (2003) ressalta que historicamente nas atividades agrícolas seja, “[...] numa moderna agroindústria da Califórnia ou [...] num antigo arrozal na China”, se constroem sistemas agroecológicos próprios que se constituem sujeitos às leis do ecossistema. Para o autor, um sistema agroecológico pode possuir semelhanças com outros sistemas de cultivo que são praticados em diversos lugares, tais como as atividades de queimadas, interstício de campos abertos ou métodos de plantio, mas na medida em que são socialmente construídos no ecossistema, possuem também particularidades daqueles que a praticam. O autor problematiza as relações das intervenções humanas por meio da agricultura e a introdução de outras espécies, como o caso do arroz, que para o seu cultivo “como planta exógena”, modifica e disputa espaços com a fauna e flora nativa. Conforme Worster (2003), no desenvolvimento de uma pesquisa é necessário se questionar a fim de buscar os melhores caminhos para compreender, de maneira mais próxima possível, o passado humano no ambiente. Nesse intuito, a pesquisa neste subtítulo,

---

<sup>32</sup> Para Denise Silva (2003) e Borba e Bandeira (2013), São Francisco do Sul além da pesca, tinha como uma das suas principais atividades econômicas o cultivo de arroz, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, entre outras. Segundo Borba (2013, p. 96) o trabalho rural assumia importante atividade econômica da Vila que no final do século XVII já contava com mais de dezenove engenhos, especialmente para a produção de aguardente e farinha de mandioca.

visa por meio de diferentes fontes históricas, reconhecer e analisar práticas de cultivo do arroz durante a formação da Colônia Dona Francisca.

Em âmbito regional, a partir do processo de ocupação das florestas e a proposta de formação de colônias estrangeiras na então Província de Santa Catarina se impulsionou significativas intervenções na paisagem, assim como transformações sociais e culturais . Entre os séculos XVI e XVII na região da Baía da Babitonga existia uma paisagem distinta, onde eram reconhecidas a presença de moradores luso-brasileiros, africanos e indígenas<sup>33</sup> (FINDLAY, 2011; FICKER, 2008; GUEDES, 2007). A partir da segunda metade do século XIX, milhares de europeus imigraram com o intuito de fundar uma “Colônia Agrícola” na região nordeste da Província, ajudando a moldar uma paisagem cultural construída onde anteriormente eram consideradas “terras devolutas” que pertenceram à princesa Francisca e o príncipe de Joinville<sup>34</sup>.

Com a proposta prevista no contrato acordado com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo se engendrava a chegada de europeus interessados em adquirirem propriedades e assumirem o papel de colonização e desenvolvimento de atividades agrícolas na paisagem local. Entre “[...] 1850 a 1888, encaminhara 17.408 colonos à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina [...]” (RICHTER, 1942, p. 15), através de diversas levas de imigrantes provenientes de inúmeras localidades da Europa, tais como germânicos, suíços, noruegueses, prussianos, franceses, dinamarqueses, russos, holandeses e posteriormente italianos, entre outros. Ao imigrarem traziam consigo conhecimentos a partir dos lugares que moravam anteriormente, como o exercício de diferentes ofícios. Na Colônia Dona Francisca a maioria destes imigrantes não estava preparada para os trabalhos da agricultura, que mais que fomentar uma a produção de mercadoria, era primeiramente, uma questão de sobrevivência na paisagem regional (COSTA, 1996). Considerando que dentre os imigrantes,

---

<sup>33</sup> É possível identificar em diversos documentos sobre a história local desde aqueles “oficiais” produzidos pela administração da Colônia, assim como nas cartas de Sesmarias, registros como notas de óbitos e batismo, inventários, entre outros, narrativas que evidenciam a presença de diversos sujeitos que já moravam na região (FINDLAY, 2011; FICKER, 2008; GUEDES, 2007).

<sup>34</sup> Nesse sentido, ainda que a região da Baía da Babitonga já fosse ocupada há milhares de anos por grupos “nativos” intitulados como “índigenas”, e por grupos étnicos provenientes de outros lugares, a maior parte dos documentos escritos privilegiaram a construção de narrativas que descrevem a região como uma paisagem que era “desabitada”, ou “inóspita” (CÓRREA, 2008).

[...] vieram vários oficiais de exércitos dissolvidos na Europa e de uma elite cultural com aptidões e formação profissional de diferentes áreas, que não estava habilitada ao difícilíssimo trabalho na floresta virgem, já que no seu projeto inicial essa região fora concebida para ser uma Colônia Agrícola (COSTA, 1996, p. 26).

Não obstante à esse projeto, era comum a inexperiência de muitos imigrantes para os trabalhos agrícolas já que nem todos que chegaram à Colônia Dona Francisca eram agricultores (COSTA, 1996; FICKER, 2008). Entre os imigrantes europeus, muitos eram operários, artesãos, industriais, cientistas, intelectuais<sup>35</sup>, assim como, “oficiais de exércitos dissolvidos que tiveram que superar a decepção inicial e acostumar-se ao trabalho de erguer uma colônia em meio à floresta” (BRUHNS, 1994, p. 37). Para Lara Costa, nesse contexto “[...] os imigrantes tiveram que se adaptar às intempéries” ensejando uma colônia por meio da formação de propriedades com casas e espaços de cultivo, em que aos poucos também foram, “[...] surgindo as primeiras “vendas” e indústrias, como olarias, serrarias, marcenarias, engenhos de arroz, de araruta, de açúcar [...] (COSTA, 1996, p. 26-27).

Os documentos escritos por imigrantes ou viajantes que conheceram ou imigraram na Colônia Dona Francisca possuem diversas narrativas sobre o desenvolvimento de atividades agrícolas na localidade. É possível reconhecer em algumas dessas fontes discursos de otimismo em relação à paisagem, descrevendo-a como “boa” para o desenvolvimento dos colonos, instalada num ambiente agradável para se viver, cultivar alimentos entre outros produtos; porém também há outras narrativas que enumeram dificuldades locais tal como “[...] condições climáticas e terras constituídas pelos mangues não muito propícias ao plantio, sua economia na área industrial” (COSTA, 1996, p. 26). Em algumas fontes também podem ser identificadas narrativas divergentes sobre os “conflitos étnicos” na Colônia Dona Francisca que aconteciam entre os “colonos” e os grupos nativos chamados de “selvagens” indígenas ou, com outros grupos que ocupavam a paisagem (MATHYAS, 2007). Tal como pode se notar no Senso da “Colônia” publicado em 1856, entre “as vantagens especiais que a Colônia oferece” considerando que, “[...] durante seis anos de existência da Colônia, não se registrou

---

<sup>35</sup> Nem todas as fontes apresentam descrições mais detalhadas sobre as atividades ou profissões dos viajantes anteriores ou posteriores à imigração, contudo, a partir de alguns desses registros a historiografia local tem afirmado que se tinha uma variedade de formações profissionais e grupos étnicos entre os moradores da Colônia Dona Francisca.

o mínimo incidente, [...] aliás, ninguém pode se vangloriar de ter visto um bugre dentro dos limites da Colônia” (BÖBEL, 1986, p. 09). Na transcrição de Maria Theresa Böbel (1986) apresenta algumas das relações com os “bugres” na Colônia, apontando como positivo os “poucos” contatos dos imigrantes com os grupos indígenas<sup>36</sup>, poderia se construir discursos a fim legitimar a imagem de passividade e prosperidade dos colonos diante dos “obstáculos” na paisagem da Colônia Dona Francisca<sup>37</sup> (BÖBEL, 1986). No entanto, não se pode esquecer que desde a chegada dos portugueses, aproximadamente dois séculos antes do contexto de criação desta “colônia”, “[...] os grupos indígenas foram sendo “empurrados” para o interior do território” (SILVA, 2001, p. 55). Sendo diferenciadas as tensões e as relações desses grupos em uma paisagem em transformação (CÔRREA, 2012; RONCAGLIO, 2009).

Dois anos após o Senso de 1856, Robert Avé-Lallemant (1858) publicou “Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”. Como já apresentado, nessa publicação esse autor faz importantes referências às situações da agricultura, a construção de estradas e moradias na paisagem regional. Ao ponderar sobre presença de grupos indígenas, Avé-Lallemant (1858) recorda especialmente sobre a região oeste da Colônia, entorno do Rio Piraí, nas proximidades da recém fundada comunidade de Anaburgo<sup>38</sup>. O viajante ressalta como aprendeu com os colonos algumas histórias sobre contatos conflituosos com grupos indígenas na região. Observando as matas e a proposta de extensão da comunidade de Anaburgo na paisagem, o autor ironiza sobre o termo “localidade”, considerando-o “utópico” diante da realidade que observava, “abanei a cabeça, incrédulo”, divergindo da opinião de seu acompanhante Sr. Heeren que tinha uma visão otimista sobre essa possibilidade de expansão para “daqui a uns dois anos”. Avé-Lallemant considera ser um tempo curto para o rápido crescimento de Anaburgo comparado, “[...] Há dois anos, a atual Anaburgo era também uma semelhante

---

<sup>36</sup>Acerca dos “grupos indígenas” cabe ressaltar que são inúmeros os sítios arqueológicos já identificados na paisagem local e por meio do estudo da materialidade desses lugares podem ser considerados diferenciados os vestígios, etnicidades e temporalidades a eles associados. Vide em “Joinville: primeiros habitantes”, 2010.

<sup>37</sup> Segundo Mathyas (2007, p. 156) em jornais que circulavam no contexto de administração da Colônia evidenciam que a imagens sobre a “Colônia” que, “[...] estava longe de ser considerada como ordeira e pacífica”.

<sup>38</sup> Lallemant (1858) explica que o nome foi dado em homenagem à senhora Anaburgo, esposa de Aubé.

floresta virgem e apenas uma picada ousara penetrar o sombrio esconderijo de onças e bugres” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 118).

Embora o Governo Imperial tivesse conhecimento sobre a presença de outros sujeitos que já residiam na paisagem local, antes e durante o processo de formação como então “Colônia Dona Francisca”, buscava-se impulsionar em âmbito nacional outra estratégia de trabalho, visando à substituição da mão de obra escrava privilegiando o trabalho assalariado de imigrantes europeus, estimulados a participarem em um projeto de colonização local por meio dos sistemas de compra e venda de terras. No entanto, é necessário considerar que foram distintas as relações dos grupos étnicos adventícios com o dos “nativos” na paisagem, envolvendo as memórias e experiências de cada sujeito e a sua temporalidade (SEYFERTH, 2011). Reconhecendo a abrangência dessa problemática, é necessário levar em consideração que em alguns trabalhos sobre a história local encontram-se narrativas que buscaram privilegiar ou sobrepor a participação do imigrante europeu e o seu trabalho em abrir picadas em meio à floresta, visando construir caminhos para a “civilização”. Muitos desses discursos possuem subjetividades, que corroboram para “[...] minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem, indígenas, brasileiros ou negros” (GUEDES, 2007, p. 02).

Segundo Paulo Zarth (2013), tendia-se a desvalorizar alguns conhecimentos e, principalmente sobre as populações “tradicionais”, assim buscava-se não discutir ou minimizar essa relação com outros grupos, contudo, o espaço da imigração pode também ser o território indígena, afro-brasileiro, caboclo e, “[...] revisar a escrita da imigração e da colonização significa revelar outras práticas de interação ambiental historicamente constituídas no espaço regional” (ZARTH, 2013, p. 160). Nesse sentido, na historiografia local alguns trabalhos têm buscado se diferenciar de tais perspectivas de escrita, identificando e refletindo sobre outras histórias de sujeitos que até então não eram reconhecidas na historiografia tradicional de Joinville.

Algumas dessas fontes apresentam discursos de experiências e práticas de cultivo do arroz, como o caso de relatos de imigrantes, jornais e livros que circulavam pela Europa, ou através de cartas desses imigrantes; narrativas produzidas por diferentes sujeitos, perspectivas e representações sobre o cotidiano e a paisagem da Colônia Dona Francisca. Na publicação de Antônio João Vieira<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Publicado no “Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro” por Coronel Antônio J. Vieira no dia 17/02/1852, traduzido por Ficker (2008).

nota-se importantes considerações sobre as construções erigidas pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para receberem imigrantes na Colônia que eram “cabanas” que possuíam, “[...] ao lado ou no fundo seus roçados, [...] canteiros plantados de milho, arroz, feijão e outros grãos [...]” (FICKER, 2008, p. 112).

Segundo Vieira, as experiências de cultivo do arroz naquele ano passaram por algumas dificuldades, e assim, esperava-se que fossem melhoradas para as próximas colheitas. Para o autor, essas atividades de plantio estavam sendo realizadas, “[...] sem prepararem a terra, sem a escolherem apropriada e sem atenderem à estação<sup>40</sup>”, a fim de construir em sua narrativa uma imagem de desenvolvimento agrícola local, enfatizando a superação dos imigrantes em meio aos desafios durante os primeiros anos de formação da Colônia.

Carlos Ficker (2008) transcreveu a publicação de Vieira no livro “História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca” considerando a narrativa como um documento histórico “de primeira ordem” sobre a Colônia. No entanto, é importante perceber o lugar de Vieira<sup>41</sup> em sua escrita. O coronel que provinha de uma família fluminense, foi comandante da Guarda Nacional na década de 1840, e representava naquele momento aos interesses do Príncipe de Joinville atuando como seu procurador na Colônia. Por meio dessa publicação, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1852, o coronel Vieira buscou destacar seu trabalho e de Leoncé Aubé para a Colônia dissertando sobre as atividades dos imigrantes para o fortalecimento econômico da localidade<sup>42</sup>.

Na carta escrita em 1853 pelo imigrante Von Randow, o europeu relata acerca das suas atividades com o plantio do arroz. Nessa carta escreve: “[...] quanto às colheitas, o arroz vale a pena. O alqueire é vendido por 1 mil réis ou acima disto [...]”<sup>43</sup>. Von Randow continua o seu relato comentando a colheita de arroz daquele ano na Colônia que estava sendo superior à produção de milho. Sobre a sua experiência de plantio escreve: “[...] Eu também já plantei arroz e depois que eu

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Vieira é indicado na história local como um dos moradores da região da Baía da Babitonga que mais possuem registros em Cartório sobre suas posses e notas de batismos de crianças escravizadas. Ver mais em: Elly Herkenhoff (1997), Ficker (2008) e Cunha (2011).

<sup>42</sup> Segundo Ficker (2008) o Coronel Vieira já possuía propriedades na região da Baía da Babitonga em 1826, sendo mencionado nos Livros de Registros da Paróquia de São Francisco Xavier de Joinville. Para Bobel (1988, p. 10) o coronel possuía uma extensa propriedade situada entre o Rio Bucarein e Rio Itai Guaçu (Atual Bairro Itaum de Joinville-SC), lavoura e a posse de muitos escravos.

<sup>43</sup> Carta de Von Randow publicada no Der Kolonist de 25/09/1853, consultada na Hemeroteca Digital Catarinense e traduzida por Brigitte Brandenburg.

limpei o cultivo, o arroz já se encontra pela segunda vez em florescimento<sup>44</sup>". Segundo a tradução de Briguite Brandenburg, Von Randow menciona algumas das propriedades que investiam no cultivo de arroz na Colônia, destacando a do Sr. Ehlers<sup>45</sup> onde estava sendo construído um moinho para o beneficiamento do arroz, milho e farinha de mandioca; assim como a propriedade de Aubé que construía outro moinho de arroz e também comprava relevante quantidade de arroz.

No ano de 1857 é publicado em Paris "Notice sur Dona Francisca"<sup>46</sup> como uma carta de Leoncé Aubé em que faz referências sobre a paisagem, alimentação e cotidiano local. Além de participar do contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo imigrou para a Colônia Dona Francisca como representante dos interesses do príncipe de Joinville. Nesse sentido, é importante considerar que a narrativa exprime alguns de seus objetivos com a sua publicação na Europa a fim de contribuir para a imigração noticiando trabalhos financiados para os empreendimentos agrícolas como imagem do "desenvolvimento da colônia". Na publicação escreve sobre sua identificação com os campos de arroz que faziam parte dessa paisagem<sup>47</sup>,

Na nossa frente, à direita e à esquerda, se estendendo nestas grandes planícies; elas são cobertas de uma erva verde onde a extremidade parece amarelar [...]. É um campo de arroz, esta preciosa substância que forma a base da alimentação de um terço do gênero humano e que é igualmente procurado em todas as partes do mundo. [...]<sup>48</sup>.

O imigrante compara as plantações de arroz, como "erva verde onde a extremidade parece amarelar", lembrava às plantações do trigo e da cevada, dissertando romanticamente como paisagens de um passado com as "espigas douradas que deixamos na Europa"<sup>49</sup>. Ao reconhecer o arroz como possível de ser

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Em umas das cartas de Ottokar Dörffel para a sua mãe em Hamburgo, refere que adquiriu uma das propriedades do Sr. Ehlers que possuía também um engenho (HERKENHOFF, 1981).

<sup>46</sup> NOTICE SUR DONA FRANCISCA, PAR M. L. AUBÉ, AVEC UNE CARTE DE LA COLONIE. Tiré de l'ouvrage intitulé Francé et Brésil, Au bureau de la Cie Franco – Allemand, 8. ed. Paris: 1857. Tradução de Maria Luiza Schwarz, concedida a autora em abril de 2016.

<sup>47</sup> Como o caso da narrativa de Saint Hilaire (1978) que se refere à economia e às práticas de cultivo do arroz durante a sua viagem no ano de 1840 em São Francisco do Sul e arredores da paisagem da Baía da Babitonga.

<sup>48</sup> NOTICE SUR DONA FRANCISCA, PAR M. L. AUBÉ, AVEC UNE CARTE DE LA COLONIE. Tiré de l'ouvrage intitulé Francé et Brésil, Au bureau de la Cie Franco – Allemand, 8. ed. Paris: 1857. Tradução de Maria Luiza Schwarz, concedida a autora em abril de 2016.

<sup>49</sup> Idem, p. 409.

cultivado na paisagem, Aubé enaltece a escolha do seu cultivo elencando algumas das vantagens para se investir nesse cultivo entre as outras atividades agrícolas da Colônia Dona Francisca. Na publicação compara o cultivo do arroz com o da mandioca, onde acreditava ser vantajoso que “[...] a cultura de arroz não necessita de um preparo ou de uma manutenção do terreno<sup>50</sup>”. Contudo eram necessários alguns cuidados para o plantio, assim, Leoncé Aubé escreve sobre alguns dos saberes e práticas dos imigrantes para realizar o cultivo do arroz na paisagem da colônia,

Se a floresta foi bem queimada no tempo certo, ou seja em outubro e novembro e que seja imediatamente semeado, a planta aparecerá dentro de alguns dias, e com uma tal energia, que ela não permitirá que nenhuma outra lhe ultrapasse, e também ela irá sufocar as ervas parasitas. Depois de ficar 6 meses na terra o arroz esta maduro e pode ser cortado<sup>51</sup>.

Leoncé Aubé propõe que o cultivo do arroz poderia facilitar os trabalhos posteriores de intervenção dos imigrantes sobre a paisagem. Com sua introdução como planta exótica seria possível promover a sua extensão e predominância sobre a vegetação nativa, a perspectiva era a de que fosse capaz de “sufocar as ervas parasitas”; reduzindo os custos das atividades que os colonos precisavam financiar no preparo do campo, e assim poderia contribuir com o desmatamento e acelerar o processo de transformação da paisagem. Após o plantio se,

[...] diminui os custos primitivos do desmatamento, das sementeiras e da colheita, gerando pelo menos 100 francos limpos do produto, isto quer dizer mais ou menos como o preço da mandioca. No mais, se o terreno for limpo, no ano seguinte obteremos, sem semear uma nova colheita, menos abundante sem dúvida, mas também sem custos<sup>52</sup>.

Em outras palavras, por meio do arroz poderia se transformar a terra num “sistema agroecológico” (WORSTER, 2003), como paisagem domesticada na Colônia Dona Francisca. A partir dessa publicação, Aubé ressalta que o arroz poderia ser um bom investimento, trazendo algumas considerações sobre o seu preparo e comercialização. Segundo o autor após a colheita era necessário o trabalho de descascamento dos grãos, descrevendo que a palha “fosse batida” para

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem, p. 410.

se separar do grão, pois, “[...] ele é coberto de uma película ou de uma palha que deve ser retirada pelas máquinas que o reduz pela metade de seu volume definitivo”<sup>53</sup>.

Para Leoncé Aubé, era mais proveitoso ao produtor que o arroz fosse armazenado mantendo a sua “película”, pois dessa maneira poderia se prolongar o tempo de conservação, não sendo necessário o seu beneficiamento imediato após a colheita, mas somente quando o colono tivesse a intenção de vender. Conforme o imigrante era, “[...] uma mercadoria susceptível de ser vendida e que em efeito sempre tem um custo fixo, dependendo do preço do arroz comum no mercado [...]”<sup>54</sup>. Segundo a narrativa, a formação de “campos de arroz” na paisagem era também uma das estratégias para o desmatamento e desenvolvimento local, trazendo ao leitor a idéia de que através do seu cultivo o imigrante poderia ter a perspectiva de um retorno financeiro sobre os primeiros trabalhos investidos nas propriedades na Colônia. Entretanto, é necessário pontuar que as representações sobre o arroz na paisagem também expressam algumas das perspectivas de Leoncé Aubé, por meio desse documento publicado na Europa, sua produção tinha o intuito de divulgação dos seus trabalhos assim como visava fomentar maiores investidores e imigrantes para a colônia.

Com a experiência de sua viagem, Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (1853) em “A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil”, procurou avaliar o trabalho da Sociedade Colonizadora de Hamburgo na paisagem local e, “[...] fazer considerações sobre todo o território a ser colonizado, para assim facilitar um julgamento mais objetivo quanto aos relatórios da Diretoria da Colônia” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p.52). Como já apresentado, é importante notar que embora a prioridade dessa publicação não fosse a de realizar uma “descrição da história natural” ou um “manual agrícola da colônia”, Rodowicz faz diversos comentários sobre as relações sobre as atividades humanas e a paisagem local. Por meio de relatos sobre o cotidiano dos imigrantes, descreve aspectos da fauna e flora, como também é possível identificar sugestões sobre atividades agrícolas que eram, ou que poderiam ser, praticadas na Colônia Dona Francisca<sup>55</sup>, relatando

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> O livro Rodowicz-Oswiecimsky dialoga com outras publicações de viajantes em colônias agrícolas que circulavam na Europa sobre paisagem e colonização no Sul do Brasil, como o caso dos escritos de Avé-Lallemant e Dr.Hermann Blumenau.

algumas das atividades de investimento como colonos. Para o imigrante, era interessante o registro de algumas sementes que poderiam ser cultivadas já que, “a plantação é para a Colônia o assunto mais importante [...], por isso vou tentar explanações sobre os métodos de preparar a terra” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 71). Com esse propósito considerava ser necessário,

Primeiro, [...] a derrubada de 10 morgos. [...] Esta derrubada terá que secar de dois a três meses, antes de se atear fogo. Neste ínterim, se limpará o lugar para a construção de uma vivenda [...]. Pode se construir uma casa abrigada ao vento e chuvas [...] (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 72)

Rodowicz-Oswiecimsky considerou algumas construções da Colônia “com mais capricho”, ressaltando as propriedades consideradas mais abastadas que, “[...] já se assemelham às européias [...]” (OSWIECIMSKY, 1992, p. 40). Sobre o processo de construção da casa à colheita a narrativa possui um viés de orientação aos colonos imigrantes a fim de que pudessem realizar empreendimentos na paisagem local, como se pode perceber na narrativa: “Bem, se a mata for queimada, [...] se limpará o terreno dos galhos e troncos finos<sup>56</sup>, juntando-os e queimando-os deixando os troncos grossos [...]” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 72). Depois do terreno preparado, “[...] procederá ao plantio de batatinha, feijão, mandioca, cana, algodão, etc.” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 72). E como utilização da enxada pode se fazer,

[...] uma cova larga, mas não funda, de modo que a terra virgem do fundo não seja revolvida. Colocadas ali sementes ou mudas, há que cobri-las levemente. [...] Assim as terras serão aproveitadas com várias culturas, pelo espaço de 3 a 5 anos. Passado este tempo, o chão vai se tornando mais pisado e as ervas daninhas começam a invadi-lo (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 72).

Ensejando o processo de expansão de propriedades e desenvolvimento da paisagem colonial, o autor sugere que um maior aproveitamento da produção agrícola seria realizado se os proprietários locais adotassem novas utilizações às áreas roçadas após o período de produção dos alimentos. Considerando que, esses terrenos poderiam ser transformados em pastos, com o capim para alimentar aos

---

<sup>56</sup> Conforme Rodowicz (1992) o preço cobrado para realizar o trabalho de remoção dos troncos maiores era muito elevado, comparando o custo como equivalente ou até o mesmo superior ao preço pago pelo terreno, o que dificultava ao colono com menores posses.

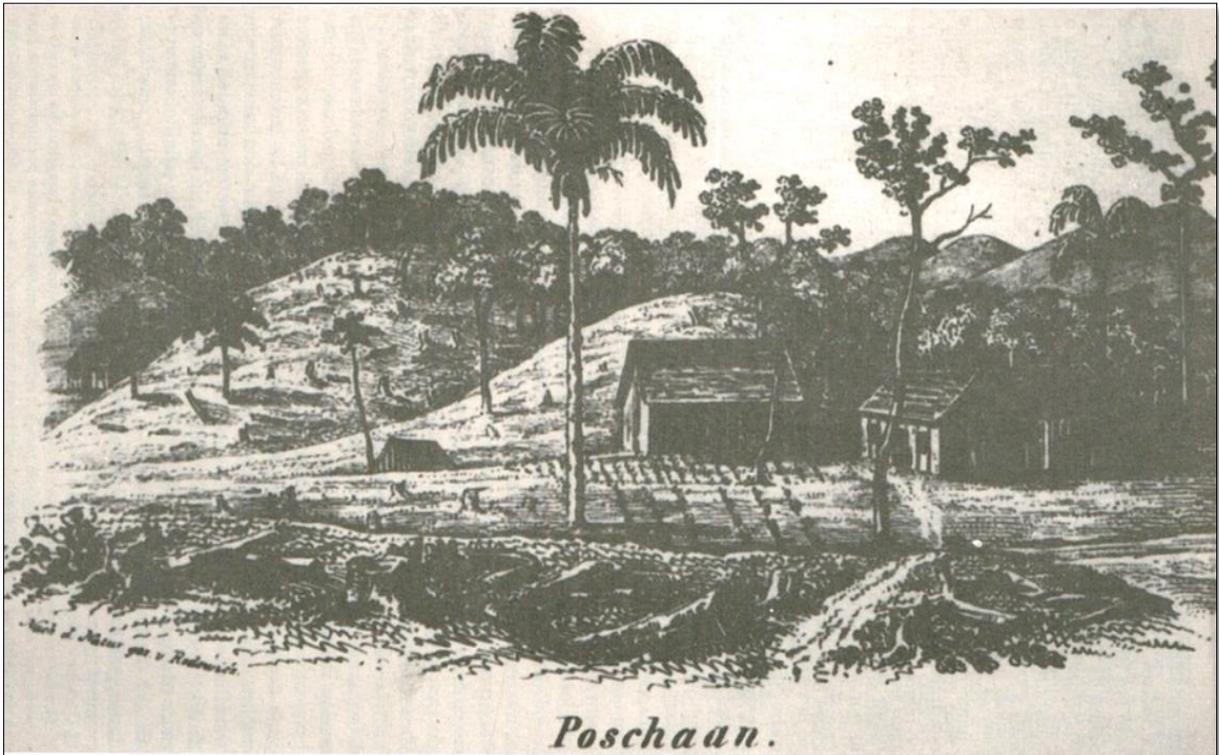
gados, pois assim poderá, “[...] o lavrador avançando ano após ano, fazendo derrubadas e sempre aumentando seu pasto e, conseqüentemente seus animais” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p. 72). Para ele, seria “com este sistema simples de cultivar, “[...] que inúmeros colonos no Sul do Brasil conseguiram para si e para os seus, viver patriarcalmente, na fartura e na paz de suas propriedades, embora houvesse custado muito suor [...]” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p. 72). A partir dessas considerações, pode-se identificar há convicção de Rodowicz em buscar descrever detalhadamente os trabalhos dos imigrantes para tornar a floresta uma “paisagem domesticada” (WORSTER, 2004; THOMAS, 2000), e desse modo, busca-se distinguir do que é “selvagem”, a partir da inserção de seus modelos de “civilização” (ARRUDA, 2009; CORREA, 2008, RONCAGLIO, 2009). Para Dora Correa (1998), nas narrativas desses imigrantes e viajantes europeus pode se encontrar ou não elementos em comuns entre si, pois também representam diferentes imagens a partir das experiências e conhecimentos de cada sujeito com a paisagem. Nesse sentido, fazem parte de um “[...] conjunto de elementos concretos de um local que são visualizados, interpretados, compreendidos e registradas as suas descrições num documento” (CORREA, 2008, p. 137).

Na publicação “A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitânia de Santa Catarina”, Luciana Rossato (2005) analisou concepções de natureza que foram publicadas em relatos de viajantes sobre a Ilha de Santa Catarina. Segundo a autora, é preciso reconhecer que durante o século XVIII se difundiram autores com o interesse em desenhar ou escrever sobre paisagens de diferentes lugares, “onde era cultivado um gosto pelo sublime”, e com uma “visão estetizada da natureza, no momento em que na Europa a paisagem estava profundamente transformada devido a Revolução Industrial” (ROSSATO, 2005, p. 230). É também recorrente que possamos reconhecer em narrativas de viajantes descrições sobre a natureza como “víçosa, gigantesca”, ou como “lugar “onde tudo viceja” uma vez que esta “terra foi agraciada” (ROSSATO, 2005, p.130). Entretanto, os lugares identificados como “insalubres” poderiam ser associados as, “[...] matas “sombrias” e uma “majestade desconhecida” que somente se mostrava com os raios de sol [...]” (ROSSATO, 2005, p.130).

No livro de Rodowicz-Oswiecimsky foram publicadas um conjunto de 20 imagens, divididas por diferentes temáticas, como ilustrações sobre paisagens e as propriedades da Colônia Dona Francisca, e a paisagem que apresenta sobre São

Francisco do Sul. Além de outras imagens que se referem especialmente as plantas e engenhos para o cultivo, além de alguns animais da paisagem local. Entre as diversas propriedades que o viajante buscou ilustrar em seus desenhos de propriedades já cultiváveis para a Colônia como a residência o “Sr. Poschaan”<sup>57</sup> (Figura 4). Nas terras de Poschaan, “as primeiras instalações de cana, feijão e batatas, prometem colheita farta, o que não só o beneficiará, mas principalmente toda a Colônia”, com expectativas de poder apresentar alguns “resultados” a fim de “[...] fazer calar aos eternos descontentes, provando que, quanto ao clima ou fertilidade, não deverá restar dúvidas sobre a Colônia [...]” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 41).

**Figura 4** - Propriedade de Poschaan, por Rodowicz-Oswiecimsky [1853]



Fonte: RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 60.

Na ilustração de Rodowicz (Figura 4), é perceptível o destaque dado às encostas dos morros no fundo do terreno. Segundo o imigrante, na medida em que as terras foram sendo roçadas, mantinha-se “os troncos grandes” e algumas das árvores, como no caso de seu retrato onde a elevada palmeira faz parte do plano

<sup>57</sup> Segundo S.Thiago (2003), o senhor Gustav Poschann imigrou no primeiro ano para a Colônia Dona Francisca por meio da embarcação “Gloriosa” (1851), sendo estes os investimentos dos primeiros dois anos na região.

central da imagem. Para o autor, naquele momento esta propriedade era uma das “mais amplas de toda Colônia”, indicando que o Poschaan buscou investir com a aquisição de alguns mantimentos<sup>58</sup> para aumentar a produção em seu terreno, comentando sobre a ansiedade do proprietário que esperava pela chegada “de uma moenda de açúcar”, encomendada por meio das empresas Montrecht e Rùhe de Hamburgo. Essa compra “[...] deverá chegar na próxima embarcação” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 43), pois “assim, terá meios para o beneficiamento do produto” já que na Colônia existia somente uma prensa para a produção do açúcar, que considera ser esta “insuficiente, de fabricação local”<sup>59</sup>. Para Raquel S. Thiago, Gustav Poschann era um importante “empreendedor agrícola da colônia”, e seus investimentos “[...] teria criado bom número de empregos” (S. THIAGO, 2003, p. 88).

Ao considerar possibilidades para a policultura na paisagem, Rodowicz afirma que alguns alimentos eram mais cultivados entre os colonos. Segundo o viajante, naquele momento os colonos “depositavam suas esperanças” especialmente a produção da cana-de-açúcar e do café, embora ele considerasse que esses plantios não seriam tão rentáveis, pois, “[...] o calor não é suficiente para um amadurecimento uniforme, o que dificulta muito na colheita” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 44). Considerando ser imprescindível para os colonos que procurassem conhecer mais sobre as especificidades de cada plantio, pois,

[...] Ninguém acredita que se poderá plantar em qualquer tempo e obter boas colheitas. Cada planta tem uma ou duas oportunidades para o seu plantio e o atraso, às vezes, só de um mês, faz grande diferença no rendimento (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 62).

Ao escrever sobre algumas de suas preferências para as culturas agrícolas na paisagem da Colônia, destacou o cultivo de arroz. Segundo o autor, “este chão, com excessão dos em que vegetam as plantas do mangue, só se presta para plantar arroz, e para pasto nos lugares mais elevados”, assim como também pode servir “[...] para quase todas as culturas, principalmente para a cana, milho, arroz, [...] é um excelente chão para a manutenção de hortas” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992,

---

<sup>58</sup> Segundo Cunha (2008) a “Sociedade Colonizadora” ao aliciar imigrantes pobres buscou também o investimento de algumas famílias mais abastadas da Europa que dispusessem de recursos financeiros para investir, contando com a mão de obra de seus empregados na “Colônia”.

<sup>59</sup> Entre as propriedades citadas, indenficava que naquele momento o “único produtor de açúcar” era o senhor Leoncé Aubé, representante da Direção da Colônia. No entanto, pontua que Aubé tinha uma pequena produção, considerada ainda como insuficiente.

p. 67). Na narrativa de Rodowicz-Oswiecimsky sobre o investimento para as atividades desses imigrantes na agricultura, seu olhar como estrangeiro sustentava a noção de “progresso” diante paisagem. Entre as suas perspectivas de modernização, o autor acreditava ser necessário para a construção de novos engenhos movidos à força da água. Entretanto, para a situação local do Rio Cachoeira, considerou não ser vantajosa a instalação de “pequenas indústrias que poderiam ser movidas à água”, já que constatava que os rios e cachoeiras da Colônia não possuíam volume suficiente para movimentar engenhos e outras atividades, mas, “[...] ainda não existe serraria nem outras indústrias como engenhos de cana, arroz, mandioca, etc. Funcionando só com força animal, encarecem o produto[...].” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p. 58.)

O autor sugere algumas maneiras que poderia ser realizado o cultivo arroz na paisagem da Colônia, “em terra seca planta-se o arroz, como o feijão e milho, desde setembro até princípios de dezembro [...]”, e o plantio das sementes poderia ser realizado “[...] à distância de um e meio pés. Aí se deitam 5/6 sementes que devem ser levemente cobertas” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p. 76). Para os casos de cultivo feito em “lugares baixos e molhados” afirma que havia uma espécie de Arroz que seria mais apropriada, porém o autor não se refere ao nome da semente indicada. O cultivo de arroz, ainda que sua colheita seja “[...] mais difícil, poderá ser semeado simplesmente” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p.78). A partir de,

[...] quatro meses começam a amarelar as folhas e os frutos. Aproxima-se a colheita. Esta é feita por corte dos cachos cortados individualmente com as suas hastes. Depois de 4/5 meses, procede-se uma segunda colheita. É então malhado, a fim de ser derrubado (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p. 78).

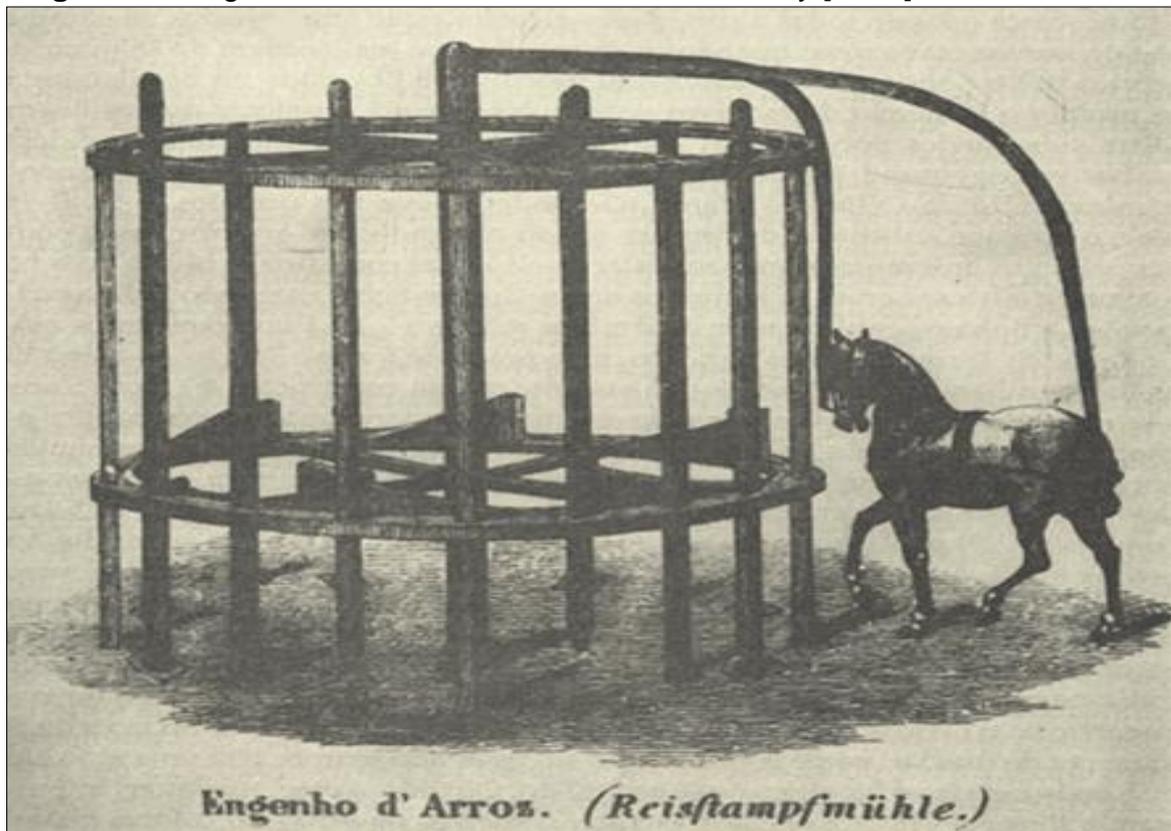
Descrevendo como se fosse cultivado em modo sequeiro, além do plantio do arroz o autor continua a narrativa sobre as etapas posteriores dos colonos para o beneficiamento do alimento no engenho. Após a colheita, “[...] as sementes são levadas ao engenho de arroz para descascamento. Este é movido por meio da roda d’água ou por força animal [...]” (RODOWICZ- OSWIECIMSKY, 1992, p.78). No intuito de representar engenhos de culturas agrícolas diferenciadas<sup>60</sup> que poderiam

---

<sup>60</sup> Rodowicz-Oswiecimsky também apresenta nessa obra outras imagens de engenhos agrícolas utilizados na produção da cana-de-açúcar, algodão, mandioca, entre outros.

ser produzidas na paisagem regional, Rodowicz-Oswiecimsky desenha a estrutura de um engenho de arroz (Figura 5).

**Figura 5** – Engenho d'Arroz de Rodowicz-Oswiecimsky [1853].



Fonte: RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 96

A imagem do engenho de arroz como uma representação, buscava orientar a sua construção (Figura 5). O engenho, em alemão "*Reisstampmühle*", é apresentado como um projeto por meio de breves orientações sobre a sua instalação e funcionamento,

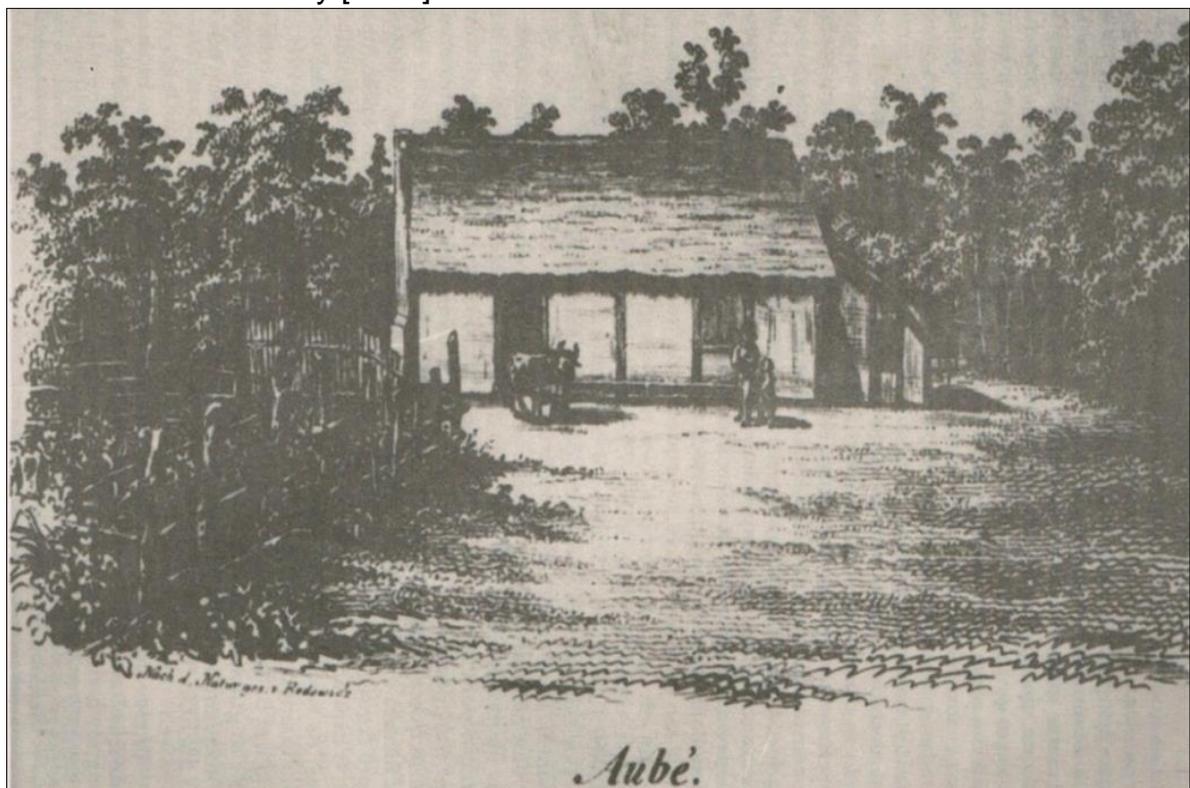
Sua construção consiste em duas rodas concêntricas, das quais a externa é munida de oito pilões de madeira, guarnecidos de ferro, enquanto a interna possui 5 superfícies irregulares, que levantam os pilões para, em seguida, deixa-los cair dentro das caçambas em que se encontram grãos com cascas (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 78).

Embora Rodowicz-Oswiecimsky não escreva acerca dos recursos necessários para fazer a maquinaria, através da imagem é possível identificar aspectos da materialidade com que projetava para o funcionamento do engenho de

arroz, sua estrutura poderia funcionar como uma maquinaria que era movido a partir do movimento de tração animal por meio do movimento circular para poder assim moer os grãos. O autor ressalta que até aquele momento ainda não existia na Colônia Dona Francisca nenhum engenho de arroz que seguisse tais orientações sugeridas, “[...] embora já se houvesse feito pequenas colheitas, o que vem a provar que o excelente arroz brasileiro dá se muito bem nos terrenos da Colônia” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 78). Destacando algumas dessas iniciativas, ressalta os investimentos de um dos diretores da Colônia que já realizava o comércio de arroz com a freguesia vizinha, o “Sr. Aubé”.

A residência de Leoncé Aubé, é apresentada por Rodowicz-Oswiencimsky entre os seus desenhos buscavam ilustrar uma das propriedades que mais desejou ressaltar entre as construídas na paisagem da Colônia. A partir desse registro torna-se possível indagar diversas representações do autor sobre a paisagem local, tais como a noção de propriedade e cercados divisórios entre a casa, jardim e roça, vegetação circundante, os animais e as pessoas que compõem a imagem (Figura 6).

**Figura 6** - Propriedade de Aubé, na Colônia Dona Francisca (Joinville-SC), por Rodowicz-Oswiecimsky [1853].



Fonte: RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 26.

Ao concluir suas orientações sobre o cultivo do arroz, Rodowicz indica que o plantio do arroz teve “[...] colocação é fácil, pois uma colheita feita pelo Sr. Aubé<sup>61</sup>, foi vendida bruta, na Colônia, para um comerciante de São Francisco” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 78). Por meio dessas considerações, procurava justificar a um “engano”, construindo outro discurso, pois discordava das afirmações feitas pelo Jornal do Comércio do Rio de Janeiro<sup>62</sup> que havia publicado que as experiências de colheita do arroz na Colônia tinham sido um fracasso; ele considerou que, “[...] ao contrário, foi realmente satisfatória” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 78). Por meio de um dos mais importantes representantes da Direção da Colônia, buscava concluir com otimismo suas considerações sobre as possibilidades de investimento para o cultivo do arroz na Colônia Dona Francisca.

Na carta de Van Randow<sup>63</sup>, o imigrante relata que o senhor Leoncé Aubé possuía um engenho de arroz em sua residência, apontando também que na propriedade de Ottokar Döerffel havia um moinho de arroz. A afirmação de Randow sobre Döerffel pode ser confirmada em outros documentos escritos pelo próprio imigrante quando relata sobre o cultivo de arroz entre as atividades agrícolas e econômicas que investia na Colônia Dona Francisca.

Algumas das cartas que Ottokar Döerffel escrevia à sua família foram traduzidas por Elly Herkenhoff no livro “Joinville: ontem e hoje”, publicado no ano de 1981 por meio do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Entre as cartas destinadas à sua mãe, Döerffel escreveu no dia 12 de março de 1855 um relato sobre suas atividades e a de seus funcionários na propriedade que havia comprado na Colônia Dona Francisca<sup>64</sup>. Em sua narrativa afirma que comprou um terreno que era propriedade do Senhor Ehlers, e que juntamente com a carta enviava a sua mãe um desenho que tinha como objeto as dimensões de sua propriedade na nova terra (HERKENHOFF, 1981). A carta também refere que o proprietário anterior cultivava cana-de-açúcar, mas ao comprá-lo precisou “[...] melhorar o aspecto um tanto

---

<sup>61</sup> Vale ressaltar que Leoncé Aubé foi o Representante do Príncipe de Joinville e da princesa Dona Francisca, que assinou o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e imigrou para a Colônia, fazendo parte da Direção Colonial. Na publicação de Randow (1853) e Avé-Lallemant (1858), Aubé também é indicado como proprietário de um engenho de arroz na “Colônia”.

<sup>62</sup> Não há referências sobre a matéria e ano que foi publicada no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. O jornal foi anteriormente citado, por meio da publicação de Coronel João Antonio Vieira, que também escreve sobre a Colônia Dona Francisca.

<sup>63</sup> Carta de Von Randow publicada no Der Kolonist, dia 25/09/1853, consultada na Hemeroteca Digital Catarinense e traduzida por Brigitte Brandenburg.

<sup>64</sup> Carta de Ottokar Döerffel para a mãe, escrita no dia 12/03/1855, publicada em Herkenhoff (1981).

relaxado do terreno em volta da moradia” (DÖERFFEL apud HERKENHOFF, 1981. p. 20). Assim, Döerffel registra que iniciou uma plantação de arroz e a construção de um poço de água na sua propriedade. Relatando que,

[...] 21 de dezembro comecei a semear arroz numa clareira da mata, preparada por Ehler, a qual eu tinha mandado limpar. Ao começar o meu trabalho, entre os inúmeros “toros e tocos”, não me senti muito a vontade, mas a coisa foi indo melhor do que eu esperava e agora o arroz já está se desenvolvendo otimamente bem (DÖERFFEL apud HERKENHOFF, 1981. p. 20),

Além do plantio de arroz, registra outras culturas agrícolas empreendidas por Ottokar Döerffel que acreditava serem as que poderiam prosperar em seu terreno, tais como o engenho de farinha de mandioca, os cafeeiros e os pomares, cultivando frutas como os abacaxis, bananas etc. O imigrante escreve algumas das suas dificuldades durante seus primeiros anos na Colônia, demonstrando simpatia em relação à paisagem e ao clima da região e otimismo quanto às características geográficas da propriedade adquirida. Segundo Döerffel, à sua esquerda “[...] se eleva o morro da Carlota, que se estende até os fundos. (DÖERFFEL apud HERKENHOFF, 1981. p. 21)”. O documento registra parte das atividades que estavam realizando no local,

[...] no início do ano mandei abrir um bom caminho, provido de valetas, em direção à roça dos fundos – com isso causando surpresa a colonos mais antigos, porque nunca ninguém tinha feito semelhante coisa (DÖERFFEL apud HERKENHOFF, 1981. p. 20).

Conforme o imigrante esse trabalho havia lhe custado “um bom dinheiro”, mas pensava continuar investindo em sua propriedade com a construção de uma olaria. Döerffel enaltece o empreendimento agrícola em relação aos outros colonos que já cultivavam na paisagem local afirmando sobre sua maneira de demarcar por meio de “valetas” em direção aos “fundos” do terreno onde se reconhece a vista do “Morro da Carlota”. Segundo Santos (2011), as práticas de demarcação e os investimentos dos imigrantes nas “propriedades rurais”, ainda que projetadas, as suas formas de organização não aconteceram de maneira homogênea na paisagem das colônias “estrangeiras” da Província de Santa Catarina. Já que na organização desses terrenos, o imigrante ao reconhecer a propriedade adquirida tinha a necessidade de identificar os limites estipulados para cada lote colonial, ou seja, também

reconhecendo suas fronteiras diante da paisagem local, buscando contornar por meio de estradas (picadas), plantações, elevações e cursos de água próximos, encostas e morros. Em algumas propriedades, “[...] as plantações iniciadas nas várzeas avançavam pelas encostas chegando até uma pequena reserva de mata no alto das colinas [...]” (SANTOS, 2011, p. 123). Acerca das formas de apropriação das encostas durante o processo de colonização no Vale do Itajaí<sup>65</sup>, considerou que, “os morros não eram totalmente desmatados, permitindo uma reserva de madeira e lenha para a propriedade. Estas paisagens podem ser identificadas até hoje nas áreas rurais do Vale do Itajaí”(SANTOS, 2011, p. 123).

Nas cartas de Ottokar Döerffel<sup>66</sup>, o imigrante descreve algumas das intervenções realizadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas em sua propriedade que avançava até sobre o “Morro da Carlota”. Em outra carta escrita dias depois à sua mãe<sup>67</sup> declara que, “[...] mandei limpar a parte sul do Morro da Carlota, jogar os tocos e o mato para queimar e virar a terra para plantar batata [...]” (DÖERFFEL apud HERKENHOFF, 1981. p. 22). No que diz respeito ao plantio de batata, Döerffel atribui vantagens de melhor desenvolvimento do plantio de batata doce em relação à batata inglesa na paisagem local.

A pesquisadora Maria Thereza Böbel publicou diversas colunas para a revista do Arquivo Histórico Municipal de Joinville com a apresentação de algumas fontes históricas traduzidas do alemão para o português pela autora. Em uma de suas colunas intitulada “A emigração para o Brasil e para a Colônia Dona Francisca em especial”, Böbel (1986) continua sua edição com o título “Algumas palavras de nossos conterrâneos alemães e suíços”, apresentando um senso do ano de 1856 em que a “situação das plantações na Colônia” apresenta a quantidade de “1.224 morgos plantados”<sup>68</sup> de “arroz e hortaliças”, assim como de café, mandioca, cana-de-açúcar, mandioca, milho, entre outros (BÖBEL, 1986, p. 07). Na tradução do texto não ficou claro ao leitor quais foram as fontes traduzidas pela autora, no entanto refere-se a predominância das práticas de cultivo e produção da mandioca e

<sup>65</sup>Vale ressaltar a diferenciação da ocupação colonial de Itajaí que era orientada pela Província de Santa Catarina, enquanto as colônias Dona Francisca (Joinville) e de Blumenau eram administradas por meio de sociedades colonizadoras particulares com a possibilidade de administração local.

<sup>66</sup> Ottokar Döerffel é um dos imigrantes mais reconhecidos na historiografia local, sendo reconhecido especialmente por suas atividades no Jornal Kolonie Zeitung.

<sup>67</sup> Carta de Ottokar Döerffel para a sua mãe escrita no dia 15/03/1855, transcrita por Elly Herkenhoff(1981) e publicada no livro Joinville: Ontem e hoje.

<sup>68</sup> Morgo - medida de área de 2.500 m<sup>2</sup>, termo utilizado principalmente no Estado de Santa Catarina. Fonte: [http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/morgo%20\\_1004623.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/morgo%20_1004623.html)

cana-de-açúcar e posteriormente à produção do arroz na Colônia. Essa publicação ainda apresenta que foram produzidos “176 ½ morgos de arroz”, enquanto “321 morgos de mandioca” e “207 morgos de cana-de-açúcar” (BÖBEL, 1986). Sobre o senso de 1856 transcreve, “as máquinas para o funcionamento da agricultura e outras instalações técnicas multiplicam-se igualmente; [...] a maioria é ainda movida pela mão do homem ou através de tração animal”, considerando que eram “[...] poucas movidas de força da água, apesar de não faltar força fluvial na Colônia, há pelo menos 8 a 10 rios e riachos em condições de mover moinhos [...]” (BÖBEL, 1986, p. 07).

Segundo Böbel (1986), sobre os empreendimentos da Colônia<sup>69</sup>, algumas propriedades possuíam maquinários para a produção de mandioca, arroz, açúcar e preparo de cachaça, entre outros. Conforme o Senso de 1856, a Colônia Dona Francisca dispunha de máquinas especialmente para as atividades do plantio de arroz na paisagem local, sendo um número menor comparado às outras atividades agrícolas praticadas<sup>70</sup>. Nessa publicação a autora chama atenção sobre a funcionalidade de engenhos e moinhos, para as práticas agrícolas na Colônia Dona Francisca em sua maioria em manuais, evidenciando o interesse em maior utilização dos recursos naturais das bacias hidrográficas, ressaltando a capacidade de uma ampliação da construção de moinhos fluviais, cita como exemplo alguns rios, como o caso do Cubatão, Águas Vermelhas e Pirahy.

Associados aos investimentos da agricultura próximos aos rios, também as práticas de aberturas de picadas, queimadas e clareiras para a construção dos espaços da casa e do roçado impulsionou a um rápido crescimento de “terras cultivadas” na Colônia<sup>71</sup> (FICKER, 2008). Algumas dessas intervenções com os imigrantes expandiam-se para a região oeste, onde se buscou inicialmente construir um rancho direcionado aos imigrantes para a colonização de possíveis “terras

---

<sup>69</sup> Embora a autora não apresente mais detalhes quantos às máquinas ou as atividades de agricultura, a transcrição registra diversas considerações gerais acerca do trabalho e cotidiano local, desde dados da produção agrícolas à vida social dos imigrantes.

<sup>70</sup> A publicação refere que além da agricultura a Colônia também desenvolvia outras atividades no campo industrial, tais como vinagre, licor cigarros e cerveja; além da exportação de “móveis, tábuas em grande quantidade e na maioria sob encomenda” exportados para São Francisco do Sul, Desterro (Atual Florianópolis), Paranaguá e Rio de Janeiro.

<sup>71</sup> Para Ficker (2008), a direção local visava estender outras áreas que fossem apropriadas para a agricultura, na medida em que na Colônia, seja em seu núcleo central (próximo ao Rio Cachoeira e Cubatão) ou e em suas adjacências, reconheçam considerável extensão de áreas alagadiças.

férteis” próximas aos rios Águas Vermelhas e Piray Piranga<sup>72</sup>. Segundo Ilanil Coelho (2010), na localidade que atualmente se configura o “Bairro Vila Nova” tem a sua formação histórica relacionada à proposta dos administradores da Colônia para o desenvolvimento de atividades agrícolas pelos imigrantes. Nas proximidades da,

[...] então conhecida como Águas Vermelhas, as famílias de imigrantes passaram a plantar arroz, milho e cana. Com pequenas vendas e armazéns, as atividades comerciais eram feitas por carroças que levavam mantimentos para o centro da Colônia em troca de roupas, farelo e sal [...] (COELHO, 2010, p. 139).

Em “Joinville- Os pioneiros”, Raquel S. Thiago e Maria Thereza Böbel (2010) reúnem diversas traduções de documentos históricos referentes à construção da Colônia Dona Francisca. Entre as fontes publicadas que discorrem sobre o tema da agricultura local, pode se referenciar a carta de Carl Bauer. O imigrante escreve sobre o desenvolvimento as experiências agrícolas da Colônia, em que “o machado trabalhava alegremente na mata virgem, derrubando-a para dar lugar às novas roças [...]” (BAUER, 1865, apud BÖBEL & S. THIAGO, 2010, p. 421). Segundo Bauer,

Terra! Podem agora exclamar, alegremente, os colonos de Dona Francisca, já que o chão inseguro sob seus pés e sabem agora o que devem plantar. O mais importante é a pecuária e a plantação de arroz, que fornece a palha para o adubo. [...] Mas o que principalmente nos faz exclamar Terra! É nossa lavoura de araruta, que não somente granjeou a admiração geral, mas é ao mesmo tempo de fácil cultivo e rentável. Em segundo lugar está o tabaco [...] (BAUER, 1865, apud BÖBEL & S. THIAGO, 2010, p. 421).

A carta foi escrita no ano de 1865, num contexto de aproximadamente dezesseis anos de imigração e as suas intervenções na paisagem local, o autor destacou as plantações de arroz entre as principais produções agrícolas da Colônia. A publicação era direcionada para um redator de jornal com o objetivo de enviar notícias sobre os imigrantes e o trabalho da Sociedade Colonizadora de Hamburgo na Colônia e traduzida por Böbel e S. Thiago (2010)<sup>73</sup>. Conforme o imigrante, o cultivo de arroz poderia atender à expectativa de venda e consumo local, com a

<sup>72</sup> Avé-Lallemant foi contratado para abrir uma picada em direção a Curitiba e ao percorrer para o norte do caminho de Anaburgo até o Rio da Prata o viajante relata as formas de construção de um rancho de palmeiras.

<sup>73</sup> Na transcrição dessa fonte não fica esclarecido o jornal em que a carta foi publicada, sugerindo que poderia referir-se ao “Allgemeine Auswanderungs- Zietung”.

possibilidade de contribuir também com sua palha como produção de adubo para as outras plantações. Sua narrativa corrobora com a noção de valoração da Colônia para a terra cultivada, em que o autor ensejava a extensão de campos agrícolas e a conclusão das estradas em direção à Serra Geral e à Curitiba (BAUER 1865, apud BÖBEL & S. THIAGO, 2010).

O Censo Agrícola da Colônia Dona Francisca de 1866 e 1867<sup>74</sup>, publicado no *Jornal Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia) faz um levantamento das produções da localidade nesse período. Enumerando as proporções de produção, o documento refere às atividades agrícolas mais produzidas entre aqueles anos, que eram o açúcar e suas variedades, o arroz, milho, feijão, farinha de mandioca, farinha de araruta, café, manteiga e queijo, entre outras. Com algumas variedades o censo apresenta um aumento sobre a produção de arroz apontando a situações de novas áreas para se cultivar o arroz. Segundo o censo, funcionavam na colônia dez engenhos de arroz movidos pela força hidráulica e aproximadamente vinte e cinco engenhos de arroz de força “manual”.

Conforme Ficker (2008, p. 243), no ano de 1868 existiam em áreas rurais de Joinville cerca de “[...] 40 engenhos de farinha, 6 de araruta, 14 de arroz e 8 moendas diversas”, ao mesmo tempo em que na região central da localidade contava com consideráveis atividades industriais como olarias, serrarias, fábricas de cerâmica, fábricas de charutos, de cervejaria, entre outros espaços para a venda de bebidas, padarias e demais atividades comerciais. Contudo, essas informações diferem quanto ao número de engenhos de arroz, pois segundo a publicação do censo agrícola dos anos anteriores, havia aproximadamente 35 engenhos de arroz, enquanto que a interpretação de Ficker (2008) apresenta variações descrevendo uma quantidade menor de engenhos de pilar do arroz.

Para Raquel S. Thiago, desde o ano 1866 buscava-se elevar a freguesia Nossa Senhora do Xavier de Joinville à condição de “vila” por meio da Lei 15 de março de 1866, que posteriormente elegia seu primeiro prefeito no ano de 1869 como município de Joinville. Sendo importante considerar que nesse processo e à medida que a colônia se desenvolvia, estreitavam-se as relações com as instituições

---

<sup>74</sup>Acervo Histórico de Joinville. “Censo Agrícola” da Colônia Dona Francisca (1866-67), Publicado no *Kolonie Zeitung*, pg. 15, 25/01/1868, n. 04, ano 06. Tradução de Brigitte Brandenburg. Acesso de outubro de 2015 à pesquisadora Alanna F. Duarte.

brasileiras, e os conflitos e interesses da região eram deslocados para a legislação e esfera nacional (S.THIAGO, 2003).

Na ocasião da “Primeira Exposição Agrícola e Industrial de Joinville”<sup>75</sup>, realizada durante o mês de agosto de 1874, o arroz foi apresentado entre as variedades de produtos que foram expostos na cidade, desfiles e premiações aos participantes para as atividades mais destacadas do evento. Diferentes prêmios foram entregues durante a cerimônia que aconteceu no dia 20 de setembro do mesmo ano. Na tradução de Elly Herkenhoff (1987) é difícil distinguir as narrativas das fontes e dos comentários da autora. Conforme a narrativa, “tanto brasileiros como alemães”, decoraram suas casas para a solenidade, e, “[...] inúmeros colonos das estradas mais afastadas vinha chegando, a cavalo ou de carroça”. Ou, [...] de São Francisco e de localidades próximas, do Cubatão e até mesmo do Rio Negro, na Província do Paraná, dias antes já haviam chegando visitantes<sup>76</sup>.

Segundo Herkenhoff (1987) o discurso de abertura da Exposição Agrícola foi feito por Ottokar Döerffel<sup>77</sup> em que exaltou o progresso agrícola ao longo dos anos de formação da Colônia Dona Francisca, com um agradecimento especial a participação no evento de vizinhos “do Oeste e do Leste”. Döerffel dá importância à presença de participantes dessas localidades já que “[...] possuindo maior prática na agricultura, poderão nos ensinar muitas coisas que desconhecemos” (DÖERFELL, 1874, apud HERKENHOFF, 1987, p. 118). Entre os dias de Exposição por meio do “carro da imprensa” foram distribuídos folhetos aos participantes com a mensagem:

Lembrança da Primeira Exposição Agro-Industrial da Colônia Dona Francisca, de 16 a 23 de agosto de 1874. Avante! Através da Luta, à Vitória! Através da Treva, à Luz! A inteligência e a Força, unidas, levam ao Progresso! (DÖERFELL, 1874, apud HERKENHOFF, 1987, p. 124).

Esse discurso tinha o intento de afirmar o sucesso da Exposição e minimizar as críticas feitas ao evento<sup>78</sup>, descrevendo os objetivos dessa festividade como,

---

<sup>75</sup> Publicado no Jornal Kolonie Zeitung no dia 03/10/1874, fonte traduzida e disponibilizada por Brigitte Braudenburg à pesquisadora.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Ottokar Döerffel nasceu em Waldenburg na Saxônia, estudou Ciências Jurídicas em Leipzig e imigrou por motivações políticas, chegando a Colônia Dona Francisca no ano de 1854. na “Colônia” participava das direções de instituições culturais e políticas, sendo um dos fundados do Jornal “Kolonie Zeitung” (S.THIAGO, 2003).

<sup>78</sup> Entretanto, na narrativa critica-se a ausência do Presidente da Província de Santa Catarina para prestigiar a exposição agrícola. Para Herkenhoff(1987) a Exposição durou aproximadamente uma

[...] representação alegórica do ininterrupto progresso da cultura e da vitória do espírito humano sobre as forças brutais da natureza, do triunfo da atividade sem esmorecimento que no minguado espaço de alguns anos conseguiu transformar a floresta virgem em núcleo aconchegante [...] (DÖERFELL, 1874, apud HERKENHOFF, 1987, p. 123).

Para o processo de “transformar a floresta virgem em núcleo aconchegante” exige-se o esforço dos “colonos” que repercutem as intencionalidades de desenvolvimento que esses sujeitos almejavam na paisagem. Conforme Dilney Cunha (2008, p. 63), a “Exposição Agro-Industrial foi organizada por meio de uma comissão de “notáveis da cidade” a fim de “[...] mostrar o desenvolvimento da colônia, esse evento constituiu-se numa autêntica celebração do trabalho e do progresso [...]”. Para Cunha (2008), era por meios desses discursos publicados que se procurava exaltar, especialmente o “trabalho” dos grupos germânicos na Colônia a partir das construções da memória narradora que representava a figura do “imigrante” como “desbravador da floresta” e a memória “dos pais fundadores” que cultivavam práticas da “*Kultur alemã*”. Nesse sentido, na publicação no jornal há discursos de enaltecimento sobre a ocasião como sinônimo do “progresso” do trabalho dos imigrantes no local; por meio da construção de narrativas que remetem à história da Colônia Dona Francisca enquanto uma paisagem “domesticada”.

Entre os produtos agrícolas descritos na relação publicada sobre a Exposição Agrícola são identificados alguns nomes de proprietários e produtores de arroz da Colônia Dona Francisca. No documento registra-se que estavam presentes nos dias de solenidade os senhores Hermann Lepper e Manoel Gomes de Oliveira com as exposições de “arroz descascado”, Ernst Hetzer com a produção de “arroz descascado” e “farinha de arroz” e, Benno Frankenberg referindo ao “amido de arroz” e vinagre<sup>79</sup>. No caso de Ernst Hetzer, a publicação apresenta mais informações sobre o produtor de arroz, descrevendo que sua propriedade estava situada na Estrada Dona Francisca (atualmente Pirabeiraba), próximo a Estrada da Ilha, na região norte de Joinville<sup>80</sup>.

---

semana, mas na sua abertura estiveram poucos participantes pois concorria com outro evento nesse dia, a competição de cavalos de corrida.

<sup>79</sup> Acervo Histórico de Joinville. “Censo Agrícola” da Colônia Dona Francisca (1866-67), Publicado no *Kolonie Zeitung*, p. 15, 25/01/1868, n. 04, ano 06. Tradução de Brigitte Brandenburg. Acesso de outubro de 2015 à pesquisadora Alanna F. Duarte.

<sup>80</sup> Idem, p. 15.

O cultivo de arroz em Joinville já assumia produção considerável para a sua exportação. Segundo Elly Herkenhoff (1987), no mesmo ano da Exposição Agrícola foram vendidos produtos da Colônia para capital Desterro (Florianópolis), Curitiba, Paranaguá e para o “Rio Negro e outras localidades além da Serra”, assim como em cidades mais distantes como Rio de Janeiro e Santos (HERKENHOFF, 1987, p. 122). Além da exportação para Montevideo, iam para,

[...] vários portos da Europa os seguintes produtos: madeiras beneficiadas, móveis, carroças, calçados, roupas feitas, couros curtidos, peças trabalhadas de funilaria, serralheria, selaria, etc., cal, ferro, tijolos, telhas, tabaco, charutos, açúcar, álcool, manteiga, polvilho de araruta, arroz destacado e outros produtos, no valor de 370\$000.000 (HERKENHOFF, 1987, p. 122).

Nesse contexto o Governo Imperial Brasileiro participava de exposições internacionais de seus produtos, especialmente para a Europa. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1987), na ocasião da primeira exposição internacional realizada em 1862, “o Brasil levou o que tinha de melhor”, como o café, o chá, a erva mate, o arroz, a borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, entre outros; também buscou apresentar alguns de seus “produtos industriais”, como maquinarias, armas, telégrafos, etc. (SCHWARCZ, 1987). Entretanto, segundo a autora, nas primeiras exposições internacionais a participação do Brasil<sup>81</sup> nesses eventos e os seus produtos ainda eram considerados “tímidos”, com poucas premiações em relação à outras exposições da Europa, contrapondo ao que o Império almejava representar como “nação progredida”. Nesse sentido é que no ano de 1875 o Conde D’Eu<sup>82</sup>, em Petrópolis (Rio de Janeiro) foi construído à Princesa Isabel um pavilhão considerado “moderno” feito todo em cristal com a estrutura feita com ferros importados da França para a realização de exposições de horticultura. Embora o projeto “não agradou a todos”, estes eram “esforços para uma bela exposição de modernidade” que servia as aspirações de fortalecimento da imagem da família imperial (SCHWARCZ, 1987, p. 375). Sendo a proposta de Dom Pedro II provida de diversos

<sup>81</sup>Para Schwartz (1987) as exposições nacionais estavam vinculadas a comemoração do aniversário do imperador, em que se desejava aproveitar o momento para homenagear como incentivador do evento e tornar “memorável a sua figura”. O Brasil participou das exposições de Londres (1862), Paris (1867 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), e em outros países da América Latina somente a Argentina participou em exposição internacional em 1889.

<sup>82</sup> Conde D’Eu e a Princesa Isabel representavam diretamente as atividades e imagens do Imperador no Brasil (SCHWARTZ, 1987).

símbolos que visavam associar o Império a segurança e ao progresso, com a representação de um imperador constitucional alinhado com os avanços de seu tempo (SCHWARCZ, 1987, p. 506).

Segundo João Klug (2012), em Santa Catarina cabe destacar, Hermann Blumenau, diretor da Colônia de Blumenau que foi premiado em exposições nacionais e internacionais, como a Exposição de Paris em 1867 e a Exposição da Filadélfia no ano de 1876. Considerando que essas premiações,

[...] rendeu ao seu diretor muito prestígio e credibilidade junto ao imperador D. Pedro II e seu Ministério da Agricultura. Amparado nesta credibilidade auferida, Blumenau elaborou uma proposta de realização de exposições coloniais anuais [...] (KLUG, 2012, p. 140)

As exposições buscavam dar visibilidade às riquezas e aos recursos naturais existente em Blumenau e suas adjacências; visando promover e facilitar as relações entre os produtores e compradores; assim como, incentivar o progresso de lavouras e indústrias a partir das premiações aos mais destacados. Para Klug (2012), as exposições anuais incentivaram a realização de outras exposições regionais, precedendo, e também impulsionando, a organização das Exposições Nacionais. Nesse sentido, é que Elly Herkenhoff (1987), pondera que “a Grande Exposição Agrícola não foi a única e nem mesmo a primeira a ser organizada na Província”, considerando que também as iniciativas da Exposição Agrícola de Joinville (1874) e de Blumenau (1875), foram inspiradas ainda por meio de exposições anteriores na Colônia de Brusque, que, já realizava desde o ano de 1872 (HERKENHOFF, 1987, p. 124). Com uma escrita memorialista, a autora refere-se, “a nossa Colônia” enaltecendo a realização da Exposição local como a “mais impressionante”, buscando justificar o desenvolvimento local, “[...] já por ser a Colônia Dona Francisca a mais populosa das três e o maior centro industrializado da então Província de Santa Catarina” (HERKENHOFF, 1987, p. 125).

Entretanto, Dilney Cunha (2008) ressalta que foi por meio de alguns discursos “deterministas” ou até “fatalistas” sobre o crescimento de atividades industriais da Colônia e sua associação como caminho para o “bem-estar” da sociedade, que escreveu-se sobre a história de Joinville enquanto, “marcha inexorável rumo ao progresso”, e, “[...] por isso essa fase da história de Joinville tem sido supervalorizada como uma nova era de prosperidade, em que se consolidou a “vocação industrial” da cidade” (CUNHA, 2008, p. 64). Em sua análise sobre o

processo histórico de construção do discurso local sobre os trabalhadores e o trabalho na cidade, o autor discorda de algumas dessas narrativas publicadas, reconhecendo que, “[...] esse processo é descontínuo, envolve rupturas e conflitos” (CUNHA, 2008, p. 64). Ainda assim, como ressalta João Klug (2012), pode-se considerar que as exposições, sejam locais, regionais ou internacionais, foram um importante meio organizado nesse período, que possibilitava os conhecimentos e avanços para a utilização de novas técnicas, como sobre matérias-primas, agricultura e tecnologia.

Em outra publicação do jornal *Kolonie Zeitung* de 1875 se apresenta uma “Estatística da Colônia Dona Francisca” referente às produções realizadas no ano anterior. Segundo a tradução de Maria Tereza Böbel (1985), nessa publicação<sup>83</sup> se registra que “apóiam a lavoura”,

[...] 44 engenhos de mandioca, 14 engenhos de arroz – um movido a vapor, 6 a água e 7 por tração animal – 42 engenho de açúcar e alambiques – 2 movidos a vapor, 7 a água e 33 por tração animal; 3 mecanismos para fabricação de araruta e 6 moinhos d’água para moagem de milho e trigo [...] (KOLONIE ZEITUNG, 1875, apud BÖBEL, 1985, p. 5).

A partir da estatística apresentada no jornal<sup>84</sup>, é possível observar que o cultivo de arroz produzido seja por meio de engenhos movidos à força animal ou hidráulico, estava entre os produtos agrícolas locais como parte significativa da exportação de toda região da Colônia, bem como, em relação ao ano de 1874, a exportação foi superior ao número de importação de produtos<sup>85</sup>.

Em outras referências sobre o plantio de arroz na paisagem da Colônia Dona Francisca e seus arredores, podem ser encontrados anúncios de terrenos publicados nos jornais desse período. É possível identificar algumas das práticas de plantio do arroz através de descrições contidas em anúncios de venda do produto ou sobre propriedades que cultivavam o arroz e suas atividades locais, bem como, por

<sup>83</sup> BÖBEL, M. T, *Curiosidades do Kolonie-Zeitung: estatística da Colônia Dona Francisca do ano de 1874*, N.8, 20/02/1875. In: *Revista do Arquivo Histórico de Joinville*, v. 2, n. 5, junho de 1985.

<sup>84</sup> Nessa reportagem se considera aspectos da infra-estrutura e desenvolvimento local, registrando o número de nascimentos e falecimentos na Colônia, que contava com aproximadas 280 casas, além da citação de escolas, hospital, engenhos e trabalhos de manufatura, entre outros.

<sup>85</sup> Se comparada essa narrativa com outras fontes publicadas anteriormente, como o caso do Censo de 1867 referido anteriormente, evidencia-se e uma variação apontando para redução sobre os número de engenhos de arroz locais. No entanto deve se ter prudência quanto aos valores apresentados nessas fontes, pois é necessário outros estudos sobre a economia da Colônia Dona Francisca.

meio de discursos de cunho técnico agrícola, entre outros. Em 1877, na 12ª edição do primeiro ano do “Jornal Gazeta de Joinville”, se publicou na “Secção agrícola” uma matéria dedicada especialmente ao arroz, buscando demonstrar a relevância desse tipo plantio,

O arroz é uma planta annual que desde mui remotos tempos constitue o alimento principal dos povos da Ásia, da África e da América e modernamente de muitos povos da Europa, onde a sua cultura foi introduzida no século XVI<sup>86</sup>.

Com um discurso geral e informativo sobre a produção de arroz no mundo, na matéria foram consideradas algumas das dificuldades do cultivo e a escolhas de lugares para o seu plantio, que dependia da paisagem em que foi inserido. Outras orientações aos colonos sobre o arroz na paisagem recomendam que, “O arroz é uma planta que folga de viver nos terrenos pantanosos, e cuja vegetação não tem logar senão se acha mais ou menos ou constantemente mergulhado na água<sup>87</sup>”, onde nesse sistema agroecológico de cultivo se realiza intervenções antrópicas, como a delimitação de áreas inundadas para o plantio dessa planta exógena na paisagem que concorre com as demais espécies que fazem parte do ecossistema local (WORSTER, 2003).

Segundo o Jornal Gazeta de Joinville,

Para a cultura do solo servem as terras boas e medianas uma vez que nellas se dêem as circunstâncias próprias da cultura para que se destinão. Assim pois, encontrão-se excellentes arrozaes em terrenos de diversas qualidades [...]. Mas os terrenos preferidos pelo arroz são os ricos, húmidos e naturalmente férteis. O solo dos arrozaes é muitas vezes fértil por si mesmo em conseqüência da decomposição de matérias animaes e vegetaes, constantemente ativada pela acção da água, facilitando deste modo durante muitos annos a cultura sem estrumes [...]<sup>88</sup>.

Se por um período de cultivo o agricultor não necessite introduzir mais adubos, em contraposição à narrativa, apresenta que, a partir da irrigação sobre esses componentes do ecossistema também se propicia a criação de pragas e outras insalubridades do cultivo. Conforme a publicação, “exemplos se nottão que os

---

<sup>86</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 18 de dezembro de 1877, Ano 1. Ed. 12. Joinville.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 18 de dezembro de 1877, Ano 1, Ed. 12.

terrenos constantemente voltados a cultura do arroz tornão-se tão ricos de substancias fertilizantes, que põem em risco a colheita do arroz [...]”<sup>89</sup>. Assim, sugere-se que o sistema de plantio arroz poderia ser benéfico para outras produções agrícola na paisagem, tendo a solo fertilidade para o cultivo de,

[...] Quaesquer sementeiras que immediatamente succederem hão de, por óbvia consequência ser abundantes e vantajosos, em que deste modo pôde um terreno prolongar a cultura do arroz sempre com igual vantagem e menos inconvenientes do que geralmente resultão da cultura da maior parte das plantas gramíneas<sup>90</sup>.

Embora a “Secção Agrícola” não descreva as atividades praticadas na Colônia sugere ao leitor que sua produção era rentável em diversos lugares. Ainda que,

[...] Este gênero de cultura não permite ser adoptado pellos jornaleros ou pequenos proprietários, porque tantos uns como os outros, raras as vezes possuem propriedades que tenham os requisitos acima mencionados, ou quem tenham capitães disponíveis e necessários para adquirir os meios mecânicos acima referidos<sup>91</sup>.

Conforme a narrativa, o investimento de maquinarias hidráulicas para o plantio do arroz no Brasil era realizado na maioria das vezes em propriedades de famílias abastadas que tinham conhecimentos práticos para a sua colheita. Direta ou indiretamente esses discursos foram escritos a partir das memórias e experiências individuais do narrador e a sua representação com a “terra” (SCHAMA, 1996).

Nesse contexto, com a ascensão econômica das atividades agrícolas de São Francisco do Sul no cenário nacional, algumas propriedades destacavam-se por possuir engenhos de arroz. De modo semelhante, posteriormente foram introduzidas na Colônia Dona Francisca, e outras localidades da região da Babitonga, atividades de plantio do arroz na paisagem local (e outros alimentos já praticados nas cidades vizinhas), que desde a sua colonização foi concebida por alguns viajantes como “terra fértil” onde poderiam ser instalados engenhos de arroz. Nas páginas de “Annúncios” do ano de 1878 no Jornal Gazeta de Joinville<sup>92</sup>, se divulgava a venda de

---

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Coluna de Annúncios. Jornal Gazeta de Joinville, 1878, p. 108. Fonte traduzida e disponibilizada por Brigitte Braudenburg a pesquisadora.

duas propriedades, a fazenda “Retiro Alegre e Ilha Grande” em São Francisco do Sul. Descrevendo os atributos da primeira fazenda registra que esta, “[...] possui um importante estabelecimento de pilar arroz, para o que tem vastos paiões, com tableiros de rodar sobre trilhos e grande eira; podendo se assim secar 50 alqueires de arroz ao mesmo tempo [...]”<sup>93</sup>.

Conforme a publicação, a fazenda de Retiro Alegre possuía considerável capacidade de produção do arroz, contando também com uma casa para a fabricação de aguardente e arroz, uma casa de moradia, um galinheiro e um abrigo para canoas que ficava próximo aos dois rios que cortavam a propriedade<sup>94</sup>. Além de inferir sobre as potencialidades para atividades industriais e para extrair recursos de produção na paisagem, descreve que, “[...] além do rio, vindo de grande altura, que forneça água, que serve de motor no engenho de arroz que pode igualmente fazê-lo para outros, que se queira montar [...]”<sup>95</sup>. Segundo a fonte, eram utilizados os recursos do rio local para mover um engenho de arroz hidráulico na propriedade.

Segundo Fernanda Mara Borba (2013), a fazenda Retiro Alegre pertencia a Antônio Ferreira Ramos<sup>96</sup>, e pretendendo a venda dessa propriedade, durante ano de 1878 foram publicados diversos anúncios no Jornal Gazeta de Joinville. Com o intento de divulgar a fazenda se evidenciava as posses de embarcações e as potencialidades do local para o comprador. A fim de exemplificar a importância sobre a utilidade de suas embarcações para propriedade publicou-se que as vendas da produção de arroz local eram realizadas por meio de um hiate, em que estava “[...] sendo oferecidos em soques que poderiam ser transportados a frente”<sup>97</sup> (BORBA, 2013, p.106). A partir das descrições que se referiam as atividades de “Retiro Alegre”, a autora pondera que para a produção local necessitava-se de mão de obra significativa nessa fazenda, como o caso do trabalho de africanos escravizados ou livres. Em diálogo com os estudos de Cunha (2008), a autora aponta que nesse contexto, “[...] Os cativos, ademais da lida com os grãos, também trabalhavam na

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Não foram identificados os rios e a localidade de venda da propriedade Retiro Alegre.

<sup>95</sup> Coluna de Anúncios. Jornal Gazeta de Joinville, 1878, p. 108. Fonte disponibilizada por Brigitte Braudenburg a pesquisadora.

<sup>96</sup> A propriedade “Retiro Alegre” e de “Ilha Grande” foi assumida por Ramos após o falecimento do dono anterior, Macedo de Carvalho. A propriedade foi registrada em Cartório no ano de 1946. Vide em Borba (2013).

<sup>97</sup> Para Borba (2013) é importante se considerar a relevância desse tipo de embarcação no seu contexto, por meio de desse meio eram utilizados para o tráfico de alimentos e pessoas produtos produzidos via Baía da Babitonga.

comercialização desses alimentos e do continente, levando os produtos até o Porto de São Francisco”, assim como essas, “[...] mercadorias eram transportadas até o Porto da cidade vizinha, Joinville [...]” (BORBA, 2013, p. 108).

Como se pode constatar, o cultivo do arroz, durante a segunda metade do século XIX, se expandia nos arredores da paisagem da Freguesia de São Francisco do Sul, como a Colônia Dona Francisca e seu entorno, sendo um dos alimentos comercialmente exportados a partir da Baía da Babitonga. Na publicação de Dr. Karl Käerguer<sup>98</sup>, o imigrante escreve sobre o seu plantio de arroz numa propriedade situada na região de Itapocu, que adquiriu por meio da Sociedade Colonizadora de Hamburgo no ano de 1885. Sobre as suas experiências de cultivo, conta que “[...] nas baixadas, em frente à colina da minha casa, eu plantei arroz”<sup>99</sup>. Segundo o colono existiam dois métodos diferentes para se realizar o plantio de arroz, sendo,

Através da disseminação de sementes, (semeio aéreo, jogado), e por plantio em covas. O primeiro pode ser feito, obviamente, em área não arada, que só pode ser feito em solo muito leve por natureza ou devido às condições climáticas, de alta umidade. [...] Quando estas condições estiverem presentes, só é possível obter-se sucesso quando ocorre uma forte e constante chuva depois da sementeira ou quando a água fica parada sobre a terra por um tempo, de forma que a semente possa germinar muito rapidamente. Se este não for o caso, se isto não ocorrer, os pássaros e ratos comerão todas as sementes<sup>100</sup>.

No discurso de Käerguer, uma segunda técnica para plantio “[...] consiste no uso de uma haste de madeira, dura, leve e afiada na ponta, que se usa para abrir um buraco na terra<sup>101</sup>”. Para ele, enquanto uma mão segurava a madeira, “[...] a outra mão deve segurar tantas sementes que forem possíveis de segurar em dois dedos. Então, as sementes são jogadas no buraco que é fechado tapando-o com o pé<sup>102</sup>”. O imigrante ressalta que durante a etapa de plantio do arroz, “deve-se ter o cuidado para não desperdiçar sementes; devido ao seu pequeno tamanho são facilmente perdidas<sup>103</sup>”. Segundo a tradução de Brigitte, no documento relatou-se que durante a colheita de arroz, as plantas alcançavam entre 25 a 30 cm de altura

---

<sup>98</sup>Jornal “Brasilianische Wirtschafts bilder Erlebnisse und Forschungen von Dr. Karl Kaerger”. Berlin, 1892, pg. 51. Fonte traduzida e disponibilizada por Brigitte Braudenburg a pesquisadora.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

no campo. No entanto, Käerguer pondera que a produção dependia da qualidade das sementes e sujeita às condições do clima, onde “[...] provavelmente 3 a 4 sementes devem germinar e se estabelecer. Em geral nascem 5 a 7 sementes”<sup>104</sup>.

Nas fontes publicadas pelos jornais locais se evidencia uma preferência e notoriedade do cultivo de mandioca e açúcar comparado ao cultivo de arroz em São Francisco do Sul e na Colônia Dona Francisca. Pode-se destacar na publicação de 1879 no Jornal Gazeta de Joinville, que depois de comentar acerca da produção de tapioca e de açúcar em São Francisco do Sul considerou que, “o arroz principal artigo d’exportação desse município presente se também de melhoramento”<sup>105</sup>. Segundo a narrativa, uma boa maneira de beneficiar a produção, “cumprir plantarem da melhor semente, renovando a para o que devem, de espaço a espaço, fazer aquisição das boas sorte do Arroz d’Àsia ou do da Carolina da União Americana”<sup>106</sup>. Apontando que com a importação de sementes e equipamentos (especialmente provenientes dos Estados Unidos) poderia se modernizar as formas de cultivo local. Para as atividades de beneficiamento do arroz,

[...] devem empregar algumas d’essas tantas máquinas inventadas e aperfeiçoadas pelo engenho humano, principalmente pelo gênio norte americano, taes como descascadores, ventiladores e burnidores.

E’ palpitante a necessidade da introdução entre nós, de instrumentos aratórios. Esta necessidade tem em si a maior urgência de ser satisfeita<sup>107</sup>.

A publicação enseja a vontade de investimento para as novas maquinarias de beneficiamento do arroz que poderiam contribuir aos proprietários de engenhos locais para a redução da mão obra investida, justificando que, “[...] E’ da maior vantagem fazer-se aquisição d’esses cooperadores inanimados, mas que multiplicamos os braços, estancão o suor e economizão o tempo”<sup>108</sup>. Entretanto, os discursos de modernização se contrapunham com a realidade de alguns espaços de cultivo em São Francisco e Joinville.

<sup>104</sup> Jornal “Brasilianische Wirtschaftsbil der Erlebnisse und Forschungen von Dr. Karl Kaerger”. Berlin, 1892, pg. 51. Disponível no Gergonne & Cia. Online acervo da Biblioteca digital da Universidade de Cambridge, EUA (link não registrado). Tradução de Brigitte Braudenburg.

<sup>105</sup> Jornal Gazeta de Joinville 1979, ano 2, ed. 30, p. 121.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

Na paisagem da Babitonga, o cultivo de arroz estava associado ao trabalho de diferentes grupos, pois entre as propriedades da região se encontrava a utilização de mão de obra assalariada de imigrantes mais pobres, ou ainda com o trabalho cativo na produção de arroz. Durante o processo de formação da Colônia Dona Francisca e após a municipalização de Joinville, o arroz fez parte das culturas agrícolas introduzidas em uma paisagem cultural e socialmente construída. Seja por meio de engenhos manuais ou de engenhos mais modernos movidos à força hidráulica o cultivo de arroz integrava as atividades de policultura praticadas fazendo parte das perspectivas de seus produtores na paisagem da cidade. No entanto, cabe considerar que a dimensão econômica da agricultura local e a produção do arroz não se davam exatamente como foram descritas nos discursos, que algumas vezes tendiam ao enobrecimento das atividades dos imigrantes europeus, tampouco condiz à realidade desses imigrantes sobre o cultivo de arroz e a paisagem local, pois,

[...] A paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. É evidente que o próprio ato de identificar [...] o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos [...] (SCHAMA, 1996, p. 17).

Cada um desses documentos, aqui apresentados, são associadas às individualidades dos sujeitos e suas narrativas sobre a paisagem regional. Nesse sentido, é possível reconhecer que essas “experiências” sobre o cultivo de arroz na paisagem podem também não corresponder à situação de toda a “Colônia”; pois é necessário considerar que alguns desses imigrantes residiam próximo ao Rio Cachoeira, que se constituiu como “núcleo central” da comunidade diferindo-se das áreas mais “rurais”, como o caso de “Neudorf” e “Annaburgo”<sup>109</sup>. Contudo, vale ressaltar que as paisagens do cultivo de arroz se expandiram consideravelmente em Joinville; permanecendo através da participação de novos sujeitos e práticas introduzidas e modificadas a partir das migrações ao longo do século XX.

---

<sup>109</sup> Atualmente essas localidades se configuram como parte da paisagem do bairro Vila Nova. Segundo Ficker (2008), Neudorf e Annaburgo eram comunidades consideradas como “rurais” no contexto da Colônia Dona Francisca.

## **2. PAISAGENS EFÊMERAS: O CULTIVO DO ARROZ NO SÉCULO XX**

Ao longo do tempo, Joinville foi se transformando significativamente, assim como, modificaram-se os saberes, as práticas e representações sobre o cultivo de arroz e os “arrozais” na paisagem da cidade durante o século XX. Nos anos finais do século XIX às atividades de cultivo do arroz estavam intrinsecamente relacionadas ao processo de formação de uma “colônia”, com a criação de lugares “roçados” para o desenvolvimento da agricultura e a venda de pequenas propriedades para imigrantes europeus. A partir do segundo capítulo, por meio de diversas publicações de jornais e discursos sobre a história de Joinville, pode-se notar que há um maior destaque atribuído à uma “originalidade” do cultivo do arroz, considerado enquanto uma atividade impulsionada por migrantes descendentes de italianos na paisagem da cidade. Esse capítulo objetiva dialogar com algumas dessas fontes, buscando problematizar e dar visibilidade aos diferentes discursos construídos acerca da presença e transformações das práticas associadas ao cultivo do arroz na cidade no decorrer do século XX.

### **2.1 Anseios e práticas do cultivo de arroz em Joinville: algumas considerações**

Esse capítulo tem como objetivo investigar como por meio da imprensa e de publicações sobre a história local foram construídas outras formas de reconhecimento sobre o arroz e os “arrozais na cidade”, buscando refletir sobre esse tipo de cultivo no bairro Vila Nova, diante do processo de urbanização e migrações internas para a cidade de Joinville, assim como, sobre as suas relações com a modernização da agricultura ao longo do século XX. Nessa perspectiva, procuro articular aquilo que o geógrafo Denis Cosgrove (2004) chama de “habilidade imaginativa” nos estudos da Paisagem, expondo e refletindo acerca dos usos e significados que foram atribuídos à essas paisagens.

No decorrer do século XX, Joinville modificava significativamente a configuração de sua paisagem, assim como, as formas de cultivar, reconhecer e representar o arroz e os “arrozais” na cidade. Por meio de alguns autores,

especialmente a partir da segunda metade desse século, foram introduzidos outros discursos sobre a agricultura e o desenvolvimento da cidade, alguns desses autores dão ênfase ao ideário a partir da figura dos “pioneiros”, que corroboraram para identificar uma das maneiras que foi apresentado o arroz na história local. Como já aludido no primeiro capítulo, por meio do acesso algumas fontes escritas pode ser identificado o arroz enquanto um dos alimentos introduzidos no processo de ocupação da paisagem regional. Pode-se interrogar sobre esse alimento na Colônia Dona Francisca, que integrava ao “sistema agroecológico” (WORSTER, 2003), enquanto uma das atividades praticadas da policultura em pequenas propriedades; assim como pôde se constatar alguns daqueles que cultivavam o arroz que poderiam possuir engenhos para o beneficiamento e comercialização desse “produto”.

O arroz, embora possa ser compreendido enquanto atividade da agricultura regional, é importante observar que, desde as últimas décadas do século XIX, priorizava-se na economia local o fortalecimento das atividades industriais, assim como o beneficiamento e comércio da erva-mate em Joinville, que até meados da década de 1940 tornou-se um dos produtos mais importados e também relevantes para a economia da cidade (FICKER, 2008).

A partir da construção da Estrada Dona Francisca foi impulsionada a expansão do comércio da erva-mate, produto que era encaminhado até Joinville para o seu beneficiamento e comercialização com outras regiões do país. É possível destacar a pesquisa de Marcos Gerhardt (2013), que numa perspectiva ambiental do extrativismo do mate, analisou algumas das mudanças na paisagem e as alterações dos recursos naturais que a atividade produziu, e às ações governamentais vinculadas a esse tipo de comercialização no Estado de Santa Catarina. Em âmbito regional, considerou que, “[...] o cultivo no interior da colônia, em direção ao Planalto, possivelmente não foi implantado, mas Joinville se tornou um importante centro de beneficiamento, embalagem e exportação do mate nas décadas seguintes” (GERHARDT, 2013, p. 183).

Carlos Ficker (2008), Elly Herkenhoff (1987), Gustavo Grein (2012) e Apolinário Ternes (2002), destacam no final do século XIX, a Estrada Dona Francisca tornou-se a principal via de comércio da erva-mate para Joinville. Em “Dona Imperial Estrada da Serra” os autores Apolinário Ternes e Herculano Vicenzi (2002) ressaltam a influência da construção dessa para o crescimento não apenas

de Joinville, mas de toda a região norte do Estado de Santa Catarina, destacando os municípios de Campo Alegre, São Bento e Rio Negrinho. Assim como Elly Herkehoff (1987), que também considerou a relevância que essa estrada passou a ter para a comercialização da erva-mate, e que através dela, se fortaleceram as relações com outras localidades, especialmente com o Planalto que possuía a maior parte da produção da erva-mate no estado de Santa Catarina. Com a perspectiva de desenvolvimento dessa atividade também,

[...] Vários industriais paranaenses, ligados ao ramo, transferiram a sua residência para Joinville, seguidos de outros industriais brasileiros que viriam, assim, influenciar profundamente a vida econômica, política e cultural de Joinville (HERKENHOFF, 1987, p. 07).

Contudo, pode se considerar que a produção da erva-mate se diferenciava de outras práticas de cultivos, como o caso do arroz, açúcar, café, tubérculos entre outros que já eram cultivados desde 1850, já que passou a ter maior influência como atividade de beneficiamento nos engenhos, principalmente a partir da década de 1870 (FICKER, 2008; GREIN, 2012; HERKENHOF, 1997; TERNES, 2002). Como produto de exportação a erva-mate era encaminhada até o Porto de São Francisco, necessitando do melhoramento das estradas para o escoamento desse produto. Nesse período, assim como o mate, a produção do arroz e outras atividades de comércio, poderiam ter maiores facilidades para escoamento com o melhoramento das estradas e à ligação com o Porto.

Podemos identificar que alguns desses autores tiveram acesso e fizeram o uso de algumas imagens do mate e apontamentos acerca da instalação dessas estruturas e suas repercussões na paisagem local, especialmente na região norte da cidade e a Serra Dona Francisca. Contudo, podemos considerar essas imagens como fontes que ainda podem ser problematizadas, assim como o estudo sobre outras dimensões que envolvem as formas de beneficiamento da erva-mate em Joinville. Diferentemente do mate, da madeira, ou do açúcar, até o momento, não foi possível encontrar fotografias e/ou maiores considerações com relação à identificação de estruturas ou fragmentos materiais dos engenhos de arroz na paisagem local<sup>110</sup>. Considerando a relevância dessas “paisagens pretéritas”,

---

<sup>110</sup> Com exceção ao projeto de engenho de arroz ilustrado por Rodowicks-Oswiecinsky (1992, p. 26)

algumas fontes escritas como jornais e outras publicações, podem nos fornecer dados para melhor entender sobre como poderia funcionar, ou constituir esses engenhos (CÔRREA, 2012).

Entre as publicações semanais do jornal “Gazeta de Joinville” do ano de 1910, pode-se destacar o anúncio sobre a venda de equipamentos de um engenho de arroz que se encontrava em fase de desativação pelo proprietário. Conforme a nota:

Por motivo de liquidar com o meu engenho de arroz, vendo em condições vantajosas e por preços baratíssimos as seguintes machinas:

1. Uma machina a vapor, de 12 cavallos, horisontal.
2. Uma caldeira de tubos vertical,
3. Dois aparelhos para seccar à vapor,
4. Uma machina para descascar,
5. Uma machina para escolher,
6. Uma machina para aflar,
7. Uma machina para polir,
8. Uma machina para separar,
9. Diversos elevadores<sup>111</sup>.

O anúncio foi publicado em mais de uma edição do jornal, indicando que para a realização desse negócio os interessados deveriam conversar com o senhor “H. A. Lepper”. Embora não especifique o motivo da venda, ou a região em que se localizava o engenho e o endereço para contato, enumerando o conjunto de “machinas”, é plausível levantar a hipótese de que este poderia ser um engenho de beneficiamento de arroz, identificando equipamentos necessários para o descascamento do grão e seu preparo como produto alimentício para o mercado, sobretudo quando se refere à “machina para polir”, modificando o grão para a sua transformação em “arroz branco”. Lepper procurava vender seus equipamentos pelo seu conjunto, mas também poderiam ser vendidas separadamente, destacando que estavam, “todas as máchinas em ótimas condições e promptas para o serviço [...]”<sup>112</sup>. É possível supor que, “H.A. Lepper” seja Hermann August Lepper, que no mesmo jornal “Gazeta de Joinville” identifica-se algumas publicações como representante e sócio da empresa “Lepper & Cia”, juntamente com Leopold Lepper.

---

<sup>111</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 02 de abril de 1910, Ano V, n. 259 (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

<sup>112</sup> Idem.

No ano anterior à publicação para a venda dos equipamentos e do engenho de arroz, Lepper anunciava a fundação de uma fábrica de tecidos inaugurada no ano de 1909 na cidade. A matéria busca divulgar o negócio, descrevendo que “a fábrica ocupa-se a fabricar quaesquer tecidos de algodão, como sejam riscados, fazendas de fantasias para vestidos, aventaes, etc”<sup>113</sup>. A partir das publicações de Leopold Lepper no jornal *Gazeta de Joinville*, talvez, pode-se avultar que a venda e desestruturação do engenho de arroz, poderia estar relacionado à escolha do proprietário em investir mais na indústria têxtil, que se expandia na cidade (ROCHA, 1997).

A partir do diálogo com outras publicações, torna-se possível apontar alguns indícios sobre práticas de cultivo na paisagem regional, considerando que foram enunciados nos jornais alguns dos intentos de “modernização” da “cultura do arroz” na primeira década do século XX, como o caso de outra edição do *Jornal Gazeta de Joinville*, que apresenta na capa uma nota, intitulada “A nossa cultura do arroz”, publicada no mês de dezembro de 1910. Essa publicação faz alguns apontamentos sobre a história da produção do arroz e as condições que a sua produção se encontrava, como o caso da cidade de São Francisco, vizinha de Joinville. Segundo o *Jornal*, “Há vinte annos, mais ou menos, apesar do preço ser pouco remunerador, tínhamos lavradores que se dedicavam quase que exclusivamente a plantação dessa preciosa gramínea”<sup>114</sup>, ou em outras palavras, até meados de 1890 o arroz, embora com um preço menor, era uma atividade mais frequente na região, apontando para um declínio nos investimentos desse tipo de cultivo comparado a outras regiões do país. Segundo a publicação, era então, um momento propício para (re)investir no cultivo do arroz, elencando vantagens ao agricultor, tais como: “[...] a sua cotação elevou-se e a colocação tornou-se facillima nos mercados consumidores, elles abandonaram o plantio de tão importante cereal [...]”<sup>115</sup>.

Seria prudente afirmar, de certo modo, que os noticiários de Joinville estavam em consonância com as preocupações de investimentos com a modernização agrícola no Brasil, onde apontavam seus desejos para a melhoria nos investimentos para a agricultura. Nessa fonte, já se considerava o arroz como uma atividade

---

<sup>113</sup> *Jornal Gazeta de Joinville*, 09 de janeiro de 1909, Ano V, n.195 (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

<sup>114</sup> *Jornal Gazeta de Joinville*, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297. (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>115</sup> *Idem*.

realizada há décadas na paisagem regional, entretanto, não atendia às expectativas que alguns tinham para o desenvolvimento desse cultivo. Conforme o Jornal Gazeta de Joinville, o cultivo do arroz era realizado na “ilha”<sup>116</sup> e às margens do rio Cubatão e suas adjacências, que tem o seu percurso próximos entre as fronteiras de São Francisco do Sul e a região de Joinville. Referindo-se a São Francisco do Sul, apontava-se que, “a cultura do arroz em nossa ilha”<sup>117</sup>, si não nos falta a memória, teve inicio há sessenta anos”, desse maneira, “[...] já era tempo de estar bem desenvolvido”<sup>118</sup>.

Um das dificuldades atribuídas pelo Jornal sobre a produção do arroz na região seriam as possibilidades de escolha e compra das sementes para o plantio. Segundo a publicação, há anos importava-se de Iguapé, em São Paulo, mas o tipo de arroz que adquiriam, “já se acha mesclado, ora, isto não deixa de contribuir para a sua desvalorização”<sup>119</sup>. Assim, sugere-se que o comercio regional deveria se voltar ao cultivo do “arroz agulhinha”. Nesse viés, considerava as incompatibilidades com o investimento para outros tipos de cultivares, rejeitando ou desvalorizando outras espécies e forma dos grãos. Segundo o jornal, “[...] aos lavradores é dado arroz ordinário e misturado, e é por isso que não temos arroz superior, d’ahí as grandes concorrências pelo semilar especial de outras procedências [...]”<sup>120</sup>. Assim, era preciso para a sua comercialização, uma separação maior e um controle das sementes de arroz “carrapato”, pois ainda que,

[...] Submettendo-se ao processo das machinas modernas, o arroz não pode sahir perfeito, por que sendo, por exemplo os seus descacadores graduados para o “agulha”, forçosamente tem que quebrar o arroz “carrapato” [...]”<sup>121</sup>.

Embora, o Jornal Gazeta de Joinville indicasse desde o título que pretendiam ser considerações sobre a espécie “*Oryza Sativa*”, não fica claro ao leitor quais eram as espécies cultivadas na região, ou mesmo o que a publicação considerou como arroz “carrapato” e suas relações com o tipo “agulha” e/ou outros. Podem ser

<sup>116</sup> O termo “Ilha” refere-se à Ilha de São Francisco do Sul.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Briguite Brandenburg).

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Briguite Brandenburg).

pensadas diferentes possibilidades ao termo “carrapato”, desde um cruzamento de espécies no cultivo, como o caso da presença do arroz “agulha” com o “arroz vermelho”, comumente associado como “praga” entre os cultivares, ou mesmo no cruzamento com outros tipos de arroz da família da espécie conhecida como *Oryza Sativa* (REIFSCHNEIDER, NASS & HENZ, 2015). Vale ressaltar que mesmo quando se trata do *Oryza Sativa*<sup>122</sup>, existem ainda diferentes subespécies do arroz, sendo que no ecossistema encontram-se,

[...] mais de 20 espécies silvestres do gênero *Oryza* podem ser encontradas em diversas regiões pelo mundo. Na Ásia, por exemplo, podem ser encontradas, principalmente, *O. granulata*, *O. meyeriana*, *O. nivara*, *O. rufipogon*, *O. minuta* e *O. rhizomatis*. Já no continente africano, *O. barthii*, *O. longistaminata*, *O. puctata* e *O. brachyantha*. Nas Américas, *O. latifolia*, *O. alta*, *O. grandiglumis* e *O. glumaepatula*, que é nativa do Brasil. E, finalmente, no continente australiano, *O. australiensis* e *O. meridionalis* (REIFSCHNEIDER, NASS & HENZ, 2015, p. 34).

Ao se referir a esse cultivo, o Jornal aponta para a necessidade e a preocupação de separação dos grãos, atentando desde a escolha da semente até o seu preparo no engenho com os “descascadores” no engenho de arroz. Segundo a coluna, “[...] o arroz misturado pode ser beneficiado nas engenhocas, mas estas já estão condenadas a desaparecer com o aparecimento das machinas modernas”<sup>123</sup>. Interessante é a afirmação da publicação acerca da modernização da agricultura do início do século XX, pois essa narrativa corroborava com a desvalorização dos engenhos de arroz e das possibilidades sobre o uso dos seus equipamentos para o cultivo, pois estes já poderiam ser considerados obsoletos. Desse modo, também são enunciadas alguns dos desejos e dificuldades estruturais desse cultivo. Como “moderno”, destaca-se especialmente acerca da utilização do método de irrigação do arroz, indicando que as iniciativas regionais deveriam partir dos exemplos de cultivo em São Paulo onde realizava-se maiores investimentos para o cultivo do arroz do tipo “irrigado”<sup>124</sup>. Descrevendo ser preciso,

<sup>122</sup> No Brasil podem ser mais facilmente encontradas quatro espécies “silvestres” do arroz *Oryza Sativa*, sendo: “*Oriza glumaepatula*”, “*Oriza latifolia*”, “*Oriza alta*” e “*Oriza grandiglumis*” (REIFSCHNEIDER, NASS & HENZ, 2015).

<sup>123</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>124</sup> Idem.

[...] os lavradores depois de nivellarem grande área do terreno, recortam- o de valletas inundando-o. A innundação é feita por grande vallas que conduzem a água de ribeirões vizinhos. Preparando o brejo artificial, é plantado o arroz por meio de um instrumento especial que, movido por um homem, vão revolvendo a terra e fazendo a plantação. Esses brejos conservam sempre a água fresca e em quantidade necessária e os temporaes não podem dannifical-os devidos as grandes vallas feitas para o esgoto.

No tempo da colheita esses brejos são facilmente disinundados para dar lugar a appplicação do machinismo que o apanha. [...] Limpa-o, de modo que o lavrador já pode traze-lo da roça e leval-o ao beneficiador. [...] Em poucos dias apanham-o em grande quantidade, o que não se dá com os nossos que gastam longo do tempo em apanhar um sacco de arroz que ainda é conduzido à caza para ser batido e ventilado<sup>125</sup>.

Por ser um alimento em diferentes sociedades, no arroz e nos “arrozais” se repercutem diferentes conhecimentos e práticas para o seu cultivo, relação e transformação do ecossistema. Na publicação do Jornal Gazeta de Joinville<sup>126</sup>, compreendia-se que deveriam ser modificadas as práticas de cultivo regional. O Jornal sugere que um bom desenvolvimento do arroz, poderia ser realizado com a troca dos métodos de cultivo irrigado, que deveria ser acompanhado com novas possibilidades de acesso às “moderníssimas machinas” e às “melhores sementes”, considerando assim que, estes seriam os ingredientes ensejados para o desenvolvimento do cultivo do arroz em São Francisco e região. Segundo essas considerações, podem ser pensadas as intenções e a influência da “sciência” para as transformações do cultivo local, que deveria estar em consonância com os conhecimentos “modernos” para o uso de equipamentos e das estruturas de engenhos do arroz. Nesse viés, essa coluna do Jornal considerava efêmeras as estruturas e os engenhos que dispunham, indicando a necessidade de maiores investimentos na “modernização” para fazer frentes às concorrências com outros lugares.

A publicação tem como expectativas que as “técnicas rudimentares”, sejam substituídas em detrimento dos “methódos modernos” para a produção do arroz<sup>127</sup>. Ao sugerir que estas técnicas deveriam ser extirpadas, pois vistas como empecilho ao progresso da produção, deslegitimava-se outras formas de conhecimentos e práticas (ZARTH, 2013). Assim, são os “lavradores”, seus saberes e práticas no

<sup>125</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n 297. (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Idem.

cultivo, descritos como desconhecedores “dos methódos modernos empregados”, pois enfatizava que,

Aqui essa cultura está, sob todos os pontos de vista, muito atrazada e precisamos fazer desevelvel-a educando necessariamente os nossos lavradores para que assim uo possam libertar dos taes methodos rotineiros<sup>128</sup>.

Os “methódos rotineiros”, como conhecimentos empregados pelas comunidades locais são fortemente combatidos ou desqualificados em detrimento do progresso e a mecanização do arroz. Desde o início dessa publicação já é perceptível o intuito de subestimar a produção de arroz em São Francisco do Sul e Joinville e assim, atentar para as necessidades de maiores investimentos criticando o desenvolvimento e as formas de cultivo na paisagem regional. Com esse intuito, dedica-se em outro momento do Jornal uma publicação mais detalhada, como um manual agrícola, com o título: “Informações praticas sobre a cultura do arroz, cujo nome é na *sciencia* é *Oriza Sativa*”. Segundo a publicação o arroz era plantado geralmente entre os meses de agosto a novembro para se colher em meados do mês de março, considerando que, “[...] dá se bem nas terras frescas de bôa qualidade, nas terras de várzeas, das margens dos rios, córregos, etc.; comtanto que sejam bem expostas ao sol”<sup>129</sup>. Enfatizando a qualidade das sementes pois,

[...] A escolha das sementes é de todo indispensável para evitar a diminuição das colheitas /, a má qualidade do arroz, a falta de lucros para o lavrador ou sua própria ruína.

No arrozal as sementes serão escolhidas das toceiras<sup>130</sup> mais vigorozas, carregadas de muitos cachos bem granados e grandes, sendo escolhidos dentre este os mais bonitos. Quando a semente estiver em sacos, a sua escolha será feita por meio de machinas separadores mecânicos; por meio de peneiras de arame ou taquara, tendo malhas maiores ou menores, procurando-se separar com ellas pelo melhor geito as sementes grandes das miúdas<sup>131</sup>.

A narrativa aponta as facilidades que as “machinas modernas”, que poderiam reduzir o trabalho humano de intervenção na terra e aumentar a produtividade do

---

<sup>128</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup>Toceira: parte da planta que quando cortado o seu caule permanece vivo no solo.

<sup>131</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297. (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

cultivo do arroz. O Jornal indicava métodos para o conhecimento e decisão para a escolha das sementes, sugerindo o teste de imersão do “arroz com casca” em potes de água, considerando ser “um meio prático para escolher as sementes”,

[...] É este: - peza-se um litro de arroz em casca, muito bem limpo, e si este livro pezar mais de meio kilo, ou 620 grammas, mais ou menos, a semente é boa. Convém guardar e muito bem na memória que; - a melhor semente de qualquer planta, só é produzida e adquirida pelo agricultor plantando-se a todos os annos em separado, e longe de outras plantações<sup>132</sup> em sementes iguaes<sup>133</sup>.

A publicação ao discorrer sobre as maneiras de se cultivar o arroz, embora não afirme diretamente, talvez, possa ser pensado que na região tinha-se um cultivo do arroz de modo “sequeiro”, que se contrasta a outro “systema”:

Quem plantar o arroz pelo systema de irrigação terá sempre boa safra, mesmo em tempo de sêccas, pois a agua não falta no arrozal que já não succede com quem plantar sem irrigação, que terá colheita certa e bôa quando chover bem<sup>134</sup>.

São dois os métodos enunciados no desenvolvimento da publicação, sendo que não há maiores descrições sobre o primeiro modo de cultivo, senão acerca de sua técnica de plantio necessita de maior limpeza e o preparo da terra, quando é comparado ao segundo modo de cultivo, o arroz irrigado. Ao que parece, o texto inclinava-se para a transição regional sobre o modo de cultivo irrigado, enfatizando a possibilidade de por meio dessa técnica, desenvolver “sempre boa safra”, que precisa de uma boa chuva para se desenvolver, tornando-se capaz de maior produtividade. Para o arroz irrigado, ponderava que este é um método distinto pois, “[...] quando a plantação é feita por meio de irrigação, pelo systema de diques, não precisa limpeza alguma, pois a agua não deixa o matto ou hervas damninhas nascerem”<sup>135</sup>. Nos arrozais se repercutem as ações para os desejos de controle sobre o ecossistema (WORSTER, 2003), assim, também nas orientações deste

<sup>132</sup> O cuidado de que as sementes não se misturassem com outras, permitia maior qualidade do arroz, sem alterar as propriedades genéticas do cereal, que pode ocorrer principalmente se uma espécie de cultivar mantiver perto de outras espécies.

<sup>133</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

jornal, há uma difusão de conhecimentos do cultivo de arroz, como o caso das sugestões para a realização de uma “desinfecção dos arrozais”. Por,

Desinfecção - Quer dizer destruição de micróbios e pequeninos animaes agrarrados às sementes, capazes de produzirem moléstias nas plantas, que doentes, pouco o nada produzirão, destruindo assim o lucro do agricultor.

A desinfecção previne muitos males nas plantações, por isso é preciso habituar-se a Ella, tanto mais quanto as sementes vem muitas vezes nos arrozaes doentes ou de paõies e sacco mofados [...] <sup>136</sup>.

Juliana Brocca Presa (2011), ao estudar acerca das transformações do cultivo do arroz irrigado no sul de Santa Catarina, adverte que, entre o arroz “sequeiro” e o “irrigado” não há muitas diferenças morfológicas, contudo, podem ser diferenciadas por meio de algumas “adaptações”, especialmente para o desenvolvimento do plantio em períodos de “seca”, que a partir, “[...] deste modo, qualquer espécie pode ser plantada sob as duas condições de cultivo, o que modifica é o seu desenvolvimento e produtividade” (PRESA, 2011, p. 82).

No Jornal Gazeta de Joinville, colocava-se em destaque a consideração de que através das práticas de irrigação e nivelamento do terreno possam ser controladas as plantas indesejadas e as “moléstias” do arroz, por meio do tratamento induzido com aditivos na água, como o caso de utilização da cal e/ou do chamado “caparroza azul”. Para evitar o desenvolvimento de “males nas plantações” há sugestões para o emprego de algumas técnicas como para,

[...] evitar a ferrugem e outras moléstias, faz-se a desinfecção das sementes da maneira seguinte: - dissolve-se ou desmancha-se em 5 litros d’agua quente, postos dentro de um tacho de cobre, tina de madeira, alguidar de barro ou gamella ou que for melhor, 200 gramas de sulfato de cobre também chamado caparroza azul e mexe-se bem: depois junta-se 5 litros d’agua fria ficando assim 10 litros do remédio.

[...] Põe se as sementes em um cesto ou jacá ou sacco bem ralo e mergulha-se no liquido, molhando-as bem, durante poucos minutos. Depois deste banho são as sementes postas em montes, que em seguida são bem abertos e sapecados de um pouco de cal. [...] <sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n. 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

A publicação aponta que necessitava-se de artefatos específicos para esse tratamento, como vazilhas de cobre, mas “[...] nunca se deve pôr este remédio em vazilhas de ferro para não alteral-o”<sup>138</sup>. Recomendava-se para o desenvolvimento do cultivo do arroz, que,

[...] Um kilo de cal basta para salpicar sobre 100 litros as sementes. A cal empregada torna o remédio mais forte dando resultado mais seguro. Assim tratadas são as sementes plantadas sem maior demora, no mesmo dia. Não havendo caparroza azul, faz se água de cal como é feita para a caiação das casas, despeja-se sobre as sementes plantando-se depois<sup>139</sup>.

Segundo a publicação, o “Caparroza azul” se refere ao uso do sulfato de cobre para o tratamento das sementes, e numa segunda opção o cal. Essa é uma segunda referência que aponta para o uso da cal no processo de tratamento do arroz. O mineral era imerso na água com as sementes, o que podemos interrogar como um processo de esterilização, e talvez, uma estratégia de utilização dos recursos da paisagem regional, que não incluía a compra de incentivos químicos de outras regiões, já que se pode também interrogar sobre a utilidade da cal, mediante as possibilidades de compra da produção local que se fazia com a exploração dos sambaquis fartamente encontrados na Baía da Babitonga<sup>140</sup>.

No Jornal, destaca-se o “moderno” do sistema de cultivo do arroz, comentando alguns dos investimentos realizados no estado de São Paulo. Partindo das considerações de Beskow (1986), nota-se ainda que, a referência para São Paulo pode ser compreendida, considerando que nesse período este era o estado que possuía a maior produção de arroz do país<sup>141</sup>. Embora não seja apontado no jornal, outro ponto a se considerar são as tensões apontadas para uma continuidade

---

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Sobre a utilização da cal na região de Joinville e a Baía da Babitonga, Vide: JOINVILLE. Prefeitura Municipal de Joinville. Joinville: primeiros habitantes. Joinville: Casa Aberta, 2010 e, ZEGER, Giomar. Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio. Dissertação (mestrado) em Patrimônio Cultural e Sociedade, 2014.

<sup>141</sup> Segundo Beskow (1986) entre os anos de 1909 a década de 1920, os principais produtores eram os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraíba, e o Estado de Santa Catarina era a sétima maior produção nacional, seguido dos estados do Maranhão, Pará e Espírito Santo. Ademais, é também nas primeiras décadas do século XX que o estado do Rio Grande do Sul passa a se destacar entre aqueles que mais cresceram sua produtividade, e aos poucos, o arroz também fazia concorrência com o estado vizinho, Santa Catarina.

dos investimentos no arroz, considerando as complexas relações de “modernização” ensejadas para uma maior produtividade do arroz na paisagem regional.

É perceptível na publicação o incentivo dado ao cultivo do arroz irrigado e a compra de equipamentos mais “modernos”, para que as atividades regionais dispusessem de condição melhores para a produção. Conforme o Jornal, poderia haver duas formas de colheita do arroz, considerando uma “pequena cultura” ou uma “grande cultura”. Mas, o tamanho das áreas de cultivo, se difere pelas técnicas, pois, na “[...] A colheita na pequena cultura é feita a mão, cortando-se as touceiras por meio de foicinha curva ou alfange”; já na “[...] na grande cultura é feita por meio de máquinas de ceifadeiras mecânicas, havendo tão aperfeiçoadas que chegam a cortar, enfeixar e amarrar o arroz [...]”<sup>142</sup>. Nessa perspectiva, em comparativo diante de tais “máquinas modernas”, não se encontra na publicação nenhum comparativo atribuindo características positivas às práticas regionais, uma vez que são elas classificadas enquanto “técnicas rudimentares”, quando não “ordinárias”. Pelo ideário proposto, as tarefas manuais seriam mais desenvolvidas cada vez que fosse mais “mecanizadas” o máximo do processo de cultivo e beneficiamento do arroz. Assim como os conhecimentos agrícolas deveriam cada vez mais acompanhar os conhecimentos da “*sciência*”. Tais empreendimentos “modernos” começavam a despontar no cenário nacional, mas teriam sua expansão e difusão em Santa Catarina nas décadas seguintes, principalmente a partir da segunda metade do século XX (LOHN, 1997; MUSSOI, 2003; PRESA, 2011; ROCHA, 2010).

No ano de 1917, o Jornal Gazeta do Comércio publicava uma notificação da “Associação Comercial de Joinville”, buscando divulgar suas atividades comerciais, notificando a existência de “161 casas de negócio” na cidade. Segundo a publicação, haviam 04 engenhos de erva-mate e 16 engenhos para a “araruta e arroz”<sup>143</sup>. Embora ainda não esclareça o quanto destes 16 engenhos eram destinados ao beneficiamento do arroz ou da araruta, pode-se até pensar a coexistência das duas atividades num mesmo engenho. Essa fonte permite aludir que naquele momento, poderia ter ainda mais engenhos dedicados ao beneficiamento do arroz e tubérculos do que à erva-mate, contudo, era a “indústria ervateira” considerada a atividade econômica mais relevante da cidade, sobretudo

---

<sup>142</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 24 de dezembro de 1910, Ano VI, n 297 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

<sup>143</sup> Gazeta do Comercio, 21 de abril de 1917, Ano 4, nº 17, p. 01. (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

pela valoração que tinha nesse período. Vale considerar, que nem todos os que cultivavam o arroz, nem sempre seriam aqueles que dispunham dos engenhos, muitas vezes aqueles que o cultivavam poderiam levar o arroz para o seu beneficiamento nos engenhos. Bem como os próprios proprietários de engenho de arroz que também poderiam realizar outras atividades e possuir outros engenhos, como o caso do mate e outros gêneros.

Entre as principais atividades que contribuíram para o desenvolvimento regional destacam-se as aberturas de caminhos que estavam sendo realizados, ou em fase de conclusão, como o caso da Estrada Dona Francisca e os caminhos que ligavam ao Porto de São Francisco do Sul<sup>144</sup>, ou à Jaraguá, Blumenau e outras localidades ao sul do Estado (FICKER, 2008). Como se pode constatar em alguns documentos dessa pesquisa, o arroz cultivado em Joinville era comercializado por meio das relações de escoamento do produto no Porto de São Francisco do Sul. Onde é possível inferir que, ao mesmo tempo, em que, a indústria ervateira se consolidava como o principal produto de exportação, também o arroz beneficiava-se com a abertura de caminhos entre essas localidades.

Segundo Lara Andrade Costa (2005), no processo de urbanização da cidade nas primeiras décadas do século XX, Joinville já enfrentava inúmeras dificuldades, diante do alto custo dos alimentos, da moradia e de outras necessidades no cotidiano da população, o que refletia também sobre agricultores, residindo em espaços “rurais” e, dessa maneira, estavam distantes dos mercados para a compra de mantimentos, ao mesmo tempo em que, vivenciam dificuldades para os investimentos nas atividades agrícolas. Na década de 1920, “Joinville possuía um grande número de engenhos beneficiadores de arroz, mas, para o povo nada disso adiantava, pois os preços estavam sempre majorados [...]” (COSTA, 2005, p. 113). Segundo a autora, naquele momento, “[...] os salários não davam nem para comprar a saca do arroz, que subia 1\$200 para 1\$600 em menos de um dia” (COSTA, 2005, p. 113).

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não há somente uma modificação nas formas de comércio internacional e nacional, como também na região sul do Brasil, onde se acentua a concorrência em função da crescente

---

<sup>144</sup> Segundo Filho (2014), desde 1903 também as obras ferroviárias da Linha São Francisco, que facilitavam a ligação entre Joinville e o porto de São Francisco do Sul, e outras localidades como, São Bento do Sul e Rio Negrinho. O percurso dessa linha seguia a Estrada Dona Francisca, tendo vista a preocupação comercial com a erva-mate.

produção do arroz, que começava a se destacar especialmente no Estado do Rio Grande do Sul (BESKOW, 1986). Em âmbito regional, ainda encontram-se poucas referências sobre o cultivo do arroz em Joinville nesse período. Contudo, pode-se interrogar que há permanências e descontinuidades nas atividades de produção e comercialização do arroz e nas paisagens desse tipo de cultivo na cidade. Bem como, é possível identificar algumas dessas modificações, em articulação com o processo de modernização da agricultura nacional, somado ao crescimento de Joinville e o seu contínuo fluxo migratório e cultural.

A maior parte dos discursos que se referem à “paisagem” ou ao “cultivo do arroz em Joinville” partem do ideário dos imigrantes europeus e seus descendentes. Em alguns dos trabalhos publicados no século XX, há discursos sobre o fortalecimento do cultivo do arroz especialmente na paisagem da região oeste da cidade, no bairro Vila Nova. No conteúdo dessas publicações, o arroz passa a ser associado, sobretudo, em destaque às atividades de migrantes descendentes de “colônias de imigração italiana”, formadas ao longo do vale do Itajaí e outras regiões do Estado de Santa Catarina. Pois, quando se refere ao arroz em Joinville, tornou-se mais recorrente encontrar publicações que indicam como esse cultivo está diretamente associado aos processos migratórios, principalmente às manifestações culturais “de italianos” na paisagem da cidade do século XX.

Entre os que mais difundiram indicação sobre o cultivo do arroz na cidade, foi o jornalista Herculano Vicenzi. Suas publicações corroboram à noção de uma “italianidade”, associada aos saberes e práticas do cultivo do arroz em Joinville, sendo possível encontrar em jornais e livros locais publicadas por Vicenzi diversas considerações sobre esses migrantes como os “percussores” ou “pioneiros” do cultivo do arroz na cidade. Segundo o jornalista é “a produção de arroz irrigado, atividade econômica mais forte do interior de Joinville [...]”(VICENZI, 2007, p. 42). Considerando que a rizicultura, “[...] só começou a despontar a partir de 1935, ano que chegaram os primeiros migrantes de origem italiana procedentes dos municípios de Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros”(VICENZI, 2007, p. 42).

O processo de introdução do cultivo do arroz entre as regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste Catarinense, que possuem semelhanças, mas também reservam suas diferenças. No trabalho “Colonização e indústria do Vale do Itajaí: modelo e desenvolvimento”, Maria Luiza Hering (1987) enaltece que o “progresso” do Estado de Santa Catarina, foi realizado a partir da imigração e contribuição,

especialmente na região nordeste e o Vale do Itajaí, sendo os núcleos coloniais que foram os “mais desenvolvidos”. Hering (1987) possui um discurso em favorecimento aos “pioneiros”, considerando que estes foram os “principais centros absorvedores da imigração foram às colônias alemãs fundadas à época – Blumenau, Joinville e Brusque”, mas principalmente, a partir de 1870 outros imigrantes também ocuparam essas regiões, pois para a autora, “[...] ocorreu a grande imigração italiana, em Blumenau e Brusque, através do contrato de Caetano Pinto<sup>145</sup>” (HERING, 1987, p. 32). Assim como outros núcleos coloniais do Estado, “[...] ficou determinada, pelo fundador da colônia<sup>146</sup>, a dedicação exclusiva ao trabalho e a proibição do braço escravo” (HERING, 1987, p. 33). Além da “sede de Blumenau” e posteriormente com a imigração de italianos a partir de 1870, se expandiram outros distritos na região do Vale do Itajaí, que correspondia à Massaranduba, Gaspar, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Indaial, Rio do Sul e Encruzilhada (HERING, 1987). Ainda para a autora, “Em Rodeio e Ascurra os colonos italianos plantaram o arroz, sob licença comunitária de Ermembergo Pellizzetti, beneficiado por Lorenz, em Timbó, e Feddesern, em Blumenau [...]” (HERING, 1987, p. 197 -198).

A partir do mapeamento das “antigas colônias” realizado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é possível reconhecer a influência e relevância que esse processo de imigração européia passou a ter para o desenvolvimento e expansão populacional na paisagem de Santa Catarina até meados do século XX. No mapeamento, Joinville (Figura 7, legenda 2: Colônia Dona Francisca) é identificada pelas suas proximidades com outras “colônias” que posteriormente tornaram-se cidades, como São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Blumenau, Massaranduba, entre outras regiões que foram ensejadas por uma política de imigração européia na paisagem norte e nordeste de Santa Catarina<sup>147</sup>.

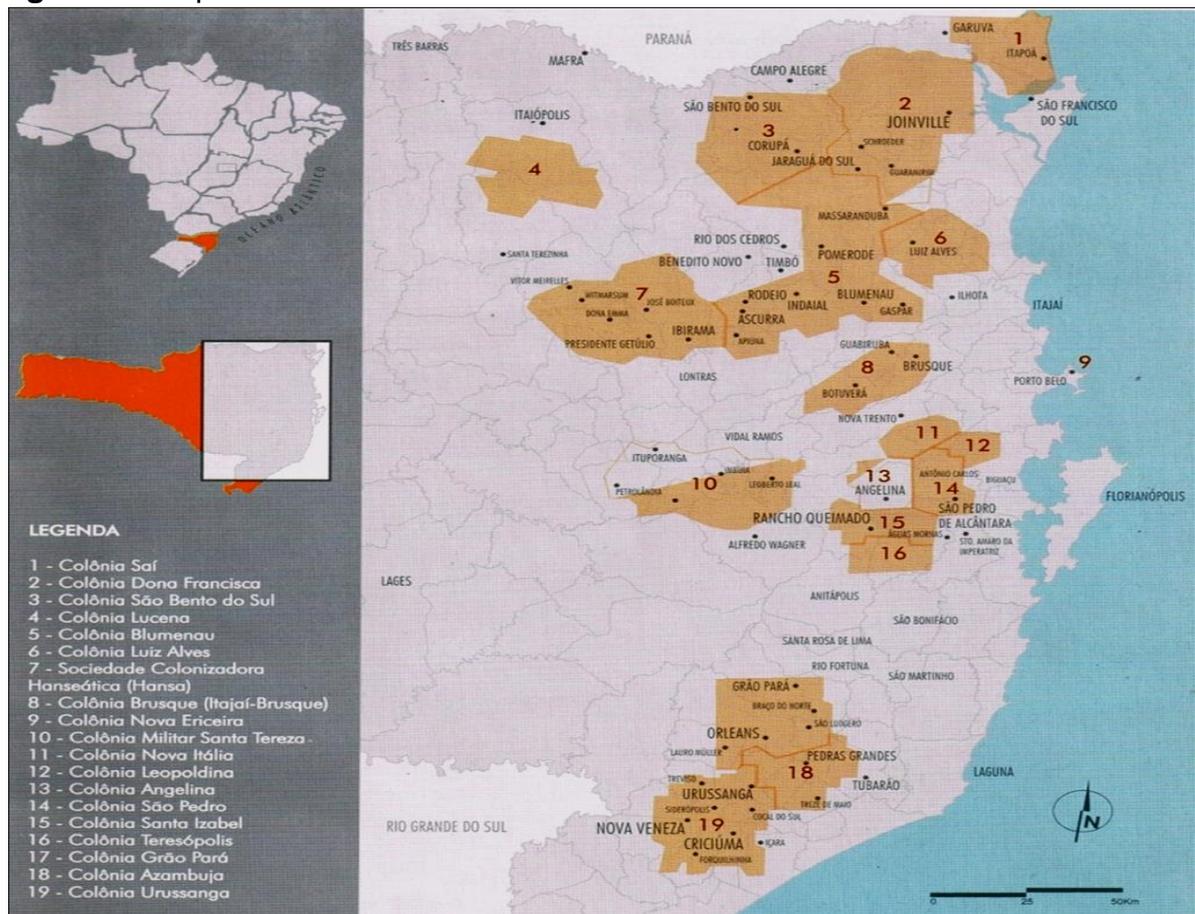
---

<sup>145</sup> O Comendador Joaquim Caetano Pinto Jr. autorizou por meio de um contrato a imigração de italianos para o Brasil com o Decreto nº 5.663 de 17 de junho de 1874 (HERING, 1987).

<sup>146</sup> Hering (1987) refere à Hermann Blumenau como um dos principais empreendedores da direção da Colônia Blumenau.

<sup>147</sup> Segundo Duarte (2011) até o ano 1934, foram mais de 1.643.000 europeus que imigraram para a região Sul do Brasil, sendo a maioria da Alemanha e posteriormente da Itália, além de outras nacionalidades.

**Figura 7 - Mapeamento das colônias em Santa Catarina no final do século XIX**



Fonte: Roteiros Nacionais de Imigração, IPHAN, 2011, p. 06.

Nos “Roteiros Nacionais da Imigração”, a Colônia Dona Francisca e Blumenau são caracterizadas enquanto semelhantes, considerando a formação como “colônia particular” e a organização de uma comunidade com costumes de uma sociedade étnica marcadamente “germânica”. Manoel P. dos Santos (2011), analisando o processo de ocupação da paisagem regional, nota que a Colônia de Blumenau,

[...] Até então essencialmente formada por teutos, fundou novos núcleos coloniais em regiões hoje ocupadas por municípios como Ascurra, Rodeio e Apiúna. A colonização destas novas áreas por ítalos, além de aumentar as áreas cultivadas, estimulou a valorização de outras culturas agrícolas como o arroz (SANTOS, 2011, p. 169).

Um dos pontos que podemos refletir, sobre as relações de imigrações e migrações internas de outras regiões, é que acontecem de maneira dinâmica desde o processo de ocupação com as “colônias” particulares com os vales de Itajaí e Blumenau. Desde a formação da Colônia Dona Francisca, fundada um ano após a

Colônia Blumenau<sup>148</sup>, tinha-se a intenção e a interação de grupos (i)migrantes entre essas regiões (S. THIAGO, 2003). Contudo, em Joinville, a maior parte dos descendentes de,

[...] italianos começaram a chegar a Joinville por volta da década de 1930, ainda de forma esparsa, e ocuparam isoladamente terras rurais na periferia da cidade ou lotes urbanos [...]. Eram poucos, ainda, e se mantinham isolados, talvez sem o conhecimento da existência um dos outros (TERNES, 2009, p. 67).

Diferentemente da Colônia Blumenau e da região do Vale do Itajaí, não houve estímulo direto para a imigração italiana nesse período enquanto “Colônia Dona Francisca”. Contudo, como adverte a historiadora Ilanil Coelho (2010), desde os primeiros ciclos imigratórios em Santa Catarina, vale destacar que Joinville recebeu um grande contingente de imigrantes e migrantes. Para a autora, na história da cidade é possível reconhecer uma “[...] trajetória de realocização de famílias migrantes provenientes de outras cidades catarinenses” (COELHO, 2010, p. 31).

O livro “Tempos modernos: a presença dos italianos em Joinville” de Apolinário Ternes (2009) é uma das mais conhecidas publicações em que se constrói um discurso pautado aos chamados “precursores” descendentes de italianos na cidade. Nesse livro, o autor buscou destacar além de alguns desses descendentes, principalmente os mais abastados e conhecidos, divulgando instituições, empreendimentos e empresas locais, assim como enaltece alguns políticos, empresários, comerciantes, entre outros. Para o autor, um primeiro ciclo de migrantes da região do Vale do Itajaí se deu por volta das décadas de 1930, e se intensificou na década seguinte com a migração de “agricultores especializados no cultivo de arroz” (TERNES, 2009, p. 65).

Nesse viés, o Jornal A Notícia<sup>149</sup>, enuncia como os “pioneiros do arroz irrigado”, os moradores de Rodeio que migraram para a região oeste de Joinville<sup>150</sup>. No entanto, cabe ressaltar que esta abordagem privilegia os descendentes de italianos como pioneiros, contudo, pode se indicar, em diálogo com as documentações analisadas anteriormente, que estes poderiam não ser os

<sup>148</sup> Como o caso da abertura de estradas projetadas pelo engenheiro Carl A. Wunderwald (FICKER, 2008; TERNES, 2007).

<sup>149</sup> Jornal A Notícia “Pioneiros trazem de Rodeio técnica do arroz irrigado”, de 25/07/1998 (AHJ).

<sup>150</sup> O termo “pioneirismo” pode ser questionado, na medida em que está ligado à concepção de vazio demográfico e enaltecimento dos imigrantes em detrimento de outros grupos e suas práticas agrícolas “tradicionais” (ZARTH, 2013).

“primeiros” a cultivarem o arroz nessa paisagem, mas sim grupos migratórios que tinham uma preferência sobre outras maneiras de cultivo do arroz, pois é perceptível reconhecer que havia diferentes técnicas que se modificaram com o tempo. É por meio do esquecimento das atividades de outros grupos que o termo “pioneirismo” imprime tensões sobre as práticas agrícolas “tradicionais” e “modernas” articuladas à maior exploração do ecossistema mediante a organização de outras práticas de cultivo também incentivadas pelo Estado (ZARTH, 2013). Seja como descendentes da Alemanha ou da Itália; o arroz é associado à construção de um imaginário acerca do desenvolvimento de “europeus” e suas práticas agrícolas na paisagem de Joinville. Segundo o referido jornal, “[...] antes da vinda dos italianos os agricultores do município cultivavam arroz de sequeiro em terras altas, enquanto que os banhados ficavam abandonados”<sup>151</sup>. Assim, os lugares que anteriormente eram reconhecidos para o investimento de “roçados” para que posteriormente fossem terras “boas” para o cultivo do arroz e outras atividades da policultura que já mantinham os grupos na região, perderam espaço para a preferência de outras paisagens, até então consideradas “inúteis” à agricultura local. Sobre esses discursos acerca da “introdução do arroz”, pode-se pensar os momentos de tensões entre estes grupos, mas também de troca de conhecimentos com esses migrantes descendentes de italianos que dominavam outras práticas de cultivo do arroz “sobre as várzeas e terrenos alagados”.

Ao considerar as tênues relações entre “Paisagem e memória”, Simon Schama (1996, p. 17) adverte que, mesmo em paisagens “naturais” como a mata, a água ou a rocha, também há, “[...] uma determinada idéia de paisagem”, e nelas se constituem também os “mitos”, pois, “[...] uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário” (SCHAMA, 1996, p.17). Nessa perspectiva, o arroz em Joinville, aos poucos, passou a ser visto a partir de outros “cenários”, considerando outras formas sobre as próprias paisagens.

Por meio de inúmeros discursos publicados é perceptível o modo como os autores buscaram apresentar sujeitos, grupos étnicos e seus “bens culturais” na cidade de Joinville, traçando escolhas de destaque ou também de esquecimentos (COELHO, 2010). Mesmo que já tinham conhecimento de que o arroz poderia ter

---

<sup>151</sup>Jornal A Notícia “Pioneiros trazem de Rodeio técnica do arroz irrigado”, de 25/07/1998 (AHJ).

sido introduzido e cultivado por meio de imigrações anteriores ao século XX, é mais comum encontrar na escrita sobre a história de Joinville autores que associam o arroz como um saber e prática agrícola realizada, somente ou predominantemente, por descendentes de “italianos” na paisagem da cidade. Tal problemática potencializa a discussão, considerando suas modificações ao longo do tempo. Contudo, não se deve reiterar esses discursos, e/ou dar um preferencial sobre formas de cultivo, nem consagrar à uma ou outra narrativa sobre um “pioneirismo do cultivo do arroz na cidade”, mas sim, através do entendimento de que trata-se de “paisagens sociamente construídas”, então pode-se expor e dialogar com as tensões e formas de (re)negociações que foram publicadas para representar o arroz e os “arrozais” na paisagem e na construção da história da cidade de Joinville.

Sobre a perspectiva das migrações, existem alguns estudos dedicados a diferentes grupos étnicos e as suas participações no processo de construção da história de Joinville, sobretudo a partir da década de 1980. Segundo Coelho (2010), é por meio dos discursos sobre a cidade que repercutem relações de construção da diferença, etnicidade e poder<sup>152</sup>. Nesse viés, discutir sobre o arroz por meio de algumas dessas publicações, permite problematizar os diferenciados saberes e práticas que foram construídos daqueles que buscaram (se) apresentar ou serem (re)apresentados como “precursores” dessa atividade da agricultura em Joinville. Nesse sentido, tais discursos podem ser problematizados, assim como as suas relações do arroz enquanto alimento na paisagem local, na medida em que as suas práticas de cultivo inferem diretamente nas relações humanas com o meio ambiente (WORSTER, 2003). E, para além das suas formas “visíveis nas paisagens”, também há diferentes maneiras de representação nas relações de memória do sujeito e da sociedade com a paisagem.

## **2.2 Arroz e as migrações no bairro Vila Nova**

A partir desse subtítulo, a pesquisa será dedicada ao estudo dos “arrozais” na paisagem do bairro Vila Nova, o bairro que possui mais áreas de cultivo do arroz na

---

<sup>152</sup> Vide em Coelho (2010).

cidade de Joinville. Por meio da perspectiva de estudos da Paisagem, podemos fazer outras considerações sobre esse alimento, não somente enquanto plantio do arroz na terra, mas também notando que há saberes e formas de cultivar, reconhecer e representar esse cultivo, pois nessas paisagens estão imbricadas relações entre a natureza, o tempo e as culturas. A fim de pensar numa “história do arroz” em Joinville, é necessário reconhecer a participação de distintos grupos étnicos na paisagem regional, compreendendo que há diferentes representações que foram atribuídas sobre o cultivo de arroz na região ao longo do tempo. Pode se constatar que durante a segunda metade do século XX, a produção do arroz é reorganizada em Joinville, principalmente com a expansão do cultivo a oeste da cidade, nos bairros Vila Nova e Morro do Meio (TERNES, 2009).

O bairro Vila Nova está localizado na bacia hidrográfica do Rio Piraí, que possui terrenos planos, mas também baixadas e várzeas, considerando que a cobertura original da região é a Mata Atlântica (Figura 8 e Figura 9). São aproximadamente 310,52 km<sup>2</sup><sup>153</sup>, dos rios que compreende essa bacia no município de Joinville, sendo parte dos 569,5 km<sup>2</sup> da bacia do rio Piraí até o seu afluente da bacia hidrográfica do Itapocu (JUNQUEIRA, 2010). Entre os rios que fazem parte dessa bacia hidrográfica, dois rios principais cortam o bairro, o Rio Motucas e o Rio Águas Vermelhas (JÚNIOR, 2009).

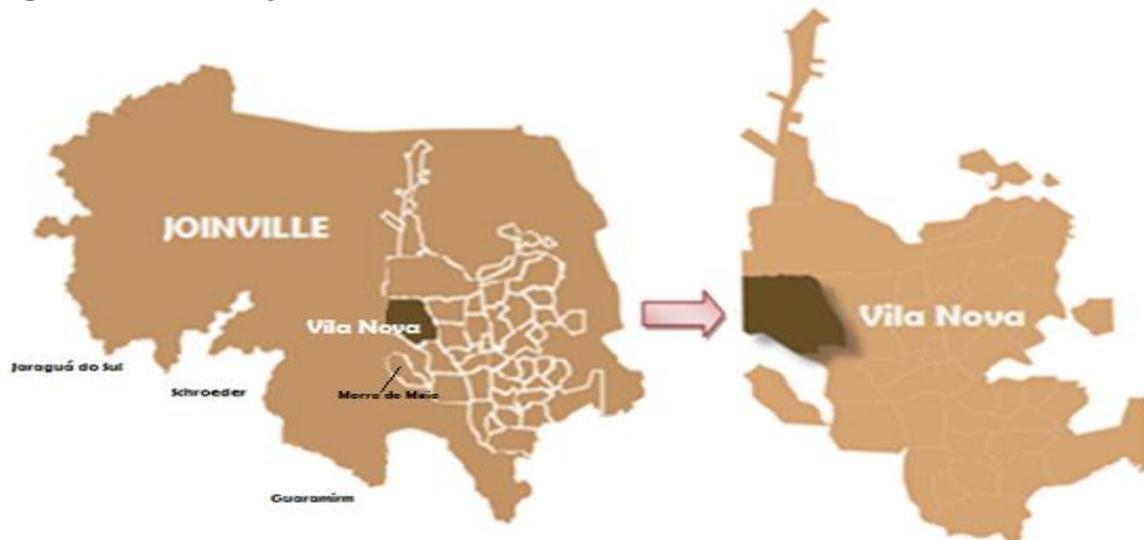
O geógrafo Paul Claval (2007) ao elencar possibilidades no campo de estudos da Paisagem, aponta a necessidade de considerar a paisagem não somente pelos seus aspectos geográficos, mas também culturais. Como a escolha de delimitação da pesquisa está direcionada ao bairro “Vila Nova”, pode se interrogar sobre algumas das transformações do arroz e dos arrozais na paisagem local. Por meio das fontes elencadas para a discussão, pode-se identificar que os “arrozais”, passaram a ser vistos como paisagens constituídas por meio do trabalho de migrantes descendentes de italianos no bairro, significando-lhes como os responsáveis e “percussores do cultivo do arroz”, especialmente em publicações produzidas a partir da segunda metade do século XX. Contudo, com a perspectiva de compreender o arroz na paisagem de Joinville, é possível discordar do “pioneirismo” acentuado em algumas das narrativas sobre os “arrozais” na cidade;

---

<sup>153</sup> Conforme Junqueira (2010) a bacia hidrográfica do Piraí corresponde a aproximadamente 27% da área total do município, sendo as suas nascentes localizadas na Serra do Mar e os seus principais afluentes são: rio Águas Vermelhas, rio Salto I, rio Quati, rio Lagoinha, rio Zoada, rio Dona Cristina, canal Lagoa Bonita, rio Motucas, ribeirão Águas Escuras, rio Lagoa Triste e ribeirão dos Peixinhos

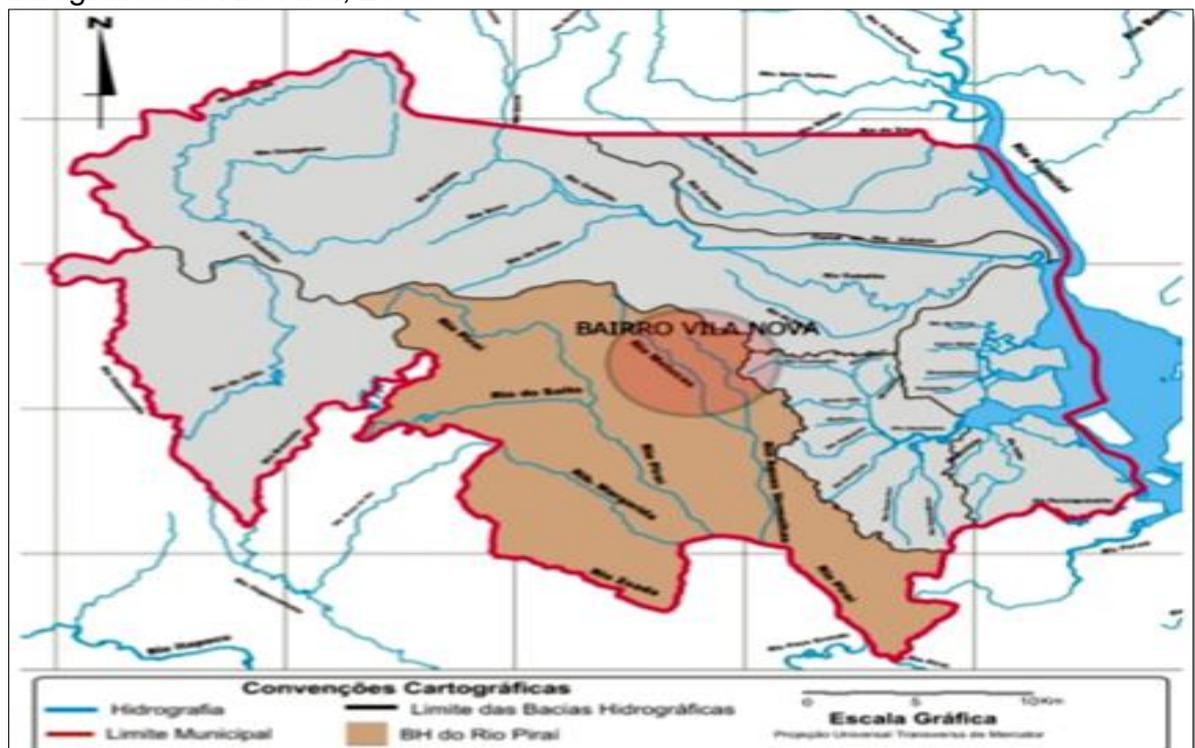
permitindo reconhecer que há diversas histórias de imigrantes e seus descendentes sobre esse alimento, mas também, de outros grupos que cultivaram o arroz na paisagem regional que nem sempre podem ser encontrados em referências sobre essas atividades.

**Figura 8** - Localização do bairro Vila Nova, Joinville-SC, 2015



Fonte: Joinville bairro a bairro (IPPUJ, 2015), adaptado.

**Figura 9** - Localização do bairro Vila Nova no município de Joinville (SC) e da bacia hidrográfica do Rio Piraí, 2006



Fonte: IPPUJ, 2006.

A região que atualmente configura a paisagem do bairro Vila Nova integrou o projeto de ocupação no contexto de formação da Colônia Dona Francisca, sendo essa paisagem modificada com as atividades antrópicas, como desmatamento, a demarcação de terras e a construção de propriedades e de áreas cultiváveis por imigrantes europeus, principalmente de alemães e suíços (FICKER, 2008). Infelizmente, pouco se sabe sobre as maneiras de cultivo do arroz e seus diferentes processos de modificação da paisagem local, principalmente considerando as suas modificações entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Contudo, pode se pensar que o plantio do arroz em áreas próximas a bacia hidrográfica do Piraí<sup>154</sup> compreende as atividades da então, “colônia Dona Francisca”, fazendo parte das práticas e/ou dos intentos de (i)migrantes para transformação dessa paisagem num sistema agroecológico regional.

Conforme Ilanil Coelho (2010, p. 139), desde as primeiras levas de imigração européia no final do século XIX, esse lugar foi conhecido como, “[...] terras férteis e de clima não tão úmido e importante para a ampliação dos limites da Colônia Dona Francisca, visto que a ligava ao pé da serra em direção à Curitiba”, assim, “[...] os administradores da Colônia já haviam erigido um rancho e direcionado famílias para a produção agrícola, já que no núcleo central e em suas adjacências os terrenos eram alagadiços [...]” (COELHO, 2010, p. 139).

Um dos documentos mais interessantes sobre a “paisagem do Piraí”, pode se identificar é a publicação de Avé–Lallemant sobre o caminho que percorreu da “direção da Colônia” acompanhado pelo diretor Aubé até a localidade Anaburgo, a fim de seguir a viagem em direção ao planalto do Paraná<sup>155</sup>. Sobre seu tempo de estada, “[...] como viajante, não devo escrever aqui uma monografia sobre a Colônia Dona Francisca; devo apenas aludir, de passagem, indicar os traços essenciais que distingue essa colônia de outras” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 182). Suas narrativas exprimem algumas de suas formas de ver e representar a paisagem,

Quando se descreve uma região, ordinariamente se dá em primeiro lugar seu tamanho e número de habitantes; eu porém, trato primeiro das boas estradas; [...]. Os 2.500 habitantes de Dona Francisca em

---

<sup>154</sup> Como o caso de Rodowicks-Oswiecimsky (1992), que em 1853 escreve sobre as possibilidades de imigrantes europeus desenvolverem atividades agrícolas próximo às margens do rio “Pirahy Piranga”, reconhecendo como áreas propícias principalmente para o cultivo do arroz.

<sup>155</sup> A família de Aubé acompanhou parte desse caminho e Avé-Lallemant continuou seu trajeto acompanhado de outros homens abrindo picadas em direção ao Rio da Prata e Rio Seco.

todos os sentidos e as boas estradas devem ser continuadas, para que o domínio da colônia se estenda cada vez mais. Já foram vendidas dezoito milhões de braças de terra e na sua maioria estão cultivados ou em vias de cultivo (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 182).

Avé-Lallemant elogia algumas das propostas de expansão dos caminhos da “Colônia” e o processo de transformações da natureza para as atividades agrícolas<sup>156</sup> por meio dos trabalhos de imigrantes. Conforme a narrativa, “no ano de 1850 foi abatida aqui a primeira árvore [...]” e, no ano seguinte, iniciaram as atividades “dos primeiros lavradores” (AVÉ- LALLEMANT 1858, p. 182). Continuando ao seu discurso, registra algumas de suas impressões sobre o acelerado processo de transformação da paisagem, elogiando ao “progresso” e organização local (AVÉ- LALLEMANT 1858). Pois, “[...] apesar da verdade muitas vezes amarga que a vida da imigração evidencia, jamais poderei negar ao lugarejo Joinville o hálito de profundo e poético romantismo” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p.187). Ao afirmar que discordava dos discursos que circulavam nesse contexto sobre as condições de subsistência em Joinville, também tinha o intuito de defender as atividades dos imigrantes na Colônia. Acreditando no potencial agrícola na paisagem<sup>157</sup> o imigrante relata surpresa ao “[...] ver que Dona Francisca exporta mobílias para o Rio de Janeiro ou para os arredores, ao passo que importa muitos gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados na Colônia” (AVÉ- LALLEMANT, 1858, p.190). Contudo, censuravam as formas de desenvolvimento econômico da “colônia”, “[...] por não produzir o bastante para alimentar-se” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p.190). E, “de fato, não produz”, mas, essa situação acontecia por “uma simples razão”, com o intento de explicar a insuficiência da produção agrícola para o abastecimento e consumo local. Conforme Avé-Lallemant (1858, p.190), ainda que, “[...] a lavoura se estenda por todas as direções, [...] não é o bastante grande em relação ao número de habitantes. Além disso, há uma tendência, que me parece demasiada, para o comércio e a indústria”. Assim, em contraponto a esses discursos, considera que, “[...] a cultura do solo acompanha o

---

<sup>156</sup> Diferentemente de Oswiecimsky (1853) que criticava sobre a qualidade das estradas, Avé-Lallemant considera que as aberturas de picadas estavam em considerável desenvolvimento naquele momento.

<sup>157</sup> O autor destaca algumas das propriedades que possuíam recursos modernos agrícolas de algumas das famílias mais abastadas da Colônia. Assim como Oswiecimsky, comenta sobre propriedade do Sr. Poscham, com uma “grande plantação instalada em estilo europeu” e um “estabelecimento brilhante e modelar” engenho para a fabricação de açúcar e aguardente (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 184).

desenvolvimento urbano da colônia e notadamente da sede – Joinville”, onde, “tudo se faz para dar-lhe a aparência de uma futura pequena cidade, a lavoura estende-se vigorosamente, especialmente nos últimos dois anos” (AVÉ- LALLEMANT, 1858, p. 190). Continuando suas considerações sobre paisagens onde “o solo melhora” em direção à Serra,

[...] enfileiram-se as plantações umas após outras. [...] havendo colônias agrícolas à esquerda e à direita, freqüentemente apenas uma roça que acaba de ser aberta, mas geralmente uma despreziosa mas limpa casinha de colono no centro de um campo frutífero (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p.191).

Para “o lado da Serra Geral”, vinham estendendo as ocupações agrícolas “[...] onde o terreno em elevação oferece melhores vantagens” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 196). Embora ao percorrer o caminho até Anaburgo<sup>158</sup>, comenta sobre “a frouxidão do solo muito sensível”, em que os viajantes também se deparavam com um lamaçal próximo aos riachos (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 197). Mesmo que neste documento Avé-Lallemant não se dedique muito a escrever sobre as atividades de cultivo do arroz praticadas na Colônia, quando relatou sobre a chegada dos imigrantes e os poucos recursos durante a travessia marítima, o autor sugere em meio a uma lista de alimentos, o arroz como um dos mantimentos necessários para os imigrantes levarem consigo no trajeto até a Colônia<sup>159</sup>.

Segundo Ficker (2008), nos “esforços de exploração” que tinham o intuito de abrir caminhos em direção ao oeste pela Serra Geral até o “planalto de Curitiba”; encontraram nessa paisagem “um vasto pantanal e baixada formada pelos Rios Àguas Vermelhas e das Botucas”; considerando que alguns “colonos” procuraram então se “desviar” mais ao norte em busca de, “terra mais alta e enxuta com boas possibilidades para a lavoura<sup>160</sup> (FICKER, 2008, p. 122). Para esse autor,

<sup>158</sup> Segundo a narrativa o viajante seguiu seu caminho por Anaburgo comentando sobre a Serraria Cubatão na localidade onde acompanhou Aubé para o reconhecimento e “posse” sobre as atividades, bem como referiu sobre contatos com indígenas próximos a Serraria.

<sup>159</sup> Avé-Lallemant escreve sobre a lista dos alimentos sugeridos pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, e apresenta a sua proposta de lista dos alimentos que poderiam suprir as necessidades de viagem, sendo o arroz indicado em ambas as situações.

<sup>160</sup>Os engenheiros Carl Pabst e Carl A. Wunderwald foram alguns dos contratados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para abrir estradas na paisagem da região oeste da Colônia Dona Francisca (FICKER, 2008).

Muitos destes colonos fizeram plantações de cereais e os que se estabeleceram começaram a colher alguns produtos. No trabalho das estradas e em prosseguimento da Scweizer-Pikade em direção Oeste, chamado Mittelweg, o inspetor Carl Pabst abriu novas picadas para atingir a Serra Gerral, com [...] Rio Piraí-Piranga, cuja cascata era alvo dos esforços de penetração na mata virgem [...] (FICKER, 2008, p. 122).

Carlos Ficker (2008) publicou parte da carta de Gustav Mueller que escreveu para seus familiares em Hamburgo, em janeiro de 1853. Para Mueller, “conforme as minhas experiências a lavoura rende o bastante para viver, [...] apesar do trabalho imenso no preparo do chão e desmatamento da floresta” (FICKER, 2008, p. 124). Mueller era um comerciante que possuía uma casa de “secos e molhados”<sup>161</sup> na Colônia Dona Francisca, no então “núcleo de Águas Vermelhas”. Mas, diz que, “arrendou” sua propriedade “[...] desde novembro e me mudei para um local asfaltado duas horas e meia de distancia Joinville” – referindo-se à “Serra Azulada” de Curitiba (FICKER, 2008, p. 122). Ao falar sobre as paisagens entre sua propriedade na Colônia Dona Francisca, conta-se que “[...] a duas horas e meia da minha venda e com um barulho ensurcedor, cai a gigantesca cascata do Piraí – serra abaixo” e, ao “[...] norte encontra-se umas vinte léguas e acima da serra encontra-se a cidade de Coritiba, [...]”(FICKER, 2008, p. 124). Parte desse relato foi traduzido por Ficker (2008), trata do arroz entre os alimentos no comércio de secos e molhados de Muller<sup>162</sup>, contudo, o comerciante indica para o plantio do arroz entre outros alimentos para serem cultivados nas proximidades do “Rio Botucas”. E, recordando sobre as atividades da “Colônia” afirma que,

[...] já mudou bastante e, em lugar do mato alto e escuro, vêem-se plantações de arroz, milho e cana. Os que inicialmente perderam a coragem e desistiram, agora estão convencidos do êxito da Colônia e reiniciaram as suas plantações [...] (FICKER, 2008, p. 122).

No contexto da então “Colônia Dona Francisca” até as primeiras décadas do século XX, a região que atualmente corresponde ao “Vila Nova”, “[...] era conhecida

<sup>161</sup> Sobre as casas de comércio e armazéns destaca-se o trabalho de Pavanello & Guedes (2013).

<sup>162</sup> Mesmo ano de publicação de Oswiecimsky (1992) que em 1853 escreve sobre as possibilidades de cultivo do arroz nas proximidades do “Piray- Piranga”. Na carta de Gustav Muller, também é interessante perceber que o negociante ao falar de Rodowicz, indica que a casa que pertencia à esse imigrante foi vendida ao “Sr. Carl Lange”, que transformou a propriedade em uma “casa de secos e molhados”, [...] chama-se esta venda: Schleswig-Holsteinicher Laden (Casa Schleswig-Holstein)” (FICKER, 2008, p.124).

por Neudorf, mas por volta de 1940 passou a denominar-se Vila Nova, talvez em função da proibição de se falar alemão durante a guerra” (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 247). O termo “Vila Nova” era conhecido pelo mesmo significado em alemão – “Neudorf” como um distrito “rural” de Joinville, contudo, as autoras não problematizam porque passou a ser identificado pelo seu nome em língua portuguesa. Conforme Adriano Luiz Duarte (2011), a partir de 1930 a nacionalidade estrangeira passou a ser combatida com a política de “nacionalização” que, expressava o desejo de que “[...] os estrangeiros deviam ser nacionalizados, integrados ao projeto de construção da nação e, portanto, desaparecer como estrangeiros, como diferentes” (DUARTE, 2011, p. 356).

Em sua análise sobre “Trabalho, etnicidade e classe em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940”, Duarte (2011) considerou que há diversas mudanças ocasionadas após essa década no Brasil, buscava-se investir mais no desenvolvimento da industrialização, que impulsionava outras políticas para uma “modernização” da economia no Estado Santa Catarina, colocando-o entre os mais industrializados do país. Para esse autor, é também a partir desse período que o tema da etnicidade começa a ganhar maiores destaques, contudo sendo feito de uma maneira inversa. Se anteriormente eram os “europeus” associados ao “progresso de Santa Catarina”, durante a “política de nacionalização” passam a ser vistos enquanto uma “ameaça a unidade nacional”<sup>163</sup>(DUARTE, 2011). Entre as medidas dessa política, procurava-se inibir a realização de atividades em instituições culturais, escolas, associações relacionadas às “línguas estrangeiras” e os “estrangeiros, e aqueles que fossem considerados “[...] estrangeiros deviam ser nacionalizados, integrados ao projeto de construção da nação e, portanto, desaparecer como estrangeiros, como diferentes” (DUARTE, 2011, p. 356). Essas políticas refletiram sobre todo o Estado, e algumas dessas intervenções que repercutiram diretamente no cotidiano dos (i)migrantes e às imagens socialmente construídas sobre a cidade de Joinville (COELHO, 1993, 2010).

O livro “História dos bairros” de Joinville publicado em 1992 pela Fundação Cultural, apresenta um levantamento sobre as principais características das localidades na formação da cidade. Segundo as autoras, “foi nessa região que se

---

<sup>163</sup> Por meio do Decreto nº 2.265 de 1939 buscava-se implementar programas educacionais para viabilizar a assimilação dos estrangeiros em massa e forçada, impedindo o contato e manifestação cultural de seus países de origem (DUARTE, 2011).

fixaram os imigrantes que deram início à zona rural do município [...]” (CORRÊA & ROSA, 1992). Por meio de entrevistas com moradores dos bairros<sup>164</sup>, as autoras apresentam algumas narrativas que se referem ao cultivo do arroz no bairro Vila Nova no século XX. Sem considerar as iniciativas de cultivo do arroz no contexto de formação da Colônia Dona Francisca, afirmam que “[...] as primeiras arrozeiras da vila, pertencente a Francisco Silva e Gerhard Barkemeyer, foram feitas em 1936 e 1940, respectivamente” (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 181). Se o entrevistado aponta para uma migração na década de 1930, posteriormente, as autoras se contradizem, ao considerar que o bairro passou a receber migrantes somente na década de 1960. Provenientes de outras localidades, ao migrarem reconheciam que no bairro a maioria dos moradores, “[...] era descendente de alemães”, diferindo que estes migrantes eram, “[...] descendentes de italianos vindos de municípios de Rodeio, Timbó, em busca de solos para as plantações de arroz” (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 188). Ademais, consideram que a chegada desses migrantes também, “[...] proporcionou um crescimento econômico à região, aumentando consideravelmente o número de seus moradores que eram em sua maioria católicos e luteranos [...]” (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 188).

Côrrea e Rosa (1992) apresentam considerações sobre um desenvolvimento “lento” do bairro enquanto “rural”, indicando algumas de suas dificuldades como a ligação com o centro da cidade, a chegada da luz elétrica, a construção de estradas pavimentadas, etc. Contudo, consideram que esta era uma localidade com o desenvolvimento de atividades agrícolas desde o contexto da Colônia Dona Francisca, onde no passado, “os moradores da região trabalhavam com a agricultura de subsistência e criação de gado, os excedentes eram comercializados na cidade [...]” (CORRÊA & ROSA, 1996, p. 184), além de outras atividades citadas, como o plantio de arroz, banana, abacaxi, criação de porcos e galinhas, entre outros produtos.

Em diálogo com as transformações no cotidiano do bairro é, sobretudo a partir da década 1940, que se intensificaram as migrações de,

[...] agricultores especializados no cultivo do arroz irrigado das cidades de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros, todas de colonização eminentemente italiana, se transferiram para Joinville, instalando-se

---

<sup>164</sup> Ressalta-se que na publicação de Corrêa & Rosa(1992), a escrita se confunde com as informações dos entrevistados, não ficando claro ao leitor essa distinção.

sobretudo na região do Vila Nova, ao longo da antiga Estrada Blumenau (TERNES, 2009, p. 67).

Segundo Ternes (2009), um primeiro ciclo de migrantes do Vale do Itajaí para Joinville teve início ainda na década de 1930, mas considerou que as famílias de “migrantes rizicultores” compreendem um segundo ciclo de migração a partir da década de 1940, principalmente para o bairro Vila Nova. Embora possa considerar o cultivo do arroz como uma atividade também praticada por meio dessas, entre outras famílias de migrantes, pouco problematiza sobre as situações que motivaram essas migrações, ou sobre a escolha saída de suas localidades para a cidade de Joinville. Segundo o autor, essas migrações aconteciam com a compra de terras mais baratas, principalmente sobre a Estrada Blumenau e a Estrada do Sul – SC 413 (TERNES, 2007, 2009). Com algumas considerações sobre a ocupação regional, cita nomes de algumas das famílias que migraram para a região,

[...] italianos compraram extensas áreas da região oeste e implantaram a rizicultura, com tecnologia trazida do Vale do Itajaí. [...] Merecem o registro as famílias Dalfovo, Beninca e Moser, que vieram de Rodeio; Poffo, Macoppi, Bertelli, Catafesta, que se transferiram de Ascurra; e família Menestrina, de Rio dos Cedros [...] (TERNES, 2009, p. 67).

Apolinário Ternes é um dos autores que mais busca reforçar o desenvolvimento da rizicultura por descendentes de italianos na cidade, considerando que as atividades voltadas ao cultivo irrigado podem ser mais facilmente reconhecidas no bairro Itinga e no bairro Vila Nova<sup>165</sup>. Para o autor, “[...] Todos vieram em busca de terras para o cultivo de arroz, que encontraram disponíveis nos alagados do pé a serra geral, ainda a preços módicos [...]”. Sendo que, das terras adquiridas, “[...] muitas ocupadas por famílias de origem alemã, que plantavam ali aipim, batata, verduras e criavam vacas e galinhas” (TERNES, 2009, p. 67). Nesse sentido, pode se refletir sobre a “coexistência” desses agricultores com outros grupos e as suas atividades agrícolas como parte do “habitar” nessa paisagem (BESSE, 2013).

Embora possa ser questionada a apresentação sobre estes grupos na cidade, talvez, o termo “agricultores especializados no cultivo do arroz irrigado”, apontado

---

<sup>165</sup> O autor realizou algumas entrevistas com migrantes no bairro Vila Nova, embora não indique o período de realização e a metodologia adotada para a pesquisa.

por Ternes (2009), tenha certo sentido, na medida em que, também pode se considerar que no vale do Itajaí já se “especializava” e difundiam-se as técnicas desse tipo de cultivo para o Estado numa das primeiras atividades de escolas agrícolas criadas no início do século XX. Segundo Juliana Brocca Presa (2011), não se trata de uma prática de cultivo desconhecida em Santa Catarina. Conforme a autora, o então diretor da Estação Agronômica e Veterinária do Estado, Giovanni Rossi no ano de 1905 escreveu algumas considerações sobre a vontade de desenvolvimento e expansão do arroz irrigado para outras localidades de Santa Catarina. Nas palavras do diretor, “Em nosso Estado, no município de Blumenau, nas freguesias de Ascurra e Guaricana, colonos de origem italiana têm estabelecido arrozais submergíveis, como se usam na Lombardia e no Piemonte [...]”<sup>166</sup> (ROSSI, 1905, apud PRESA, 2011, p. 87). Em contraste com as considerações sobre as dificuldades de produção do arroz que reconhecia naquele momento em Santa Catarina, Rossi destaca “os colonos daquelas freguesias”, foram os “que entenderam dedicar-se à cultura do arroz”, pois, “[...] escolheram um terreno mais ou menos plano ao qual chegasse um regato, cuja quantidade de água permanente fosse proporcional à superfície do terreno destinado ao arrozal [...]” (ROSSI, 1905, apud PRESA, 2011, p. 87).

Giovanni Rossi<sup>167</sup> era um “agrônomo italiano”, que assumiu o cargo de diretor da Estação Agronômica e Veterinária de Santa Catarina, localizada em Rios dos Cedros<sup>168</sup>, escola agrícola que objetiva difundir novas técnicas agrárias para a modernização da agricultura no Estado (SANTOS & KLUG, 2003; PRESA, 2011). Com perspectiva de diretor, divulgava as técnicas de cultivo que mais conhecia na Itália e posteriormente em algumas das localidades de Santa Catarina. Para Rossi, “[...] a vantagem do arrozal submergível é o de estar garantido contra a seca, contra as ervas daninhas e contra os estragos que os pássaros fazem nas sementeiras”, e para os interessados nesse investimento indica: “[...] Quem quiser um pessoal hábil e prático para dirigir o estabelecimento de um arrozal submergível, pode tratar com a Sociedade Cooperativa de Ascurra (Blumenau) (ROSSI, 1905, apud PRESA, 2011, p. 87). Por meio dessa publicação destaca-se especialmente um convite para os

---

<sup>166</sup> Vide em Presa (2011, p.87-89).

<sup>167</sup> Segundo Santos & Klug (2003), como a primeira escola agrícola do Estado foi a “Estação Agrícola e Veterinária” criada no ano de 1895 em Rio dos Cedros, sendo Giovanni Rossi diretor dessa instituição por aproximadamente sete anos (1895-1907).

<sup>168</sup> Até aquele momento pertencia à Blumenau, SC (SANTOS & KLUG, 2003).

conhecimentos sobre as práticas de cultivo do “arroz submergível”, é interessante observar que não apresenta nenhum ponto crítico que esse arroz poderia apresentar, como por exemplo, pragas, fungos ou outra problemática dessa lavoura. Aponta-se que o Estado deveria conhecer e se aproximar dos agricultores de Ascurra e Guaricana que são, “[...] fiéis desde já ao nosso programa de tornar conhecido aos lavradores do Estado o que de interessante na lavoura catarinense se passa, e mesmo em vista do abandono em que a lavoura de arroz se acha [...]” (ROSSI, 1905, apud PRESA, 2011, p. 87). Para a pesquisadora, através da criação de instituições agrícolas, como em Blumenau, que se evidenciam atividades realizadas pela agricultura em Santa Catarina, como “[...] o aproveitamento de forma mais racional do potencial do meio ambiente, como o clima, o solo, o relevo, a hidrografia, etc” (PRESA, 2011, p. 71).

Assim como as escolas agrícolas que iniciavam no Estado impulsionavam a difusão de conhecimentos sobre o cultivo do arroz irrigado, os jornais locais também apresentavam notícias “técnicas” acerca dessas práticas de cultivo, como o caso do Jornal “A Gazetta de Joinville” de 1910, que a partir das experiências de São Paulo, indicava esse tipo de cultivo na região. Talvez, a partir dessa publicação possam ser pensadas algumas das iniciativas de produção do arroz irrigado que poderiam ser investidas nesse contexto em Joinville. Essas publicações incentivam as transformações sobre os “arrozais”, podendo ser percebidos também nesses discursos tensões e desejos para a modificação das técnicas e das estruturas do cultivo de arroz regional. Cabe mensurar que há uma transição daqueles que plantavam o arroz por meio do método “sequeiro” para o cultivo irrigado no Estado, assim como regiões que já possuíam esse tipo de cultivo, contudo, este é um estudo complexo, que nem sempre estão explicitados nos documentos escritos, mas constitui numa ampla e pertinente problemática, que está imbuída na escolha entre os conhecimentos “tradicionais” em diálogo com outras técnicas, cada vez mais valorizadas diante do projeto de modernização da agricultura no Brasil (BESKOW, 1986). Segundo Manoel Santos (2011), no Vale do Itajaí foi especialmente através da chegada de imigrantes italianos que o cultivo de arroz se fortaleceu enquanto um dos principais cultivos agrícolas nessas cidades. Sendo que, “[...] ainda hoje, a rizicultura é uma das principais atividades econômicas dos antigos núcleos coloniais italianos da região” (SANTOS, 2011, p. 170). Pode-se pensar sobre diferentes práticas e processos de transformações e modificação na paisagem e no cotidiano

do “Vila Nova”, mas é difícil mensurar quais foram as práticas de alteração dos seres humanos e os impactos ambientais e/ou culturais nessa paisagem ao longo do tempo (SANTOS, 2011; KLANOVICZ, 2014; WORSTER, 2003).

Entre as relações de alterações do meio ambiente por meio das atividades de compra e ocupação de algumas famílias que ocuparam a paisagem do bairro Vila Nova no século XX, há um destaque às intervenções sobre as “paisagens de migrantes rizicultores”, que “passaram à cultivar o arroz irrigado”, por meio de conhecimentos que já poderiam conhecer esse plantio enquanto agricultores, de outras paisagens (TERNES, 2009; COSGROVE, 2004). É bem provável que as migrações internas de descendentes de italianos contribuíram à expansão do cultivo do arroz irrigado na bacia hidrográfica do Piraí, mas também cabe notar que, a partir das décadas seguintes, há outros processos de modernização da agricultura na cidade de Joinville, que repercutia aos valores divulgados sobre o ideário da “Revolução Verde”, que provocou significativas transformações nos processos de alteração das maneiras de plantio e comercialização do arroz no sul do Brasil.

Segundo Rocha (2010) desde 1940, num cenário mundial o chamado ideário da “Revolução Verde”, ficou conhecido por incentivar a um processo de capital de estrangeiros para o financiamento e utilização na agricultura mundial de sementes melhoradas ou híbridas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, fertilizantes e maquinários modernos entre os agricultores. Em diálogo com essas transformações nas práticas de cultivo da agricultura ao longo do século XX, que também,

A produção do arroz está amparada por um conjunto de conhecimentos científicos e avanços tecnológicos que a posiciona entre as mais tocadas pelos pacotes tecnológicos inerentes à modernização agrícola do campo brasileiro. [...] (ROCHA, 2010, p. 78)

Se pode pensar, que no decorrer do tempo há uma significativa mudança nas formas de plantio e comercialização do arroz, e de lugares de cultivo do arroz sequeiro para o cultivo irrigado<sup>169</sup>, em processos diferenciados que não aconteceram de maneira sucessiva em Santa Catarina (PRESA, 2012; ROCHA, 2010). Contudo, é ensejada uma “modernização agrícola”, principalmente pelas interferências de

---

<sup>169</sup>Para Presa (2012) entre as décadas de 1950 a 1970 há o cultivo irrigado “tradicional”, e na década de 1980 passa a ser incentivado por meio do maior aproveitamento de várzeas irrigáveis e com o uso de sementes pré-germinadas por meio do PROVÁRZEAS – Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis.

agências de pesquisa e de extensão rural, como nas décadas de 1970 e 1980, com o crescimento do crédito bancário para os agricultores e o fortalecimento da ACARESC (MUSSOI, 2004; ROCHA, 2010; PRESA, 2012). Em âmbito municipal, vale mencionar a criação de políticas de extensão à agricultura, como foram incentivadas por meio do fortalecimento da Fundação Municipal 25 de Julho, instituição criada no ano de 1966, que visava aproximar conhecimentos científicos às práticas de cultivo de pequenos agricultores<sup>170</sup>, às informações e práticas de engenheiros agrônomos, entre outros técnicos das instituições agrícolas do Estado (VICENZI, 1996). Ademais, as modificações nos discursos sobre o cultivo do arroz na cidade acompanhavam as propostas para uma modernização da agricultura no Brasil, que dava ênfase às tecnologias agrícolas como parte do projeto de consolidação das “monoculturas modernas”, como o caso da soja, milho, feijão, entre outras frutas e cereais (KLANOVICZ, 2014).

Paulo Roberto Beskow (1986) opta por chamar de “lavoura de arroz irrigado em grande escala”, ou “arroz baseado no arrendamento capitalista”, que é a consolidação de uma forma de produção que só se efetiva por meio de financiamentos de bancos e investimentos de grandes produtores de arroz no mercado mundial. É nesse contexto, que se tornou “[...] a produção de arroz irrigado, principal atividade econômica da agricultura em Joinville”, expandindo-se principalmente na região oeste da cidade, que conforme Herculano Vicenzi, esse crescimento é explicado “[...] pelo respeito à vocação natural do solo (os agricultores ocuparam as várzeas, que são ideais para esse tipo de cultura), pela presença de agroindústrias e principalmente pela pesquisa, que garantiu o aumento da produtividade” (VICENZI, 1996).

É mediante a esses propósitos de produtividade agrícola que o cultivo irrigado transforma e se expande em lugares que até então eram “pouco” utilizados, como as “várzeas do bairro Vila Nova”. Embora, lembra-se que estas áreas já foram modificadas por meio de alguns rizicultores, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 (período de maior migração de rizicultores para o bairro), a extensão sobre estas paisagens de “várzeas” também repercute as políticas de modernização ensejadas a partir da segunda metade do século XX. Contudo, tal crescimento não pode ser encarado como contínuo, pois é carregado de nuances que refletem os

---

<sup>170</sup> Ressalta-se que diante da modernização da agricultura, cada vez mais os “pequenos agricultores” vão perdendo espaço, e/ou contribuindo aos maiores latifundiários e as indústrias (ROCHA, 2010).

valores e as possibilidades de mercado do arroz, pois também é preciso considerar os aspectos “não humanos”, como a incidências de “pragas”, o clima, a chuva, entre outras motivações que são independentes às intervenções humanas na paisagem (WORSTER, 2003).

A partir da década de 1950, também crescem indústrias de beneficiamento do arroz na cidade e também no bairro, como o caso do “Arroz Vila Nova” e as “Sementes Macoppi” (TERNES, 2009), entre outras indústrias na região que possibilitaram uma maior comercialização do arroz cultivado pelos agricultores locais. Na publicação de Côrrea e Rosa (1992) se apresenta que, “Nós íamos trabalhar todo dia nas plantações de arroz”, como região produtora de arroz e chegou a produzi-lo em quantidades expressivas [...]” (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 188). As entrevistas realizadas se misturam as considerações das autoras, não ficando claro ao leitor, mas registram lembrança sobre o cultivo do arroz, como o caso da senhora Maria Kurtis Wilke<sup>171</sup>, moradora da “Estrada da Cruz”<sup>172</sup>, que posteriormente passou a ser conhecida como “Estrada dos Portugueses” (CORRÊA & ROSA, 1992). Segundo as autoras, o cultivo do arroz da família Wilke era vendido para ser comercializado pelo Comércio e Indústria Germano Stein (CORRÊA & ROSA, 1992).

Fernando Goulart Rocha (2010), ao estudar sobre a produção e modernização da rizicultura na região Sul de Santa Catarina, faz um levantamento das principais cooperativas de arroz que foram criadas entre as décadas de 1950 a 1980 no Estado. Na tabela 01 destaca-se as cooperativas criadas em Joinville e na região do Vale do Itajaí:

**Tabela 01** - Cooperativas criadas entre o vale do Itajaí e Joinville [1959-1979]

COOPERATIVA	CIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VALE VERDE	ITAJAÍ	1959
COOPERATIVA MISTA ITAJARA	JARAGUÁ DO SUL	1965
COOPERATIVA MISTA JURITI	MASSARANBUBA	1968

<sup>171</sup>Entrevista com Maria Kurtis Wilke, realizada no ano de 1991 (CORRÊA & ROSA, 1992)

<sup>172</sup> As autoras ponderam que durante as entrevistas que não conseguiram reconhecer como se deu a escolha e mudança do nome dessa rua (CORRÊA & ROSA, 1992, p. 181)

<b>COOPERATIVA AGROPECUÁRIA REGIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ</b>	RIO DO SUL	1971
<b>COOPERATIVA ARROZ DE JOINVILLE</b>	JOINVILLE	1972

Fonte: Rocha, 2010, p. 109 (Adaptado).

Em Joinville, na década de 1970 foi criada a Cooperativa de Arroz Joinville (COOPARROZ). Essa cooperativa auxiliava em diferentes atividades, como na negociação e tabelamento dos preços do arroz, assim como tinha um papel relevante para a organização dos rizicultores no município e com outras regiões do Estado. Nesse período, foram fundadas 17 cooperativas agrícolas no Estado de Santa Catarina, sendo 12 delas na região Sul Catarinense, enquanto que cinco delas distribuíam-se entre o Vale do Itajaí e o Litoral Norte Catarinense (ROCHA, 2010).

Para Rocha (2010), o “êxito” da extensão de modernização do cultivo do arroz no Estado só foi possível em virtude dos recursos naturais locais (tais como a morfologia dos terrenos, condições edáficas, disponibilidade hídrica), e das áreas onde já tinha a iniciativa e a prática da utilização irrigada nas plantações de arroz. Assim, por meio de um “reforço” aos agricultores com ações de extensão rural e da criação de cooperativas agrícolas buscava-se fortalecer a “modernização agrícola”, e a construção de canchas, canais, diques, entre outras atividades voltadas à melhoria da irrigação nessas localidades. É nesse contexto que é criada a SODAJ – Sociedade Distribuidora de Água para Irrigação de Joinville, que ainda hoje é a principal forma dos agricultores para realizar a captação, organização e o controle e manutenção das valas de irrigação na bacia hidrográfica do Rio Piraí, que será abordada no último capítulo.

Na matéria de capa do Jornal de Joinville do dia 31 outubro de 1972, anuncia-se que “Técnicos fizeram demonstração de transplante de Arroz em Joinville”. Como uma “novidade” para a prática de cultivo do arroz na cidade, tratava-se de uma experiência que estava sendo desenvolvida e fomentada por “Engenheiros e técnicos da ACARESC, diretores da Cooperativa Mista de Arroz Ltda. e diversos agricultores de Joinville e de áreas próximas”, que na ocasião, “assistiram, ontem à tarde, no bairro Vila Nova, a primeira demonstração e implementação do processo

de implante do arroz neste Município [...]”<sup>173</sup>. Conforme o jornal, essa atividade era uma “[...] primeira demonstração do revolucionário processo de transplante agrícola, ou mais precisamente o plantio mecânico de mudas de arroz numa propriedade na Estrada Blumenau”. Como uma prática que desejavam consolidar no município, o jornal exemplifica que essa prática necessitava de máquinas “transplantadeiras de arroz”, e tais métodos de cultivo já tinham sido experimentados em outros municípios, como em Massaranbuba<sup>174</sup>, principal cidade produtora de arroz da região norte do Estado (PRESA, 2012). Segundo a publicação, “o trabalho é feito pela transplantadeira motorizada “YANMAR”, importada do Japão, de fácil uso, que permite racionalizar a operação sem o mínimo esforço do agricultor. Essa máquina tem capacidade de rendimento para um hectare por dia [...]”<sup>175</sup>. A velocidade e expansão das máquinas fazem com que as práticas manuais e o “saber fazer” dos agricultores e as suas ferramentas sejam substituídas por outras práticas e pelas máquinas, que cada vez mais, diminuem os esforços do trabalho humano, como fenômeno do que é “moderno” e intentava ser cada vez mais concorrente com o mercado internacional do arroz (ROCHA, 2011; KLANOVICZ, 2014).

Entretanto, também na década de 1970 são assinalados alguns dos conflitos e tensões dos agricultores do bairro Vila Nova, que foram aumentando em consonância com o crescimento da população e os intentos de organização da cidade<sup>176</sup>. No trabalho intitulado “De agricultor a operário: lembranças de migrantes”, Valdete Dalfemback Niehues (2000) analisou por meio da História Oral algumas das memórias de agricultores que migraram para cidade de Joinville entre as décadas de 1970 e 1980. Buscando apresentar a trajetória de migrantes identifica que eram agricultores, mas na cidade de Joinville trabalhavam em outros empregos como nas indústrias. Embora não fosse o seu principal objetivo, é possível notar que a autora entrevistou alguns migrantes que anteriormente cultivavam o arroz como o caso de Ageu Silvano Fernandes. Da região de Pedras Grandes (SC), trabalhava na região Sul Catarinense, mas migrou para Joinville em 1973. Para Niehues (2000) afirma que, “[...] Trabalhou na lavoura de arroz no município de Tubarão. [...]”. Ele conta que

---

<sup>173</sup> Jornal de Joinville “Técnicos fizeram demonstração de transplante de Arroz em Joinville”, p. 01, de 31/10/1972 (Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Joinville).

<sup>174</sup> Idem, p. 04.

<sup>175</sup> Idem

<sup>176</sup> Como o caso do Plano Diretor de 1973 estudado por Grein (2015).

só saiu do lugar onde morava porque estava com emprego garantido na Fundação Tupy [...]” (NIEHUES, 2000, p. 99).

Considerando a trajetória e dificuldades de migrantes antes e durante os seus primeiros tempos na cidade, Niehues (2000) ao reforçar por meio dessas memórias as atividades da agricultura apresenta o caso de Carmelita que, “[...] desde criança conhecia bem o significado do trabalho [...]” (NIEHUES, 2000, p. 33). Em São Ludjero, município da região Sul Catarinense, Carmelita K. de Oliveira trabalhava com a produção de farinha de mandioca no engenho da Sociedade dos irmãos Kesting. Segundo a Niehues (2000), essa sociedade possuía um conjunto de engenhos movidos pela força hidráulica que compreendia engenho de farinha de mandioca, cana de açúcar, assim como, possuía “[...] o descascador de arroz e a atafona”<sup>177</sup>(NIEHUES, 2000, p. 38-39).

Outro aspecto dos “migrantes” estudados por Niehues (2000), como o caso de Ageu Fernandes da cidade de Tubarão e Fausto de São Ludjero, entre outros entrevistados, contaram que umas das motivações de migrar para Joinville foi a enchente de 1974 na região Sul de Santa Catarina. Ternes(2009) acredita que essa enchente, e a partir década, constitui-se um “terceiro momento de construção da italianidade em Joinville”. Para ele, a enchente deixou mais de 80 mil pessoas desabrigadas, “[...] destruiu grande parte da economia do município e da região e promoveu grande êxodo de catarinenses do sul”, considerando que, “a maioria viria para Joinville em busca de emprego na indústria, que naquele momento vivia um de seus momentos de maior produtividade e expansão” (TERNES, 2009, p, 70).

Nesses casos apresentados, é possível identificar a migração de pessoas que conheciam e/ou cultivavam o arroz no Sul Catarinense. Em outro momento da pesquisa, Valdete Niehues (2000) apresentou uma reportagem do Jornal “Extra” publicado em 1980, onde Teodomiro Oliveira dos Santos declara como se tornou “um entre inúmeros moradores da região de mangue no bairro Boa Vista” (NIEHUES, 2000, p.131). Na reportagem, Teodomiro declarou que é procedente do Paraná onde, “Lá eu era da roça. Plantava arroz, feijão e outras coisas, principalmente verduras [...]” (NIEHUES, 2000, p.131). Por meio da indicação de amigos se mudou para cidade, pois “[...] Joinville era a cidade onde se poderia começar a vida de novo e ganhar muito dinheiro trabalhando para os outros, em

---

<sup>177</sup> Atafona - Termo utilizado para engenho com a função de moer grãos, como o caso da produção de farinha e/ou engenho de arroz, entre outros.

fábrica. Vim para cá. Hoje sou operário de uma fundição [...]” (NIEHUES, 2000, p. 131). Para a autora, a maioria dos migrantes deixaram as atividades da agricultura, dedicando-se a outros trabalhos na cidade de Joinville(SC). Contudo, também pode considerar que ao migrarem trouxeram consigo memórias e experiências sobre as práticas de cultivo do arroz de outras paisagens, que repercutem nas formas de se relacionar na paisagem e cotidiano da cidade (COSGROVE, 2004; PESAVENTO, 2004).

Desde as primeiras décadas do século XX, as atividades industriais estavam tornando-se cada vez mais valorizadas economicamente para o Brasil e no Estado de Santa Catarina. Entretanto, o percurso industrial e urbano, não implica necessariamente um declínio das atividades e lugares dedicados a agricultura, pois, estes repercutem de maneiras diferenciadas, entre práticas e representações sobre a importância do cultivo do arroz. É no processo de crescimento da cidade de Joinville que se fortalecem os discursos sobre as paisagens do cultivo do arroz, onde a sua presença nessas narrativas podem ser problematizadas. Nesse sentido, o próximo capítulo busca discutir algumas das transformações acerca das práticas de cultivo do arroz e dos arrozais na paisagem do bairro Vila Nova.

### **3 ARROZ AIS COMO PAISAGEM CULTURAL: O BAIRRO VILA NOVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ARROZ NA CIDADE DE JOINVILLE**

Esse capítulo pretende reconhecer “arrozais” na paisagem do bairro Vila Nova no tempo presente, buscando analisar transformações sobre formas e lugares do seu cultivo no bairro e alguns dos diferentes usos e discursos sobre o arroz e os arrozais na paisagem da cidade. Com esse intuito o capítulo é dividido em subtítulos. O primeiro deles busca dialogar com outros lugares e iniciativas de valorização de lugares das paisagens de cultivo do arroz como “Paisagem Cultural” através de algumas instituições ligadas ao “Patrimônio Cultural”. Os dois últimos subtítulos pretendem reconhecer alguns produtores de arroz e/ou indivíduos que se relacionam direta ou indiretamente com a rizicultura no bairro Vila Nova, em Joinville. Assim como, algumas das suas principais transformações na cidade, especialmente a partir de manifestações culturais e/ou atividades de divulgação que envolve os “arrozais do bairro Vila Nova” entre as paisagens da cidade.

#### **3.1 Lugares do cultivo de arroz como Paisagem Cultural**

Paisagens como “florestas”, “paisagens rurais” ou até mesmo “paisagens do cultivo de arroz” já foram registradas em diversos documentos como poemas, cartas, obras de arte, entre outros. Pode-se considerar que são numerosas as pesquisas que envolvem o estudo arroz, destacando-se principalmente sobre seus aspectos morfológicos, “técnicos agrônomos” e ambientais. Contudo, parte-se da premissa de que por meio dos estudos das “paisagens” pode-se conhecer um pouco mais sobre outras “histórias de cultivo do arroz”. Seja enquanto alimento, ou enquanto sementes e suas formas e cultivares, que constituem inúmeros os saberes e significados do homem com o ambiente (ARAÚJO, 2009).

No trabalho de Juliana Brocca Presa (2012), a pesquisadora elegeu alguns pontos para se interrogar sobre a dimensão da “cultura do arroz” e a difusão desse

alimento mundialmente<sup>178</sup>. A pesquisadora utilizou como documento o “Almanaque do Arroz”<sup>179</sup>, e numa das primeiras imagens apresentadas na publicação, é interessante observar por meio da ilustração (Figura 10) à indicação do arroz como alimento cultivado por meio distintos sujeitos que são apresentados em diferentes continentes do mundo.

**Figura 10** - Lugares de cultivo de arroz pelo mundo.



Fonte: Almanaque do Arroz, [S/D]. Apud Presa, 2012, p. 83

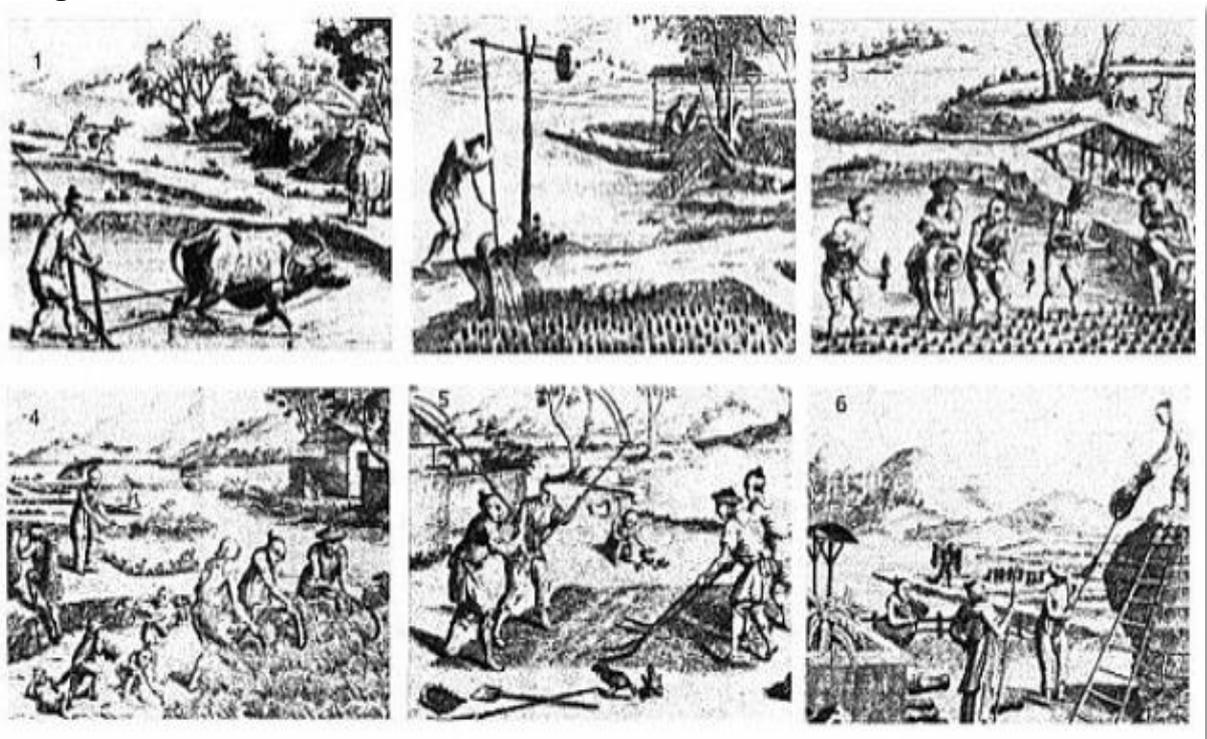
A partir dessa ilustração (Figura 10) pode se refletir sobre o processo de disseminação do arroz como alimento, considerando a sua expansão, mas também suas singularidades em diferentes paisagens de cultivo no mundo. Já em outra imagem do “Almanaque do Arroz”, Presa (2012) discute-se sobre uma gravura em que se registra etapas de cultivo do arroz na China do século XVIII (Figura 11). A autora apresenta alguns detalhes que envolvem as etapas de cultivo do arroz a partir de “seis figuras” que constituem a gravura elencada pela autora. Sendo a

<sup>178</sup> Com a preocupação de historicizar sobre algumas das práticas de cultivo do arroz a partir do “Almanaque do Arroz”, Presa (2012) observa que, mais de 75% da produção mundial utiliza-se do sistema de cultivo irrigado. Sendo, “[...] o arroz é considerado o cultivo alimentar de maior importância econômica em muitos países em desenvolvimento, principalmente na Ásia e Oceania, onde vivem 70% da população total dos países em desenvolvimento e cerca de dois terços da população subnutrida mundial (PRESA, 2012, p. 83).

<sup>179</sup>Vide em: PRESA (2012, p. 83-84)

primeira a demonstração da atividade feita, “[...] após a inundação no qual o arado permite misturar as águas com a terra seca ao sol”; na segunda figura demonstra o cultivo por meio de “plantas novas do viveiro [...] transplantadas para o arrozal”; depois apresenta-se etapas de irrigação e nivelamento da água para o crescimento do arroz; assim uma figura “[...] da colheita na qual o arroz é ceifado à foice”; e posteriormente do preparo de “feixes de arroz” preparados à [...] secagem do grão na própria lavoura”; e por último, apresenta-se a estocagem do arroz (PRESA, 2012, p. 85).

**Figura 11** – Cultivo do arroz na China do século XVIII



Fonte: Almanaque do Arroz, [S/D]. Apud Presa, 2012, p. 84.

Nas “paisagens do arroz” há diferentes sujeitos que constituem um lugar praticado e em constantes modificações. No campo de estudos da História, Fernand Braudel pode ser considerado um dos percussores a pensar sobre uma “historicidade das paisagens” de cultivo do arroz no mundo, através de apontamentos sobre diferentes sociedades e práticas de plantio elencadas pelo pesquisador, assim como registros iconográficos desse plantio, como na imagem (figura 12) que apresenta parte do processo de transplante para o desenvolvimento da colheita de arroz na China.

**Figura 12** - Viveiros de arroz na China do século XIX



Fonte: BRAUDEL, 2005, p. 129.

Nas palavras de Braudel (2005, p. 132), “o arroz, cozido apenas em água, é o alimento de todos os dias, [...]”. Este cereal se disseminou como alimento e parte das “estruturas do cotidiano” de aldeias, comunidades, vilas, cidades, podem ser encontradas plantações desse cereal, pois fazem parte de diferentes paisagens do mundo, do oriente ao ocidente. Destacando-se entre os pratos mais nutritivos do cotidiano, é inegável o valor como alimento para as pessoas que o cultivam e/ou que o consomem. Ao analisar dimensões acerca das “estruturas do cotidiano”, Braudel (2005) em sua obra apresenta algumas imagens e considerações sobre os “arrozais” de diferentes países, ponderando que são muitos os conhecimentos que envolvem as etapas e os cuidados de plantio para o cultivo do arroz, como na Ásia e na Europa. O historiador faz um comparativo do arroz ao milho, enquanto duas plantas que embora sejam “gramíneas e originárias de regiões secas”, com o tempo foram sendo modificadas pelos grupos humanos por meio da transformação do plantio desse alimento na condição de “plantas aquáticas”. Para Braudel “a proeza dos arrozais” advém da possibilidade do agricultor utilizar a mesma paisagem e sua “superfície cultivável”, do qual pode colher até mais de duas vezes por ano. Assim como, “em toda parte, um calendário agrícola fixa a sucessão destes trabalhos [...]” (BRAUDEL, 2005, p. 131). O historiador analisa que há um cuidado para o plantio

desse cereal no alto das montanhas no sudeste da Ásia, como no Camboja em que depois do período das chuvas,

[...] a primeira lavra 'desperta o arrozal'; [...] o camponês caminha ao lado do seu búfalo para não deixar buracos [...], um ou mais ou mais regos em diagonal para escoar o excesso de água... A seguir, ainda é preciso arrancar as ervas, [...]. Ter o cuidado de arrancar as plantas com a mão direita, batê-las no pé esquerdo [...] (BRAUDEL, 2005, p. 131).

No processo de ampliação das discussões sobre a noção de "Paisagem", esse termo tem aproximado de diferentes campos de pesquisa. Principalmente a partir da década de 1970 outras formas de reconhecimentos têm se configurado entre as preocupações no campo do Patrimônio Cultural (CASTRIOTA, 2009; RIBEIRO, 2007). No livro "Paisagem Cultural e Patrimônio" publicado em 2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o geógrafo Rafael Winter Ribeiro nota que também é preciso considerar os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. E,

[...] Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos à um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 31).

Ulpiano Bezerra de Meneses (2002), Francisco Teixeira da Silva (1997), Dora S. Correa (2012) são alguns dos pesquisadores que problematizam o papel dos pesquisadores em "historicizar a noção de paisagem". Embora muitas vezes encontram-se estudos predominantemente realizados por meio de análises e descrições técnicas e/ou noções morfológicas da paisagem, estes pesquisadores ressaltam que é necessário também a realização de abordagens mais "holísticas da paisagem", no sentido de levar em conta as intervenções e mutabilidades das paisagens enquanto socialmente construídas.

É nas últimas décadas do século XX, que a noção de "Paisagem" tem recebido novas proposições; compreendendo-a como "Paisagem Cultural" enquanto uma proposta de abertura à uma noção mais ampla sobre o que se atribui por "Patrimônio", ao contemplar suas dimensões materiais e "intangíveis" diante das relações entre as sociedades e natureza (RIBEIRO, 2007). Diferentes "paisagens

culturais” já foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, como o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta na Austrália e os Jardins Botânicos Reais da Inglaterra (CASTRIOTA, 2009). Algumas delas são consideradas como “paisagens rurais” como o caso das “paisagens vinícolas” de Saint Emilion na França ou as “paisagens cafeeiras” da Colômbia. Nesse contexto de valoração do “rural”, que algumas “Paisagens do arroz” foram reconhecidas mundialmente, como o caso dos “terraços” das Filipinas (ARAÚJO, 2009), e posteriormente “terraços” de Long Hani na China<sup>180</sup> (Figura 13 e 14), inscritas como “Paisagem Cultural” pela UNESCO.

No caso da “Paisagem cultural das Filipinas e da China” (Figura 13 e 14), o plantio do arroz é realizado no alto das montanhas compondo “terraços”, que além de alterarem significativamente o ecossistema, respeitam os contornos “naturais” da montanhano processo de montagem dos sulcos, e assim também delimitando suas fronteiras às práticas de cultivo do arroz, mais que alimento torna-se também “produto cultural” (COSGROVE, 2004). Contudo, “paisagens do arroz” podem ser encontradas em inúmeros lugares e se fossemos problematizar a constituição de cada uma delas, seria possível encontrar diferentes desafios de pesquisa, considerando as singularidades e as perspectivas daqueles que cultivam, observam e/ou se dedicaram a escrever e/ou estudar sobre o arroz.

---

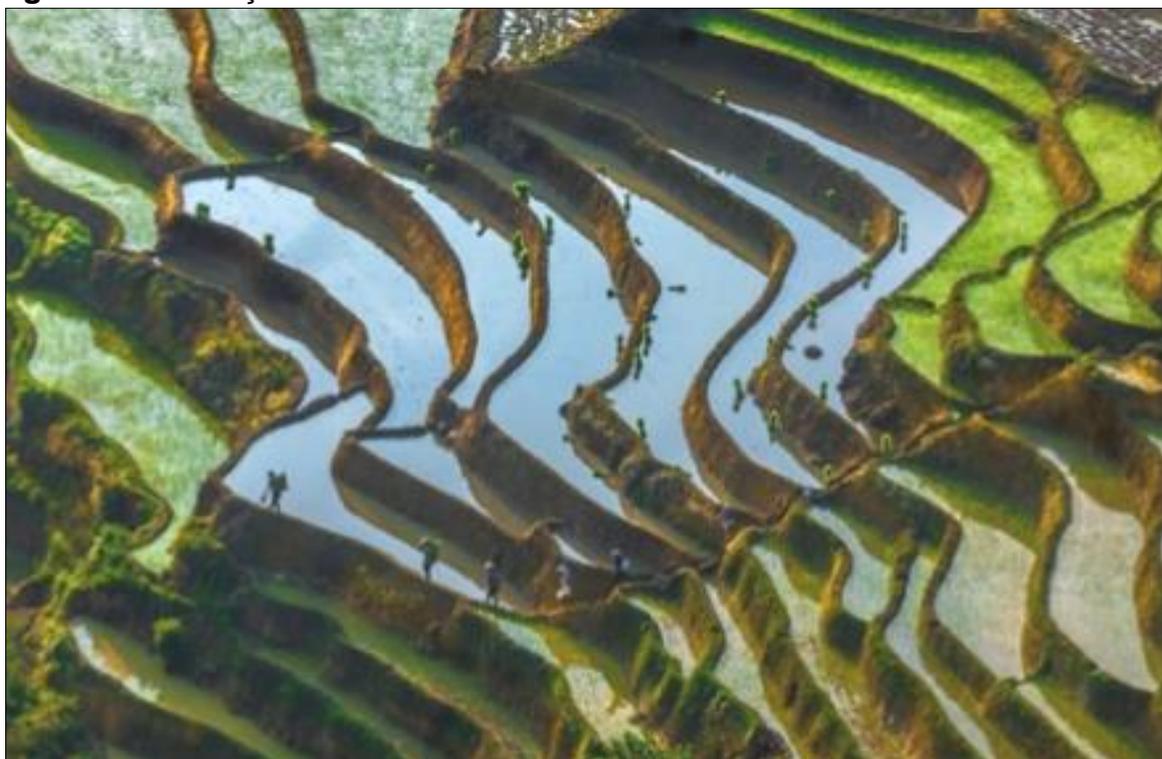
<sup>180</sup> No site da UNESCO é possível encontrar um conjunto de imagens sobre os terraços de arroz nas Filipinas e na China. Sobre a inclusão dos “terraços de arroz de Long Hanni”, Vide em: < <http://whc.unesco.org/en/news/1044/>>, acesso em maio de 2016.

**Figura 13** - Terraços de arroz nas Filipinas



Fonte: Araújo (2009)

**Figura 14** - Terraços de arroz na China



Fonte: <http://guiaviajarmelhor.com.br/os-incriveis-terracos-de-arroz-em-honghe-hani-na-china/>. Acesso em agosto de 2015

Os lugares de cultivo como “paisagem cultural” reflete intencionalidades de preservação ou mesmo de valoração como “patrimônio rural” diante das ameaças de descontinuidades dessas práticas no cotidiano dessas comunidades e do seu ecossistema (WORSTER, 2003, ARAÚJO, 2009). É possível destacar o trabalho de Guilherme Araujo (2009) que ao discorrer sobre a “Paisagem: um conceito inovador” aponta algumas referências sobre o processo de reconhecimento dos terraços de arroz nas Filipinas na “Lista do Patrimônio Mundial”. Para o autor,

[...] Os terraços de arroz de Ifugao sintetizariam a junção perfeita do ambiente sociocultural, econômico, religioso e político, ao mesmo tempo em que é uma paisagem cultural de beleza única. A conservação destes terraços reflete a necessidade de uma abordagem cooperativa de toda a comunidade e é baseado num conhecimento detalhado da rica diversidade biológica existente na região, assim como deste complexo sistema de agricultura. (ARAÚJO, 2009, p. 36)

A constituição desses “terraços de arroz” faz parte do cotidiano e dos significados e simbolismos religiosos, que realizam o ciclo de cultivo desse cereal observando os ciclos lunares, estes que norteiam as atividades de plantio, a colheita, a conservação do solo, assim como, nas práticas de cultivo do arroz, também são manejadas uma variedade de espécies, como ervas, além dos animais, que estão imbricados em rituais diferenciados e conhecimentos para cada ciclo de crescimento desse cereal (ARAÚJO, 2009).

Segundo Guilherme Araujo (2009), durante a proposta de valoração dessas paisagens como bem cultural pela UNESCO, considerou-se que são diferenciados os saberes e práticas locais. No ano de 1995 estes lugares foram considerados “paisagem cultural”, classificados pelos critérios de inclusão da UNESCO enquanto uma “Paisagem evoluída organicamente”<sup>181</sup>, compreendendo-a como uma paisagem “contínua” (ARAÚJO, 2009). A partir da perspectiva de valoração como “bens culturais”, também os terraços de arroz de Long Hani, situadas na província de Yunnan, no sudoeste da China foram inclusos na Lista do Patrimônio Mundial durante a Conferência que aconteceu no Camboja em 2013<sup>182</sup>. Contudo, ainda são poucos os estudos que abordam sobre as transformações e/ou relevância dos

---

<sup>181</sup> Vide em Quadro de Classificação da Unesco: <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#2>

<sup>182</sup> Esse processo ainda está andamento pela Unesco. A próxima Conferência Mundial está prevista uma apresentação do Governo da China sobre o Plano de preservação e as propostas de inclusão da população local no processo de gestão da Paisagem Cultural. Vide em: < <http://whc.unesco.org/en/news/1044/>>, acesso em maio de 2016.

lugares de cultivo do arroz como “Paisagem Cultural”, e enquanto “bens culturais” no campo do Patrimônio, cabe pensar que esta é uma iniciativa recente de valoração, e deve ser também problematizada, assim como suas semelhanças e especificidades, diante das inúmeras relações de plantio do arroz com as populações que o cultivam.

Para Rafael Winter Ribeiro (2009), no Brasil, as discussões que envolvem a “Paisagem” no Patrimônio Cultural têm sido tratadas de formas polissêmicas e ainda por meio de ações isoladas de preservação. Segundo o autor<sup>183</sup>, a partir das relações com a UNESCO, entre outras, a noção de “Paisagem Cultural” que cada vez mais tem sido elencada como categoria de preservação pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), bem como em Instituições de âmbito estadual e/ou municipal, como uma estratégia de valoração das “paisagens dos lugares”. Contudo, adverte que no “campo do Patrimônio”, a categoria deve ser encarada como um “construto”, em permanente transformação (RIBEIRO, 2007). Pode-se destacar algumas iniciativas e estratégias de valoração de “paisagens regionais” em andamento, como o caso da criação da Portaria de 2009 e o projeto intitulado Roteiros Nacionais de Imigração<sup>184</sup>, do IPHAN.

Em Santa Catarina, a região do Norte, Nordeste e do Vale do Itajaí, compreendem uma das paisagens que receberam maior notoriedade no “Roteiros Nacionais de Imigração” pelos seus bens edificados<sup>185</sup>. A cidade de Joinville também fez parte desse projeto do IPHAN, com a inclusão dos “primeiros tombamentos nacionais de patrimônio do imigrante europeu”, como o caso do “Palácio dos Príncipes” (Museu Nacional da Imigração e Colonização) em 1939 e o Cemitério Protestante e/ou do Imigrante, na década de 1960 (PISTORELLO, 2015). Por meio dos “Roteiros”, também foram tombadas outras edificações, principalmente “do meio rural”, recebendo destaque a Estrada Dona Francisca, Estrada Bonita,

---

<sup>183</sup> O autor realiza um diálogo entre “Geografia, Paisagem e Patrimônio”, analisando algumas das diferenciações entre abordagens dos geógrafos, especialmente na língua inglesa, alemã e francesa, sendo que nesses campos atualmente “uma profusão de acepções”, que “[...] também demonstra como o conceito de paisagem possui uma riqueza de possibilidades que não pode deixar de ser explorada [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 31).

<sup>184</sup> Pistorello (2015), analisa este projeto do IPHAN e algumas das “invisibilidades” não apresentadas também nesses “Roteiros”. Essa proposta compreende um inventário construído sobre o patrimônio cultural dos imigrantes europeus, com a seleção de alguns de seus bens, indicados para políticas de registro ou tombamento, seja municipal, estadual ou federal. Dessa maneira, busca analisar algumas das políticas públicas que visaram definir uma valoração “étnica” do patrimônio associado ao turismo, as diferentes percepções e apropriações desses bens culturais e, a dualidade entre as formas do poder público e dos sujeitos envolvidos nesse processo.

<sup>185</sup> Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. IPHAN: v. 2, 2011.

Quiriri, entre outras localidades no Distrito de Pirabeiraba<sup>186</sup>, que compreende a paisagem Norte da cidade (GREIN, 2015).

O projeto do IPHAN não abrange especificamente as “paisagens de cultivo do arroz” em Joinville, e/ou em outros lugares de Santa Catarina, no entanto, por meio de um dos documentos do projeto “Roteiros Nacionais de Imigração”, elenquei duas imagens que identifiquei o cultivo do arroz<sup>187</sup> entre as paisagens enunciadas enquanto “Patrimônio Cultural do Imigrante”. Na imagem “04” (Figura 15), o arroz aparece dentre um conjunto de fotografias com paisagens que possuem outras práticas agrícolas<sup>188</sup>.

**Figura 15** - “Rizicultura” no Roteiro Nacionais de Imigração (Santa Catarina), 2011



Fonte: ROTEIRO NACIONAIS DA IMIGRAÇÃO, IPHAN, 2011, v.2, p. 257

Intitulada “O patrimônio cultural do imigrante”, é por meio de uma discreta legenda sobre essa imagem (Figura 15), explica-se: “[...] a rizicultura está presente em praticamente todas as regiões, em especial onde predominam os italianos, sempre cultivada da maneira ensinada pelos caboclos”<sup>189</sup>. Mas, quais seriam as “regiões” e qual a localidade da fotografia apresentada no Roteiro?

<sup>186</sup> Como o caso da Casa Wally Krüger, Casa Alvino Fleith e Casa Otto Schwisky (GREIN, 2015).

<sup>187</sup> O segundo volume dos “Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. IPHAN: v. 2, 2011”. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi\\_RoteirosNacionaisImigracao\\_SantaCatarina\\_v2\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf). Acesso em setembro de 2016.

<sup>188</sup> Vide em: Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. IPHAN: vol. 2, 2011.

<sup>189</sup> Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. IPHAN: 2011. vol. 2, p. 256.

Entre as edificações enxaimel que o Roteiro apresenta, é possível identificar em outra imagem (Figura 16) que à frente da casa há um cultivo do arroz e outros tipos de vegetação. Contudo, não existem indicações sobre as atividades da “rizicultura”, com atenção ao patrimônio edificado, pois conforme a legenda dessa imagem, trata-se de uma das edificações próximas da “Casa Duwe”, situada na “Estrada de Araponguintas” em Timbó (SC), no Vale do Itajaí.

**Figura 16-** Arroz em Timbó (SC), 2011



Fonte: ROTEIRO NACIONAIS DA IMIGRAÇÃO, IPHAN, 2011, v.2, p. 292

Ao falar sobre edificações nas cidades que compreendem a paisagem da região do Vale do Itajaí,

Ascurra e Rodeio são dois municípios formados pela expansão da Colônia Blumenau a partir de 1875, com a introdução maciça de imigrantes italianos. Assim como em Rio dos Cedros e em alguns casos em Timbó, é possível encontrar edificações de características predominantemente teuto-brasileiras com proprietários de sobrenome italiano<sup>190</sup>.

Sobre os Roteiros Nacionais de Imigração, Daniela Pistorello (2011; 2015) problematiza as relações entre o que é apresentado como de “imigrante” e a

<sup>190</sup> ROTEIRO NACIONAIS DA IMIGRAÇÃO, IPHAN, 2011, v.2, p. 282.

“diversidade cultural” em Santa Catarina, e como observa a historiadora, nesses “Roteiros” é o patrimônio arquitetônico dos imigrantes europeus o principal propósito de atenção do IPHAN. Analisando o Dossiê de projeto do Roteiro, a autora observa que termos como “Paisagem Cultural”, “região dos imigrantes” e “diversidade cultural” entre outros, são abordados sem maiores reflexões no processo de Tombamento dos bens culturais selecionados pelo Projeto. No conjunto de fotografias sobre as “paisagens rurais da imigração”, pode-se constatar nos documentos produzidos pelo IPHAN que há um apelo estético ao “rural”, com a utilização de legendas que apresentam algumas generalizações sobre as regiões e as suas “paisagens” elencadas na proposta dos “Roteiros” (PISTORELLO, 2015). Mesmo fazendo algumas referências ao patrimônio imaterial e a Paisagem Cultural, ainda, “[...] a seqüência de bens selecionados envolve exclusivamente o patrimônio edificado, assim como também trata a Paisagem Cultural de uma forma muito restrita ao meio natural [...]” (PISTORELLO, 2011, p. 3 -4).

Nesse viés, também o “arroz aparece” entre as imagens do documento do Roteiros, mas como parte do “cenário natural” desses imigrantes, sem discutir as especificidades e as relações que estão imbricadas em suas práticas de cultivo e/ou como alimento apontado como “patrimônio cultural” de imigrantes e migrantes descendentes de europeus.

Ainda nesse documento sobre os Roteiros, ao se referir “A culinária e hábitos alimentares” apresenta outras considerações sobre as relações entre a alimentação e o processo de imigração europeia para o sul do Brasil, considerando que, “os imigrantes trouxeram consigo hábitos alimentares à base de cereais (trigo, aveia, centeio, entre outros), dieta dos camponeses europeus que substituíam a alimentação baseada em carnes [...]”. Assim, há formas de “[...] adaptação que o colono fez em relação às espécies vegetais encontradas no Brasil. Incorporam-se à sua culinária três produtos nativos básicos: o milho, o aipim e a cana-de-açúcar”<sup>191</sup>. Sobre o arroz como alimento, em um parágrafo se afirma: “O cultivo irrigado de arroz – até hoje adotado em todas as regiões –, ensinado pelos caboclos, substituiu com sucesso a rizicultura em locais secos”<sup>192</sup>. Depois, na mesma página, aponta: “[...] As arrozeiras

---

<sup>191</sup> Vide em Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. IPHAN: 2011. vol. 2, p. 253

<sup>192</sup> Idem.

introduzidas pelos italianos, vindos da Lombardia, onde se cultivava o arroz irrigado, vão ser ainda preferidas ao cultivo do fumo”<sup>193</sup>.

Há inúmeras possibilidades que podem ser pensadas acerca das interações entre os diferentes grupos étnicos e suas relações com as transformações das paisagens e as atividades da agricultura em Santa Catarina. No entanto, nesse documento do IPHAN não fica claro ao leitor quais foram às referências utilizadas que motivaram essas conclusões, assim como, os lugares dos quais as imagens e textos se referem, sendo algumas informações confusas e, por vezes contraditórias. Assim, é importante notar à maneira como são apresentados os “Roteiros Nacionais da Imigração”, contribuindo à uma associação de que as paisagens do arroz foram constituídas principalmente por grupos descendentes de italianos, apresenta uma perspectiva de “aprimoração dos imigrantes” em relações às práticas de outros grupos, onde é possível discordar desta observação e perceber que há limites e invisibilidades projetadas sobre essas “paisagens culturais”. Afinal, o que seria o arroz irrigado do “caboclo” e o irrigado “das arrozeiras” dos descendentes de italianos? Seriam práticas de cultivo sequeiro por algumas populações locais em contraste com o cultivo do arroz irrigado praticado posteriormente no Estado? Tais questões carecem de uma abordagem mais ampla, assim como, precisam ser problematizadas as considerações sobre os alimentos apresentados nos “Roteiros” a fim de evitar generalizações, como o caso das práticas de cultivo do arroz e as suas “originalidades” no Estado de Santa Catarina.

Embora se assinale acerca de uma “diversidade cultural” das paisagens de imigrantes no sul do Brasil, nessa abordagem dos “Roteiros” é destacada principalmente uma visibilidade às estruturas materiais que foram edificadas predominantemente por “imigrantes alemães e italianos” (PISTORELLO, 2015). Como problematiza Daniela Pistorello (2015, p. 11), esses bens culturais como “produto turístico” intencionam, “[...] não apenas uma identidade cultural, com valores pré-estabelecidos, mas um conjunto de valores atribuídos por agentes culturais, que o oferecem ao mercado sob o rótulo de “paisagem cultural”. Nesse sentido, sobre a “Paisagem Cultural”, é preciso atentar “[...] que memória é esta que o Projeto Roteiros Nacionais de imigração constrói e a partir de quais pressupostos identitários?”(PISTORELLO, 2011, p. 12). Considerando essas questões, não se

---

<sup>193</sup>Idem.

trata, pois, de negar a contribuição desses imigrantes e seus descendentes para o desenvolvimento e extensão do cultivo do arroz, e/ou assim como dos outros alimentos no Estado de Santa Catarina, mas é pertinente refletir que essas narrativas associadas às “paisagens” no campo do Patrimônio Cultural, muitas vezes se apresentam como “naturalizadas”, mas são também carregadas de intencionalidades e de exclusões (RIBEIRO, 2007; PISTORELLO, 2015).

Se fossem pensadas enquanto “paisagens culturais” os “Roteiros”, na perspectiva de aproximação das “paisagens valoradas” as comunidades e sua “gestão na paisagem”, é preciso levar em conta também que, “[...] além da questão da identificação e patrimonialização das paisagens culturais, um outro problema que tem que ser resolvido pela Instituição é quanto as estratégias que devem ser adotadas para a sua preservação”. (RIBEIRO, 2007, p. 103). De modo semelhante, no percurso dessas propostas de “tombamentos”, muitas vezes, também o termo “paisagens rurais” aparece em documentos e inventários do IPHAN enquanto “cenários naturais” e/ou “molduras” do patrimônio arquitetônico, e não como “paisagens culturais” por si mesmas e suas especificidades e dinâmicas (RIBEIRO, 2007, PISTORELLO, 2015).

O conhecimento de algumas das discussões sobre a “Paisagem Cultural” podem nos fornecer importantes pontos para refletir sobre os arrozais na paisagem do bairro Vila Nova, em Joinville(SC). Contudo, ressalta-se que o objetivo dessa pesquisa não tem como proposta à “patrimonialização” e/ou mesmo uma “chancela<sup>194</sup>” dos “arrozais” em Joinville; mas sim, pretende problematizar narrativas sobre esse cultivo, compreendendo maneiras diferenciadas de representação dos sujeitos nas relações com essas “paisagens culturais”.

---

<sup>194</sup> Chancela - Instrumento normativo de preservação e reconhecimento das “Paisagens Culturais Brasileiras”, instituído desde a Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009 (IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009).

### 3.2 Agricultores e os arrozais: saberes e práticas de cultivo no bairro

Os arrozais transformam e constituem paisagens por meio da interação do homem e das sociedades com o ecossistema, considerando as transformações da “terra” e os significados que estão imbricados (WORSTER, 2003). Sobre o “cultivo do arroz na paisagem de Joinville”, nota-se que não se trata do estudo de “apenas uma paisagem”, mas de inúmeras paisagens constituídas ao longo do tempo, e que apenas parte delas, torna-se possível de serem apresentadas na relação com as paisagens que são enunciadas por meio de documentos, imagens, e/ou entrevistas, e também, da relação com as paisagens que participam do meu cotidiano na cidade e no próprio percurso de pesquisa. Pois, seja no mais técnico ou científico dos estudos sobre “algo”, e/ou sobre “algum lugar”, sempre, “[...] há uma substância da paisagem na qual nós participamos, da qual fazemos parte, ou mais precisamente, na qual estamos” (BESSE, 2013, p. 35). Nesse sentido, procuro me enunciar, e interrogar também o “lugar” de onde me encontro, desvelando algumas das escolhas, distanciamentos e proximidades na “paisagem” da pesquisa.

Arroz, não é algo distante, mas um alimento que faz parte do meu cotidiano desde a infância, assim como de “paisagens” e de lembranças de agricultores que “de passagem” conhecia em outras cidades do Estado, e que posteriormente, passei a (re)conhecer como migrante em Joinville, outros “arrozais” na paisagem da cidade. Primeiramente, conhecia Joinville na condição de visitante, por meio de saída de estudos durante a graduação, ou em situações de “lazer” com amigos e alguns conhecidos, sendo poucas as paisagens que conhecia até então. No ano de 2014 mudei para a cidade e, como recém estabelecida, busquei conhecer mais o bairro Vila Nova, onde escolhi morar. De maneira não proposital, ou “curiosa”, acabei residindo ao lado de um arrozal, por onde através da janela de casa é possível observar uma “paisagem cultivada” e as atividades de alguns rizicultores e as suas práticas de cultivo de arroz. Também de casa, é possível observar além dos arrozais, a Cascata do Pirai e as montanhas, em contraste com o acelerado crescimento urbano, como pode se reconhecer a construção e expansão de condomínios, industriais e loteamentos nos arredores, especialmente nas

proximidades da rua XV de novembro<sup>195</sup> e o recém construído “binário”, estrada que possibilita uma das saídas e ligação com outros bairros da cidade.

Conforme Cosgrove (2004), toda forma de pensar as paisagens é também a vontade de organizar sentidos, de construir “harmonia” sobre as formas de entendimento na relação dos sujeitos com os lugares. Nessa pesquisa procurei identificar e (des)organizar sentidos sobre o cultivo do arroz na paisagem da cidade. No processo de reconhecer e “habitar” na cidade, enquanto migrante e professora de História, me recordo que primeiramente assisti à uma reportagem em noticiário local sobre o turismo rural no bairro Vila Nova, apresentava então “uma diversidade do bairro”, e o contraste entre os centros comerciais, crescimento de loteamentos e condomínios, um bairro em crescimento industrial, populacional e econômico. Ao mesmo tempo, que possui montanhas e uma “paisagem rural”, com espaços de “germanidade” com edificações enxaimel, clubes, espaços de “lazer”, mas também de identificações de “italianidade”, como a festa da Polenta e do Arroz. Na época não tinha a preocupação com o objeto de pesquisa, então não me preocupei em pegar uma referência da matéria enunciada. Contudo essa matéria deixou marcas, questionamentos sobre essa paisagem.

Foi participando da Festa do Arroz<sup>196</sup> que comecei a me aproximar de alguns dos entrevistados dessa pesquisa<sup>197</sup>. Posteriormente, no processo de escolha e realização das entrevistas com agricultores do bairro, contei com o apoio da Fundação Municipal 25 de Julho que me acompanhou em algumas das pesquisas de campo. Através dessa instituição tive a oportunidade de ser direcionada a alguns dos “agricultores mais antigos” e seus lugares de cultivo do arroz irrigado no bairro Vila Nova.

Por meio de conversas “informais” durante a Festa do Arroz no ano de 2015 interroguei alguns dos participantes: “Você cultiva ou conhece alguém que planta

---

<sup>195</sup> Rua central do bairro Vila Nova, com maior adensamento de casas e do comércio, também é a principal rua que dá acesso ao centro de Joinville e outros bairros.

<sup>196</sup>A festa acontece no salão de festas da Igreja Cristo Rei, na Rodovia do Arroz/ Estrada do Sul. Na experiência de participação da festa do arroz, nos meses de maio do ano de 2015 e de 2016, como espectadora e pesquisadora, observei os cuidados na organização dessa festividade, como o preparo da comida, das músicas e das danças “italianas” apresentada pelas mulheres, que me provocou ainda mais a vontade de compreender mais sobre as relações dessas manifestações que envolvem a cultura do arroz na cidade.

<sup>197</sup> No entanto, foram poucos os rizicultores entrevistados a partir do contato na Festa do Arroz, sendo maior parte das entrevistas realizadas com o apoio da Fundação Municipal 25 de Julho, que apresentou e direcionou algumas das possibilidades de entrevistas que poderiam ser feitas no bairro Vila Nova.

arroz?”. Foi possível notar que muitos, ou a maioria daqueles com que conversei durante a festa não se identificavam como “rizicultores”, mas conheciam alguém da família ou amigos, e alguns afirmavam que eram e/ou foram agricultores. Então, ao perguntar sobre o que motivava a participar dessa festa, referenciavam principalmente sobre as suas relações e memória familiares com as atividades da agricultura.

De acordo Durval Muniz de Albuquerque (2008), “a festa é um acontecimento”, e sendo propositadamente organizada, nela pode se reconhecer e problematizar a construção de “identidades regionais” e “locais”, e por isso mesmo, também as festas têm sido analisadas por muitos historiadores, bem como em outras áreas de pesquisa nos últimos anos. Num âmbito regional, outros pesquisadores já se detiveram em estudar festividades e formas de comemorações na história da cidade de Joinville. Destaco as pesquisas de Ilanil Coelho (2010), Tales Vicenzi (2012) e Gustavo Grein (2015) que interrogaram algumas das formas de organização e festividades locais e as suas maneiras de “rememorar” práticas do cotidiano “rural” no bairro Vila Nova.

A dissertação de Tales Vicenzi (2012) intitulada “Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificação” analisou as diferentes festividades que acontecem anualmente na região, interrogando sobre algumas das relações de construção dessas festas no bairro e na cidade. No caso de realização da “Festa do Arroz”, aponta-se que esta é associada às atividades e processos de significação das migrações de descendentes de italianos na cidade, mas também se encontra em consonância com os outros grupos étnicos e do crescimento de Joinville (COELHO, 2010, VICENZI, 2012). Embora as pesquisas de Ilanil Coelho e Tales Vicenzi tenham objetivos diferenciados, há semelhanças nas formas de compreensão desses autores sobre a Festa do Arroz e o bairro Vila Nova, assim como, ambos trabalhos realizaram entrevistas com pessoas envolvidas com a organização dessa festa, o GDMR- Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural<sup>198</sup>. A partir do conhecimento dessas pesquisas, foi possível conhecer mais sobre a festa do Arroz e as suas relações com o crescimento do bairro, provocando ainda, e me direcionando à outras perguntas sobre essas festividades, especialmente sobre as

---

<sup>198</sup> Segundo Coelho (2010) a Instituição iniciou as suas atividades como Clube de mães desde 1992 e posteriormente se vinculou a Fundação Municipal 25 de julho passando a ser o GMDR - Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural.

práticas de cultivo e as experiências dos sujeitos que cultivam o arroz na paisagem do bairro Vila Nova.

Na região sul de Santa Catarina, Juliana Brocca Presa (2012) buscou estudar algumas políticas públicas e práticas de cultivo do arroz no Estado. Por meio da proposta de construção de uma história ambiental, realizou um conjunto de entrevistas com rizicultores, técnicos e agrônomos ligados a essas atividades, interrogando-os principalmente sobre as modificações do plantio de arroz na região do extremo sul catarinense. No seu caso de estudo, compreendeu que por meio das entrevistas pode reconhecer as experiências daqueles, “[...] que vivenciaram as modificações tecnológicas, econômicas e ambientais”, assim como fazer, “considerações sobre os diferentes discursos em relação ao programa e ao uso dos recursos naturais [...]” (PRESA, 2012, p. 40). Contribuindo assim, à proposta de pensar sobre uma historicidade das práticas de cultivo do arroz em Santa Catarina, a autora observa que foi por meio da produção de fontes em suas entrevistas que pôde reconhecer narrativas que não apareciam nas fontes escritas<sup>199</sup>.

Particularmente, como migrante da região do extremo sul catarinense e na condição de recém moradora em Joinville, encontrei desafios e possibilidades, mas também alguns limites para a proposta dessa pesquisa. Como graduada em História, considero que a escolha da metodologia da história oral pode ser uma importante metodologia para o estudo das “paisagens de cultivo do arroz no bairro Vila Nova”, que me possibilitou uma aproximação dos sujeitos, buscando compreender as suas memórias e formas de reconhecimento da paisagem local. Em outras palavras, as entrevistas propiciam não somente uma aproximação da pesquisadora sobre as formas que os entrevistados desejam lembrar e narrar, mas também é uma produção de outras fontes, que é construída na relação entre a pesquisadora e os entrevistados. Assim como aponta Alessandro Portelli, “[...] a história oral muda a forma de escrever da história [...]: a mais importante mudança é que o narrador agora é empurrado para dentro da história e se torna parte da história” (1997, p. 38).

---

<sup>199</sup> Na perspectiva de diálogo com as narrativas de imigrantes ou de migrantes sobre o cultivo do arroz em Santa Catarina, vale destacar que a pesquisa de Presa (2012) contribuiu no desenvolvimento de um estudo interdisciplinar sobre a historicidade de práticas de cultivo do arroz em Araranguá(SC) e do sul catarinense; utilizando-se de bibliografias de diferentes áreas, como a Geografia e a Agronomia, bem como relatórios técnicos e outras fontes escritas, sobre uma preocupação interdisciplinar voltada à construção de uma história ambiental das mudanças de cultivo do arroz no Estado.

Num primeiro momento, não conhecia nenhum dos rizicultores, nem mesmo os discursos associados a eles, apenas observava algumas dessas “paisagens do arroz” ao longo da “Rodovia do Arroz” - SC-413, ou conhecida como “Estrada do Sul”. Durante essa pesquisa, e posteriormente com a realização de entrevistas, notei que quando se refere ao cultivo do arroz na cidade, é recorrente uma história contada a partir da experiência migratória de descendentes de italianos em Joinville, tratando-se principalmente do cultivo do arroz irrigado no século XX; tais paisagens diferem das maneiras com que foram cultivadas e registradas por outros grupos o cultivo do arroz, em outros momentos na história local. Nesse sentido, trata-se de uma história pensada a partir do nosso tempo, que reconhece as experiências das “memórias vivas” e que envolve diretamente a uma história da migração (THOMSON, 2002).

Embora sejam muitas as contribuições dos entrevistados, ressalta-se que é preciso cautela ao tentar recontar essas histórias (PORTELLI, 1997; THOMSON, 2002), constatando que foi somente através do desafio de diálogos com outras fontes escritas, que pude vislumbrar semelhanças e regularidades nas falas dos entrevistados, mas também, há enaltecimentos e esquecimentos sobre sujeitos, práticas e grupos que cultivaram, perceberam ou escreveram sobre paisagens do cultivo do arroz em Joinville. De acordo com Thomson(2002), nos estudos da história oral e dos processos de histórias de migrantes, muitas vezes, as fontes escritas produzidas anteriormente à essa migração, podem ser mais escassas ou difíceis de se encontrar no processo de pesquisa, assim é notável que o imperativo da evidência oral assume uma maior importância sobre as formas de contar essas histórias. Na escolha dessa perspectiva, também vale ressaltar que, “[...] as formas pelas quais as histórias de vida são narradas – as ênfases e os silêncios, os padrões lingüísticos e as metáforas – podem ser altamente reveladoras da natureza e do significado da experiência dos migrantes [...]” (THOMSON, 2002, p. 357).

Considerando que há distintos “saberes e práticas de cultivo”, parte do estudo sobre o arroz é associado às “paisagens de migrantes descendentes de italianos na cidade” (TERNES, 2009), também durante a pesquisa, entre os entrevistados foi possível notar que a maioria dos agricultores se identificam enquanto migrantes ou filho de migrantes da região do Vale do Itajaí. Assim como, alguns deles lembram

que cultivam o arroz, e/ou residem atualmente<sup>200</sup>, no mesmo terreno que seus pais adquiriram em Joinville. Como o caso dos entrevistados Poffo, Macoppi e Menestrina, que possuem propriedades com o cultivo do arroz situadas ao longo da Rodovia do Arroz, no bairro Vila Nova. São histórias de vidas, memórias e experiências, daquilo que os permitiu aprender e a continuar a cultivar nessas paisagens, assim não somente como objetos de contemplação, mas também de renda, sobrevivência e expectativas dos seus trabalhos com estes “arrozais”. Nota-se que, nem todos são “migrantes”, mas posso relatar que durante as entrevistas, foi mais “fácil” identificar que alguns dos entrevistados fazem parte de uma segunda ou até terceira geração de famílias que migraram de outras regiões, principalmente do Vale do Itajaí. Segundo Thomson (2002), as histórias orais oferecem recursos para se compreender que há “dinâmica intergeracional da migração”, notando que, “[...] as narrativas de filhos de migrantes também ressaltam os dilemas culturais e as tensões familiares e experimentos por esta ‘segunda’ geração [...]” (THOMSON, 2002, p. 348).

Conheci o seu Sérgio Menestrina, na Festa do Arroz do ano de 2015 e por meio de sua ajuda, foi possível conhecer mais alguns agricultores durante a festividade. Seu Sérgio faz parte de uma “segunda geração”, como agricultor, é um dos poucos que mantém o cultivo do arroz em sua família. Nascido em Joinville, sempre morou no bairro Vila Nova, notando que foram os seus pais que migraram para a cidade na década de 1950. Menestrina lembra, “Eu trabalhava com meu pai né”<sup>201</sup>, “[...] meu pai veio de Rio dos Cedros e veio para Joinville. Casou com a minha mãe, lá de Acurra [...] para lá de Blumenau!”<sup>202</sup>. Conforme o entrevistado mudou-se com aproximadamente vinte anos, já na década de 1950 para Joinville. Ao falar sobre sua propriedade e onde está situada, aponta que “sempre foi aqui, que era o terreno do meu pai, do lado da igreja Cristo Rei e da Escolinha também [...]. Tem a casa, o galpão e é plano, é tudo arrozeira!”<sup>203</sup>. O rizicultor reside na mesma casa de alvenaria que seus pais construíram, apenas com algumas modificações com o decorrer do tempo, especialmente aos fundos da propriedade.

---

<sup>200</sup> Alguns dos entrevistados chegaram a sair da cidade e depois retornaram a suas propriedades.

<sup>201</sup> Entrevista realizada com Sergio Menestrina, 52 anos, agricultor, com propriedade próxima à Igreja Cristo Rei, na Rodovia do Arroz. Entrevista concedida à Alanna Fernandes Duarte, no dia 11/10/2016, na casa do agricultor, no bairro Vila Nova, em Joinville/SC.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

O agricultor e empresário Ordival Macoppi, conta que inicialmente, se deslocava até Joinville especificamente para investir no cultivo do arroz no terreno de seus pais. Segundo o entrevistado, “em 1954 o pai comprou o terreno. Era mato [...] tinha pouca área plantada e no fim nós fizemos tudo braçal, roçava e capinava [...]”<sup>204</sup>. A princípio, não veio morar, mas somente plantar arroz com o seu pai e outros ajudantes, mas posteriormente passou a residir no bairro Vila Nova<sup>205</sup>. Macoppi lembra as dificuldades em sua rotina de deslocamento e trabalho na propriedade adquirida pela família, “por que tinha que plantar lá e tinha que plantar aqui”<sup>206</sup>. Desde os sete anos plantava arroz com o seu pai e aqui, tinha que auxiliar no plantio também,

[...] Nossa família, a mãe<sup>207</sup>, como tinha um filho por ano, tinha um no colo, na barriga e outro agarrado ao vestido, pouco acompanhava aqui em Joinville. [...] A mãe me ensinava a fazer a comida para depois chegar aqui e saber “se virar” e fazer as comidas para a gente. Então tinha que fazer pro meu pai [...]. Para a mão de obra, que nós contratávamos, mas também se dava comida, por que era um lugar muito retirado que não se tinha venda, ou mercado, padaria<sup>208</sup>.

Assim, buscavam trazer os mantimentos necessários para os dias de plantio e colheita do arroz, ficando alojados em um rancho provisório construído nessa propriedade. Relata que,

A mercadoria muitas vezes vinha de Ascurra com caminhão que às vezes levava até Curitiba [...]. Caminhão de arroz, até [...] São Paulo, que fazia favores para nós e trazia. Nós tínhamos a atafona, e trazia o fubá, trazia a carne que fazia o charque, por que não tinha a geladeira, não tinha energia. Então nós de lá trazíamos muitas coisas de Ascurra, como a linguiça, o charque, o fubá [...].Trazíamos vaca

---

<sup>204</sup> Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06/12/2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>205</sup> A propriedade de Macoppi está situada na Rodovia do Arroz, já nas proximidades com a divisa município com Guaramirim.

<sup>206</sup> Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06/12/2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>207</sup> Segundo Macoppi, a mãe falava pouco o Português, lembrando que era mais comum o Italiano. Mas, devido ao contexto que viviam, recorda de algumas das dificuldades de manter o idioma entre a família.

<sup>208</sup> Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06/12/2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

de leite, [...] os bois de lá para trabalhar. Tínhamos que fazer o plantio, depois nós voltávamos para lá [...]”<sup>209</sup>.

Macoppi conta sobre um passado de memórias difíceis, com muitas carências, fome e o esforço para ajudar a sua família que era grande, conta com orgulho como foi o seu crescimento por meio da agricultura até a criação de sua empresa<sup>210</sup> no bairro, que atualmente dá continuidade com os seus filhos. Lembra que antes trabalhava aqui, porém, “estudava em Ascurra, mas só quando tinha tempo de estudar, por que meu pai não deixava estudar! Pai dizia assim: que estudo era perda de tempo, nós tínhamos que trabalhar! [...]”<sup>211</sup>. De acordo com Macoppi, dependendo das etapas do ciclo de cultivo no ano precisava faltar às aulas ou chegava atrasado à escola, lembrando que isso lhe prejudicava na sua relação com a professora. O trabalho infantil é uma situação que é recorrente narrada pelos rizicultores, identificando uma certa regularidade entre os entrevistados, que relatam como aprenderam com os seus pais o cultivo do arroz principalmente entre os sete e oito anos de idade.

Seu Honorato Poffo ressalta que, “[...] se dava mais valor ao trabalho que ao estudo! [...] Naquele tempo não se falava em estudar!”<sup>212</sup>. Para ele, “o meu pai não veio morar, ele só comprou o terreno. Eu acho até que ele veio depois quando comprou o terreno, ver o terreno!”<sup>213</sup>. Buscando explicar essa aquisição, comenta, “Por que aqui, vieram os cunhados do meu pai, os meus tios. É só parente que mora por aqui!”<sup>214</sup>. Para ele, foram juntos que, “[...] começaram a encher aqui de arroz, foi o meu pai e os meus tios quem começou!”<sup>215</sup>. Ambos os entrevistados, apontam que seus pais é que adquiriram essas propriedades, e como um investimento e negociação proposta por conhecidos, pretendendo uma extensão do plantio do arroz nessa região pelos preços mais baratos<sup>216</sup>, e foi posteriormente que migraram para a cidade de Joinville, e permaneceram na propriedade após se casarem.

---

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Empresa de produção de sementes de arroz, “Sementes Macoppi”.

<sup>211</sup> Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06/12/2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>212</sup> Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Vale ressaltar que embora fosse um investimento, nem todas as propriedades que eram compradas tinham preços tão acessíveis. Macoppi relata que o seu pai economizava para a compra

Com 74 anos, conta que migrou para o bairro Vila Nova durante a década de 1950, “Eu nasci em Ascurra, que pertencia aquele tempo a Indaial [...] Vim de Ascurra, eu casei lá, peguei a mudança e vim para cá”<sup>217</sup>. Entre as razões apontadas sobre a migração de vários conhecidos e familiares dessa região, conta que no seu caso, a propriedade era parte de um investimento para o plantio do arroz junto com o pai, e somente depois passou a morar no bairro após seu casamento<sup>218</sup>.

Segundo Poffo, eram diversos os alimentos que sua família plantava em Ascurra e Joinville, mas o cultivo do arroz era a mais importante delas. Para ele, “[...] não tinha como ficar lá, a nossa família era grande! Eram catorze irmãos, meu pai e minha mãe”<sup>219</sup>. Ao lembrar de Ascurra afirma, “[...] Lá tinha uma pobreza! E quem saiu, e veio para Joinville, [...] que eu conheci um monte! Acho que ninguém pode reclamar!”<sup>220</sup>. Sobre essas paisagens, relata o caminho que percorria para visitar sua família na cidade de origem, “Hoje, daqui à Ascurra, demora uma hora e pouca. Mas naquele tempo, saía de manhã de lá e chegávamos aqui de noite! Era tudo estrada de chão [...], serra ali, passava aquilo ali dava até medo!”<sup>221</sup>.

O entrevistado narra sobre as experiências com o cultivo do arroz no bairro Vila Nova<sup>222</sup>, a partir da lembrança de que fez “bodas” do casamento com a sua esposa, então acredita que há mais 53 anos reside nessa propriedade; “minha esposa quando ela veio nem sabia para onde é que ela ia! Minha mulher veio assim comigo para o meio do mato!”<sup>223</sup>. Poffo conta, “[...] cheguei aqui tinha uma casinha velha e tinha tudo coberto com mata! [...] Aquele arrozal que hoje tu vê, era só mato ali! [...] Era um brejo, até um perigo passar! Foi duro naquela época, foi trabalhado!”<sup>224</sup>. Embora esta propriedade já possuísse atividades e estruturas construídas por moradores anteriores, observa que para o arroz irrigado foi necessário que mais áreas fossem desmatadas. Seu Honorato Poffo ao falar sobre

---

do terreno, porém cada vez que tinha dinheiro para investir o preço aumentava, chegando a uma negociação conflituosa até a sua aquisição.

<sup>217</sup> Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>218</sup> Poffo ao apresentar a propriedade conta que seu pai havia comprado também as propriedades vizinhas, que deixou como herança aos outros filhos, e posteriormente, comprou o terreno limite de seu irmão a fim de aumentar o cultivo do arroz e sua produtividade na propriedade.

<sup>219</sup> Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Rizicultor, e morador da Estrada do Sul – “Rodovia do Arroz”.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem.

sua família, conta sobre o esforço empregado para o desenvolvimento da agricultura. As experiências e atividades de cultivo do arroz são apresentadas como resultados dos trabalhos que aprendeu com o seu pai e com outros parentes. Contudo, ao contar sobre a necessidade de contratação de outras pessoas, o agricultor lembra da participação de descendentes de germânicos, ou daqueles moradores que chama de “caboclos” para trabalhar nas atividades de derrubada da vegetação e de preparo da terra para a agricultura, se diferenciando de ambos “os contratados”. Segundo o agricultor,

Primeiro, tinha que derrubar. E tinha a lenha, mas nem de graça ninguém queria! Ficava ali e apodrecia. Olha como era difícil! [...] Dava graças a Deus que conseguimos derrubar! E pensa naquela selva! Só que tinha uns caboblos ali, [...] os dois: o pai e o filho. Eu já vi caboclos assim para trabalhar na selva! Porque sabe que é só mato e espinho. Eles tinham uma prática com o facão que era até bonito de ver! A gente chegava até a pagar a mais para eles<sup>225</sup>.

Sobre a compra da propriedade, o entrevistado conta que o terreno já possuía uma edificação enxaimel que “era dos alemães”, como se difere, enquanto migrante e descendente de italianos. A “casinha velha”, da qual seu Honorato fala trata-se de uma estrutura enxaimel<sup>226</sup>, nessa propriedade, “Eu também tinha uma casa dessas. [...] É por que hoje foi demolida e eu não bati foto, mas nós tínhamos duas. Antigamente, tinha duas aqui! Olha, quantos anos que tinham aquela casa, meu Deus! [...]”. Nas relações de construções da memória sobre o seu “habitar” (BESSE, 2013). Seu Honorato fala principalmente sobre sua residência com a esposa lembrando que essa foi, “a minha primeira morada né! [...] Eu reformei ela antes de me casar, dei uma pintada, ficou bonita!”<sup>227</sup>. Sem registros fotográficos da(s) estrutura(s) da(s) casa(s) enxaimel<sup>228</sup>, Seu Honorato afirma que as edificações

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Segundo Veiga (2013), as casas enxaimel, são popularmente reconhecidas como “casas germânicas” e/ou “casas alemães”, sendo uma técnica/estética da arquitetura e imigrantes da Alemanha e seus descendentes, principalmente no sul do Brasil. O termo em alemão é “*Fascwerkbau*” ou apenas “*Fackerk*”, com o significado associado à “construção de prateleiras”, ou refere-se à uma estrutura composta por várias peças encaixadas. De maneira geral, caracteriza-se por ser feito com “[...] uma estrutura de pedras, uma estrutura com peças de madeiras horizontais, verticais e inclinadas encaixadas uma na outra, sem o uso de pregos. [...] Posteriormente, preenchidos com alvenaria [...]” (VEIGA, 2013, p. 15)

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Em momentos distintos da entrevista trata de “uma” e/ou duas “casas” de estrutura enxaimel, mas recorda principalmente da casa que anteriormente residia.

enxaimel, com o tempo, foram demolidas, recordando que chegou a aproveitar parte da estrutura de madeira Canela para a construção de uma nova casa.

Assim como relata Poffo, durante a pesquisa de campo também foi possível reconhecer outras casas em estilo enxaimel presentes no bairro, consideradas “bens culturais germânicos” (VEIGA, 2013). Posteriormente, no processo de pesquisa no bairro também conheci um rizicultor que reside em uma estrutura enxaimel, que reformou a casa de seus avós. Na propriedade da família Carl, situada na Estrada Blumenau, há duas estruturas enxaimel<sup>229</sup>, uma casa de alvenaria e um rancho para a guarda das maquinarias necessárias ao cultivo do arroz.

Carl reside com sua esposa e dois filhos, em uma estrutura enxaimel que foi reformada, que pertence à sua família há pelos menos duas gerações, conforme a entrevista. Segundo o entrevistado, “Minha bisavó, ou para mais longe ainda, tem alguém que veio da Alemanha [...]. Teve guerra e aí teve que fugir, não sei o que, por que não podiam saber que era alemão [...]”<sup>230</sup>. Embora desconheça as motivações dessa proibição de falar o alemão, que provavelmente pode estar relacionada ao período de “nacionalização”, se identifica como descendente de imigrantes germânicos que já estavam na região, pelo menos até o seu tataravô. Assim como as casas enxaimel (Figura 17), o entrevistado também nota que os lugares dedicados ao plantio do arroz são parte das experiências e heranças que adquiriu a partir das atividades que sua família já realizava no bairro Vila Nova.

---

<sup>229</sup> A fotografia das casas da família Carl foi feita pela pesquisadora num dia de chuva. É interessante observar que, assim como na entrevista com Carl, outros dos rizicultores também foram entrevistados em “dias chuvosos de Joinville”, principalmente por que nessas condições do tempo, poderiam me receber em suas residências. Na produção rural dia de chuva é considerado “perdido” em termos de produtividade no campo, então abre-se um espaço no tempo para atender o pesquisador ou fazer outra atividade não diretamente ligada à atividade principal. Alguns deles trabalham em mais de uma propriedade (como proprietários e/ou em prestação de serviços), no cultivo de arroz e outros alimentos, podendo se deslocar para diferentes lugares pelos trabalhos que realizam na agricultura.

<sup>230</sup> Entrevista realizada com Jonas Carl, 34 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 16/12/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

**Figura 17** - Propriedade da família Carl, Joinville(SC), 2016



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. Dezembro de 2016.

Conforme Carl, além do cultivo do arroz possuía algumas atividades, que continuou a realizar mesmo com o cultivo, como a operação de uma serraria. Sobre as encostas da Serra Geral, quando questionado sobre o desmatamento com a serraria da família, o entrevistado acredita que essas não eram atividades tão nocivas, embora fossem elas modificadoras desse ecossistema, que compreende a Floresta Ombrófila Densa. Segundo ele,

[...] Esses morros,tá vendo tudo verde aí? Na verdade essa primeira serra é nossa. Porque temos muitas terras. Se foi desmatado essas áreas, foi para fazer plantação de alguma coisa [...]. O restante foi só “raleado”, pode ver. Hoje em dia tem tudo árvores maduras que podem ser cortadas de novo. [...]. Fazia o corte daquela madeira, mas não desmatava permanente [...] <sup>231</sup>.

Acerca dos investimentos com o cultivo do arroz aponta que, “O meu vô começou. Ele começou, mas era pouca coisa, só áreas menores assim. Ai depois quando fechou a serraria ele começou a investir mais nas arrozeiras” <sup>232</sup>. Com mais

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Idem.

de uma propriedade no bairro<sup>233</sup>, afirma que o cultivo do arroz iniciou na sua família com o avô, que posteriormente passou para o pai e para ele, e que o neto deu continuidade a esse plantio.

Já seu Honorato Poffo, como migrante, embora inicialmente residisse em uma estrutura enxaimel (e posteriormente passou a morar numa casa de alvenaria), diferencia suas atividades na paisagem daqueles que já habitavam no bairro. Sobre a sua maneira de contar a introdução do cultivo do arroz irrigado aponta,

Sabe né, que italiano não pode ver uma poça de água! Isso está na cara, é igual a marreco! [...] Os alemães que não tinham arrozeiras, eu acho que depois que eles viram a “italianada” fazer arrozeira, também se encaixaram e fizeram [...], mas pouco! A maioria foram os italianos. Os italianos foram comprando. Mas aqui também era tudo alemão, tudo!<sup>234</sup>

A partir do pensar a moradia desse migrante que residia em uma casa enxaimel, erigida por aqueles que já habitavam o bairro e que venderam algumas de suas propriedades, a interação com outros grupos que cultivavam ou passaram a cultivar o arroz nessa paisagem da cidade, não há como interpretar uma noção estabilizada que trate somente um sujeito, um grupo étnico ou uma temporalidade específica, reconhecendo as diferentes experiências que estão correlacionadas na heterogeneidade das formas de se (re)memorar histórias de cultivo do arroz na paisagem do bairro Vila Nova e na cidade de Joinville. As memórias entrecruzam as migrações, o trabalho e os lugares do cultivo de arroz que contemplam suas maneiras de reconhecer os “Arrozais” e a “Paisagem” do bairro Vila Nova. Nesse sentido, não pode se naturalizar a extinção de um ou outro grupo, ou dar preferência à alguns destes, pois como aponta Jean-Marc Besse (2013, p. 45) também, “[...] é preciso pensar a coexistência das espacialidades, das formas dos espaços, dos regimes culturais dessas espacialidades”.

Entre os entrevistados que se identificaram como “migrantes e descendentes de italianos”, José Menestrina também conta que foram vários os seus familiares que migraram de Rio dos Cedros para a cidade de Joinville. Reconhecendo enquanto paisagens diferenciadas, seu José atribui algumas das motivações para

<sup>233</sup> No outro lado da rua onde está situada a sua casa na Estrada Blumenau possui outros terrenos com o cultivo do arroz, bem como sua família possui propriedades em outras localidades no bairro.

<sup>234</sup>Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

explicar porque a família procurou investir na agricultura na paisagem de Joinville, considerando que,

[...] Antes vieram os alemães e eles receberam os lotes né, e começaram a plantar o milho, feijão e batata, fruta e verdura... Só que era muito brejo! Não produzia, não dava. Não conseguiram cultivar [...], eram muito úmida as terras! E, lá em Rio dos Cedros, na parte baixa se produzia muito arroz por que era muito viável e, as partes baixas aqui ficaram muito baratas. [...]<sup>235</sup>

Para José Menestrina, foram os grupos posteriores que passaram a utilizar as terras do bairro que eram consideradas alagadiças e suscetíveis às enchentes, ressaltando a diferença entre as práticas dos grupos que já habitavam e os migrantes. Aponta ainda que os terrenos a serem vendidos eram tidos como improdutivos, onde os descendentes de germânicos escolhiam os “melhores”. Para ele,

Era praticamente de graça, por que os “alemães” que estavam aqui começaram a debandar! [...] Enchente né?! E veio à onda para Rio dos Cedros, Timbó, Ascurra, Rodeio, [...] descobriram esses brejos! [...] Uma área grande, e além de ser grande, é barata! Aí, começaram a vir [...]<sup>236</sup>.

Realidino Poltronieri, agricultor que cultiva o arroz na Estrada Blumenau, contou sobre os seus pais que eram de “Ascurra e Apiulna” e há sessenta e dois anos migraram para Joinville, contudo, em áreas mais próximas entre os limites do bairro Vila Nova e Guaramirim. Para ele, a substituição da atividade para essa região já era uma prática que seu pai Joaquim Poltronieri já “cultivava em Ascurra e aí vieram cultivar o arroz aqui!”<sup>237</sup>. E, “[...] Vila Nova era uma terra assim, tudo de várzea. Terra boa para produzir o arroz. Por isso que eles vieram para cá e escolheram Joinville [...] para cultivar o arroz”<sup>238</sup>.

As atividades e considerações sobre as paisagens do cultivo do arroz no passado do bairro Vila Nova, são apresentadas enquanto trabalhos anteriormente

<sup>235</sup> Entrevista realizada com José Menestrina, 55 anos, professor aposentado e proprietário rural, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 22/11/2016, no Recanto das Arrozearias, bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>236</sup> Entrevista realizada com Sérgio Menestrina, 52 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 11/10/2016, na casa do rizicultor em Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>237</sup> Entrevista realizada com Realidino Poltronieri, 63 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 08/11/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>238</sup> Idem.

feitos “manualmente” pelos próprios entrevistados, que narram suas lembranças e histórias sobre as relações de “habitar” e se relacionar com a paisagem (BESSE, 2013). Algumas das práticas de ocupação das “várzeas” para os arrozais no bairro Vila Nova são apresentadas pelos entrevistados observando outras relações com a modificação do ecossistema (WORSTER, 2003), como as atividades de derrubada, do uso de animais, como o cavalo e do boi, tanto para o preparo da terra, como nas etapas de beneficiamento do arroz.

Realdino Poltronieri<sup>239</sup> lembra que,

Naquela época que me casei já tinha arroz aqui. Meu sogro plantava arroz, mas plantava de outro tipo. [...] No começo, aqui eles trabalhavam com o arado, o arado “tatu”. Eles trabalhavam com esse arado puxado à mão. Três pessoas, quatro pessoas, puxavam na frente para arar [...] Muita lama! Naquela época os bois não andavam, os cavalos não andavam [...] <sup>240</sup>.

No caso de Honorato Poffo, ao contar sobre as intervenções que buscou fazer na propriedade para o cultivo do arroz, lembra que foram realizadas algumas atividades para um desmatamento e a abertura de valas para a construção de canais para a irrigação do arroz. Considerando que, “Primeiro tinha que desmatar e abrir valetas para enxugar a terra. [...] Tinha que fazer com o boi, e o boi ia arrastando fora a fora! [...] <sup>241</sup>, contando que foram comumente utilizados até meados da segunda metade do século XX, sendo gradativamente incentivado o uso de outras maquinarias, que facilitava as etapas de separação e preparo do arroz em indústrias. A aquisição de máquinas foi uma das principais motivações apontadas pelos agricultores para explicar o processo de diminuição da mão de obra, e ou/ da necessidade de participação de mais pessoas da família para o plantio e preparo para a venda do arroz. Entre as mudanças que reconhece nas práticas de cultivo, Honorato Poffo, lembra que, “Começou com o boi e depois veio a tobatinha. Ô! Quando veio a tobatinha, meu senhor! [...] Ajudou bastante! E depois consegui [...] <sup>242</sup>.

<sup>239</sup> Seu Realdino Poltronieri é rizicultor e morador da Estrada Blumenau, no bairro Vila Nova. Nasceu em Ascurra, e migrou quando criança com os seus pais para Joinville na década de 1950.

<sup>240</sup> Entrevista realizada com Realdino Poltronieri, 63 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 08/11/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>241</sup> Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>242</sup> Idem

Já Aldo Felipe, sobrinho de Honorato Poffo, foi rizicultor durante toda a sua vida e também trabalhou na Indústria de Arroz Vila Nova, lembrando de diferentes transformações nas práticas de cultivo, mas também nas formas de beneficiamento do cereal até a sua comercialização na fábrica. Lembra que até meados das décadas de 1960, o trabalho do arroz envolvia toda a família e “em troca de família”, assim “[...] Quando teu arroz estava pronto, pedia para as outras famílias ajudar. Aí depois quando tinha o das outras famílias, você ia ajudar essas famílias [...]”<sup>243</sup> Então, “[...] começou a vir as máquinas e cada um começou a trabalhar tudo em individual”<sup>244</sup>. Assim como outros agricultores, ao contar sobre quando começou o seu trabalho no cultivo do cereal também dentro de uma empresa de beneficiamento do arroz no bairro, aponta sobre algumas das transformações do trabalho anteriormente familiar e suas modificações com o advento das maquinarias e das indústrias de Arroz, contando algumas das “coisas” que envolviam esse trabalho na paisagem da cidade (PESAVENTO, 2004). Recorda que,

[...] O cultivo do arroz era tudo manual, tudo cortado com a mão. [...] Com um “zique” redondo, que você pegava o arroz e cortava, que nem cortava capim. Assim, fazia tudo em fechos, amarrava e levava pro rancho. A noite batia! [...] Bater o arroz era o que? Ou, encaixar e bater as espigas, ou botava espalhado no rancho e andar com o cavalo em cima para tirar os grãos do cacho, isso no começo. Depois daí, surgiu uma bateadeira! Essa você jogava, era uma bateadeira que você jogava o arroz dentro, que cortava, e saía a palha de um lado e o arroz do outro, e ensacava. Passou um tempo e veio a máquina de cortar o arroz. [...]”<sup>245</sup>

Em Santa Catarina, essas políticas acompanhavam uma tarefa de “convencimento” aos rizicultores sobre a necessidade de transformação de métodos agrícolas em favor da “modernização agrícola”, assim, também tentava modificar a “mentalidade” desses agricultores; modificações que são lembradas por meio de diferentes maneiras, seja pelos que cultivam o arroz nesse processo, técnicos e engenheiros de instituições envolvidas como a ACARESC (PRESA, 2011; ROCHA, 2010). Diante de uma agricultura cada vez mais mecanizada e por meio do “pacote” técnico de insumos pretendia-se o aumento da produtividade e maximização dos lucros do arroz através de máquinas e sementes “melhoradas”, que deveria ser

<sup>243</sup> Entrevista realizada com Aldo Felipe, 62 anos, agricultor e aposentado da Indústria de Arroz Vila Nova, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 19/10/2016, na sub-prefeitura de Joinville (SC).

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.

estendido entre os pequenos agricultores do Estado, com a aquisição e adoção de outras técnicas de plantio, contudo, estas medidas favoreciam principalmente as grandes empresas produtoras do arroz. Tratava-se de um “pacote técnico”, que propaga que para um bom desenvolvimento do cultivo deveria ser financiado, como foi a década de 1970 um dos períodos que mais criaram programas de créditos agrícolas no Estado (MUSSOI, 2003, PRESA, 2011; ROCHA, 2010), o que não significa que todos conseguissem adquirirem e financiá-los. Mas, nos jornais e meios técnicos-agrícolas se divulgava as “facilidades” por meio desses investimentos (ROCHA, 2010; PRESA, 2011).

Para Fernando Goulart Rocha (2010), o “Plano Nacional de Tratores” criado em 1959, permitiu uma maior comercialização desses maquinários no Estado, e por meio de empresas “montadoras de capital externo” para empresas nacionais, que juntamente com as intervenções com a produção de “sementes melhoradas”. Principalmente entre as décadas de 1960 e 1970<sup>246</sup> que se evidenciam maiores investimentos nesse intuito de propagar as “facilidades” de investimentos em créditos de bancos para a compra de maquinários para a agricultura, possibilitando cada vez mais o uso de tratores. Também com a alteração química desses grãos se “[...] beneficiaram ainda mais essas empresas, pois evocaram a aquisição de maquinários pesados pelos produtores”, com isso, “[...] empresas de máquinas agrícolas automotrizes têm-se fortalecido e expandido financeiramente” (ROCHA, 2010, p. 175).

Segundo Juliana B. Presa (2012), nesse contexto também se disseminou a comercialização de outros tipos de maquinarias, pois até meados de 1970, a tecnologia era conhecida pelos rizicultores através das iniciativas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. As pesquisas sobre o arroz irrigado em Santa Catarina são iniciadas somente na segunda metade do século XX, pelo “DNPEA”, órgão do Ministério da Agricultura, que, entre 1969 a 1975, foi assumido pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), e posteriormente passou a integrar a EMPASC (atual EPAGRI) data em que ficou sob atribuição da EMPASC, que atualmente realiza as pesquisas voltadas à rizicultura no Estado de Santa Catarina (PRESA, 2012).

---

<sup>246</sup> Entre os anos de 1968 a 1975, além de um crescimento da oferta dessas máquinas há uma expansão da produção agrícola intensiva, sendo fomentadas “facilidades” aos agricultores de acesso ao crédito agrícola, especialmente para aquisição desse pacote tecnológico (ROCHA, 2010).

Em outro sentido, ao pesquisar sobre os “arrozais na paisagem da cidade”, não tenho a possibilidade de dizer, nem mesmo vivenciar da mesma maneira com que os entrevistados; a maioria deles como rizicultores<sup>247</sup>, e sua maneira de “estar no mundo” e nos lugares de cultivo do arroz é notoriamente diferenciada daqueles que somente observam essas paisagens (BESSE, 2013). Mas, é possível escutá-los e por meio da metodologia da história oral pode-se interrogar como buscam apresentar essas paisagens a partir das entrevistas realizadas com a pesquisadora, notando que há sempre uma intencionalidade e a vontade de contribuir a partir de suas memórias, da qual constituem e fazem parte desse lugar (THOMSON, 2002).

Em comum, alguns dos entrevistados falam sobre as suas conquistas em relação à aquisição do trator, da “tobata”, do “chupa-cabra”, bens materiais que repercutem não apenas pelas “facilidades” e, numa crescente transformação dos conhecimentos que eram anteriormente transmitidas de pai para filho, e como ao adquirirem equipamentos “modernos” vivenciavam outros aprendizados e formas de plantio do arroz na terra. Reconhecendo a complexidade dessas alterações, não somente há uma modificação de saberes e práticas passadas pai e filho que adquirem e vivenciam as atividades de plantio do arroz, mas também de uma mudança para toda a família, bem como modificações no processo de participação de outros “agentes” na paisagem do arroz (COSGROVE, 2004; SAUER, 2004). Assim, nas últimas décadas do século XX, há diferentes formas de (re)apresentar os arrozais mediante as relações de crescimento e transformação das paisagens da cidade de Joinville.

### **3.3 Arrozais num palimpsesto: o bairro Vila Nova e suas transformações**

Se, ao escrever sobre uma “Paisagem”, partimos de outras paisagens, também na “paisagem da escrita” se constroem sentidos a partir de perguntas (COSGROVE, 2004; PESAVENTO, 2004). Na tarefa de questionar sobre a “paisagem do arroz em Joinville”, direta ou indiretamente, estaria ligada a construção “imaginária” da noção de “[...] superfície da terra e à sua composição. A paisagem,

---

<sup>247</sup> Mas também foram entrevistados engenheiros, técnicos de turismo, e outros que contribuíram por estarem envolvidos direta ou indiretamente com as paisagens de cultivo do arroz em Joinville.

de fato é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor [...]” (COSGROVE, 2004, p. 98). Contudo, há muitas formas de “ver”, “habitar” e “compor” relações com as paisagens (BESSE, 2013). Por meio de interrogações sobre o que e/ou como “compor” a “paisagem da pesquisa”, cabe ressaltar que as paisagens por si mesmas são “dinâmicas” e também socialmente construídas (MENESES, 2002, COSGROVE, 2004), assim como, “outras paisagens” do cultivo do arroz e da presença dos “arrozais”<sup>248</sup> em Joinville, SC. Nesse último subtítulo pretende-se (re)apresentar algumas das atividades que envolvem os “arrozais na cidade”<sup>249</sup> mediante suas relações como “paisagens culturais” do bairro Vila Nova.

No processo de entrevistas com rizicultores e membros da Fundação 25 de julho, reconheci também algumas das tensões entre os agricultores e órgãos municipais de apoio à agricultura na cidade<sup>250</sup>. Contudo, somente algumas situações foram elencadas sobre o processo de pesquisa que envolve os “arrozais” na delimitação do bairro Vila Nova. Valério Schriochet<sup>251</sup>, diretor da Fundação Municipal 25 de Julho, durante a entrevista apontou algumas das maneiras de continuidade dessas atividades na cidade, ao mesmo tempo em que reconhece que há falta de mais investimentos e incentivo aos “pequenos agricultores”. Anteriormente em Joinville, “[...] campo de arroz na cidade, eram mais distribuídos”<sup>252</sup>, assim como outras atividades e práticas da agricultura. Conforme Schriochet, se anteriormente a Fundação 25 de Julho incentivava à “monocultura”, atualmente tem buscado algumas iniciativas com a agricultura familiar na “diversificação de alimentos”<sup>253</sup>. Mesmo o arroz sendo a principal atividade da

---

<sup>248</sup>Embora, aos “arrozais” até o momento não sejam pensados enquanto uma “paisagem cultural” por meios institucionais de valoração ao Patrimônio (seja em âmbito municipal, estadual, ou federal); nota-se que essas paisagens também são acionadas como vetor de construção das “identidades culturais” associadas à “paisagem rural” da cidade.

<sup>249</sup> A escolha do termo “Arrozais na cidade” foi elencado para distinguir as “paisagens” que envolvem a prática do cultivo do arroz em Joinville a partir da segunda metade do século XX até o tempo presente, procurando identificar e distinguir de “outras prática de cultivo” que foram socialmente constituídas na paisagem regional.

<sup>250</sup> Durante o processo de pesquisa -2015-2016; aconteceram conflitos entre uma construtora imobiliária com agricultores a partir de tensões no processo de ruptura de uma das valas de irrigação do arroz da SODAJ. Alguns desses apontamentos foram apresentados pelos entrevistados, mas entre os limites dessa pesquisa, optou-se por não trabalhar especificamente com essa situação (em andamento) no bairro Vila Nova.

<sup>251</sup> Valério Schriochet é agricultor, engenheiro agrônomo e diretor da Fundação Municipal 25 de Julho, até a gestão de 2016.

<sup>252</sup> Entrevista realizada com Valério Schriochet, 54 anos, Diretor da Fundação Municipal 25 de julho concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 21/10/2016, na Fundação Municipal 25 de julho, Joinville (SC).

<sup>253</sup> Contudo, a maioria dos entrevistados nessa pesquisa possui predominantemente o cultivo do arroz.

agricultura no município, ainda assim, “[...] Hoje ela se concentra mas só na região do Vila Nova e Morro do Meio, na bacia do Rio Pirai”<sup>254</sup>. Para ele, entre as motivações para essa “sub-bacia”, poderia ser,

[...] por causa da água, outra é por causa do solo que deu essa condição e uma questão de cultura também, é cultural. Os italianos que vieram com essa prática [...] nas arrozeiras no banhado. [...] Passaram a usar essas áreas de várzeas, que eram áreas alagadas e começaram a produzir o arroz<sup>255</sup>.

Entre os aspectos que mais me chamaram atenção ao conhecer a “Festa do Arroz” e a “SODAJ”, foi para além das “visibilidades desse cultivo” na paisagem. Em outro sentido, no cotidiano alguns sujeitos e lugares podem até não serem “percebidos”, enquanto outros fazem questão de serem lembrados nos discursos sobre a cidade de Joinville (COELHO, 2010). Durante a “Festa do Arroz” de 2015 intrigou-me a conversa com alguns participantes da festa que afirmaram que havia “poucos agricultores”, sendo que “a maioria vem para conhecer. Nos reunimos mais é durante os encontros das valas”<sup>256</sup>. Naquele momento, não entendi bem o que desejaram me dizer. Foi quando participei de uma das reuniões da SODAJ com agricultores e o engenheiro Ricardo Plotow, então foi possível compreender que paralelo à essa “festividade do arroz”, a organização mais próxima entre as famílias que se dedicam a rizicultura é realizada por meio dessa associação. Na ocasião foi possível conhecer entre os participantes os rizicultores em atividade no ano de 2016 no bairro Vila Nova por meio da SODAJ<sup>257</sup>, e as “paisagens de cultivo do arroz” daqueles que participaram dessa pesquisa, como o caso da família Carl, Poffo, Dadam, entre outros dos entrevistados<sup>258</sup>.

---

<sup>254</sup>Entrevista realizada com Valério Schriochet, 54 anos, Diretor da Fundação Municipal 25 de julho concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 21/10/2016, na Fundação Municipal 25 de julho, Joinville (SC).

<sup>255</sup>Idem.

<sup>256</sup> A conversa foi informal com Sérgio Menestrina na ocasião da festa do Arroz, que depois foi entrevistado pela pesquisadora. O entrevistado participa dessa (e de outras festas do bairro), da SODAJ, bem como já participou do “Círculo Italiano” de Joinville.

<sup>257</sup> Por meio da observação das reuniões da SODAJ, aproximadamente vinte famílias poderiam ser indicadas com a continuidade desse cultivo em propriedades situadas no bairro Vila Nova.

<sup>258</sup> Foram feitas oito saídas de campo a partir do direcionamento da FUMDR25 em propriedades de cultivo do arroz, contudo, é preciso observar que nem todos os rizicultores envolvidos desejaram participar da pesquisa. Com o engenheiro Ricardo conheci a propriedade de um dos rizicultores que possui lugares de cultivo do arroz como “Estação Experimental da Epagri” em Joinville na Estrada Blumenau, contudo, não desejou ser entrevistado.

O diretor Schrioechet, ao me apresentar ao engenheiro agrônomo Ricardo Plotow, foi possível conhecer algumas das propriedades que atualmente cultivam o arroz no bairro Vila Nova. Foi quando tive conhecimento sobre o levantamento das áreas dedicadas a rizicultura na cidade de Joinville que estava sendo realizado pela Fundação Municipal 25 de julho (FUMDR25) até o mês de agosto de 2016 sobre a direção do engenheiro agrônomo Ricardo Plotow<sup>259</sup>. E posteriormente, por meio de alguns encontros na FUMDR25, em Pirabeiraba e no escritório da Vila Nova, Plotow pode me apresentar alguns detalhes e lugares inclusos nesse mapeamento (em andamento) sobre as atividades de rizicultura no município. A partir da possibilidade do acesso a informações e documentos concedidos para a pesquisa pelo engenheiro, foi possível realizar o croqui<sup>260</sup> da figura 18, que identifica (em laranja), as propriedades de cultivo do arroz na bacia hidrográfica do Rio Piraí (nos limites de Joinville). No momento, esta é a paisagem que concentra a maior parte dessas atividades (Figura 18), contudo, cabe esclarecer que há outras bacias hidrográficas e “outras paisagens”<sup>261</sup> no município de Joinville, com o cultivo do arroz, uma das principais atividades da agricultura da cidade, mas essa pesquisa é direcionada a região oeste, mais precisamente no bairro Vila Nova<sup>262</sup>.

---

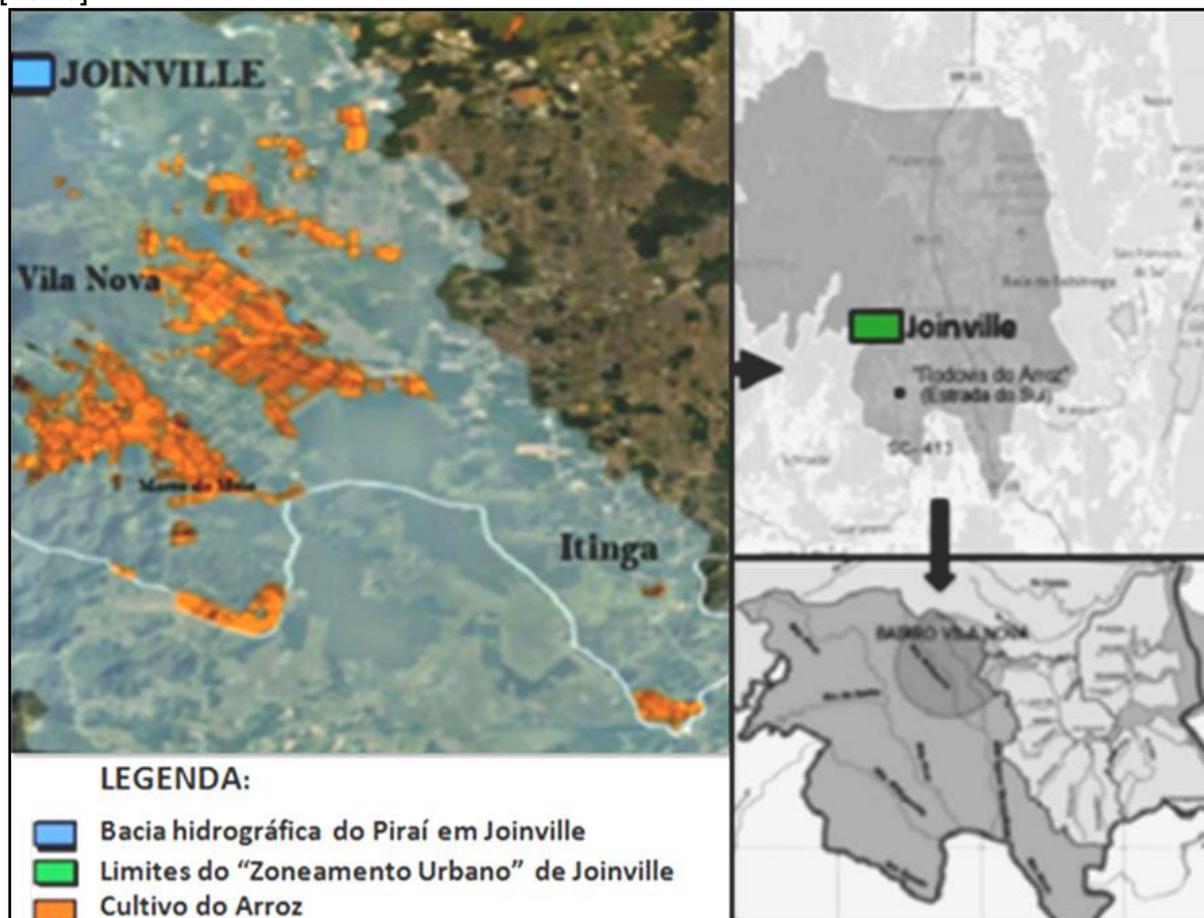
<sup>259</sup> Mapeamento realizado por Plotow (2016), por meio do programa QGIS, a partir da utilização de um “drone”, das saídas de campo do engenheiro e a partir dos mapas do Plano Diretor de Joinville – “Mapa de Uso e ocupação Rural” (IPPUJ). Vide em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/13-Uso%2Be%2BOcupa%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2BSolo.html>, acesso em dezembro de 2016.

<sup>260</sup> O “croqui” foi realizado pela pesquisadora a partir das informações do Levantamento de Ricardo Plotow (FUMDR25, agosto de 2016), IPPUJ (2006; 2015), Google maps. Acesso em: outubro de 2016.

<sup>261</sup> Como pode se identificar no processo de pesquisa, existem algumas áreas de cultivo do arroz em “outras paisagens” como na região central, zona e norte e sul da cidade, que compreende à ecossistemas diferenciados, como o caso das áreas de cultivo em áreas próximas a Baía da Babitonga (Como exemplo o Morro do Amaral, Adhemar Garcia, entre outros bairros que não foram incluídos). Nos limites dessa pesquisa, apresenta-se o levantamento realizado na Bacia hidrográfica do Piraí, região oeste de Joinville (SC).

<sup>262</sup> Vale ressaltar que o arroz pode ser colhido em até duas vezes no bairro, entre os meses de fevereiro a maio, dependendo do agricultor que o cultiva.

**Figura 18** – Croqui do cultivo do arroz na Bacia Hidrográfica do Piraí, Joinville – SC [2016]



Fonte: PLOTOW, R. FMDR25, outubro de 2016 (Adaptado pela pesquisadora, Sem escala).

A região do Piraí abastece água ao município e às áreas de cultivo do arroz, contudo, os seus processos de manutenção, organização e interesses, são diferenciados<sup>263</sup>. A SODAJ é composta por famílias que possui uma ou mais áreas de cultivo do arroz, ligadas por meio de “valas” (principais) que percorrem e tem a função de irrigar todos os lugares com “arrozais” na paisagem do bairro. Conforme seu Armelino Dadam são “sete valas”<sup>264</sup> que formam os principais canais de irrigação a partir da nascente do rio Piraí. Segundo Para Dadam, desde que foram

<sup>263</sup> Há sete “canais de irrigação” principais (e cada um dos arrozais tem outros canais que ligam à essas valas) administrados pela SODAJ, contudo, há outras áreas e formas de controle e manutenção no abastecimento de água pela “Companhia de Águas de Joinville” e a Prefeitura Municipal.

<sup>264</sup>Entrevista realizada com Armelino Rafael Dadam, 56 anos, aposentado e agricultor, Alanna Fernandes Duarte no dia 15/12/2016, na casa do agricultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

formadas as “valas”, esses canais são continuamente modificados para garantir a irrigação controlada do arroz irrigado<sup>265</sup>.

**Figura 19** – Valas da SODAJ, na Estrada Blumenau, bairro Vila Nova, 2016.



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. setembro de 2016.

**Figura 20** – Valas da SODAJ, na Estrada dos Suíços, bairro Vila Nova, 2016.



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. julho de 2016.

---

<sup>265</sup> Idem.

As paisagens que constituem as “sete principais valas da irrigação”, e suas valas adjacentes, são administradas pelos próprios agricultores, responsáveis pela manutenção das várzeas por meio dos associados da “Sociedade Distribuidora de Água de Joinville, a SODAJ<sup>266</sup>. Essas “valas”, são várzeas constituídas para o cultivo do arroz irrigado na sub-bacia do Piraí percorrem à todas propriedades com o plantio desse cereal, especialmente no bairro Vila Nova e Morro do Meio<sup>267</sup>.

Por meio dessas imagens elencadas (Figura 19 e 20) pode se reconhecer alguns dos aspectos que envolvem ao controle da água para a rizicultura e suas diferentes paisagens de cultivo, como o período de irrigação e crescimento do arroz entre os meses de julho e setembro de 2016. A partir do diálogo com alguns dos entrevistados como Dadam e Realdino Poltronieri, buscaram apresentar sobre a importância do controle e “irrigação da arrozeira”, que é mediada por meio do “tapume”, como pode se reconhecer na figura 20, a presença e utilização controlada da água a partir do uso da tábua e/ou madeira, próxima entre a vala de irrigação e os arrozais.

Segundo o diretor Armelino R. Dadam, “[...] A sociedade foi criada em 1975, antes cada um fazia a manutenção da sua e com a SODAJ é tudo junto”<sup>268</sup>. A criação da SODAJ pode ser pensada em diálogo com os projetos de “modernização da agricultura” no Estado de Santa Catarina. Na década de 1980, às várzeas, como “canais de irrigação controlada” na agricultura, receberam maiores incentivos por meio das políticas de créditos aos agricultores, a fim de que fossem estendidos os lugares de cultivo e produção do arroz irrigado no Estado, principalmente através da difusão de projetos como o PROVÁRZEAS - Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis<sup>269</sup> (PRESA, 2012; ROCHA, 2010). Contudo, em Joinville, não significa necessariamente um momento de expansão, considerando os significativos conflitos entre o aumento populacional e as dinâmicas do “êxodo rural” em Joinville e de outras cidades nesse contexto<sup>270</sup>.

Segundo o entrevistado Honoratto Poffo, sua localidade na Rodovia do Arroz, mais próxima ao “binário” do bairro Vila Nova, compreende a “Vala dois”, e para se

---

<sup>266</sup> Como o “trabalho de limpeza” e a retirada das espécies de plantas “indesejáveis”, o nivelamento e controle dos encanamentos necessários para as valas .

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> Entrevista realizada com Armelino Rafael Dadam, 56 anos, aposentado e agricultor, Alanna Fernandes Duarte no dia 15/12/2016, na casa do agricultor, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>269</sup> PROVÁRZEAS—Vide em Presa (2011).

<sup>270</sup> Sobre as migrações e o aumento populacional na cidade de Joinville vide em: Coelho (2010), Grein (2015) e Niehues (2000)

organizar no trabalho de manutenção desses canais de irrigação, “Eu faço parte da sociedade. Por que aqui, cada vala tem uma sociedade. Tem uma diretoria da Vala e eu sou o tesoureiro”<sup>271</sup>. Na mesma “Rodovia”, ao lado que faz ligação com a Estrada Blumenau, a propriedade de Seu Armelino Dadam compreende a “vala 3”.

Sobre o cultivo do arroz nessa propriedade anteriormente pelos seus pais, recorda, “[...] Eles falavam que demoraram cinco anos para fazer esse valo, tudo feito à mão [...]. Foram fundado isso mais ou menos em 1950, em 1948 iniciaram, e terminaram em 1953. Eu nem tinham nascido!”<sup>272</sup> As valas de irrigação apresentam-se como “marcas” do trabalho de intervenção do ecossistema, e por meio delas, pode se pensar “outras paisagens” como as mudanças nos cursos dos rios, estratégias e “desassoriamento”, etc. - nas maneiras de intervenção do “pegar” águas das nascentes para a rizicultura, e o retorno dessas águas após a utilização no plantio, como insumos, entre outros. São os canais de irrigação meio de controle do cultivo, e também “herança familiar”, bem cultural “compartilhado” que mantém as atividades de cultivo, e percorre além dessas propriedades que se constituem nessas paisagens (BESSE, 2013).

**Figura 21-** Canais de irrigação da SODAJ em Joinville- SC [1960].



Fonte: Documento do acervo pessoal de Armelino Dadam (sem data).

---

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> Idem.

Na paisagem do bairro Vila Nova, são sete (7) as “principais valas” que percorrem pelas propriedades e os arrozais dos membros da SODAJ, o que possibilita a disponibilidade da “água controlada” para a irrigação do arroz das “valas menores” em cada um desses arrozais ligados a SODAJ. Contudo, a criação de “canais principais” de irrigação no Piraí antecede a SODAJ<sup>273</sup>. Assim como também o trabalho que envolve a manutenção das “sete valas” pelos agricultores também foram feitos anteriormente com a participação de seus pais, amigos e/ou familiares (Figura 21). Alguns dos entrevistados indicam que nas suas relações com o cultivo do arroz irrigado imbrica a necessidade de “manutenção” semestral e/ou anual “das valas” (principais e menores) que a SODAJ administra a partir da organização local dos rizicultores na paisagem da região oeste de Joinville<sup>274</sup>.

O historiador Donald Worster (2003), problematiza que, ao ser cultivado como alimento exótico nas paisagens e conseqüentemente disputava espaços com a fauna e flora nativa para a produção agrícola local. Para o autor, é por meio da inserção de diversas práticas de cultivos que as sociedades também alteraram significativamente os saberes e práticas dos agricultores sobre as paisagens locais e seus “sistemas agroecológicos” (WORSTER, 2003). O agricultor, seu Realdino Poltronieri, ao contar sobre as relações da SODAJ direcionada à irrigação e produção do arroz, lembra que, “[...] Começamos a fazer valas, à mão nós fazíamos. Fizemos bastante vala à mão, tinha que cortar com a cortadeira, com a pá [...] Depois começou na vala a “retro” para enxugar o solo [...]”<sup>275</sup>. De maneira semelhante, Seu Macoppi aponta que,

[...] Alguns anos nós só tinha o boi para trabalhar, nós não tínhamos máquina. Trabalhamos alguns anos só com o boi e fazia a “braçada”, tanto é, que nós fazia as valas, os desvios, os esgotos, tudo no machado. Para abrir e para cortar as arvores, as raízes, com pá e a cortadeira para abrir as valas para enxugar o terreno. Por que antigamente não tinha retroescavadeira. Retroescavadeira não faz muitos anos que veio<sup>276</sup>.

<sup>273</sup> Em comum, a maioria dos entrevistados indicam que a construção dessas valas foi realizada entre os anos finais da década de 1940 e 1950.

<sup>274</sup> SODAJ corresponde principalmente ao bairro Vila Nova e Morro do Meio, na bacia hidrográfica do Piraí, na paisagem da região oeste de Joinville.

<sup>275</sup> Entrevista realizado com Realdino Poltronieri, 68 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 08/11/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>276</sup> Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06/12/2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Assim, como os descendentes de italianos migrantes afirmam que trabalharam no processo de introdução do arroz irrigado, também os moradores locais que já cultivavam e/ou posteriormente, alguns passaram a cultivar. Para Jonas Carl<sup>277</sup>, “meu pai trabalhava com o arroz, mas depois deixou para mim. [...] Tinha também serraria, mas depois [...] fecharam!”<sup>278</sup>. Acredita que seu “avô também ajudou a fazer as valas [...]. Antigamente eles cavaram essas valas tudo com a pá”<sup>279</sup>. Segundo ele, “falava-se que [...] tem lugar que é de até sete metros e foi tudo cavado com as mãos [...] e tirado tudo com a carroça”<sup>280</sup>.

Para Sandra Pesavento (2004), o pesquisador pode atentar aos mais diversos “fragmentos”, “vestígios” que em conjuntos se constituem como “palimpsestos da memória”, são fontes que podem ser interrogadas para (re)apresentar a história das cidades. Narrativas sobre um passado e um presente, do qual, sejam “paisagens urbanas”, como também das “rurais”, a, “[...] cidade é, sobretudo, palimpsesto<sup>281</sup>, pois ela exhibe superposição, camadas, desfolhamento” (PESAVENTO. 2004, p. 29). Segundo a historiadora, é preciso um entrecruzamento de fontes, que se parte do princípio de que uma pesquisa, “[...] se dispõe a mergulhar no palimpsesto da cidade em busca dos seus sentidos mais arcaicos”, e por esta pretensão também, enfrentar a sua “pequenez e insignificância” (PESAVENTO, 2004, p. 29). Nos “palimpsestos da escrita”, como sugere a autora, pode se compor e (re)apresentar histórias das cidades. Quando a pesquisa envolve lugares, que foram substituídos e/ou desapareceram, trata-se de (re)apresentar paisagens e se faz possível apenas no,

[...] cruzamento de diferentes fragmentos, como em um puzzle, onde peças de variadas épocas — planos, fotos, pinturas, desenhos, mapas — em composição, permitam juntar partes de forma a compor uma cena. É preciso ousar combinações e correspondências, fazendo viajar, no tempo e no espaço, imagens e textos que possam revelar as cidades ocultas sob a cidade do presente [...] (PESAVENTO, 2004, pp. 29)

<sup>277</sup> Armelino Dadam e Jonas Carl fazem parte da “vala 3”, contando alguns dos trabalhos que conhecem sobre o processo de criação dessas valas e da SODAJ.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> Entrevista realizada com Jonas Carl, 34 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 16/12/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>281</sup> “Palimpsesto” é uma palavra que remonta a Grécia do século V a.C.; em referência ao que com o tempo se apagou e/ou ficou ilegível nos pergaminhos, assim, esse termo passou a ser significado como um “reaproveitamento por outro texto”, com a escrita do mesmo ou de outros textos. Vide em Pesavento (2004).

Como pode se notar, o arroz e os “arrozais” ora aparecem nas páginas dos jornais locais, por meio de diferentes situações e interesse. No Arquivo Histórico Municipal de Joinville um conjunto dos jornais consultados apresentam “notícias sobre o cultivo e produção do arroz”, principalmente a partir da década de 1970. O que chama atenção nos noticiários sobre é uma(des)continuidade da cultura do arroz na cidade, tal como publicação do Jornal A Notícia de 1976<sup>282</sup>, que aponta a situação do cultivo do arroz que era a de um “descontentamento dos agricultores da cidade”. A matéria apresenta algumas falas de agricultores do bairro Vila Nova, que reclamam sobre a safra daquele ano, queda no preço do arroz no mercado e a alta dos custos para o cultivo. Na paisagem do bairro destaca-se a,

Estrada do Sul<sup>283</sup>, localidade que se colhe mais arroz em Joinville, é uma pequena planície cortada pelas reclamações dos orizicultores, afora um ou outro, todos mostram-se revoltados com o tabelamento. Confiando num bom preço do arroz, os agricultores contraíram dívidas, na aquisição de implementos agrícolas [...] <sup>284</sup>.

Em outro momento da publicação, apresenta narrativas de “desânimo” de alguns destes agricultores, “[...] A ponto de muitos agricultores se mostrarem dispostos a largar essa atividade. Outros vão mais longe dizendo que pretendem vender tudo e vir à cidade, “nem que a gente tenha que trabalhar como operário”<sup>285</sup>. Essa opção de troca para “operário”, é pensada como alternativa, pois nesse contexto em Joinville já despontava como a maior cidade do Estado de Santa Catarina principalmente com o crescimento do comércio e das indústrias, recebendo cada vez mais um grande contingente de migrantes de diferentes lugares, voltados à cidade em busca de oportunidades na “cidade do trabalho”. Desde a década de 1960 mas impulsionando as décadas seguintes, o processo migratório pelo “trabalho”, também poderia ter incentivado à “rizicultores” de distintos lugares para a cidade<sup>286</sup>, mas nem todos, continuarão a investir no cultivo do arroz ou em outras atividades agrícolas, considerando o alto valor de investimento financeiro e a maior possibilidade de trabalho na cidade (COELHO, 2010; NIEHUES, 2000).

<sup>282</sup> “Desânimo marca início da safra de arroz”. Jornal A Notícia, 25/01/1976, p. 1.

<sup>283</sup> A Estrada do Sul é a Rodovia do Arroz, ou SC-413; que percorre ao bairro Vila Nova. Ainda hoje, é reconhecida como a principal localidade associada aos “arrozais” da cidade de Joinville

<sup>284</sup> “Desânimo marca início da safra de arroz”. Jornal A Notícia, 25/01/1976, p. 1.

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Como o caso da enchente de 1974 no sul do Estado de Santa Catarina. Nos trabalhos de Ternes (2009) e Niehues (2000), ao fazer considerações sobre essa enchente, podemos identificar relações de alguns dos migrantes que cultivavam arroz antes de migrar para Joinville.

Eric Hobsbawm (1995), em sua complexa obra “Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)”, ao transcorrer sobre as dimensões da agricultura em países da Europa, como Reino Unido, Irlanda, Espanha, Portugal, também continentes distintos, como a Ásia, mensurando mudanças no Japão e Índia, entre outros que apresentou informação sobre formas de desistência de agricultores na década de 1980 em relação às décadas anteriores<sup>287</sup>. E, “[...] na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu a metade em vinte anos na Colômbia (1960-1980), [...] no Brasil (1960-1980) [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 285). Em âmbito regional pode se inferir que de modo semelhante, também nesse período, como entre as décadas de 1960 e 1970, na cidade de Joinville já se anunciava nas páginas dos jornais alguns casos de “desistência dos rizicultores”, e do “êxodo rural” em diálogo com o crescimento do “industrial”, “urbano”, populacional” do bairro Vila Nova e da cidade. Essas mudanças repercutem as transformações da “modernização” e (des)continuidades da agricultura no mercado mundial (HOBSBAWM, 1995; ROCHA, 2010; PRESA, 2012). Assim, ao mesmo tempo em que o arroz se configura entre os principais cereais cultivados também os agricultores cada vez mais, (co)existem com as mudanças impulsionadas com a chamada “Revolução Verde”<sup>288</sup> e a “modernização da agricultura” e das cidades no mundo.

Entre as modificações da cidade de Joinville, os “arrozais” foram (re)apresentados por meio de iniciativas como a “Festa do Arroz, criada na década de 1980. Contudo, não se trata somente dos conflitos e tensões étnicas marcadas em Joinville, como também é o “medo da perda” dessas práticas e dessas paisagens de cultivo que movem famílias a organização das “festas rurais” no bairro (COELHO, 2010; COSGROVE, 2004; VICENZI, 2012). Outro ponto à considerar, especialmente para os que em seu cotidiano cultivavam (ou deixaram de cultivar) o arroz durante essa década, é que vivenciavam um momento considerado “difícil” para a economia e valorização da rizicultura no Estado de Santa Catarina. Segundo Fernando G. Rocha (2010) e Juliana B. Presa (2012), durante a segunda metade do século XX ampliou-se os “programas de modernização da agricultura”, contudo no

---

<sup>287</sup> Como o caso de Portugal e Espanha que a agricultura diminui a metade em relação a 1950 e 1960. Reino Unido no início da década de 1980 identifica três a cada cem “britânico ou belgas que estavam na agricultura”,

<sup>288</sup> Sobre as transformações das práticas de cultivo do arroz a partir do ideário da “Revolução Verde”, ver em Rocha (2010).

final da década 1980, há uma diminuição nas políticas municipais e/ou estaduais de concessão de créditos aos rizicultores, investimentos em sementes, adubos e maquinários necessários para o cultivo, especialmente com a ruptura de Programas de incentivo a rizicultura, como o Sistema Nacional de Crédito Rural e também o “enfraquecimento” do PROVÁRZEAS<sup>289</sup>, provocando “[...] um estrangulamento na oferta de financiamento aos produtores catarinenses de arroz” especialmente diante das modificações com [...] o crédito agrícola foi incorporado ao sistema de créditos em geral, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados (ROCHA, 2010, p. 116).

A partir de considerações como “A memória Italiana”, matéria publicada no Jornal “A Notícia” de 1992<sup>290</sup>, pode-se questionar algumas das relações de (re)apresentação dos “arrozais na cidade” no final do século XX. A publicação é feita pelo político Luiz Henrique da Silveira, elencando algumas características do que desejava apresentar sobre descendentes de italianos para a cidade de Joinville, associando à contribuição de migrantes da região do Vale do Itajaí, que estes, “foram se instalando” entre as cidades de Joinville, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Luís Alves e Schroeder<sup>291</sup>. Alguns, “[...] atraídos pelas imensas várzeas que dominam a paisagem, desde a Vila Nova, até Massaranduba [...]” assim, “em Joinville, criaram inicialmente, o núcleo mais importante, que chegou a ser líder na produção estadual de arroz [...]”<sup>292</sup>.

Ilanil Coelho (2010) ao analisar essa publicação, considerou que Luiz Henrique da Silveira constrói relações com, “[...] Passados afetuosos e imaginariamente relevantes, suas palavras traduziam um esforço para encontrar o “elo perdido” da italianidade joinvilense [...]” (COELHO, 2010, p. 48). A autora observa os intentos do político, ainda que sem registros históricos<sup>293</sup> buscou associar os agricultores produtores de arroz sobre um “passado italiano” da cidade, (especialmente sobre as paisagens que compreende aos bairros Vila Nova e Morro do Meio), a fim de também divulgar a recém criada instituição “Associação Vêneta

---

<sup>289</sup> Vide em Presa (2011).

<sup>290</sup> SILVEIRA, Luiz Henrique. A memória italiana. A notícia, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

<sup>291</sup> Ao apresentar algumas das relações desses migrantes na cidade, indica entre as “dificuldades” que até meados da década de 1930 havia somente “escolas alemãs” em Joinville.

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> Nessa publicação Silveira também afirma que, “[...] tive dificuldade em restabelecer, pelo menos, os principais fatos ligados ao advento dos italianos em Joinville. Não há registros históricos”. Vide em: SILVEIRA, Luiz Henrique. A memória italiana. A notícia, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

de Joinville”<sup>294</sup>. Silveira procura assim, “[...] não apenas reviver a tradição itálica no ambiente urbano, mas também escrever essa história ainda a ser conhecida pelos joinvilenses” (2010, p. 47-48). Nesse sentido, não seria ingênuo os interesses em associar os “arrozais da cidade” como paisagens representativas dessa etnicidade, a fim de chamar atenção à contribuição de migrantes de descendentes de italianos em Joinville.

Na matéria, também é possível identificar alguns dos limites e possibilidades do cultivo de arroz em Joinville, ao afirmar: “[...] Abundância de água e a fertilidade do solo eram fatores de atração. No entanto, a região era infestada pelo mosquito transmissor da malária [...]”<sup>295</sup>. Contudo, não são apresentadas mais informações sobre as relações com esse mosquito e/ou informações sobre a malária associada às paisagens do arroz na cidade. Também em “A memória italiana”, indica-se algumas das transformações de Joinville nas últimas décadas do século XX, como formas de (des)continuidade do cultivo do arroz na cidade tangenciados pelo acelerado crescimento urbano e industrial na paisagem da cidade que já, “engoliu milhares de hectares onde se produzia o arroz”<sup>296</sup>.

Para Luiz Henrique da Silveira, em Joinville, anteriormente havia plantações de arroz nos bairros Itinga, Boehmerwald, Aventureiro, Jativoca, Morro do Meio etc. Mas, “[...] a expansão do perímetro urbano condenou ao desaparecimento”, e também de arrozais [...]” em torno do rio Águas Vermelhas no Bairro Vila Nova<sup>297</sup>. Apontando alguns dos lugares que ainda possuem o cultivo do arroz, o político direciona atenção aos “arrozais” como paisagens de “migrantes italianos” que,

[...] Transformaram a paisagem de toda a região. Nos meses de novembro a dezembro, é um “show” para os olhos percorrer toda a região, da Vila Nova até Massaranduba. Um tapete verde se estende por toda a várzea, que brilha ao impacto do sol e balança ao compasso do vento [...]”<sup>298</sup>

Dessa maneira, sobre o “tapete verde”, continua seu discurso acerca das paisagens dos arrozais como “[...] espetáculo sem igual do arroz-nosso-de-cada-dia,

---

<sup>294</sup> Segundo Coelho (2010), essa organização completava o seu primeiro ano de fundação na cidade de Joinville.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> SILVEIRA, Luiz Henrique. A memória italiana. A notícia, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem.

que nos proporciona duas vezes ao ano, os bravos guerreiros da colônia italiana”<sup>299</sup>. Tais apontamentos remontam as reflexões do geógrafo Denis Cosgrove, que escolhe o tomate como um exemplo para se discutir algumas das relações humanas com as paisagens. Para o autor, mesmo,

O tomate, um objeto natural, é tirado do pé, é cortado, e apresentado como alimento humano. O objeto natural tornou-se objeto cultural, foi lhe atribuído um significado. O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza (COSGROVE, 2004, p. 103-104).

Nesse sentido, é preciso considerar as dimensões e interesses de divulgações do arroz na paisagem de Joinville. Como se sabe, Silveira (1992) não é o único a interpretar a presença do arroz irrigado como práticas de cultivo diretamente ao processo imigratório da região do Vale do Itajaí no século XX. No entanto, esse “tapete verde”, “[...] ainda concentra seu reduto na Estrada do Sul e na região das estradas Blumenau e Aparecida. Mas, esse núcleo vai se reduzindo, de ano a ano, por que os jovens vêm preferindo o trabalho urbano à lida do campo”<sup>300</sup>.

Álvaro Domingues (2013) opta por chamar essas transformações de “Paisagens transgênicas”<sup>301</sup>, nesse viés é ao,

[...] questionar o significado móvel da paisagem, questiona-se também para que serve e o que transporta o discurso e a representação sobre a paisagem, quem são os interlocutores, qual é o contexto, quais os conflitos que se escondem por trás das palavras ou das imagens e que inquietações individuais ou coletivas arrastam consigo, quem é convocado no discurso (e quem é excluído?) e com que razões. (DOMINGUES, 2013, p. 224-225)

Sobre essa perspectiva é possível compreender que há um “significado móvel” e pode-se refletir sobre essas narrativas publicadas a fim de (re)apresentar algumas dessas “paisagens culturais” (COSGROVE, 2004; DOMINGUES, 2013). Nesse sentido, é preciso refletir sobre o arroz em suas relações não como “uma paisagem”, mas como diferentes “paisagens” em que se repercutem aspectos do “cultural” e suas transformações na cidade de Joinville. Em diálogo com outras narrativas, podem se reconhecer intencionalidades políticas de valoração dos

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Esclareço que este é somente um adjetivo que Domingues (2013) por pensar as paisagens, permitindo pensar uma inseparabilidade entre as noções do que é “cultura e natureza”, rural ou urbano, industrial, etc.

“arrozais” na cidade, como no caso da publicação no ano de 2007 intitulada “Rodovia do arroz: um marco da nossa história”, organizada por meio de alguns dos autores locais que já publicaram considerações sobre a paisagem dessa rodovia ligada à presença dos “arrozais” de Joinville, como Apolinário Ternes e Herculano Vicenzi (2007), entre outros<sup>302</sup>. Conforme essa publicação, no ano de 1994 foi assinado um projeto de acordo estadual e municipal para “asfaltar” a Estrada do Sul, porém foi iniciada apenas de 2005 e concluída em meados dos anos de 2007 como “SC-413”, sendo o trecho relacionado à Joinville, intitulado como “Rodovia do Arroz”<sup>303</sup>.

Nessa publicação, Ternes (2007) escreve “A rodovia nasceu em Joinville” e Herculano Vicenzi, o “Arroz veio com italianos”, ambos os trabalhos traçam pontos em comum de expectativas em relação à economia da agricultura no município de Joinville, especialmente sobre o cultivo do arroz na Estrada do Sul (Rodovia do Arroz/SC-413). O livro enaltece em diferentes momentos que seu projeto inicial foi pensado desde os primeiros caminhos traçados pelo engenheiro Carl August Wunderwald, no contexto da então Colônia Dona Francisca,

[...] A colônia teria os serviços de um valoroso “batedor” de picadas, o homem que seria responsável pela definição de rumo de quase todas as futuras estradas da região, partindo da Colônia Dona Francisca. Ele e seus homens, todos mateiros experientes, cruzaram as terras desabitadas da região, ora conduzindo visitantes ilustres, ora a serviço da direção, na abertura de novas “fronteiras” mata adentro [...].

Agrimensor, já com experiência em demarcação de terras na Europa, Wunderwald realizou uma verdadeira epopéia, tendo circulado por todo o Norte de Santa Catarina. A pé, na mata, enfrentando índios, frio e fome, Wunderwald foi a Curitiba várias vezes, esteve em Blumenau, abrindo a picada do atual traçado Rodovia do Arroz, excursionou pelo Vale do Itajaí, percorreu todo o vale do Itapocu, antes da fundação de Jaraguá do Sul [...] (TERNES, 2007, p. 13-14)

Conforme a publicação, “atualmente, a região de Vila Nova tem 215 produtores de arroz [...]” (VICENZI, 2007, p. 44). Demonstra-se uma preocupação em manter e apresentar imagens de desempenho e produtividade do arroz e da

<sup>302</sup> O livro é organizado por Ternes, Cláudio Loetz, Daniel Gaudin, Herculano Vicenzi e Onévio Zabet (2007).

<sup>303</sup> Em Joinville a “Rodovia do Arroz” se chamava Estrada do Sul, e nos limites de Guaramirim, as comunidades da cidade vizinha chamavam anteriormente essa estrada de “Brüderthal”. Vide em: Rodovia do Arroz- um marco da nossa história (2007).

banana para a economia regional<sup>304</sup>, destacando não aos “pequenos agricultores” mas especialmente às empresas de pequenos e médio porte nas iniciativas locais<sup>305</sup>. Entre as “vantagens” do cultivo do arroz ao longo da Rodovia e da região da bacia hidrográfica do Piraí, nesse livro apresenta figuras e descrições de empresas privadas ligadas à essa atividade da cidade, sendo uma dessas imagens<sup>306</sup> sobre “[...] a única no Brasil a utilizar água mineral no processo de beneficiamento. A região conta também com duas unidades de arroz-semente [...]” (VICENZI, 2007, p. 44).

No mesmo livro, Onévio Antônio Zobot (2007) escreve “Faz parte da nossa história”, e já nas primeiras considerações sobre a relevância dessa estrada evidencia ao leitor a ocasião o que motivou a publicação desse livro<sup>307</sup>,

Ao vivenciarmos esse momento histórico de inauguração da Rodovia do Arroz, que beneficia diretamente os municípios de Joinville e Guaramirim, e indiretamente toda baixada do norte catarinense, sua evolução histórica e atualidade [...].

Árdua e desafiadora foi a luta dos bravos pioneiros. Superavam entraves de toda ordem: acessos precários – a maioria sobre estivas -, drenagem insuficiente, falta de assistência técnica e de crédito rural e ausência de infra-estrutura de irrigação.

Hoje, a cadeia produtiva do arroz está consolidada. Produção, agroindústria, setor de insumos e sementes, máquinas e equipamentos, mercado e apoio institucional formam uma corrente com forte presença na economia regional [...] (ZABOT, 2007 36- 37)

Pode se notar nos discursos de Herculano Vicenzi (2007) que pretende-se destacar atividades de lazer e organização da “antiga Estrada do Sul”, a “Rodovia do Arroz” tem, “[...] o principal evento da Capela Cristo Rei, a Festa do Arroz; na Capela Santo Antonio desponta a Festa da Polenta”, e por meio do coral “Genitori D’Éstani”, “as cantoria de músicas italianas, que estavam praticamente sumidas, ressurgiram [...]” (TERNES, 2007, p. 44).

<sup>304</sup>Conforme a publicação são aproximadamente “2.229 produtores da baixada norte-catarinense”, sendo 726 “nos dois municípios” – referindo-se a Joinville e Guaramirim.

<sup>305</sup> Como o caso dos investimentos de alguns rizicultores em outras atividades paralelo ao cultivo do arroz, como o abate de marrecos, palmicultura, entre outras.

<sup>306</sup> No artigo de Herculano Vicenzi (2007) destaca-se “a tradição familiar” ao falar sobre o processo de criação da “Industria Vila Nova Ltda” em 1958, por empresários que em 1951 possuíam na região do Vale do Itajaí, a “Industria Arrozeira Ltda”, descrevendo que em, “[...] viagens para o Paraná [...] passando pela Estrada do Sul (Joinville), percebeu a oportunidade de se estabelecer na região. Vendeu sua conta na sociedade de Rio dos Cedros e, com seu irmão [...], comprou um terreno abandonado (VICENZI, 2007, p. 48)

<sup>307</sup> Outros estudos sobre o processo de asfaltamento da “Rodovia do arroz” no ano de 2007 vide em Tales Vicenzi (2012).

Ao buscar enveredar sobre uma historicidade dos “arrozais” na paisagem local, é notável que se trata, não uma paisagem imutável, mas, em constantes transformações. Considerando que, na escrita sobre o arroz são os “arrozais”, parte do cotidiano daqueles que o cultivam, áreas “naturais modificadas, são também paisagens socialmente construídas (CORREA, 2012; MENESES, 2002). Segundo Dora Correa é preciso atentar que alguns autores valendo-se do uso de, “[...] descrições de paisagem compunham a narrativa historiográfica”, contudo, restringindo suas dimensões, sendo que “[...] paisagem era tratada como uma palavra com um sentido único e objetivo: a vista, o visualizado e não como uma idéia”(CORREA, 2012, p. 57). Nesse sentido, sujeitos, grupos, ou etnicidades repercutem sempre ao seu ideário de “Paisagem”, assim como, também as “paisagens do arroz” podendo ser pensadas a partir dos seus tempos e daqueles que escreveram sobre elas. Por isso mesmo, ao buscar “reapresentar” algumas dessas paisagens presentes nos discursos, se pretende partir de um comparativo entre as fontes, procurando melhor compreender e dialogar com diferentes perspectivas de se representar os saberes e práticas do cultivo do arroz na cidade de Joinville.

A proposta é valorizar a obra na “Rodovia do Arroz”<sup>308</sup> como estrada de ligação entre Joinville, Guaramirim e outras regiões do nordeste de Santa Catarina, que são utilizadas um conjunto de imagens sobre essas “paisagens”. Nesse intuito há descrições e imagens como “dos mateiros experientes”, que são utilizadas como “testemunhos” – fontes que são acionadas para atestar o desenvolvimento diante de um “passado difícil” na paisagem “da Floresta” (CORREA, 2008; SCHAMA, 2000). Assim como, nas diferentes imagens da “Rodovia do Arroz”, a publicação apresenta “aspectos turísticos”, não escondendo as suas propostas de divulgação do projeto de pavimentação da estrada que liga Joinville (Estrada do Sul) à Guaramirim (Estrada Brüderthal), e região<sup>309</sup>. Nesse sentido, seria ingênuo tratar os arrozais na paisagem da cidade de Joinville sem questionar discursos como o de Luiz Henrique da Silveira em “A memória italiana” e “A Rodovia do Arroz: um marco da nossa

---

<sup>308</sup> Em Joinville a “Rodovia do Arroz” se chamava “Estrada do Sul”, e nos limites com o Guaramirim, as comunidades da cidade vizinha chamavam anteriormente essa estrada de “Brüderthal”. Vide em: Rodovia do Arroz- um marco da nossa história (2007).

<sup>309</sup> Apresentando na contracapa do livro que a obra que foi financiada pelo “Banco Mundial e Governo do Estado de Santa Catarina”, bem como o nome da empreiteira responsável e o custo da obra de 31, 6 milhões de reais. Abaixo dessas informações, enuncia as “Denominações da via”, sendo o “nome oficial –SC 413”, trecho de Joinville é “Antiga Estrada do Sul – Rodovia do Arroz”, e o trecho de Guaramirim “Antiga Estrada Brüderthal – Rodovia Rodolfo Jahn”.

história”. Enunciadas de maneira “romântica”, há exaltamentos de “retorno às práticas italianas”<sup>310</sup>

Nas duas últimas décadas do século XX são diversas as fotografias e considerações que foram veiculadas na imprensa local para uma valoração do “rural” e espaços de “lazer” diante das transformações “urbanas e industriais” da cidade de Joinville, como o caso da “Estrada Bonita” e a Serra Dona Francisca (COELHO, 2010, GREIN, 2015, VICENZI, 2012).

As pesquisas de Ilanil Coelho (2010), Tales Vicenzi (2012) e Gustavo Grein (2015) apresentam significativas contribuições sobre as motivações das “festas” e a valoração do rural em Joinville nas últimas décadas desse século. Segundo esses autores, A “Festa do Arroz” acontece anualmente na “Estrada do Sul – Rodovia do Arroz- SC-413” no bairro Vila Nova desde a década de 1980, sendo realizada por meio de diferentes atividades organizadas pelas famílias ligadas ao Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural (GDMR) do bairro Vila Nova (COELHO, 2010; VICENZI, 2012). Mesmo que não se trata de uma festa com a mesma estrutura e participação como outras festividades de Joinville, a “Festa do Arroz” tem sido apresentada por meio de imagens e discursos políticos desde sua criação (COELHO, 2010, VICENZI, 2012). Assim como essas festividades são associadas às práticas culturais ítalo-brasileiras, como na apresentações anuais do GDMR (Figura 22 e 23).

---

<sup>310</sup>Algumas das narrativas produzidas sobre Joinville privilegiaram à construção de um imaginário sobre o cotidiano da cidade enquanto uma comunidade “germânica”, “organizada” e dedicada ao trabalho constituído por europeus e seus descendentes. Entre essas tensões marcadamente traçadas por meio desses discursos étnicos, algumas práticas e festividades passam a ganhar visibilidade na cidade, principalmente a partir da décadas de 1980 e 1990, como o caso da “Festa do Arroz e da Polenta” e a criação do “Circolo Italiano” nessa década, entre outras “atividades comemorativas” da cidade (COELHO, 2010).

**Figura 22-** Localização do Salão e da Capela Cristo Rei na Rodovia do Arroz, Joinville – SC, 2015



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. Maio de 2015.

**Figura 23-** Apresentação do GDMR na Festa do Arroz, Joinville – SC, 2015



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. maio de 2015.

O entrevistado Honorato Poffo afirma, “[...] A gente sempre acompanhou a Fundação [...]. Isso começou com o clube de mães e a prefeitura sempre

acompanhou. E todo mundo ajudou!”<sup>311</sup>. Ao entrevistar algumas das mulheres organizadoras dessa festa, Ilanil Coelho (2010), diferencia de outras festas da cidade, ao identificar relações de aproximação entre a “Festa do Arroz” e da “Polenta”, ambas organizadas pelo GDMR<sup>312</sup>. Para Coelho (2010, p. 142) “A festa é, assim, sobretudo uma trama das redes de sociabilidade que as envolvem [...]”. Ao problematizar algumas dessas narrativas, identificou que o termo “Clube de mães” foi restrito aos primeiros anos de organização, preferindo posteriormente à denominação de “GDMR<sup>313</sup>” como sinônimo de um movimento mais organizado ligado a agricultura familiar e as atividades que organizam e se identificam como “famílias rurais”, e/ou migrantes descendentes de italianos na cidade. Conforme a autora, inicialmente a festa ocorria em abril, no período da colheita, contudo, diante das dificuldades em organizá-la nesse mês, fez com que escolhessem adiar para maio a realização da festa. Na programação são realizados seminários e palestras técnicas a fim de “[...] discutir a situação dos rizicultores e demonstrar novas técnicas de adubação e produção de sementes, entre outros temas” (COELHO, 2010, p. 142). Também são realizadas atividades como,

[...] o futebol na arrozeira (recentemente denominado futilama) e a corrida do saco de arroz, [...]. Há um momento de devoção: mesmo não tendo um pároco permanente, no início da festa é realizada uma missa especial. O ponto alto dos festejos acontece no galpão da Igreja, com o Baile do Arroz, precedido por um jantar. Nele são servidos pratos variados à base de arroz, preparados pelas mulheres do grupo (COELHO, 2010, p. 142).

Sobre a gastronomia que envolve as festas no bairro Vila Nova, Tales Vicenzi (2012, p. 44) identifica que, “[...] na Festa do Arroz, encontram-se pratos à base de arroz, como lasanhas, pastéis, nhoques etc”; e,

[...] na Festa do Colono são servidos marreco recheado, repolho roxo, entre outros pratos. Na Festa da Polenta, como o próprio nome já anuncia, há polenta, frango caipira e massas. [...]. A Festa da

<sup>311</sup>Entrevista realizada com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01/12/2016, na casa do rizicultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

<sup>312</sup>Conforme Coelho (2010), Vicenzi (2012) e Grein (2015), a Fundação Municipal 25 de Julho e por meio de alguns projetos também a Fundação Turística de Joinville, desde a década de 1980, mas principalmente a partir de 1990, tem mediado algumas das “festividades da cultura e gastronomia”, realizadas pelas comunidades e “grupos rurais”, como o caso de criação do GDMR. Assim, pode se reconhecer que na festa do “arroz” é diretamente relacionada às paisagens de “italianos” à esse contexto de transformação da cidade.

<sup>313</sup> O GDMR – foi criado por meio da parceria com a Fundação Municipal 25 de julho.

Banana conta com lasanhas e outras iguarias, tendo como base a banana. Com exceção da Festa do Colono, as demais festas têm no prato principal o caráter distintivo de suas celebrações (VICENZI, 2012, p. 44)

Nesse contexto, o bairro Vila Nova passa a ser valorizado na imprensa local enquanto, “[...] região que “desde a chegada dos primeiros imigrantes” se caracterizou como um “importante celeiro produtivo” para a cidade de Joinville, “[...] não tão distante do centro da cidade, porém que abriga cachoeiras, montanhas, campos de arroz, enfim, toda a ambientação rural, a natureza preservada, um espaço de encantamento e esperanças” (VICENZI, 2012, p. 31). Para Ilanil Coelho (2010) e Tales Vicenzi (2012), essas associações ligadas ao “lazer” e ao “rural”, acompanham o crescimento das “festividades tradicionais” na cidade. Por meio dessas atividades organizadas (ou não) pelas comunidades, são construídos discursos e práticas de identificação, mas também de diferenciação cultural na cidade de Joinville (COELHO, 2010; VICENZI, 2012).

Nas festas, seja por meio da, “[...] gastronomia, as cores da decoração, os sons das bandas típicas, tudo é capaz de colaborar para criar um repertório de signos que permitam construir uma identidade, mesmo que fugaz [...]” (VICENZI, 2012, p. 38). Embora o “cultivo do arroz” não fosse o principal objetivo de análise desses autores, é por meio dessas publicações que se pode interrogar sobre a “paisagem dos arrozais” diante das mudanças de algumas das práticas e lugares de cultivo do arroz no bairro e na cidade, pois compreende-se que estas associações também são historicamente construídas, repercutindo nas transformações das “paisagens rurais” de Joinville<sup>314</sup>. Tal como de outras “paisagens”, pois segundo Carl Sauer, “[...] Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens” (SAUER, 2004, p. 24).

Na cidade que se constitui como uma das maiores do Estado, vivencia significativas transformações de sua paisagem, o “rural” emerge como sinônimo de “harmonia” e “bem estar” (GREIN & COELHO, 2013; MENESES, 2002, SAUER, 2004). Ao mesmo tempo em que há preocupações para uma “valorização do rural”, é que se reconhecem que as atividades ligadas à agricultura foram sendo reduzidas na paisagem da cidade, assim como a diminuição da mão de obra para atuar na

---

<sup>314</sup> Sobre a “patrimonialização” e processos de valorização do “meio rural de Joinville” vide em Gustavo Grein (2015).

região rural, aumentos dos custos, bem como o crescente o interesse imobiliário, tem provocado a venda de propriedades “rurais para fins de lazer” (GREIN & COELHO, 2013, p. 07). Então, como (re)apresentar os arrozais na paisagem da cidade de Joinville sem questionar discursos como o caso da publicação de Luiz Henrique da Silveira (1992) em “A memória italiana” ou a “A Rodovia do Arroz: um marco da nossa história” (2007)? São muitas as provocações de um livro e/ou documento, inventários que envolvem “vontade política” sobre as “obras públicas”, que ao serem publicizadas tentam acionar emoções sobre situações e paisagens, sem refletir sobre elas (RIBEIRO, 2007).

Embora a atenção à “Estrada do Sul”, não segue à um “turismo rural” como outras paisagens da cidade, nem mesmo tem a mesma notoriedade como “roteiro turístico” no bairro, como é o caso da “Cascata do Piraí” e o conjunto de pesque-pagues, restaurantes e parques aquáticos que se encontram a região do Piraí. Por meio de algumas imagens e publicações podem ser observadas tentativas de colocar “essa paisagem em evidência”, como quando se apontou algumas das “tendências” para essa estrada, principalmente na publicação “A Rodovia do Arroz: um marco da nossa história” (2007). A proposta é valorizar a obra na “SC-413”<sup>315</sup> como meio de ligação entre Joinville, Guaramirim e outras regiões do nordeste de Santa Catarina, incluindo na publicação um conjunto de fotografias sobre essas “paisagens”. Nesse intuito há descrições e imagens como “dos mateiros experientes”, que são utilizadas como “testemunhos” – fontes que são acionadas para atestar o desenvolvimento diante de um “passado difícil” na paisagem “da Floresta” (SCHAMA, 2000). Bem como, entre as diferentes imagens da “Rodovia do Arroz” (Figura 24), a publicação apresenta alguns dos seus “aspectos turísticos”, não escondendo as suas propostas de divulgação do projeto de pavimentação da estrada que liga Joinville (Estrada do Sul) à Guaramirim (Estrada Brüderthal), e região<sup>316</sup>.

No subtítulo “Rodovia do Arroz impulsiona crescimento”, o jornalista Cláudio Loetz (2007, p. 53) chama atenção para a “influência” desta, à “região oeste” de

<sup>315</sup> Em Joinville a “Rodovia do Arroz” se chamava “Estrada do Sul”, e nos limites com o Guaramirim, as comunidades da cidade vizinha chamavam anteriormente essa estrada de “Brüderthal”. Vide em: Rodovia do Arroz- um marco da nossa história (2007).

<sup>316</sup> Apresentando na contracapa do livro que a obra que foi financiada pelo “Banco Mundial e Governo do Estado de Santa Catarina”, bem como o nome da empreiteira responsável e o custo da obra de 31, 6 milhões de reais. Após essas informações, enuncia as “Denominações da via”, sendo o “nome oficial – SC 413”, trecho de Joinville é “Antiga Estrada do Sul – Rodovia do Arroz”, e o trecho de Guaramirim “Antiga Estrada Brüderthal – Rodovia Rodolfo Jahn”.

Joinville, o “principal município catarinense”, que está “localizada a direita da BR-101 vindo de Curitiba”. Para ele como “Rodovia”, “[...] vivenciará inigualável expansão dos negócios imobiliário”, por meio do reconhecimento e “[...] regulamentação desse apetite desenvolvimentista deverá ser norteadas pelas disposições constantes pelos planos diretores tanto de Joinville quanto de Guaramirim” (LOETZ, 2007, p. 53).

Os pesquisadores Gustavo Grein e Ilanil Coelho (2013) corroboram ao estudo sobre as transformações da cidade de Joinville por meio do estudo acerca influências projetadas nos “Planos Diretor”, principalmente a partir da década de 1970, e as tentativas de organização de “áreas intersticiais” - entre a “cidade e o ‘campo’”. Entre os conflitos do crescimento desordenado da cidade e as proposta de “ordenamento territorial”, é possível iniciativas da valorização do “rural” ao ser diferenciado do “urbano” por aspectos de sua “[...] geografia e a ausência dos burburinhos citadinos, elementos que contribuem para a idealização de cenários bucólicos que estabilizam sentidos sobre uma paisagem cultural. (GREIN & COELHO, 2013, p. 7).

**Figura 24** – “Bucólico” e a paisagem da Rodovia do arroz, em Joinville-SC, 2007



Fonte: Rodovia do Arroz – uma marco da nossa história (2007, p. 61).

No caso da publicação “Rodovia do Arroz” (2007), essa imagem (Figura 24) foi intitulada “Propriedades conforme um ar bucólico na paisagem local”. Nesse

sentido, articuladas são as imagens da publicação a fim de divulgar somente o que interessa, ensejando que fossem realizadas “alterações necessárias” nos “Planos diretor Municipal” e com a pavimentação da “Rodovia<sup>317</sup> do Arroz” esperava-se que,

Em Joinville, os reflexos da obra serão sentidos de modo mais contundente na Vila Nova e nas áreas adjacentes a rodovia. E novos impactos, ainda não inteiramente mapeados, serão conhecidos com mais ênfase a médio prazo e de maneira mais decisiva [...]. O que está certo é a valorização de imóveis rurais por conta da transformação da Rodovia do Arroz e em eixo para atividades industriais distintas, hoje inexistentes. Isso significa que na Vila Nova de uso diversificado [...](LOETZ, 2007, p. 52).

Ternes (2007) faz questão de comparar práticas, mesmo que em temporalidades tão distintas, procurando aproximar os “esforços de desenvolvimento” e elencando algumas dificuldades, como: “[...] décadas de ocupação improvisada, pois os serviços de manutenção, construção de pontes, ensaibramento só foram promovidos depois da virada do século 20 [...]” (TERNES, 2007, p. 17). Nesse viés, somente após o,

[...] asfalto feito agora pelo governo Luiz Henrique<sup>318</sup>, no trecho de 23 quilômetros entre Vila Nova e Guaramirim que chega 150 anos depois das primeiras picadas abertas pelo mateiro Wunderwald. Era uma reivindicação antiga dos moradores da região e melhora substancialmente a via pelo qual Joinville distribui várias toneladas de arroz, principal atividade da região [...]. Enfim, chegou o asfalto! (TERNES, 2007, p. 17)

Por meio dessas narrativas encontramos em produções históricas no tempo presente sobre um passado romântico, de paisagens “inóspitas” e “desabitadas”, sendo interessante ignorar ou (re)apresentar os indígenas e outros grupos como “obstáculos” aos “trabalhos” no processo de desenvolvimento sobre a paisagem dos europeus e de membros do Governo. A partir das contribuições de Dora Corrêa (2008), é interessante pensar a necessidade de silenciar, mas também de reiterar os discursos sobre o processo de dizimação e/ou expulsão de diferentes grupos que

<sup>317</sup>Até mesmo pela aprovação da “alteração no zoneamento a serem definidas pelo Plano Diretor [...]” (LOETZ, 2007, p. 52).

<sup>318</sup> O advogado Luiz Henrique da Silveira foi prefeito de Joinville (1977- 1982). Na ocasião da publicação do livro “Rodovia do Arroz”, era o então Governador do Estado de Santa Catarina (2003-2006; 2007- 2010), sendo a gestão da prefeitura municipal de Joinville de Marco Antônio Tebaldi (2002-2008).

habitavam as paisagens consideradas “inóspitas”, “inativas”<sup>319</sup> como se pode também reconhecer em discursos sobre a paisagem da “Colônia Dona Francisca”. Assim como, perceber no processo de abertura desses caminhos e as possibilidades de migrações internas entre a região do norte e nordeste de Santa Catarina como as regiões do vale do Itajaí e Blumenau, mas também suas diferentes fronteiras e movimentos ao longo do tempo (SEYFERTH, 2011).

Com o processo de pavimentação da “Rodovia do Arroz”, alguns arrozais foram vendidos, ou parcialmente vendidos, integrando-se ao lado de empresas, prédios e residências na paisagem bairro Vila Nova. Nas figuras 25 e 26 pode se identificar algumas das modificações que envolvem as paisagens circundantes aos arrozais na paisagem da Estrada Blumenau e a “Rodovia do Arroz”.

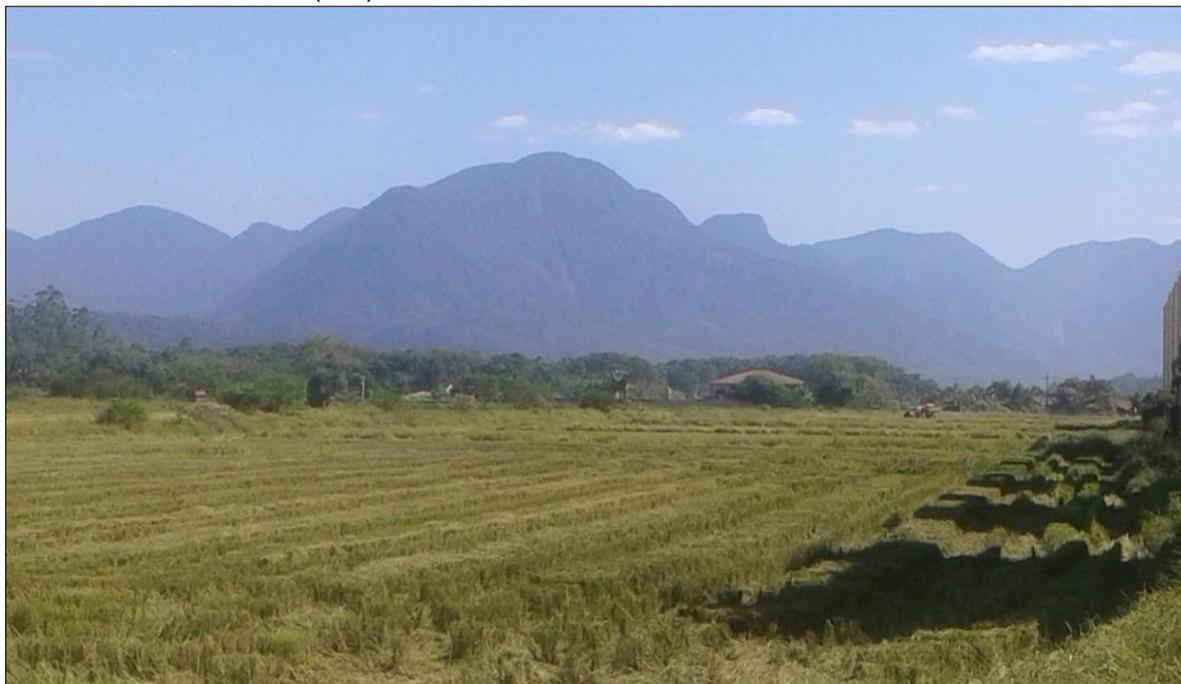
**Figura 25** - Arrozais e o Condomínio, bairro Vila Nova, em Joinville (SC), 2015



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. Fevereiro de 2016.

<sup>319</sup> Como o caso do discurso de Herculo Vicenzi (2007, p. 42) : “[...] migrantes transformaram várzeas inativas em extensas lavouras, fazendo o arroz irrigado a principal atividade agrícola do município [...]. A transformação de brejais em arrozeiras não foi fácil, tendo em vista que a falta de maquinário obrigou os agricultores a fazerem quase tudo no braço [...]”.

**Figura 26-** Lateral esquerda do Condomínio entre a Estrada Blumenau e a Rodovia do Arroz, em Joinville (SC), 2015



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. Agosto de 2016.

Num acelerado processo de urbanização do bairro Vila Nova são as transformações em áreas que anteriormente eram caracterizadas como “arrozais”, tem sido alteradas ou parcialmente vendidas para a construção de loteamentos e geminados, entre outros. Contudo, ainda que diante da “chegada dos asfaltos”, carros, motos, caminhões, entre outros que compõe as “paisagens rodoviárias” em movimento; ao olhar do turista, do passageiro, persiste é a valoração do “rural”, do “bucólico”, do “belo” da passagem<sup>320</sup>, escapando ao olhar “paisagens ordinárias e/ou cotidianas” (BESSE, 2013; MENESES, 2002). Esforços para mostrar o quanto a comunidade da “antiga Estrada do Sul” possui práticas e eventos de lazer, ao mesmo tempo, pode se reconhecer “medos da perda”, buscando atividades que proporcionam um “retorno às práticas italianas”<sup>321</sup>. Escreve-se não apenas para mostrar “a rodovia”, mas valorizar as “paisagens bucólicas”, com a presença de

<sup>320</sup> Alguns teóricos da Paisagem compreendem rodoviárias, rodovias, entre outros, como “não-lugares” (MENESES, 2002).

<sup>321</sup> Sobre Joinville, existem discursos que privilegiaram à construção de um imaginário sobre o cotidiano da cidade enquanto uma comunidade “germânica”, “organizada” e dedicada ao trabalho constituído por europeus e seus descendentes. Entre essas tensões marcadamente traçadas por meio desses discursos étnicos, algumas práticas e festividades passam a ganhar visibilidade na cidade, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, como o caso da “Festa do Arroz e da Polenta” e a criação do “Circolo Italiano” nessa década, entre outras “atividades comemorativas” da cidade (COELHO, 2010).

“manifestações culturais “italianas e germânicas”, de “casas enxaiméis”, entre outras características ao “trecho SC-413”, que faz fronteira entre Joinville e Guaramirim, como caminho “próximo até Blumenau”. Nesse sentido, é interessante considerar imagens como da produção do arroz, da banana, as montanhas, casas, entre outros aspectos que aparecem nessa publicação, que são utilizadas enquanto “cenários” de divulgação política do que compõe a ambiência dessa rodovia - apresentada como “mercadoria” que “facilita a produção econômica” para o norte e nordeste de Santa Catarina.

Assim, é diante desses conjuntos de imagens e considerações apresentadas, que pode se refletir não mais uma preocupação de apresentar uma “unicidade da paisagem”, mas é ainda na “diversidade cultural” que o “típico” é ressaltado como elemento de valorização ao turismo local. O “olhar turístico é ávido da novidade”, mas, é “[...] o típico facilita sobremaneira o consumo: a comida típica, a roupa típica, a fala típica, [...] e a paisagem típica – [...] abstratamente numa categoria estável, [...] de fácil digestão” (MENESES, 2002, p. 48). E, se objetivo é divulgar, então encontra-se “um prato cheio” na publicação “A Rodovia do Arroz: um marco da nossa história”, que constrói narrativas “elogiosas” à alguns sujeitos (políticos) da cidade.

De outro modo, o que constitui uma “morfologia da paisagem”, as vezes é mais complexo do que se deseja (ou não) dizer e/ou escrever sobre ela (CLAVAL, 2007; COSGROVE, 2004; MENESES, 2002). Todos nós construímos “paisagens imaginárias” e ao escrever sobre algumas delas, talvez possa ser romântico e enaltecedor, mas isso também depende da intencionalidade do pesquisador (COSGROVE, 2004, RIBEIRO, 2007). É a tarefa de interrogar, de permitir-se mudar de perspectivas, pois, mais do que a noção limitada de que paisagem “é até onde a vista alcança”, há muitas paisagens para além do que vemos, de nossas experiências e práticas do “habitar” (BESSE, 2013).

Ao procurar diferenciar conceitos da Geografia, e as possibilidades para uma “Geografia humana”. Denis Cosgrove (2004) adverte que a noção de “Paisagem”,

[...] Lembra-nos que através da consciência humana e razão humana, este esquema é conhecido por nós [...]. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quando é de ganho e perda. (COSGROVE, 2004, p. 100)

Segundo Donald Worster (2003), foi através da inserção de diferenciadas práticas de cultivo que as sociedades também alteraram significativamente os saberes e práticas dos agricultores sobre as paisagens locais, bem como o seu sistema agroecológico. Como alimento direcionado como uma das principais atividades da policultura na paisagem da cidade, a sua introdução cíclica tem como objetivo preparar e “domesticar” a terra, por meio de insumos e agrotóxicos com o intuito eliminar “pragas” e “parasitas”, como outros sujeitos que são indesejáveis para o desenvolvimento do seu cultivo. Ao ser cultivado como alimento exótico, o processo de inserção do arroz nas paisagens conseqüentemente disputa espaços com a fauna e flora nativa para a produção agrícola local (WORSTER, 2003). Na interação entre natureza e as sociedades, também “o uso de agrotóxicos na agricultura é um exemplo da dificuldade de separar natureza e cultura [...] (GEHARDT & NODARI, 2016, p. 56). Por meio das relações humanas de inclusão desses elementos que se permite exterminar aos “inimigos naturais” da agricultura, como insetos, plantas consideradas como “pragas” que dificultam a produção de alimentos nessas paisagens, Tais alterações desequilibram e reconfiguram as dinâmicas da natureza (WORTER 2005; GEHARDT & NODARI, 2016).

Ao mesmo tempo, na própria relação de trabalho e práticas socioculturais na natureza, as sociedades se correlacionam com outras espécies, como as aves, atraídas pela diversidade de alimentos desse ecossistema na paisagem local. Entre os elementos “não humanos” que constituem as práticas de cultivo do arroz, fala do cuidado com as “pragas” – “ervas daninhas”, dos animais que poderia auxiliar as atividades como o boi e os cavalos, mas também dos que “atrapalham”, lembrando que,

[...] Tinha que virar o terreno com boi, com cavalo e depois passar a grade; depois se jogava o arroz e para o passarinho não comer o arroz se passava uma árvore com bastante galho. [...]. Por que naquela época tinha muito passarinho também e o passarinho judiava muito do agricultor! [...]<sup>322</sup>

---

<sup>322</sup>Entrevista realizado com Realdino Poltronieri, 68 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 08/11/2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

**Figura 27** - Arrozais e os pássaros, em Joinville-SC, 2016.



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F. Agosto de 2016.

Como se pode observar na figura 27, mesmo diante do “trator” e suas intervenções, os pássaros constituem para além das fronteiras e interesses humanos de cultivo, assim como se constituem como parte desse ecossistema nas paisagens de cultivo do arroz. Por meio dessa imagem pode se identificar que aves acompanham ao processo de preparo da terra com o trator.

Para Seu Realdino, é preciso considerar que os pássaros sempre constituíam como parte das “paisagens de cultivo”, contudo, em comparação com suas práticas quando iniciou o cultivo do arroz na cidade, lembra que anteriormente havia uma maior diversidade de espécies no passado, como “Tinha um monte de passarinho, como o canário, tico-tico, o sangue que se dizia [...], o curió [...]. [...] A espeguinha!”<sup>323</sup>.

O arroz, como “produto cultural” é um alimento voltado ao mercado. Uma cultura em movimento, que modifica a paisagem e relações sociais que envolvem esse cultivo. Assim como, também é excludente ou considerada como “praga” até mesmo outras espécies de arroz que não sejam as comerciáveis, como o caso do

---

<sup>323</sup> Idem.

chamado “pé de galinha” que pede controle contínuo, “[...] hoje existe uma herbicida que controla o arroz vermelho”<sup>324</sup>. Segundo Realdino,

[...] O pé de galinha é um arroz vermelho, que dá junto com o arroz comum. Mas ele é um arroz comum, ele se desenvolve mais rápido e é mais resistente [...]. Como eles dizem, essa é uma semente daninha, uma praga! Ela prejudica o arroz<sup>325</sup>.

Outra dimensão dos arrozais na cidade é a consideração de que essas paisagens não se constituem apenas sob “a vista” do homem, mas envolve também suas sensibilidades, aquele que o circunda, assim como aquilo que não o vê (BESSE, 2013; CLAVAL, 2007; COSGROVE, 2004). Podemos encontrar uma “multiplicidade de coisas” que envolve as práticas de cultivo do arroz, em suas “materialidades” são capazes de comunicar, de provocar memórias e processos de identificação nos indivíduos e da(s) sociedade(s) em suas relações com o “estar no mundo”, essas relações é que constituem a paisagem (BESSE, 2013, PESAVENTO, 2004). De maneira “não dual”, seja nas “materialidades” que podemos encontrar nas “paisagens de cultivo do arroz no bairro”, seja fontes iconográficas e documentais, e/ou nas suas dimensões “intangíveis e/ou imaterial”; todas essas relações envolvem os distintos saberes e práticas que compõem essa atividade enquanto “Paisagem Cultural”<sup>326</sup>. Nesse sentido, o pesquisador pode interrogar a partir de “camadas”, “marcas” (re)apresentadas por meio do cotidiano, das imagens, de discursos sobre o “rural e a cidade”, e/ou do que se quer dizer (ou não) sobre o arroz na paisagem do bairro Vila Nova, em Joinville.

---

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Entende-se que “toda paisagem é cultural”, mas a noção de “Paisagem Cultural” tem sido elencada no campo do Patrimônio como o “conjunto dessas relações” entre natureza e cultural (MENESES, 2002; RIBEIRO, 2007; CASTRIOTA, 2009).

**Figura 28**– Festa do Arroz em Joinville-SC, 2015



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F.Maio de 2015

**Figura 29** - Festa do Arroz em Joinville – SC, 2016



Fonte: Fotografia de Duarte, A. F.Maio de 2016

Durante a Festa do Arroz de 2015, observei a exposição de um mural ao lado da mesa central do “jantar” de primeiro dia da festa, com um conjunto de fotografias ligadas às atividades de cultivo do arroz e/ou ao GDMR. Ainda que não há indicação nas fotos apresentadas, todos os participantes poderiam ver alguns dos registros dessas famílias, imagens de cultivo, tratores, tobata, desfiles de premiação das princesas e rainhas da festa, o “futlama”, dentre outras imagens que envolviam as celebrações da festa do arroz nos anos anteriores. Quando participei da Festa do Arroz em maio de 2016, observei algumas das “coisas” que integravam a decoração da festa no anterior foram utilizadas de outras maneiras e em outra forma configuração no espaço do salão. Assim como, o GDMR confeccionou uma série de garrafas de vidro, envolvido com tecidos e/ou linhas, em que seria como artigo decorativo às mesas, com alguns “ramos” de arroz em casca, e outros também com flores em garrafas vidro<sup>327</sup> (Figura 28).

Nas festas, por meio das materialidades, também podem ser acionadas formas de recuperar alguns fragmentos, “vestígios da memória” dos sujeitos e da cidade. Nesse sentido, há possibilidades de provocar sentimentos por meio de fotografias, objetos, artefatos que se dispõe uma “cena”<sup>328</sup> sobre a Festa do Arroz na cidade Joinville. Foi possível observar muitas pessoas que sentavam ao banco de madeira, ao lado e/ou alguns pegando o pilão na mão, o arroz em casca, entre outros objetos dispostos, como formas de identificações desses participantes com esses artefatos para uma fotografia em família (Figura 29). Para Sandra Pesavento,

No cotidiano pode se encontrar outras “novidades” e até mesmo é possível, “[...] encontrar, no banal, a possibilidade do extraordinário”, pois é na relação que pode se constituir “[...] com elementos de outras camadas — ou de outras cidades em palimpsesto -, cada caco do passado pode revelar-se, ele também, em fonte de entendimento para uma época” (PESAVENTO, 2004, p. 29).

Os participantes dessas festividades podem ser envolver à diferentes processos de identificação, propiciando à momentos em que mesmo na condição de habitante da cidade mais populosa de Santa Catarina, também “[...] pode se identificar como descendente de (i)migrantes em uma das várias festas rurais que

<sup>327</sup> Algumas das garrafas de vidro poderiam ser levadas por todos que quiserem para a casa, como lembrança da festa do Arroz, confeccionados pela GDMR.

<sup>328</sup> Para Cosgrove (2004), toda paisagem também pode ser uma “cena”, que é articulada, organizada, pelos indivíduos e/ou pelos grupos para a interpretação e maneiras de viver nos lugares.

ocorrem em Joinville [...]” (VICENZI, 2012, p. 38). Segundo Pesavento (2004), a constituição das cidades são como “palimpsestos da memória”, que por meio de inúmeros sujeitos, suas marcas e “vestígios”,

[...] Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir. Esta acumulação de marcas de historicidade deixadas no tempo se amplia para além dos traços materiais ou de escrita, pois se estende ao plano das recordações, onde muitas lembranças jazem na esfera do inconsciente [...] (PESAVENTO, 2004, p.26)

Não é novidade, que tratarmos de preservação (ou não) do Patrimônio Cultural e/ou ambiental enuncia tensões de “identidade nacional” associadas à valores econômicos, muitas vezes à frente das populações locais (ARRUDA, 2009, RIBEIRO, 2007). O que preocupa as instituições políticas municipais, estadual, nacional, não é a preservação de saberes e práticas “tradicionais” das populações locais, mas a produtividade e manutenção do “produto cultural” a que estão interessados (MENESES, 2002).

De certo modo, a segunda metade do século XX “multiplicou” espaços de valoração das “paisagens rurais” como bens culturais para as sociedades, na valoração de paisagens e práticas de cultivo caracterizadas como “tradicionais” e “sustentáveis”. Nessas vontades de preservação é que residem outras perguntas possíveis, novidades pelo medo da perda dessas paisagens (COSGROVE, 2004; HARTOG, 2009; RIBEIRO, 2007). Sobre outra perspectiva, vale notar que, mesmo aqueles “Terraços de arroz” que foram inclusos na “Lista do Patrimônio Mundial”, não significam necessariamente à sua preservação nas Filipinas e na China. A partir das contribuições de Hartog (2009), podemos refletir sobre essas iniciativas que buscam “uma universalização do patrimônio”, como um recurso para os tempos de crise, num mundo em constantes transformações. Tanto que, no ano de 2001 os terraços de arroz foram inscritos também na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, seja pela descontinuidade de algumas práticas pela comunidade, como pelo acelerado processo de enobrecimento do turismo local (ARAÚJO, 2009, RIBEIRO, 2007).

Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2002, P. 50), “a consideração da paisagem como patrimônio se fez pelo processo da monumentalização”. Mas também se faz necessário notar que,

[...] A monumentalização toma elementos da paisagem e os transforma em fetiches, por assim dizer sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural. Independentemente, também do próprio contexto ambiental (MENESES, 2002, p. 50).

Os “arrozais do bairro Vila Nova podem ser pensados como um complexo “palimpsesto”, pois são socialmente construídos por meio de distintas práticas e temporalidades que aparecem e/ou se escondem na paisagem da cidade. Algumas fontes nos permitem interrogar sobre uma “historicidade da paisagem”, identificando que há distintas abordagens sobre a “mesma paisagem”, como múltiplas maneiras de conhecer e (re)apresentar o “habitar” na paisagem (BESSE, 2013; PESAVENTO, 2004). Nesse sentido, evidencia-se que há mudanças sobre a “paisagem do arroz”, seja considerando a noção de “originalidade étnica”, ou de “práticas tradicionais e modernas”, e/ou “idéias” para à produção da rizicultura e a paisagem da cidade. Contudo, não tenho o propósito de eleger nenhum grupo como “precursor” ou “pioneiro”, ou de reivindicar outros grupos étnicos, pois a proposta não está no “legimitar grupos na paisagem” mas, sim reconhecer que são muitas as narrativas que podem ser interrogadas para explicar “fragmentos”, saberes e práticas de cultivo do arroz no passado, como no presente da cidade. Muitas são as possibilidades de pensar sobre paisagens modificadas mediante o plantio desse cereal, saberes e práticas desse plantio, memórias e experiências daqueles que o cultivam, que o comercializam ou que se alimentam. Seria possível mensurar a extensão das relações do cultivo do arroz? Talvez não. Mas sua contribuição é inegável para às sociedades e as modificações desse cultivo podem alterar o ecossistema com intervenções antrópicas para a produção desse alimento.

Diante da “complexidade e dinâmica” numa tentativa de delimitação sobre o bairro “Vila Nova”, compreendo que por si só, já podem ser identificadas “cicatrizes”, “marcas”, “vestígios” de diferentes temporalidades (e intencionalidades) sobre o cultivo do arroz no bairro, seja diante das mais divulgadas “festas do Arroz”, e dos “arrozais na paisagem”, ou mesmos nas suas singelas subjetividades, entrelinhas,

pequenos fragmentos, que parte são parte de um conjunto de uma “palimpsestica cidade” (PESAVENTO, 2004). O conjunto dessas relações que constituem “paisagens” (BESSE, 2013; CLAVAL, 2007; MENESES, 2002).

Tal como aponta José Augusto Drumond,

[...] Arroz, trigo, milho, batata, mandioca, bois, cavalos, [...], etc. são componentes da natureza retrabalhados pela cultura humana, são artefatos culturais com base orgânica viva, tanto quanto um cabo de enxada é um artefato cultural com base orgânica morta. Um grão de arroz [...] incorporam muito patrimônio cultural (DRUMOND, 2007, p. 108).

Estes são fragmentos, vestígios, “evidências” que fazem parte do “habitar”, “ser e estar na paisagem” da cidade de Joinville (BESSE, 2013, PESAVENTO, 2004). O pesquisador pode fazer considerações sobre que é, o que “compõem marcas dessa paisagem”, mas não devem estas serem tomadas como a “verdade da Paisagem”, e a sua “originalidade”; pois é preciso estar aberto à outras perguntas, no desafio de questionar sobre alguns dos significados que podem ser “decodificados”. Parafrazeando à Alvaro Domingues (2013), mudam-se se as cidades e com elas, suas paisagens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bairro Vila Nova, localizado ao oeste da cidade de Joinville (SC), cada vez mais os “arrozais” têm sido relacionado ao “turismo rural” e à construção de associações étnicas sobre esse cultivo na paisagem local, especialmente ao caso de migrantes rizicultores” e descendentes de italianos do Vale do Itajaí. Entretanto, mais do que reivindicar uma etnicidade sobre a “paisagem dos arrozais”, cabe considerar que os lugares de cultivo do arroz fazem parte da história local, e ao longo do tempo tem sido praticada por meio diferentes sujeitos, grupos sociais e temporalidades. É no interrogar sobre “arrozais como paisagens culturais”, que pode-se dialogar sobre algumas das dimensões que envolvem essa prática de cultivo continuamente (re)apresentada em Joinville, como na paisagem da região oeste da cidade.

Seria difícil mensurar a importância de ressaltar que “Paisagem” não se trata de um “termo neutro”, “cenário” e/ou ambiência”, algo “estável” ou até mesmo “única”. Paisagem é sempre constituída a partir das experiências e desejos, como também da interpretação sobre as suas relações com outras paisagens (BESSE, 2013; COSGROVE, 2004; RIBEIRO, 2007). Por meio das proposições e diálogos, “[...] juntando textos e imagens de molde a recompor, pelo esforço da representação mental, uma cidade desaparecida, mas agora presente na elaboração imaginária de um contexto urbano passado” (PESAVENTO, 2004, p. 29). Partimos de algumas fontes, que são fragmentos, ou “linhas coloridas” a fim tramar uma “cena”, enquanto maneiras de (re)presentar paisagens do arroz passadas e também presentes, das quais não plantei, mas observei no percurso dessa pesquisa algumas das maneiras do “saber plantar” e cultivar narrativas sobre o cultivo de arroz na cidade.

Num primeiro momento as narrativas associadas ao arroz estão articuladas ao contexto de imigração europeia de Joinville, entre 1850 aos primeiros anos do século XX. Mas, por meio da comparações com diferentes publicações, e/ou registros escritos, ainda que fosse indicado em diversas fontes que o cultivo do arroz configurou-se entre as atividades da agricultura desde o início de formação da “colônia”, é preciso considerar que nem sempre, se levou em conta as suas transitoriedades e (des)continuidades na paisagem de Joinville. Pois, vale mensurar que há significativas transformações sobre as formas de (re)apresentar o cultivo do

arroz na cidade, e também de suas “maneiras de cultivar” diante do processo de modernização da agricultura ao longo desse século XX até o tempo presente.

Ao longo da pesquisa buscou-se discutir e apresentar diferentes relações do “habitar” e “cultivar” do arroz na paisagem de Joinville. Nesse processo, pode se identificar algumas das possibilidades e limites desse estudo pela pesquisadora na condição de recém migrante no bairro e na cidade. A partir da análise de diferenciadas fontes de pesquisa, pode-se notar o quanto é recorrente as narrativas que envolvem considerações sobre “originalidades” e “pioneirismo” atribuído ao cultivo do arroz e os “arrozais da cidade”, como sinônimo de paisagens construídas por descendentes de italianos em Joinville. De certa maneira, por meio da metodologia da história oral também foi possível conhecer algumas dessas aproximações sobre a extensão dos “arrozais” no bairro Vila Nova com a participação de migrantes da região do Vale do Itajaí, bem como outros processos (i)migratórios que puderam contribuir direta ou indiretamente com a chegada de agricultores e o investimentos nas atividades de cultivo do arroz, como o caso dos “arrozais no bairro Vila Nova”. Entretanto, é importante analisar que esses movimentos se constituem principalmente a partir da chamada “Revolução Verde”, no século XX, o que diferencia de outras narrativas sobre a extensão do cultivo do arroz desde a então, “Colônia Dona Francisca”. Nesse sentido, poderia se atribuir não “uma”, mas inúmeras “paisagens do arroz”, ou talvez, esse tenha sido um dos maiores desafios dessa pesquisa.

Arroz e/ ou “Arrozais” são paisagens socialmente construídas na cidade de Joinville. Ainda na “Colônia Dona Francisca” esse cereal poderia ter um papel relevante para os imigrantes, o que pressupõe e/ou contrapõe discursos de uma “originalidade italiana”, já que seu cultivo desde o século XIX tem sido realizado por meio diferentes grupos étnicos que já habitavam e/ou imigravam para a região. Nesse sentido, há diferentes “vestígios” e/ ou “palimpsestos da memória” e das paisagem das cidades. Essa dissertação se debruçou no desafio de “construir, montar” na sua composição, uma “trama” que se faz pelo esforço de leitura e interpretação sobre algumas das “paisagens de cultivo do arroz em Joinville” e as suas relações com os “arrozais” do bairro Vila Nova e as transformações da cidade. Acreditando que somente a partir da proposta de estudo sobre o “arroz e os arrozais como paisagem cultural”, é que pode se conhecer mais e questionar algumas das

representações sobre o cultivo do arroz e as suas relações com os intentos de colonização e intervenção na paisagem da regional.

Por meio de entrecruzamentos entre “Patrimônio, História e Paisagem”, pode-se (re) apresentar alguns dos “vestígios” e “narrativas do passado” das “paisagens de cultivo do arroz” e seus significados, principalmente acerca dos “arrozais no bairro Vila Nova” e suas (des)continuidades num “palimpsesto da cidade” de Joinville. Mas, não são somente as narrativas que o envolvem, mais também os próprios “arrozais”, que podem ser encarados como “palimpsestos”, do qual cultivos e experiências se sobrepõem, ora se escondem e (re)aparecem nos seus mais diferentes ciclos naturais e/ou formas de intervenções antrópicas para (re)apresentá-los como paisagens do bairro Vila Nova e da cidade. A abordagem dessa proposta, buscou reconhecer “verdades” sobre a presença desse cereal na paisagem da cidade, mas sim, buscou analisar essas paisagens como “palimpsestos do arroz”, do qual pode-se comparar e desconstruir algumas narrativas a fim de provocar outras perguntas. Assim, outros estudos poderão ser realizados sobre o processo de cultivo do arroz, bem como de outras atividades da agricultura local e suas inferências com a transformação da paisagem “da Colônia” e dos “arrozais da cidade”.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Guilherme Maciel. Paisagem: um conceito inovador. *In*: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS, UFMG, 2009.
- ARRUDA, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C.; RAMBELI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Annablume, 2009.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**: 1858. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BANDEIRA, Dione. Arqueologia guarani em Santa Catarina: litoral norte. *In*: DIAS, A. S. *et al.*; MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (org). **Arqueologia guarani no litoral sul do Brasil**. Curitiba: Anris, 2014.
- BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Revista Varia História**. Vol 22, n. 36. Belo Horizonte: dezembro de 2006.
- BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. *In*: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.). **Paisagem e Patrimônio**: aproximações pluridisciplinares. Portugal: Dafne Editora/ CHAIA, 2013.
- BESKOW, Paulo Henrique. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do Arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec, 1986
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **As viagens de August Saint Hilaire**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/dossies/franca-no-brasil/?sub=matrizes-nacionais%2Ffiguras-de-viajantes%2Fas-viagens-de-auguste-de-saint-hilaire%2F>>. Acesso em 27 de Nov de 2015
- BÖBEL, Maria Tereza. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de Joinville**. Ano 3, n. 3, junho de 1986.
- BÖBEL, Maria Tereza. S. THIAGO, Raquel. **Joinville**: os pioneiros, documento e história. Joinville: UNIVILLE, 2010.
- BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea**: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (SC). Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2013.
- BORBA, Fernanda Mara. BANDEIRA, Dione. Escravos na Vila de São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil) no período oitocentista: funções desempenhadas, constituição de famílias e habitações construídas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, p. 117-140, 2013

BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural**. Diário Oficial da União. Brasília: 2009. Seção 1, p. 17.

BRAUDEL, Fernand. **O Espaço e a História no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

\_\_\_\_\_. O pão de cada dia. *In*: \_\_\_\_\_. **Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRUHNS, Katianne. A ruptura no processo cultural de Joinville a partir da Campanha Nacionalização. **Esboços**, Florianópolis: UFSC, v. 1, n.1, 1994.

CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **Revista de História: questões e debates**. Curitiba: UFPR, n. 42, 2005.

CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada - História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. **Revista Varia História**, vol.26 n.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante** (Joinville, 1980-2010). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

\_\_\_\_\_. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. *In*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2000. p. 162-195.

\_\_\_\_\_. **Joinville e a Campanha de nacionalização**. 1993. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, UFSCAR, 1993.

CORRÊA, Dora S. História ambiental e a paisagem. História Ambiental Latino America y Caribenha. **Revista HALAC**. Belo Horizonte: v. II, setembro de 2012, p. 47-69. V.02, p. 47-69. 2012.

\_\_\_\_\_. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Revista Varia História**, v. 24, p. 135-152, 2008.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros em Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle** (Joinville 1917-1943). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1996.

\_\_\_\_\_. A cidade da ordem: Joinville, 1917-1943. *In*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade.** Joinville: UNIVILLE, 2000.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 2 ed.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville: gênese.** Joinville: Toda Letra & Nova Letra, 2008.

CUNHA, Rogério Pereira. **Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do estado do Brasil - São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina (1832-1850).** Dissertação(Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2011.

DEAN, Warren. A botânica e a política Imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil. **Revista Estudos Históricos.** Rio Janeiro: n.8, v. 4, 1991.

DOMINGUES, Álvaro. A paisagem revisitada. **Revista Finistera.** Portugal: n. 72, p. 55-66, 2001.

\_\_\_\_\_. Paisagens transgênicas. *In*: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.). **Paisagem e Patrimônio: aproximações pluridisciplinares.** Portugal: Dafne Editora/ CHAIA, 2013.

DRUMOND, José Augusto. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. *In*: PAES -LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (Orgs.). **Patrimônio, natureza e cultura.** Campinas: Papyrus, 2007.

DUARTE, Adriano Luiz. Trabalho, etnicidade e classe em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. **Revista de História Regional:** 2011, vol. 16.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:**subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Letradágua, 2008.

FINDLAY, Eleide Abril. As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville.**Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-** ANPUH. São Paulo: 2011.

\_\_\_\_\_.A privatização das terras devolutas localizada no território catarinense nos primórdios da Republica. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.** Florianópolis: 2015.

GUEDES, Sandra P. L. Camargo. A escravidão em uma colônia de alemães. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - História e Multidisciplinaridade: Territórios e deslocamentos.** São Leopoldo: 2007.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da Erva mate.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

GERHARDT, Marcos. NODARI, Eunice Sueli. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. V. 05, p. 54-71, 2016.

GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. Joinville: UNIVILLE, 2012.

GREIN, Gustavo. COELHO, Ilanil. Os movimentos migratórios e a espacialização do rural em Joinville (SC). **Anais do 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. Florianópolis: 2014.

\_\_\_\_\_. A patrimonialização do meio rural em Joinville. **Anais do I Simpósio Do Patrimônio Cultural de Santa Catarina** - "Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados", Florianópolis: 2013.

FILHO, Alcides Goularti. **A estrada Dona Francisca na formação econômica de Santa Catarina**. Revista de História UFG. Goiânia: v. 19, p. 171-196, 2014

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.

HERKENHOFF, Ely. **Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville**, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOEHNE, Frederico Carlos. **Botânica e agricultura no Brasil no Século XVI**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

HOENICKE, Nilzete Faria. **O distrito industrial de Joinville/SC (1975-2007): análise crítica e propositiva**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Roteiros nacionais de imigração Santa Catarina: material de divulgação**. Acervo do IPHAN-SC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Roteiros nacionais de imigração Santa Catarina: o patrimônio do imigrante**. Acervo do IPHAN, V. 2 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi\\_RoteirosNacionaisImigracao\\_SantaCatarina\\_v2\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf). Acesso em setembro de 2016.

IPPUJ - Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Joinville: IPPUJ. Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br>. Acesso em: novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Joinville Bairro a Bairro (2006)**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville/SC, 2006.

JOINVILLE, Prefeitura Municipal de. **Joinville: primeiros habitantes**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidade em dados**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville/SC, IPPUJ, 2011

\_\_\_\_\_. **Joinville: bairro a bairro**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville/SC, IPPUJ, 2015.

JÚNIOR, Nedilo Xavier Pinheiro. **Aplicação de produtos fotogramétricos no estudo da expansão urbana no bairro Vila Nova em Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

JUNQUEIRA, Juliana Réu. **Análise da evolução das áreas urbanas utilizando séries históricas de fotografias aéreas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

KLANOVICZ, Jó. Apontamentos para uma história ambiental de monoculturas modernas no sul do Brasil. **Revista de Historia Iberoamericana**, v.7, p.125-146, 2014.

KLUG, João. A Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1875) e os seus impactos na produção agropecuária e nas ciências naturais. *In*: NODARI, Eunice Sueli. KLUG, João (Orgs). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1954-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1997.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado?** seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008). 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis:UDESC, 2009.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - Anpuh: 50 anos.São Paulo: 2011.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da maior cidade de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo. (Orgs) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. *In*: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 211-235.

NIEHUES, Valdete. **De agricultor a operário**: lembranças de migrantes. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2000.

NODARI, Eunice. A história ambiental como escrita recente na história da imigração em Santa Catarina. *In*: MARTÍNEZ, Elda E. González. **História da imigração**: possibilidades e escrita. São Leopoldo: Oikos, UNISINOS, 2013.

PAVANELLO, Laércio José. GUEDES, Sandra P. L. Camargo. Um novo olhar sobre o patrimônio comercial: os secos e molhados em Joinville (SC). **Revista de História**: questões e debates. Curitiba: UFPR, v.59, n. 2, p. 241-263, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**. Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

PISTORELLO, Daniela. **“O Brasil da diversidade?”**: patrimônio e paisagem cultural no projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2015.

\_\_\_\_\_. As estratégias de produção do passado: usos dos bens que compõe o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011

\_\_\_\_\_. Caminhos, roteiros e patrimonialização: capturas do tempo presente. **Anais do I Simpósio Internacional de História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, ANPUH, 2011.

PORTELLI, Alessandro. O que faz da história oral diferente - Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Revista Projeto História**. São Paulo: v.14, p. 25-39, 1997

PRESA, Juliana Broca. **“O arroz no espigão e o milho no banhado”**: programa PROVÁRZEAS – O desenvolvimento de uma política pública e o cultivo de arroz em municípios da Bacia do Rio Araranguá. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. A experiência de agricultores em relação à utilização da água na produção de arroz irrigado (1980-2009). **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá: 2009.

REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker; NASS, Luciano Lourenco, HENZ, Gilmar Paulo (Orgs). **Uma pitada de biodiversidade na mesa dos brasileiros**. Brasília, DF: 2015

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RICHER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

ROCHA, Fernando Goulart. **Cultivo de arroz irrigado na região sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Modernização técnico-científica na agricultura e relações rural-urbanas**: uma aproximação a partir dos círculos de cooperação e dos circuitos espaciais da produção na rizicultura sul catarinense. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A colônia Dona Francisca no sul do Brasil** (Tradução em português do original em alemão, de 1853). Joinville: FCC, 1992

RONCAGLIO, Cynthia. A idéia de natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.19, p.111-128, jan./jun. 2009.

ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 05, janeiro a junho de 2005.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina (1779-1853)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SANTOS, Manoel Pereira R. Teixeira. **O imigrante e a floresta**: transformações ambientais, das práticas e da produção rural das colônias do Vale do Itajaí-SC. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis:UFSC, 2011.

SANTOS, Manoel Pereira R. Teixeira. KLUG, João. Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina. **Revista Catarinense de História Fronteiras**: Florianópolis, UFSC, v. 10, 2002.

\_\_\_\_\_. Associações agrícolas e Exposições Coloniais em Santa Catarina. **Revista Blumenau em Cadernos**: Blumenau, n. 09, 2003.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2.ed, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. **Julie Engell- Günther**: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2011

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n. 77, 2011.

SILVA, Denise Aparecida da. **“Plantadores de raízes”**: escravidão e compadrio nas Freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville (1845-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das Paisagens. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Gustavo Grein da. **Patrimônio e roteiros turísticos**: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012). Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2015.

SILVA, Janine Gomes da. Vivências de mulheres em Joinville no século XIX. *In*: GUEDES, Sandra (Org.) **História de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2. Ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

S. THIAGO, Raquel. Organização social, etnicidade e política dos imigrantes da colônia Dona Francisca na fase pioneira (1851-1868). **Revista Univille**. Joinville: vol. 08, p. 83-94, 2003.

TERNES, Apolinário. **A história de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981. p.119.

\_\_\_\_\_. **Tempos modernos**: a presença dos italianos em Joinville (1973-2008). Joinville: UNIVILLE, 2009.

\_\_\_\_\_. LOETZ, Cláudio. Gaudin, Daniel. VICENZI, Herculano. ZABOT, Onévio. **Rodovia do arroz**: um marco da nossa história. Joinville: Letra D'água, 2007.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às Plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMSON, Aliastair. História (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Cultural Landscape**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#2>>, acesso em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1111//>>, acesso em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Honghe Hani Rice Terraces inscribed on UNESCO's World Heritage alongside an extension to the uKhahlamba drakensberg Park**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/news/1044/>>, acesso em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Rice Terraces of the Philippine Cordilleras** Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/722//>>, acesso em maio de 2016.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura Neo-exaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética**. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

VICENZI, Herculano. **Fundação Municipal 25 de julho: 30 anos a serviço da família rural**. Joinville: GED/Epagri, 1996.

\_\_\_\_\_. Arroz veio com italianos. *In*: LOETZ, Cláudio. Gaudin, Daniel. VICENZI, Herculano. ZABOT, Onévio. **Rodovia do arroz: um marco da nossa história**. Joinville: Letra D'água, 2007.

VICENZI, Tales. **Festas Rurais do Bairro Vila Nova e seus processos de identificação**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2012.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 5. N. 2, p. 23-44, 2003.

ZARTH, Paulo Afonso. Interpretações da imigração e colonização no sul do Brasil: para uma crítica ambiental. *In*: MARTÍNEZ, Elda E. González. **História da imigração: possibilidades e escrita**. São Leopoldo: Oikos, UNISINOS, 2013.

ZEGER, Giomar Felipe. **Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2014

## FONTES:

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE. **Coluna de Anúncios**, 1878, p. 108. Tradução de Brigitte Brandenburg, 2015.

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE, 1979, ano 2, ed. 30, p. 121. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, pasta 0031.  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711608&PagFis=325&Pesq=Arroz.>> Acesso em jan. de 2016

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE, 1979, ano 2, ed. 30, p. 121. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, pasta 0031, do site:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711608&PagFis=325&Pesq=Arroz>>. Acesso em jan. de 2016

NOTICE SUR DONA FRANCISCA, PAR M. L. AUBÉ, AVEC UNE CARTE DE LA COLONIE. Tiré de l'ouvrage intitulé Francé et Brésil, Au bureau de la Cie Franco – Allemand, 8. ed. Paris: 1857. Tradução de Maria Luiza Schwarz, concedida a autora em abril de 2016.

CARTA DE VON RANDOW. Fonte: Jornal Der Kolonist dia 25/09/1853. Acervo da Hemeroteca Digital Catarinense. Tradução de Brigitte Brandenburg.

CARTA DE KARL KÄRGUER. Fonte: Jornal “Brasilianische Wirtschaftsbilder Erlebnisse und Forschungen von Dr. Karl Kaerger”. Berlin, 1892, pg. 51. Disponível no Gergonne & Cia. Online acervo da Biblioteca digital da Universidade de Cambridge, EUA (link não registrado). Tradução de Briguite Brandenburg.

JORNAL A NOTICIA. **Pioneiros trazem de Rodeio técnica do arroz irrigado**, 25 de julho de 1998 (Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Joinville).

JORNAL A NOTICIA. **Desânimo marca o início da safra de arroz**, 25 de janeiro de 1976 (Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Joinville).

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE, Ano V, n. 259. Joinville: 02 de abril de 1910. (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE, Ano V, n. 195, Joinville: 09 de janeiro de 1909 (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

JORNAL GAZETA DE JOINVILLE, Ano VI, n 297. Joinville: 24 de dezembro de 1910 (Acervo particular de Brigitte Brandenburg).

JORNAL GAZETA DO COMMERCIO, anno 4, nº 17, p. 01. Joinville 21 de abril de 1917. (Acervo da Biblioteca Nacional Digital).

JORNAL DE JOINVILLE. **Técnicos fizeram demonstração de transplante de Arroz em Joinville**, 31 outubro de 1972 (Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Joinville).

SILVEIRA, Luiz Henrique. **A memória italiana**. Jornal A notícia, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

## ENTREVISTAS

Entrevista realizada com Aldo Felipe, 62 anos, agricultor e aposentado da Indústria de Arroz Vila Nova, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 19 de outubro de 2016, na sub-prefeitura de Joinville (SC).

Entrevista realizada com Anelise Falk Rosa, 49 anos, pedagoga, coordenadora do Projeto Viva Ciranda da Fundação Turística de Joinville, concedida à Alanna

Fernandes Duarte no dia 07 de dezembro de 2016, na Fundação Turística de Joinville (SC).

Entrevista realizada com Armelino Rafael Dadam, 56 anos, aposentado e agricultor, Alanna Fernandes Duarte no dia 15 de dezembro de 2016, na casa do agricultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com José Henrique Menestrina, 25 anos, formado em Turismo e educador ambiental, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 24 de novembro de 2016, no Recanto das Arrozeiras, bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com José Menestrina, 55 anos, professor aposentado e proprietário rural, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 22 de novembro de 2016, no Recanto das Arrozeiras, bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com Jonas Carl, 34 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 16 de dezembro de 2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizado com Honorato Poffo, 74 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01 de dezembro de 2016, na casa do agricultor, Rodovia do arroz no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com Ordival Macoppi, 67 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 06 de dezembro de 2016, na sede da sua empresa Sementes Macoppi, no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizado com Realdino Poltronieri, 68 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 08 de novembro de 2016, na casa do rizicultor, Estrada Blumenau no bairro Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com Ricardo Werner Plotow, 51 anos, engenheiro agrícola da Fundação Municipal 25 de julho, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 01 de novembro de 2016, na Fundação Municipal 25 de julho, Joinville (SC).

Entrevista realizada com Sérgio Luiz Menestrina, 52 anos, agricultor, concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 11 de outubro de 2016, na casa do rizicultor em Vila Nova, Joinville (SC).

Entrevista realizada com Valério Schriochet, 54 anos, Diretor da Fundação Municipal 25 de julho concedida à Alanna Fernandes Duarte no dia 21 de outubro de 2016, na Fundação Municipal 25 de julho, Joinville (SC).

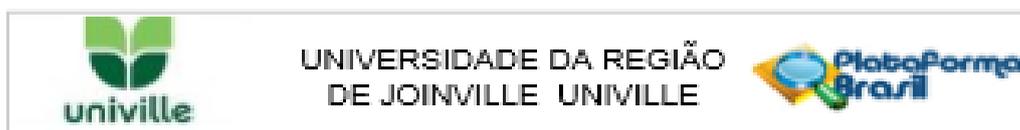
## APÊNCIDE

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS

ROTEIRO DE PERGUNTAS	
1	Qual seu nome completo?
2	Qual sua idade e local de nascimento?
3	Você mora em Joinville há quanto tempo?
4	Qual sua profissão?
5	Você trabalha com o cultivo de arroz?
6	Alguém mais da sua família trabalha com a produção do arroz?
7	Como começou a trabalhar com o cultivo de arroz?
8	Onde você trabalha com o cultivo do arroz?
9	Poderia me descrever essa paisagem?
10	Como é feito o plantio do arroz nessa paisagem? Poderia contar um pouco sobre as formas de cultivo?
11	Você identifica transformações sobre as práticas de cultivo do arroz? Quais?
12	Você percebe algumas transformações sobre as paisagens de cultivo do arroz no bairro Vila Nova? Quais?

## ANEXO

## ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



## PARECER COM SUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Arrozeais na Paisagem: saberes e práticas do cultivo de arroz em Joinville-SC.

**Pesquisador:** Alanna Fernandes Duarte

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 50174015.4.0000.5366

**Instituição Proponente:** Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.322.717

## Apresentação do Projeto:

Esse projeto de pesquisa objetiva por meio de um estudo interdisciplinar analisar os principais bens culturais correlacionados à rizicultura associados à Paisagem, uma categoria recente do patrimônio cultural em implantação no Brasil. A proposta visa reconhecer e discutir saberes e práticas do cultivo de arroz na paisagem da região oeste do município de Joinville. A escolha dessa abordagem sobre o cultivo de arroz e as questões paisagísticas da cidade possibilita um estudo que abrange um conjunto de práticas sociais da sociedade e as suas relações com a memória dos indivíduos e o meio ambiente. No referencial teórico são apresentadas as discussões sobre Paisagem para vislumbrar a compreensão do objeto dessa proposta de pesquisa. Esta investigação abrangerá um estudo do tipo exploratório, será feito um estudo da temática para levantar dados sobre as práticas de cultivo do arroz na cidade. Assim, pretende-se realizar uma pesquisa documental; fazer entrevistas com sujeitos que atuam diretamente ou indiretamente com o cultivo de arroz na região investigada. Em seguida será feita a identificação e mapeamento dos lugares selecionados para se pesquisar sobre o cultivo de arroz na paisagem de Joinville-SC.

## Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Analisar os principais bens culturais correlacionados à rizicultura, em especial ao cultivo do arroz irrigado, associados à paisagem da região oeste do

**Endereço:** Rua Paulo Melchiorri, nº 10, Bloco B, Sala 17.  
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710  
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE  
**Telefone:** (47)2461-9233 **E-mail:** comiteca@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação de Parecer: 1.322.717

município de Joinville, Santa Catarina.

#### Objetivo Secundário:

Reconhecer a prática do cultivo de amoz como parte da Paisagem Cultural de Joinville; Identificar as transformações que ocorreram na produção agrícola e na paisagem dos arrozais; Investigar o processo histórico do cultivo de amoz na historiografia e em outras fontes de pesquisas locais; Contribuir para o registro e reconhecimento dos saberes e da cultura material do cultivo do amoz como Patrimônio Cultural da região

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisa implica em riscos mínimos citados pelo (a) pesquisador (a), e como benefícios ao participante da pesquisa, é informado (a) que deverá saber qual a relação dos produtores de amoz com a paisagem cultural da região oeste de Joinville; o reconhecimento de algumas das práticas e saberes sobre o cultivo de amoz; a identificação sobre as principais transformações que ocorreram na produção agrícola e na paisagem dos arrozais da cidade; a investigação do processo histórico do cultivo de amoz na historiografia local; bem como esse projeto visa contribuir para o registro e reconhecimento dos saberes relacionados ao cultivo do amoz como patrimônio Cultural da cidade. Ainda sobre os riscos ao participante, o (a) pesquisador (a) prestará encaminhamento caso seja necessário.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa conta com 12 participante(s), que enquadra(m)-se no seguintes critérios de inclusão: maiores de 18 anos, homens e mulheres, que aceitem participar da pesquisa e assinar o TCLE, e que sejam envolvidos direta ou indiretamente no cultivo do amoz na região oeste do município de Joinville- SC, há no mínimo um ano; não sendo selecionado o(s) participante(s) que forem menores de 18 anos, não aceitem participar da pesquisa e não residem na região de estudo.

É mencionado que os dados oriundos da pesquisa ficarão sob posse e guarda do(a) pesquisador(a) por cinco anos e a forma de descarte. Os custos da pesquisa são informados detalhadamente e apresenta a forma de custeio. Quanto ao cronograma, é informado que a pesquisa iniciará em 01.02.16, prevendo sua conclusão em 01.10.2016, em que espera-se entender, a partir da pesquisa realizada, a prática do cultivo de amoz como parte da Paisagem Cultural de Joinville.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto apresentada está completa.

**Endereço:** Rua Paulo Velaschick, nº 10, Bloco B, Sala 17.

**Distrito:** Zona Industrial **CEP:** 89.210-710

**UF:** SC **Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)2461-6233 **E-mail:** comitecia@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 5.322.717

O TCLE formulado está de acordo com a Res. CNS 466/12.

A Carta de anuência não é apresentada, pois o Instrumento de pesquisa pertinente a pesquisa de campo será realizada em locais escolhidos pelos sujeitos envolvidos, que poderão ser áreas de produção do arroz estudadas ou a casa do produtor de arroz, que compreende a região oeste da cidade de Joinville.

#### Recomendações:

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Arrozais na Paisagem: saberes e práticas do cultivo de arroz em Joinville-SG", sob CAPE 50174015.4.0000.5366 do (a) pesquisador(a) Alanna Fernandes Duarte, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares foi considerado APROVADO após análise.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://community.univille.edu.br/cep/statusparecer/577374>).

#### Considerações Finais e critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_IP PROJETO_593859.pdf	28/09/2015 13:33:26		Aceito
Folha de Rosto	folharostocalennad.pdf	28/09/2015 13:32:18	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
Outros	Roteiropreliminar.docx	18/09/2015 17:03:03	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
Outros	TERMO DIREITOS.docx	18/09/2015 16:56:53	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
Outros	IMAGEM.docx	18/09/2015 16:54:21	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoArrozais.pdf	18/09/2015 16:43:04	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	tcle.pdf	18/09/2015 16:21:23	Alanna Fernandes Duarte	Aceito

Endereço: Rua Paulo Melchiorri, nº 10, Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)2481-8235

E-mail: [comiteetica@univille.br](mailto:comiteetica@univille.br)



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.322.717

Justificativa de Ausência	folia.pdf	18/09/2015 16:21:23	Alanna Fernandes Duarte	Aceito
---------------------------	-----------	------------------------	-------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOINVILLE, 13 de Novembro de 2015

Assinado por:

Eleide Abril Gordon Findlay  
(Coordenador)

Endereço: Rua Paulo Melchiorri, nº 10, Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.210-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-8238

E-mail: [coniteca@univille.br](mailto:coniteca@univille.br)

## AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Alanna Fernandes Duarte

RG: 5.144.763

Título da Dissertação: ENTRE OS ROÇADOS DA COLÔNIA E OS ARROZAIIS DA CIDADE: O CULTIVO DO ARROZ E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE JOINVILLE, SC.

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 06 de julho de 2017.